

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**JULIANA DA SILVA NÓBREGA**

**A produção da vida como política no cotidiano:  
A união de terras, trabalho e panelas no “Grupo Coletivo 14 de  
Agosto”, em Rondônia.**

**SÃO PAULO**

**2013**

**JULIANA DA SILVA NÓBREGA**

**A produção da vida como política no cotidiano:  
A união de terras, trabalho e panelas no “Grupo Coletivo 14 de  
Agosto”, em Rondônia.**

Tese apresentada ao Instituto de  
Psicologia da Universidade de São  
Paulo para obtenção do título de  
Doutor(a) em Psicologia. Área de  
concentração: Psicologia Social do  
Trabalho

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leny Sato

**SÃO PAULO**

**2013**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Nóbrega, Juliana da Silva.

A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas no “Grupo Coletivo 14 de Agosto”, em Rondônia / Juliana da Silva Nóbrega; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2013. 277 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Autogestão 2. Trabalho 3. Cotidiano 4. MST I. Título.

HD5650

# SUMÁRIO

CAMINHOS ALTERNATIVOS 15

PRÓLOGO 16

INTRODUÇÃO 21

ORDEM E PROGRESSO 43

CAP. 1: ENCONTROS E CAMINHOS TRILHADOS 44

**1. A inspiração etnográfica na pesquisa** 47

**2. Os caminhos que me trouxeram para casa** 48

**3. As negociações, objetivos e redefinições do estudo** 52

3.1. A negociação com o MST 52

3.2. A negociação com o “Coletivo 14 de Agosto” 53

3.3. Militância e a busca de autonomia 54

3.4. As trocas exigidas 55

3.5. “Até que ela não foi tão mal, né?” 57

**3.6. Objetivos e o processo de pesquisar** 60

**4. A familiaridade e o diálogo** 63

**5. Compreender e aproximar através da fotografia** 67

5.1. Em cena 68

5.2. Mostra de fotografia na cozinha 70

5.3. Memórias de uma casa camponesa 71

DEVOÇÃO À AMAZÔNIA 74

CAP. 2: O COLETIVO 14 DE AGOSTO E A LUTA PELA TERRA EM

RONDÔNIA 75

**1. História recente de Rondônia** 75

**2. O MST em Rondônia** 78

2.1. Violência nas terras rondonienses 80

**3. O Acampamento na Fazenda Shangrilá** 82

3.1. A construção do pertencimento àquelas terras 84

3.2. “Passar a corda”: a dimensão territorial e a arquitetura da vida 88

3.3. A Escola Sílvio Rodrigues: por uma educação do campo 94

3.4. A associação e a cooperação como forma de fortalecimento da luta 96

**4. Juntando terras, trabalho e painéis: O Coletivo 14 de Agosto** 98

DESCOBRIMOS LÁ NA BASE 105

CAP. 3: TERRAS COLETIVAS 106

**1. O trabalho, a luta pela terra e a vida** 106

**2. O fomento da organização coletiva: do acampamento ao assentamento** 115

**3. A coletivização das terras como ação política e construção de um lugar** 120

**4. Alguns pontos críticos do processo organizativo em torno da terra coletiva** 125

LUGARES DA COOPERAÇÃO I 133

FLORIÔ 148



## **CAP.4. TRABALHO (S) COLETIVO (S) 149**

- 1. Família, amizade e consciência 155**
- 2. O processo organizativo autogestionário no cotidiano 161**
  - 2.1. O trabalho coletivo e o ânimo 162
  - 2.2. Envolve troca de conhecimentos 163
  - 2.3. O direito à saúde e ao trabalho: a proteção social 165
  - 2.4. A relação com o tempo de trabalho: erros e acertos são maiores 169
  - 2.5. A construção cotidiana das regras 173
  - 2.6. Lugares de construir o trabalho coletivamente 174
  - 2.7. Maior possibilidade de aquisição de maquinários/instrumentos 180
- 3. Dilemas da transição agroecológica e da geração de renda 183**
  - 3.1. Remando contra a maré 183
  - 3.2. Objetivos da produção e a autonomia 189
- 4. A repercussão do Coletivo como “outra” escola para os jovens 196**
- 5. Da importância da renda no Coletivo 14 de Agosto 202**

**LUGARES DA COOPERAÇÃO II 212**

**LUGAR DE MULHER 214**

**CAP.5. PANELAS COLETIVAS 215**

- 1. Da terra ao prato: do alimento à comida 215**
- 2. Compartilhar mais do que alimento 218**
- 3. As transformações operadas pela cozinha coletiva no cotidiano das famílias 221**
- 4. O processo organizativo do trabalho na cozinha coletiva 227**

**LUGARES DA COOPERAÇÃO III 236**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS 238**

**PAISAGENS 245**

**REFERÊNCIAS 265**

NOBREGA, Juliana da Silva

Título: A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas no “Grupo Coletivo 14 de Agosto”, em Rondônia.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da  
Universidade de São Paulo para obtenção do título de  
Doutor(a) em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Para Helena, com amor.

Para a amiga Rosângela Reis,  
Por não se aquietar nunca.

# AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que compõe o Coletivo 14 de Agosto com muita gratidão por terem me permitido experimentar o sabor da concretização dos sonhos de uma vida diferente. Obrigada por me acolherem e compartilharem comigo suas vidas, contarem-me histórias, ensinamentos, dúvidas e esperanças. Espero ter conseguido colocar no papel um pouquinho de tudo isso que aprendi com vocês e contribuir de alguma maneira com esses sonhos. Muito obrigada! Em especial, agradeço à Maria Estélio, Luciomar, Anne Gabriela e Idânia que me receberam em sua casa por todo esse período. Sou muito grata por terem me acolhido com tanto carinho e com isso facilitarem muito o difícil exercício de escutar e compreender a experiência do Coletivo. A esses e à Marinês, pela bonita amizade que nasceu do nosso encontro.

Agradeço à Professora Leny Sato, por ter se arriscado comigo nessa aventura e, mesmo diante de todas as minhas dificuldades, acreditar no meu trabalho e me deixar ir, confiando em mim.

Aos Professores Peter Spink e Rosemeire Scopinho pelas ricas contribuições do exame de qualificação.

À Marinalva Gil, secretária do Departamento de Psicologia Social, que com muito carinho e disposição me auxiliou em todos os trâmites burocráticos de fazer o doutorado de longe e, principalmente, com a licença maternidade.

Ao Afonso Chagas por ter se empolgado comigo quando lhe contei do meu projeto para então me apresentar ao Coletivo 14 de Agosto. Lembro como se fosse hoje daquela tarde em que chegando ao assentamento paramos na estrada para olhar para a casa da Estélio, o bunital, a represa.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos que viabilizou a realização dessa pesquisa.

À Dalva Felipe de Oliveira e Márcia Nóbrega, pela leitura crítica e aguçada do texto em construção e pelas importantes sugestões de modificação.

Aos amigos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Rondônia e do Movimento dos Pequenos Agricultores, por terem compreendido a importância do estudo, colaborarem comigo – e me permitirem colaborar com vocês – ao longo desse período.

Agradeço em especial a Matilde, Ana Isabel, Cláudio Sandos, Claudinei dos Santos, Reginaldo e Vanessa.

Aos queridos amigos Nara e João pela solidariedade e pela disposição em discutirem comigo essa pesquisa. À Eronilda e Mauro, por me auxiliarem com as fotografias e inspirações.

À Maria e Eva, que me auxiliaram, com tanta dedicação, nos cuidados com a minha pequena Helena durante todo esse período mais crítico de escrita da tese.

A Francisco de Assis, pela ternura e generosidade que faz com que eu queira ser uma pessoa melhor. Pelo companheirismo, troca e sintonia e por entender e dividir comigo o seu tempo pra que eu pudesse concluir mais esse ciclo.

A Lucas e Renata Nóbrega, irmãos mais que companheiros. Obrigada pelo esforço e disposição em me acompanhar não apenas no texto, mas também na vida.

A Sônia e Antônio Nóbrega, por tudo. Minha gratidão imensa a vocês.

“Agora tem essa dificuldade pro capitalismo: nós estamos numa sociedade capitalista. Isso pro capitalismo é uma coisa difícil de engolir! É... Tanto é que essa é a nossa maior dificuldade aqui no grupo Coletivo e em qualquer parte que você tentar ousar de ser tão, tão desafiante assim...”

(Pitinho, Coletivo 14 de Agosto, 2013).

## RESUMO

Nobrega, J.S. (2013). A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas no “Grupo Coletivo 14 de Agosto”, em Rondônia. 2013. 277 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2013.

Este estudo foi realizado junto a um grupo de nove famílias de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Rondônia. Estas famílias organizam o trabalho e a vida de forma coletiva há mais de dez anos, em torno do “Grupo Coletivo 14 de Agosto”. Teve como objetivo compreender as vicissitudes do processo organizativo cotidiano desta experiência e os sentidos de trabalho e de vida que vem sendo construídos a partir dela. De inspiração etnográfica, essa pesquisa tomou o cotidiano como horizonte de visibilidade que permitiu entender o processo de coletivização. O cotidiano é entendido enquanto o espaço onde se dá a vida e a ação social (SATO & SOUZA, 2001; SPINK, 2008). Composto basicamente por militantes do MST e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), já nos primeiros anos de acampamento estas famílias começaram a desenvolver práticas de cooperação agrícola e reciprocidade. Depois de significativos experimentos, o grupo resolveu coletivizar definitivamente a terra e trabalhar em sistema de autogestão em todos os setores de produção agrícola. Para dar concretude a essa proposta, sentiram necessidade de coletivizar também parte do trabalho doméstico, passando a ter uma cozinha coletiva. Orientados por uma matriz camponesa e agroecológica, terras, trabalho e cozinha (enquanto espaço de sociabilidade e de trabalho) compõem o tripé que sustenta diariamente a existência do “Grupo Coletivo 14 de Agosto”. Terras para trabalhar, trabalho livre e associado e a reorganização da vida em torno de uma sociabilidade construída a partir de uma vivência coletiva anticapitalista. Trata-se, nesse sentido, de uma experiência contra-hegemônica que disputa os sentidos da vida e do trabalho na sociedade capitalista por meio de um projeto político profundamente enraizado no cotidiano.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1. Autogestão; 2. Trabalho; 3. Cotidiano 4. MST

## ABSTRACT

Nobrega, J.S. (2013) Production of politics in everyday life: the union of land, labor and pans in the "Grupo Coletivo 14 de Agosto", in Rondônia. In 2013. 277 f. Doctoral Thesis. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2013.

This study was carried out among a group of nine families of a settlement of the Movement of Landless Rural Workers (MST ), in Rondônia. These families organize work and life collectively for over ten years around the "Group Collective August 14". Aimed at understanding the vicissitudes of everyday organizational process this experience and ways of work and life has been built from it. Inspired in ethnography, this research took everyday life as a horizon of visibility that allowed to understand the process of collectivization. Everyday life is understood as the space where life and social action happens ( SATO & SOUZA , 2001; SPINK , 2008) . Composed primarily by MST militants and the Small Farmers Movement (MPA), since early in camp these families have begun to develop practical agricultural cooperation and reciprocity. After significant experimentations, the group decided definitely collectivize the land and work on self-management in all sectors of work. To give concreteness to this proposal, also felt the need to collectivize domestic work, going to have a collective kitchen. Guided by a matrix and agroecological peasant, land, work and kitchen (as a space of sociability and work) make up the tripod that supports the daily existence of the "Group Collective August 14". Lands to work, free and associated labor and the reorganization of life around a sociability constructed from an anti-capitalist collective experience. It is, accordingly, an experience counter-hegemonic that fights the way of life and work in capitalist society through a political project deeply rooted in the everyday life.

**KEYWORDS:** 1. Self-management; 2. Work; 3. Everyday life; 4. MST



# LISTA DE MAPA

Foto 1: Mapa da localização do Projeto de Assentamento 14 de Agosto;

# LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: O ônibus que vai até o Assentamento 14 de Agosto;

Foto 2: Acampamento 14 de Agosto, em 1992.

Foto 3: Famílias acampadas na frente do INCRA, em Jaru/RO, em 1993

Foto 4: Procissão de romeiros na estrada de terra que dá acesso ao Acampamento 14 de Agosto, em 1994.

Foto 5: Concentração dos romeiros dentro do Acampamento 14 de Agosto, em 1994

Foto 6: Foto do desenho do Sistema de Agrovila de lotes individuais feito por Leôncio

Foto 7: Marcha pela educação e reforma agrária

Foto 8: trabalho coletivo na horta

Foto 9: Gustavo na horta

Foto 10: Marinês e Nenzão cuidando da criação de animais

Foto 11: Marinês cuidando da criação de animais

Foto 12: Lurdes semeando leguminosas no solo

Foto 13: Marinês carregando as folhas de mandioca para alimentar os porcos

Foto 14: Ana Isabel cavando para as meninas plantarem sementes de leguminosas

Foto 15: Momento de descanso do trabalho na roça

Foto 16: Rápida reunião para decidir as atividades a serem realizadas na roça

Foto 17: Sementes agroecológicas secando ao sol

Foto 18: João preparando a farinha

Foto 19: Diversidade de sementes expostas na Festa Camponesa de 2011.

Foto 20: Jovens descascando a mandioca para dar início a produção de farinha

Foto 21: Mãos de Clemilson e Patrícia preparando a mandioca para ser prensada.

Foto 22: Última casa do assentamento com telhado de madeira.

Foto 23: Forma camponesa tradicional de armazenar os talheres

Foto 24: Consulta de bionergia

Foto 25: Reunião da frente de roça na casa da Marinês

Foto 26: Reunião com os consumidores das cestas agroecológicas

Foto 27: Reunião do Grupo Arte e Terra antes da apresentação da mística na Festa Camponesa de 2011.

Foto 28: Estante da casa de Marines e Nenzão. Garrafas com sementes crioulas.

Foto 29: Mística Depoimento da Natureza realizada na abertura do Congresso Brasileiro de Homeopatia Popular, em 2011.

Foto 30: Mística Depoimento da Natureza realizada na abertura do Congresso Brasileiro de Homeopatia Popular, em 2011

Foto 31: Lurdes e o fogão a lenha da cozinha coletiva

Foto 32: Brincadeiras na mesa

Foto 33: Olga Maria despolpando o cupuaçu.

Foto 34: Patrícia preparando comida

Foto 35: Hora do almoço

Foto 36: Banana-da-terra cozida para o lanche

Foto 37: Mostra de fotografia na cozinha coletiva

Foto 38: Gustavo

Foto 39: Gustavo e as fotografias.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMA	Associação das Mulheres Agroecológicas
APAARA	Associação dos Pequenos Agricultores Agroflorestais da Reforma Agrária
CCU	Carta de Concessão de Uso
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPA	Cooperativas de Produção Agrícola
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAMI	Centro de Estudos e Pastoral do Migrante
COOCARAM	Cooperativa de Produtores Rurais Organizados Para Ajuda Mútua
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes

EPA	Evitando a Poluição ao Ambiente
GEPES	Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
LABGET	Laboratório de Geomática e Estatística da Universidade de Rondônia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCC	Movimento Camponês Corumbiara
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPO/UNICAMP	Núcleo de Estudos da População
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIS	Produção Agroecológica Integrada Sustentável
PIC	Projetos Integrados de Colonização Projetos de Assentamento Rápido
PJ	Pastoral da Juventude
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PAR	Projetos de Assentamento Dirigidos
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UBPC	Unidades Básicas de Produção Cooperativa

## CAMINHOS ALTERNATIVOS<sup>1</sup>

(Zé Pinto)

Se plantar o arroz ali,  
se plantar o milho aculá,  
um jeito de produzir,  
pra gente se alimentar.  
Primeiro cantar do galo,  
já se levanta da cama,  
e o camponês se mistura  
a terra que tanto ama.

Amar o campo, ao fazer a plantação,  
não envenenar o campo é purificar o pão.  
Amar a terra, e nela plantar semente,  
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.  
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.

Choro virou alegria,  
a fome virou fartura,  
e na festa da colheita,  
viola em noite de lua.  
Mutirão é harmonia,  
com cheiro de natureza,  
o sol se esconde na serra  
e a gente acende a fogueira.

Amar o campo, ao fazer a plantação,  
não envenenar o campo é purificar o pão.  
Amar a terra, e nela plantar semente,  
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.  
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.

Quando se envenena a terra,  
a chuva leva pro rio,  
nossa poesia chora,  
se a vida tá por um fio,  
e ela é pra ser vivida,  
com sonho, arte e beleza,  
caminhos alternativos  
e alimentação na mesa.

---

<sup>1</sup> Todos os capítulos serão abertos com uma música do cantor e compositor de luta Zé Pinto, que reside no município de Ouro Preto d'Oeste, em Rondônia, e é muito famoso na militância da luta pela terra.

# PRÓLOGO



Foto 1: O ônibus que vai até o Assentamento 14 de Agosto. Créditos: Juliana Nóbrega, 2010.

Era uma e meia da tarde. O ônibus começou se movimentar e eu imaginava que logo chegaria ao assentamento. Já tinha pegado o ônibus voltando do assentamento, na semana anterior e demoramos quarenta minutos para chegar à cidade. Nunca tinha ido para o assentamento de ônibus, mas achei que seria igual. Logo mais eu daria início à pesquisa de campo, no assentamento (engano meu!). Na rodoviária “oficial” embarcaram poucos passageiros. Depois de seguir pela cidade algumas ruas, o ônibus estacionou numa espécie de rodoviária e centro comercial popular e ali, para meu espanto, todos desceram. Era a rodoviária dos colonos, me disseram depois. O senhor que me deu a informação do ônibus me disse que era melhor eu descer também que demoraria ali e o calor estava insuportável. Resolvi aguentar o calor porque minha bagagem estava todinha no banco ao meu lado e seria difícil descer naquelas circunstâncias. Apesar de todo mundo ter deixado as malas e bolsas lá dentro, sozinhas. Eu era a única que ficara cuidando das bagagens. Reparei da minha janela que os ônibus que passaram antes do meu na outra rodoviária, estavam ali também. Curiosa,

fiquei da janela tirando fotos e observando a situação. Imaginei que demoraria, mas depois de uns quinze ou vinte minutos parados, todos entraram e prosseguimos a viagem.

Agora sim, chegaria ao assentamento! E o ônibus parou novamente. Dessa vez numa esquina onde várias pessoas esperavam. Os outros ônibus também estavam ali. Percebi que era um mercado que vendia em atacado algumas coisas. Muitas pessoas entraram nesse lugar. A maioria dos passageiros que entrou no ponto do mercado ali era mulher. O motorista colocava sacos e mais sacos de alimentos dentro do bagageiro. Uma mulher, passageira, acompanhava de perto para ver onde ele estava colocando seu saco de milho e arroz. Reclamava com ele. Estava bem afobada. Com uma sacola enorme subiu no ônibus, que a essa altura já estava lotado, e sentou-se ao meu lado. Não parava de falar.

Novamente o ônibus começava a se deslocar e dessa vez resolvi não imaginar mais nada, desacreditada. Só esperei a próxima parada. Pouco antes de pegar a BR-364, paramos na frente de um cerealista. Algumas pessoas desceram e para pegar mais sacos de arroz, milho, feijão, farinha (não sei ao certo). Nessa altura da história, a mulher ao meu lado começou a revirar sua enorme bolsa e procurar umas pilhas para o sonzinho dela. Não achava. E dizia que não era possível ter esquecido no mercado, que tinha que voltar e buscar. Eu tentei ajudá-la a achar as pilhas, mas realmente não estavam lá.

Mais uma parada: posto de gasolina. Achei estranho. Todo mundo desceu de novo, dessa vez com garrafas ‘pet’, de refrigerante, amaciante, álcool, etc. Curiosa, perguntei a alguém o que estavam fazendo. Ela disse que as pessoas compravam gasolina pra colocar na moto-serra, motor, trator. Tinha uns que estavam com recipientes grandes mesmo que eram colocados no bagageiro do ônibus. Fiquei com medo. E se acontecesse alguma coisa com o ônibus na estrada? O que seria de nós, naquele ônibus cheio de gasolina?

Enquanto aguardávamos, a ‘mulher das pilhas’ desceu e foi falar com o motorista. Ela queria voltar lá no mercado para pegar suas pilhas. Pagara caro e não podia perdê-las assim. Comecei a me irritar com aquilo. Não com a mulher e as pilhas esquecidas, mas com a possibilidade de demorar ainda mais. Se a gente voltasse lá para pegar essas pilhas, eu deixaria de acreditar que chegaríamos ao assentamento naquele dia. Já eram três da tarde. Felizmente, acharam outro jeito de resolver a questão. O motorista tentaria pegar para ela no dia seguinte e deixaria na sua casa. Depois das compras feitas, finalmente, seguimos aos assentamentos e acampamentos da linha C-19.

Cerca de meia hora depois eu estava chegando ao assentamento. Ao fim da trajetória, que durou uma hora mais ou menos, o ônibus estava lotado de gente e de coisas. Era preciso

pular por cima das malas no corredor para poder descer. Fui uma das primeiras a descer, já que o Assentamento 14 de agosto é o primeiro do trecho. O último ponto ficava a 18 quilômetros dali. Disse para a cobradora que queria descer na cozinha do assentamento e ela não sabia onde era. Perguntou se eu queria descer na farinha. Disse que sim, era lá mesmo. Todo mundo só conhece o ponto por ‘farinheira’ porque o ônibus transporta semanalmente a farinha que o grupo vende na cidade. Só depois que entendi. A cozinha era uma referência apenas para mim e depois soube, para eles também.

Desci ao mesmo tempo feliz por ter saído daquele ônibus, e ansiosa por estar chegando para começar a pesquisa de campo. Mas a viagem já tinha se iniciado. O sol estava forte (Diário de campo, 2010)”.

### **Uma breve viagem pelo rural nos assentamentos**

Quando Ana Isabel e Maria Estélia, participantes do “Coletivo 14 de Agosto”, leram esse trecho do meu diário de campo acharam muito engraçado e me disseram: “É assim que a gente se sente quando tem que ir a São Paulo e andar de metrô” (diário de campo, 2011). Naquele momento, compartilhamos a mesma sensação de cansaço e estranhamento: eu no campo e elas na cidade. Minha geração é a terceira da família a viver em área urbana. Foi com surpresa que notei pela primeira vez, da janela deste daquele ônibus, a existência de um universo até então completamente invisível aos meus olhos. Aos poucos, fui tomando conhecimento do lugar onde eu faria a pesquisa e de quem eram as pessoas que eu encontraria.

Embora Ariquemes seja o município-sede do Projeto de Assentamento 14 de Agosto, a área urbana é distante<sup>2</sup> e tem acesso viário muito precário. É em Jaru, cidade vizinha, que os assentados estabelecem relações mais frequentes no que diz respeito aos serviços públicos, bancários, comércio. Ali mora boa parte de seus amigos e familiares. Da rodoviária de Jaru parte diariamente, uma vez ao dia, o ônibus que percorre a linha Jaru/Acampamento Canaã, passando em frente ao assentamento. Para ir até o assentamento eu teria que descer na primeira parada, da farinha para eles e da cozinha coletiva, para mim. O percurso dentro área se prolonga por cerca de 10 km. Depois dele, ainda havia outros assentamentos e acampamentos mais distantes.

---

<sup>2</sup> O Assentamento 14 de Agosto está localizado a 60 km da área urbana de Ariquemes e a 30 km da área urbana de Jaru.

Contrariando o imaginário corrente no senso comum de um rural distante e isolado, hierarquicamente posicionado abaixo da urbanidade, me deparei com a presença do rural dentro da cidade, e do urbano dentro do campo - visão essa alimentada a cada parada que o ônibus fazia para que as pessoas comercializassem seus produtos e abastecessem suas casas. Constatar essa importante relação com a cidade me levou em direção a uma experiência menos monolítica e idealizada do rural e de seus sujeitos, muito comum entre os que, como eu sempre viveram nas cidades.

Carneiro (1998) aponta para a necessidade de pensar o rural em suas diferentes expressões, sua heterogeneidade, fora do campo dicotômico entre o campo e a cidade. Para a autora, a ruralidade é a expressão de uma multiplicidade de construções da vida no campo. E o interesse deve ser nem tanto a definição dos limites entre um e outro, mas a capacidade de agenciamento dos atores que o constroem e sua inserção nos processos históricos e sociais vividos pela sociedade em geral. Assim, passa-se a considerar os agentes sociais do campo em diferentes posições, condições e circunstâncias que lhe são próprias.

Ainda que diversas configurações se deem em diferentes arranjos sociais e históricos, é possível, como afirma Wanderley (2011), definir esse lugar chamado rural como um mundo com algumas especificidades.

Mas, ao mesmo tempo, afirmo a particularidade deste mundo rural no contexto da sociedade englobante. E é por essa razão que o chamo de mundo. Quaisquer que sejam suas formas espaciais e sociais, resultantes de distintas formações históricas, das quais fazem parte, o mundo rural se define por uma dupla característica: a predominância dos espaços naturais sobre os espaços construídos e sua conformação enquanto pequeno grupo social, onde predominam laços de proximidade e de interconhecimento (2011, p. 21).

A peculiaridade do mundo rural já se mostrava ali: trata-se de uma extensa rede de encontros, viagens, compras, vendas, visitas familiares e mais uma diversidade de atividades voltadas para e produzidas por pessoas que vínculos na área rural. O ônibus me apresentava, de forma muito clara, um tipo de sociabilidade que encontraria quando chegasse ao assentamento.

O lugar eu ainda não conhecia. O Assentamento<sup>3</sup>, esta forma organizativa decorrente das ações de ocupação dos trabalhadores e desapropriação de terra pelo Estado é um dentre os muitos espaços rurais existentes hoje no Brasil. Ele é caracterizado pela sua capacidade de

---

<sup>3</sup> Para Neves (1999), é preciso diferenciar as dimensões do assentamento: a primeira diz respeito a uma unidade espacial específica, pois é território de investimentos orientado pela aplicação de projetos de reforma agrária e pela descentralização de serviços públicos e sociais. Já a segunda é constituída pela primeira, refere-se a unidade social local de construção de identidades de pertencimento onde se objetivam rupturas nas posições sociais dos sujeitos e nas relações de poder.



refazer a comunidade rural (WANDERLEY, 2000) e por produzir identidades de pertencimento (NEVES, 1999). Neste sentido, a busca por um pedaço de terra implica na construção de laço social e principalmente, um estatuto de cidadania no meio rural.

Voltando ao relato inicial do ônibus, a presença marcante daqueles camponeses<sup>4</sup> na cidade indicava que o assentamento e as muitas outras propriedades rurais tinham um impacto – econômico principalmente, mas também social – naquele pequeno espaço urbano. A cidade deles dependia e, certamente o contrário também acontecia. Marcados pela ausência de apoio do estado, essas famílias buscavam estabelecer relações com o mercado local, de comercialização e, principalmente, de consumo daquilo que já não conseguem produzir em suas terras.

O mundo rural nas suas particularidades locais e a realidade do assentamento se descortinava para mim a partir daquele momento. Eu estava entrando num território cuja construção era dinâmica e passava necessariamente por tensões e negociações daqueles que lutaram para estar ali e os outros agentes mediadores. Entrava também num universo de vida e de trabalho, ou melhor, num universo onde os limites entre a vida e trabalho eram turvos. Para algumas famílias, como essas que apresentarei nesse estudo, viver e trabalhar são ações de uma qualidade diferente porque são imbuídas da vivência coletiva. Essa qualidade é parte de um projeto político que foi construído no cotidiano de suas vidas e está longe de ser vista como parte de um discurso militante desenraizado. Como nos disse José de Souza Martins, “O novo herói da vida é o homem [**e a mulher**] comum imerso no cotidiano” (2008, p. 52). [grifo meu].

---

<sup>4</sup> Consciente do amplo debate existente acerca das diversas nomenclaturas utilizadas para definir o trabalhador rural – agricultores familiares (ABRAMOVAY, 1999), produtores rurais, camponeses – que tem por trás toda uma discussão sobre o fim do campesinato a partir do avanço do capitalismo no campo, aproximo-me aqui das vertentes que afirmam a contínua resistência dessa população a partir do estabelecimento de uma disputa de territorialidades com o capital (WANDERLEY, 2011; MARTINS, 1980; CARVALHO, 2005; MARQUES, 2004). Entendo camponeses como **trabalhadores** guiados por um processo histórico-cultural de afirmação da vida comunitária e dos laços de parentesco, de uma economia doméstica e mercantil, cujos objetivos são a sua reprodução social (GODÓI, MENEZES & MARIN, 2009). É, portanto, nestes termos que me refiro aos camponeses.

# INTRODUÇÃO

O ano é 1992. Estamos em agosto. No dia 16, milhares de jovens iriam às ruas do país pedir a cassação do mandato do então Presidente do Brasil, que renunciaria pouco tempo depois, deixando o cargo para o vice. Dois dias antes, em 14 de agosto de 1992, mais de cem famílias de sem-terra vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam as terras da Fazenda Shangrilá, no município de Ariquemes, em Rondônia. Sem qualquer repercussão na mídia nacional, a ocupação nem por isso foi menos importante. Pelo contrário, a partir daquele momento, aquela ação reverberaria nas vidas daquelas famílias por muito tempo. A realidade dos agricultores locais era de muita precariedade. Nesse mesmo mês trezentos camponeses (acampados e assentados) e indígenas marcharam 200 km, por dezessete dias, até Porto Velho, para negociar com o governo de Osvaldo Pianna, do Partido Trabalhista Reformador (PTR), a situação de descaso em que se encontravam<sup>5</sup>.

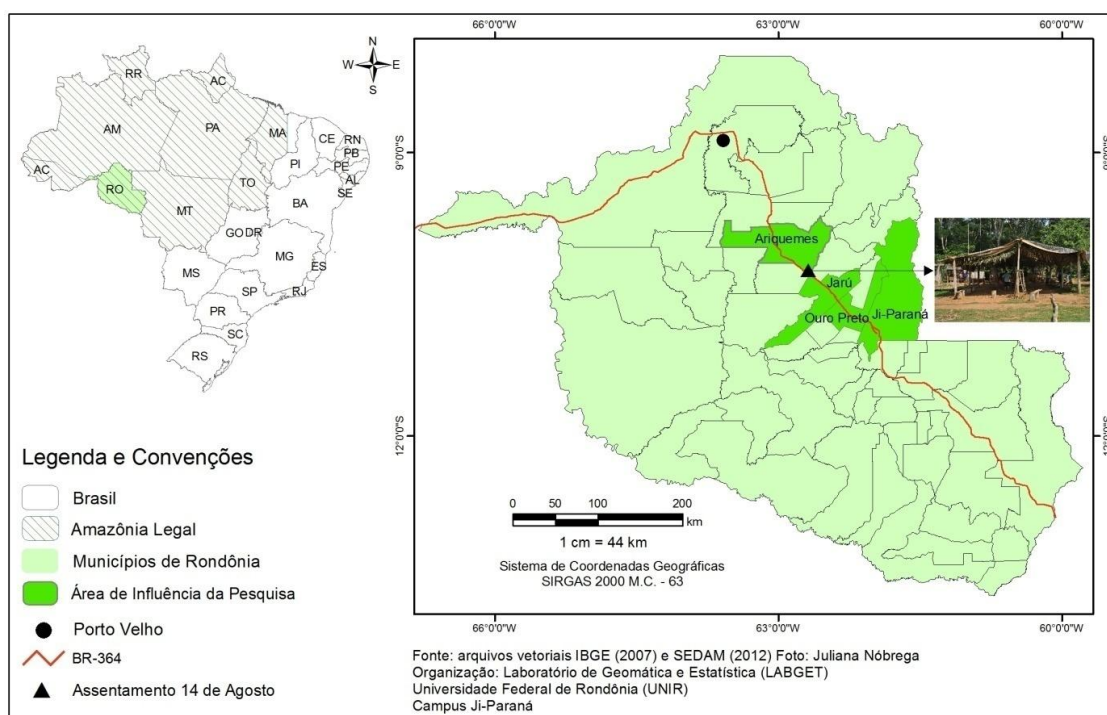
A ocupação deu origem, dezesseis anos mais tarde, ao Assentamento 14 de Agosto. Ele foi conquistado pelo MST em duas etapas: a primeira em 1995 (PA 14 de Agosto) e a segunda, em 2009 (PA. 14 de Agosto II), dezessete anos depois dos primeiros barracos erguidos na Fazenda São Sebastião de Shangrilá. O Assentamento situa-se na Linha C-19, Km 02, desta cidade, às margens da BR-364. É uma das primeiras ocupações de terra do (MST) no estado. Entre 2002 e 2003, foi criado neste assentamento o “Grupo Coletivo 14 de Agosto”<sup>6</sup>, composto por dez famílias de militantes do MST e do Movimento dos Pequenos

---

<sup>5</sup> Não foi possível identificar o nome dessa marcha. Dentre as pautas estavam: a definição de uma política de apoio ao associativismo para os agricultores; assistência técnica aos assentados; construção de postos de saúde nos assentamentos, garantindo equipe e medicamentos; construção de escolas nos assentamentos e nas reservas indígenas; retirada dos jagunços e policiais acampados nas proximidades da Faz. Adriana, em Colorado d’Oeste; melhoria na distribuição de água e energia e saneamento básico; não abertura de estradas que ameacem áreas indígenas e retirada dos madeireiros e garimpeiros dessas terras; atendimento de saúde e educação nas áreas indígenas; depósitos dos recursos destinados ao financiamento da pequena produção; titulação imediata de toas as áreas de assentamento e suas demarcações. De acordo com o mesmo jornal, os camponeses ocuparam a sede do INCRA de Porto Velho e foram despejados violentamente pela polícia, resultando em índios e camponeses presos e feridos. Não conseguiram negociar com ninguém, apenas deixaram a pauta de reivindicações ao Chefe da Casa Civil (O MIGRANTE, 1992).

<sup>6</sup> Esta é a maneira como se auto intitulam as famílias participantes desta iniciativa. Em outros momentos, o nome é acrescido da palavra “agroecológico” para afirmar a presença da perspectiva da agroecologia no dia-a-dia do grupo. Apesar de reconhecer os debates dentro da Psicologia Social a respeito do conceito de grupo, não pretendo aprofundá-lo aqui. De acordo com Ribas (2002), “essa forma de organização do trabalho representa um salto qualitativo na organização da produção familiar, pois já expressa a gestão do processo produtivo de forma coletiva. Nessa forma de organização não se exige um número mínimo ou máximo de participantes, já que se trata de uma organização informal, no sentido de não estar legalizada a partir do regramento jurídico. O título de propriedade do lote permanece em nome do cadastrado (assentado), mas não há o parcelamento dos lotes, que ficam sob o controle do coletivo, apenas uma parcela do lote é dedicada à produção de subsistência. O planejamento da produção é decidido pelo coletivo dos sócios, por meio de uma assembleia. Apesar de ser uma

Agricultores (MPA) que se organizaram para viver em um regime de produção coletiva autogestionário na Agrovila do Projeto de Assentamento 14 de Agosto Fase II – Coletivo.



Mapa 1: Localização do Projeto de Assentamento 14 de Agosto. Elaborado por LABGET – UNIR/2013.

Este estudo trata da maneira como uma experiência cotidiana empreendida e vivida por pessoas comuns repercute e se agiganta nesse mesmo dia-a-dia, transformando os preceitos e as ideias socialmente difundidos de que a mudança pertence apenas às esferas da vida às quais, nós, pessoas comuns, não temos acesso. Tem por objeto o **cotidiano** das práticas de organização coletivas do trabalho e da vida de um grupo de agricultores-militantes deste assentamento.

Meu interesse no tema foi despertado pela notícia de que este teria sido o primeiro assentamento do Estado de Rondônia a desenvolver uma experiência de coletivização das terras e do trabalho. Ainda nos tempos de acampamento, na década de 1990, as primeiras iniciativas de ajuda mútua já tomavam forma. Pouco a pouco, a experiência se ampliou em número de famílias participantes e em quantidade e na qualidade de atividades realizadas coletivamente, abarcando inclusive, a esfera doméstica. O “Grupo Coletivo 14 de Agosto”,

---

estrutura informal, os grupos coletivos possuem uma estrutura de organização interna, tendo um regimento interno aprovado em assembleia e suas decisões são registradas em livros de atas” (p.169).

ganhou importância política tanto dentro quanto fora do assentamento e despertou interesse de alguns pesquisadores<sup>7</sup>.

Sempre tive vontade de realizar uma pesquisa voltada para o cotidiano das pessoas e para as formas como elas se organizam. Foi o horizonte de visibilidade que me permitiu entender o que eu vivi com o grupo ao longo de todo esse tempo. Essa opção é parte de uma perspectiva que assume que as relações, sejam elas quais forem, são construções/produções sociais datadas e localizadas (HARAWAY, 1995). Assim, o dia-a-dia das pessoas é foro privilegiado dessa produção e o cotidiano é entendido como um espaço onde há vida, único lugar possível para a ação social.

Ao contrário, propomos que todos nós, independentemente de onde estamos e quem somos, acordamos pela manhã e entramos no dia que temos pela frente; dia este que nada mais é que um fluxo de fragmentos corriqueiros e de acontecimentos em micro-lugares (SPINK, 2008, p. 1).

Inicialmente, direcionei meu esforço de pesquisa à compreensão dos limites e possibilidades de alteração das relações de gênero uma experiência autogestionária é capaz de trazer para um grupo organizado de forma cooperativa. Depois de muito refletir sobre o trabalho de campo, **o processo de coletivização** empreendido pelo grupo de famílias tornou-se o foco do estudo, sendo a questão de gênero e sua articulação com o processo autogestionário uma<sup>8</sup> dentre as várias repercussões da experiência. De forma geral, procurei escrever sobre aquilo que se sobressai quando se conhece o “Coletivo 14 de Agosto”: sua forma de organizar o trabalho e o sentido disso para a vida dessas pessoas.

Ao longo da pesquisa percebi que a centralidade da terra e do trabalho (compreendido tanto em sua dimensão produtiva quanto da reprodução da vida) desencadeou estratégias para se sustentar no cotidiano. A coletivização do trabalho pedia que as terras (de trabalho) particulares fossem também colocadas à disposição da coletividade. Para tal era preciso também que a alimentação de todos se desse de forma coletiva, uma vez que cozinhar individualmente significaria prejuízo em termos econômicos e sociais, dada a já escassa mão

---

<sup>7</sup> Dois Trabalhos de Conclusão de Curso em História e em Agronomia, respectivamente (PORTUGAL, 2007; LOPES & BRITO, 2009) e uma tese de doutorado recentemente defendida na Geografia (SOUZA, 2011).

<sup>8</sup> Retirar o foco da questão de gênero não significa relegá-la ao segundo plano. Reflete uma opção de contar apenas uma história dentre as muitas possíveis. Como toda escolha feita no processo de pesquisa não é neutra, assim essa também carrega elementos importantes. A escolha por focalizar a experiência de coletivização mais do que a divisão sexual do trabalho no coletivo não significa uma crença de que a transformação do modo de produção seja capaz de alterar as relações sociais de gênero já estabelecidas. Pelo contrário, o que tem sido verificado nos estudos sobre autogestão- e neste também - é que o processo organizativo autogestionário não é prerrogativa para a alteração do modelo patriarcal vigente em nossa sociedade (SALVARO, 2004; WIRTH, 2010; VASCONCELOS, 2011).

de obra do grupo. Essas dimensões da coletivização estavam, na história do grupo, permeadas por uma lógica de sustentabilidade que, ora vinculam-se à militância nos movimentos sociais (MST e MPA) aos quais pertencem essas pessoas, ora ligam-se às experiências camponesas anteriores.

É tarefa quase impossível ignorar a presença do trabalho dividido dentro desse importante espaço quando se parte de uma perspectiva metodológica voltada para o cotidiano e comprometida com a realidade dos sujeitos. É preciso ter em conta que as relações que se produzem pela divisão sexual do trabalho são também datadas e localizadas e que por isso, acontecem de maneiras distintas em cada lugar<sup>9</sup>. A segunda parte do título deste estudo “a união de terras, trabalho e panelas” é proposital: apesar de compreender o trabalho doméstico enquanto trabalho tal como o trabalho na produção, isso não acontece – ainda – nem na nossa sociedade nem no cotidiano do “Coletivo 14 de Agosto”. Por isso, trabalho e panelas aparecem separados no título, pois é a expressão dessa questão. A cozinha coletiva, sendo parte desse processo de coletivização, expressa a divisão sexual do trabalho no grupo, mas também se apresenta enquanto importante espaço de encontros e sociabilidade.

O horizonte do dia-a-dia me colocou num espaço de fronteira disciplinar, conforme dizia Arackcy Rodrigues (1978) para quem a Psicologia Social situava-se nesse lugar, fazendo divisas com diversas outras disciplinas. Visitar o cotidiano das pessoas permite acessar a ponte entre o subjetivo e o objetivo, o material e o simbólico, o individual e o Coletivo, entendendo-os para além dessas dicotomias. Conforme Nogueira (2004), a Psicologia deve começar a “estudar o que as pessoas fazem” (p. 278) em seus enraizamentos locais, em seus lugares (SPINK, 2000). O lugar enquanto espaço ocupado num tempo é onde se dá o fluxo de ações que constroem “o mundo” a partir de relações de colaboração e solidariedade, mas também de disputa, conflitos e contradições. Captar a o enraizamento e a processualidade do cotidiano é tarefa que leva os psicólogos a se reconhecerem como parte da construção dos lugares existentes no mundo. Seu cotidiano – nas diversas instituições e organizações das quais faz parte – também é pleno de sentidos e produto de sua ação.

Nesta pesquisa me aproximei das ideias de Michel de Certeau (2008) que em seus estudos tinha como objetivo que “(...) as práticas ou ‘maneiras de fazer’ cotidianas cessassem de aparecer como fundo noturno da atividade social” (p. 37). O cotidiano nos informa das

---

<sup>9</sup> Essa discussão está fundada na ideia de que a opressão e as desigualdades são frutos de articulações de diferentes pertencas dos sujeitos (gênero, classe, raça, idade, etc). De acordo com os cruzamentos entre essas diferentes inserções, as relações de poder se alteram e diferentes posicionamentos identitários são construídos (PISCITELLI, 2008).

maneiras como as pessoas produzem suas vidas, o que para Certeau (2008) é um processo artesanal, pleno de inventividade e que apesar de se darem na “sombra” das atividades sociais, possuem uma racionalidade própria. Esta contempla conhecimentos e práticas que subvertem, por vezes, a lógica dominante.

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de consumo: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (2008, p. 39).

Trata-se de uma recusa em crer que está tudo pronto e determinado pelo discurso dominante (seja o discurso de direita ou de esquerda). Se há uma racionalidade que produz sentidos, há maneiras de se consumir isso que é produzido, e essas maneiras não se dão aleatoriamente, mas seguem uma lógica própria. O autor interessou-se por conhecer como funciona essa rede de antidisciplina, ou seja, as formalidades das práticas de consumir, a maneira como as pessoas modificam aquilo que lhes é imposto pela razão dominante/disciplinar. Reconhece a existência de relações de poder desiguais na sociedade que geram efeitos diferentes em termos das práticas antidisciplinares possíveis, que, no entanto, não implicam na passividade do mais fraco. Seus estudos falam de uma politização das práticas e auxiliou-me a compreender, por exemplo, que aquilo que é feito oficialmente nos interstícios do trabalho Coletivo é mais do que nunca, ação política. Para caracterizar essas práticas – muitas vezes imperceptíveis – ele propõe pensá-las a partir da ideia de táticas e estratégias. As estratégias são as formas como o cálculo das relações de forças é estabelecido a partir da criação de um **lugar próprio**, de onde se pode controlar e planejar as ações, com independência. Já as táticas seriam a arte do fraco, isto é, formas de manipular as forças sem que se garanta um lugar próprio, o que conseqüentemente implica na ausência de autonomia e controle. As táticas são comandadas pela astúcia e pela capacidade de perceber as oportunidades e brechas existentes para se postular o poder (CERTEAU, 2008).

Se a lógica dominante produz uma racionalidade e se as pessoas, por sua vez, conseguem subvertê-la isso significa que partimos de um entendimento de que elas – as pessoas – são capazes de se construir seus processos organizativos para além daquilo que está dado como certo. Contudo, as pessoas também são construções sociais e estão diante de socialidades e materialidades que nem sempre podem controlar. Daí que um processo organizativo não se faz com total liberdade e de acordo com aquilo que se imagina de antemão. São também processos datados e localizados.

Não são, entretanto, pessoas que têm diante de si a liberdade incondicional para fazer o quê e como quiserem. São pessoas situadas em lugares, defrontando-se com regras, valores, projetos e metas definidos de modo autônomo ou heterônomo; de modo imposto ou partilhado; são pessoas que detêm maior ou menor grau de poder para definir os rumos do que se pretende organizar, os objetivos da empreitada, bem como os caminhos a serem adotados. Vale lembrar, ainda, que são interações simbólicas desenroladas tendo-se em vista a dimensão técnica a disposição (equipamentos, máquinas, procedimentos, etc.) e o ambiente socioeconômico e cultural no qual se insere (SATO, 2012, p.21).

Para reflexão sobre o sentido das lutas pela terra, considere oportuna a discussão feita por Sérgio Sauer (2008) que toma emprestado de Foucault (1990) a ideia de utopia/heterotopia e a introduz na discussão sobre os acampamentos e assentamentos como tentativas de concretizar no cotidiano os sonhos de uma vida melhor. O debate sobre o trabalho coletivo – tanto na esfera da produção como na da reprodução da vida – perpassa as propostas de uma redefinição do econômico e sua práxis cotidiana. Isso foi feito inspirado na literatura existente sobre as **formas alternativas econômicas** contemporâneas e pela reflexão dos processos organizativos autogestionários no cotidiano, a partir da leitura da Psicologia Social do Trabalho.

Com inúmeras dificuldades para concretizar a coletivização em todas essas esferas, ainda assim, já no início da pesquisa de campo, o “Coletivo 14 de Agosto” mostrou-se importante fonte de produção de uma **gramática**<sup>10</sup> acerca das formas de vida alternativas possíveis no mundo atual. Este estudo tratará essas questões como uma interessante busca por democratizar o acesso a condições melhores de vida, construída na criação de táticas e estratégias baseadas na autogestão e na agroecologia. É, portanto, uma história que merece ser contada, tanto pela capacidade inventiva do grupo em operar diariamente formas organizativas diferentes das tradicionais “num verdadeiro malabarismo” (diário de campo, 2013), como me disse Ana Isabel, quanto pelo significado de resistência na luta com o modelo de desenvolvimento estabelecido através do agronegócio.

### **Camponeses Militantes, sim!**

Em seu estudo sobre um acampamento do MST no interior paulista, Loera (2006) alerta para o fato de que nem todos acampados ou assentados são militantes do MST, embora sejam conhecidos e se reconheçam como sem-terra:

---

<sup>10</sup> Chamarei de gramática as *palavras em uso*, em sua concretude no cotidiano. Palavras não são apenas discursos emitidos num vazio, mas compõem a trama que produz os sentidos do mundo. Adoto aqui a noção de sentido trazida por M.J. Spink (2004) para qual “O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta” (p. 41).

[...] para alguns, principalmente militantes, o MST engloba um todo: militantes, acampados e assentados. Mas para outros, principalmente entre os recém-acampados e alguns assentados, existe diferença entre ser do MST e ser sem-terra. O primeiro termo se refere aos militantes, ou mais especificamente, ao que eles chamam de militâncias, os cabeças do acampamento ou do assentamento, e, em termos mais gerais, os cabeças da organização. A segunda palavra refere-se ao conjunto dos acampados e assentados. ‘Todos aqueles que se vêem como candidatos à reforma agrária’ (SIGAUD, 2000, p.84). Além disso, faz-se referência ao movimento tanto para designar o conjunto dos sem-terra como para designar especificamente o MST como organização. (LOERA, 2006, p. 17).

De acordo com Scopinho (2009) há uma tensão entre ser militante e ser acampado e assentado que decorre da divisão social do trabalho no espaço da ação política de acampar ou de se assentar. Ao primeiro cabe a tarefa de mediar a relação entre a sociedade, o Estado e os acampados e fazer a articulação política necessária, enquanto o segundo deve trabalhar na terra – de forma coletiva – para que ela produza e seja reconhecida como produtiva a partir do acampamento. Isso faz com que estes sintam-se explorados pelos outros, pois acabam trabalhando “mais” na terra. Considera-se “trabalho” a lida com a terra e não a militância política. Nesse sentido, a caminhada do “Coletivo 14 de Agosto” também passou por essas tensões e não é de estranhar que o grupo seja formado basicamente por famílias de militantes do MST e MPA.

Quando o Acampamento 14 de Agosto foi montado, nem todas as famílias tinham um vínculo com MST, embora tenha sido o movimento quem organizou a ocupação e negociou a área. Isso não implicava, necessariamente, em uma adesão “orgânica” ao MST, apesar de boa parte das famílias manter com o movimento uma relação de lealdade e compromisso, traduzido no cumprimento de “obrigações”, com a participação em marchas e atos públicos em apoio à causa sem-terra, por exemplo, (LOERA, 2006, p. 54). Alguns militantes mobilizados durante a etapa do acampamento e outros que foram “se tornando militantes” ao longo do processo de ocupação, acabaram ficando raízes ali e ainda hoje moram no assentamento.

**Luciomar e Estélia** casaram-se no acampamento. Ele era militante do MST e coordenava a ocupação junto com outros e ela era professora da escolinha itinerante do acampamento. São pais de **Anne Gabriela e Idania. Ana Isabel e Leôncio** já chegaram casados ao acampamento. São os pais de **Fred, Olga e Camilo**. Ela vinha de uma trajetória de militância no sindicato dos trabalhadores rurais do Estado e ele já coordenava o MST, na companhia de Luciomar. Também foram incumbidos de organizar o acampamento. Ali encontraram outros companheiros e companheiras: **Pititinho** saíra das terras do pai e conheceu o MST através do trabalho da Frente de Massas. Resolveu ir conhecer o



acampamento e contribuir e acabou fazendo parte da mesma frente que o convidou, tornando-se importante militante. Nesse trabalho, conheceu **Sara**, sua esposa, que passou a fazer parte do MST também. Juntos não possuem filhos. Sara tem quatro filhos que não fazem parte do Coletivo. Algum tempo depois, quando um militante precisou ir embora, um lote ficou livre e então, **Josué**, do MPA, foi com sua esposa, **Lurdes** e a filha mais velha, **Josiane** para o acampamento. Também são pais de **Patricia, Jussara e Rosicleia**. Outros casais – também de militantes – foram se aglomerando em torno deles e, juntos, criaram o grupo, em 2003. **Marinês e Isnardo**, do MPA, chegaram só mais tarde com os dois filhos, **Daniel e Ezequiel** em 2009. **Téo**<sup>11</sup> tornou-se pai recentemente, mas a mãe e o filho não moram no assentamento. Ele e **Genivaldo** vivem sozinhos. **Clemilson** (MST) chegou em 2010 e casou-se com **Josiane**, constituindo uma nova família. Ela é mãe de **Gustavo e**, juntos são pais de **Anita**. Recentemente, **Patrícia**, sua irmã, casou-se com um rapaz que não faz parte do grupo, mas ela continua participando. Ela é mãe de **Pedro Guilherme**. Há ainda **Odair e Sônia**, do MPA, que ainda não residem no assentamento, mas participam das decisões do grupo. Os dois possuem dois filhos.

A forte presença da Pastoral da Juventude (PJ), da Pastoral dos Migrantes e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica na região, bem como as organizações dos trabalhadores rurais eram os principais espaços de militância desses casais antes de adentrarem nos movimentos. Atualmente, das dez famílias do Coletivo, três são compostas por militantes do MPA. As demais são do MST. A maioria ocupa ou já ocupou cargos de coordenação em um dos movimentos.

Na época do acampamento, a militância era responsável por mobilizar a cooperação entre as famílias acampadas. Pititinho, da Frente de Massas do movimento conta: “a militância tinha o compromisso de tocar o trabalho Coletivo, mesmo que as outras famílias não quisessem. O desafio era tentar mobilizar daqui.” (Diário de campo, 2011).

A distribuição dos lotes, por ocasião da autodemarcação das terras, foi feita em consonância com o sonho de trabalhar coletivamente: os que queriam participar do grupo ficaram lado a lado na organização da agrovila. Como muito da sua produção já estava coletivizada, a coletivização das terras foi o caminho mais óbvio. A marca dos movimentos nessa iniciativa de coletivização é clara: ambos trabalham com a perspectiva de construir uma

---

<sup>11</sup> Teo chegou após passar um tempo numa missão do MST no Haiti. E Genivaldo participa do grupo desde pequeno, quando sua família ainda fazia parte. Depois que o pai, José Prates, resolveu sair do Coletivo, ele optou por continuar.

sociedade socialista. Para concretizarem esse projeto, a cooperação no trabalho e a coletivização das terras eram os primeiros passos.

A militância dentro do assentamento traduzia-se em iniciativas de tentar fazer algo diferente do tradicional, começando por organizar concretamente o espaço onde viviam de modo a fomentar uma relação mais próxima que facilitasse o trabalho Coletivo<sup>12</sup>. Ligavam-se, portanto, a uma luta pela concretização de ideais anticapitalistas em suas próprias vidas. Mas a dedicação à militância exigiu também certa coletivização da vida doméstica: as crianças cresceram juntas. “Nunca tivemos divisas de lote. Morávamos todos na mesma casa”(Diário de campo, 2010), contou-me Luciomar referindo-se às ocasiões em que um dos pais precisava se ausentar para trabalhar na militância, sempre tinha alguém que podia contar.

Externamente, essa militância era exercida por meio da participação em atos, marchas e principalmente, nas reuniões dos movimentos. Nesse caso, a luta se dava na formação política, isto é, tanto da base dos movimentos quanto da sociedade civil em geral: nas negociações com o Estado, na construção de políticas públicas para fortalecer a Reforma Agrária, na busca por igualdade de gênero, entre outras questões. Apesar de alguns deles já terem deixado de participar dos movimentos dessa maneira, há outros que mantêm as atividades externas ao grupo.

A distinção entre a militância interna e externa é usada aqui de forma meramente explicativa. Na prática, não é possível pensar uma separada da outra. A vinculação aos movimentos tem relação com a construção coletiva do grupo e vice-versa. Uma vivência produz a outra desde o tempo do acampamento e ambas estão ligadas a um desejo de transformação da realidade. Nos dias atuais, a experiência do grupo é entendida como um modelo para outros acampamentos e/ou assentamentos - o que não deixa de ser a continuidade de um trabalho de militância.

O perfil militante do Coletivo reforça a dimensão política da iniciativa, na medida em que se apresentam como uma espécie de vanguarda que se contrapõe ao agronegócio, e se diferencia de outras experiências que se conhece nos assentamentos locais. Hoje, passados 21 anos do acampamento e dez anos de Coletivo, já se vê a formação da segunda geração de militantes: os jovens, filhos desses militantes antigos, começam também a atuar nos movimentos sociais. Organizados em torno do Grupo de Cultura e Arte, os jovens do “Coletivo 14 de Agosto” e mais alguns outros do assentamento, preparam e apresentam

---

<sup>12</sup> Sempre que estiver me referindo ao Grupo “Coletivo 14 de Agosto”, utilizarei Coletivo com a inicial maiúscula para diferenciar da ideia de coletivo, enquanto substantivo ou adjetivo.

místicas para as mobilizações, encontros, festas, mas também para apresentar em escolas e em outros espaços.

### **A Via da Agroecologia**

Tanto o MST quanto o MPA fazem parte da Via Campesina, um movimento internacional que articula diferentes organizações vinculadas à luta no campo, envolvendo pequenos e médios camponeses, homens e mulheres, comunidades indígenas e negras da Ásia, África, Américas e Europa. Em Rondônia, a Via é bastante ativa e articula a luta camponesa, indígena, quilombola e dos atingidos por barragem, incluindo também os intercâmbios com os “campesinos” bolivianos que são bastante comuns por conta da proximidade geográfica. Uma das principais bandeiras da Via, a Soberania Alimentar, por meio da Agroecologia, é um dos aspectos que os dois movimentos comungam e que pode ser visto concretamente no dia-a-dia do Coletivo.

Para a Via Campesina (2011) a discussão sobre a capacidade alimentar global passa pelo reconhecimento de que a agricultura camponesa, de pequeno porte, é uma das respostas para a crise vivida nos dias atuais. Esta crise é entendida como consequência da especulação e da retenção de alimentos produzidos pelas empresas transnacionais de alimentação. A fome e as doenças ocasionadas por uma dieta alimentar baseada apenas em gorduras, farinhas e açúcares demonstram que, ao contrário do que propagam, essas empresas estão fracassando na sua capacidade de prover alimentos ao mundo. Além disso, os métodos utilizados pelo agronegócio na produção dos alimentos estão causando esgotamento dos solos (compactação, salinização, esterilização, erosão) e dos recursos hídricos. Resultado da Revolução Verde<sup>13</sup> (SHIVA, 2003) as colheitas intensas dos monocultivos estão chegando agora ao seu máximo e em algumas regiões começam até a decrescer.

Ainda que boa parte das terras férteis do planeta esteja em propriedades destas corporações, é a agricultura de pequena escala quem produz a maioria dos alimentos consumidos no mundo. No último censo agrário realizado no Brasil (IBGE, 2006) constatou-se uma estrutura agrária altamente concentrada: apenas 24,3% dos do território rural do país são manejados por agricultores familiares. Destes, 84,4% são estabelecimentos de agropecuária. A agricultura familiar brasileira é responsável por 87% da produção de

---

<sup>13</sup> O termo Revolução Verde é usado para identificar o processo histórico de inserção de um modelo de modernização da agricultura baseado no princípio da intensificação através da especialização, concretizados pelos monocultivos.

mandioca; 70% da produção de feijão; 46% do milho; 58% de leite; 34% de arroz; 38% de café. Pouca terra e muito alimento, uma contradição.

Apesar dos dados apontarem a alta produtividade dos estabelecimentos de agricultura familiar, a continuidade desse processo está comprometida. A corrida do agronegócio em torno da aquisição de mais áreas férteis é grande e a forma como incidem sobre o ambiente e a economia local é desastrosa: procuram áreas onde a mão de obra é mais barata, exploram os recursos naturais até o seu esgotamento e depois abandonam a área tendo destruído parte da capacidade local de vida. Para a Via Campesina, a agricultura camponesa segue outra lógica. É nessas propriedades que se encontram práticas de agricultura tradicionais sustentáveis e maior abertura para o desenvolvimento da agroecologia. Como os camponeses estão inseridos em uma comunidade, dinamizam a economia local com sua produção.

Segundo Molina (2009) a adoção de um enfoque agroecológico depende de uma estratégia em que não se busca aumentar a produção de alimentos, mas melhorar a qualidade do ponto de vista da segurança alimentar. Para isso, é necessário manter as condições físico-biológicas dos agrossistemas e criar relações comerciais e de consumo entre os países pobres. Isso significa pensar em termos de um projeto de desenvolvimento pautado na noção de sustentabilidade, palavra carregada de uma heterogeneidade de sentidos<sup>14</sup>. Dessa polissemia nos interessa um elemento essencial: o controle diante das determinações de processos econômicos colocados como naturais no capitalismo (BALESTRO & SAUER, 2009).

A agricultura camponesa sustentável, segundo a Via Campesina, é uma combinação do descobrimento e revalorização dos métodos camponeses tradicionais e da inovação de práticas ecológicas. Tudo isso, evidentemente, necessita de um lugar para ser concretizado: a terra. Neste sentido, é preciso encarar a agroecologia como um processo político de disputa por um modo de pensar a vida no planeta. Para Molina (2009) a agroecologia não pode fugir, portanto, da discussão sobre a Reforma Agrária, por exemplo. Altieri (2001) aponta a importância de politizar a questão da produção agrícola, devendo essa ser feita para a diminuição da subalternidade e da pobreza entre os camponeses. Em Sevilla-Guzmán (2001) a agroecologia aparece como importante mecanismo de fortalecimento da identidade local camponesa, em seus termos sociais e culturais e está voltada para um desenvolvimento endógeno. A agroecologia é, nesse sentido, uma fusão entre os inúmeros conhecimentos e

---

<sup>14</sup> Para uma crítica da noção de sustentabilidade, ancorada no “Capitalismo Verde”, consultar: Panqueva, Diego R. Capitalismo Verde. Una mirada a la estrategia del BID en Cambio Climático. Amigos de La Tierra, Bogotá, 2011. <http://www.rebelion.org/docs/130197.pdf>

saberes pautados pela **campesinidade**<sup>15</sup>, acrescida de inovações que possibilitam ampliar os potenciais de desenvolvimento das comunidades. Não é, portanto, uma técnica, mas um paradigma que fundamenta ações práticas e simbólicas.

### **As estratégias coletivas de produção e a autogestão e o MST**

Fazer parte de um assentamento significa para muitos uma mudança qualitativa das condições de vida. Em uma grande pesquisa realizada entre 1985 e 1997, Leite & et al (2007) constataram alguns indicativos do impacto econômico da criação dos assentamentos rurais no campo brasileiro. Para além de uma análise econômica restrita à questão monetária, os pesquisadores procuraram investigar de que forma a existência desses espaços incidiu sobre algumas questões, tais como a dimensão fundiária, a produção agropecuária, o acesso ao crédito e a geração de renda, aliadas às condições de vida. Os resultados dessa pesquisa permitem vislumbrar impactos positivos nessas questões em relação aos padrões antes existentes nas regiões investigadas. Os assentamentos contribuem, sem dúvida alguma, na redistribuição das terras e outros acessos a direitos outrora muito distantes, como o crédito, por exemplo. Para a maioria dos entrevistados as condições de vida foram alteradas para melhor: moradia, alimentação, redes sociais, acesso a bens de consumo, etc. Redes de produção coletiva foram encontradas funcionando em grande número em quase todos os lugares pesquisados, o que indica a importância dos mecanismos de cooperação para a organização dos trabalhadores. Em termos de desenvolvimento local, os autores apontaram que o impacto desse tipo de acesso na economia local permite outras formas de vida para essas pessoas e para as cidades vizinhas, que com a comercialização diversificada de produtos agrícolas advindos dos assentamentos, veem os preços dos alimentos rebaixados.

Entretanto, mesmo diante de todas essas transformações no plano local/regional, os autores apontam que ainda é preciso considerar a precariedade a que estão expostas essas populações, dada a ausência de uma política de reforma agrária efetiva e adequada: um Estado que pouco intervém na questão fundiária e no investimento em políticas públicas básicas.

Na extensa literatura sobre o tema do desenvolvimento rural e da reforma agrária, a percepção das dificuldades advindas das burocracias para acessar políticas públicas para as

---

<sup>15</sup> Termo cunhado por Klaas Woortmann que diz respeito a uma qualidade camponesa – fundada na tríade trabalho, família e terra – mas que se modela em cada lugar, de acordo com cada situação. Permite ver a heterogeneidade do que é ser camponês. Brandão (1966, p. 166) fala dessa condição: “[...] que entre os homens do campo um feixe quase nuclear de significados fundadores de uma ética peculiar ao campesinato e de um tipo original de modo de vida – a de uma campesinidade – está montado sobre um tripé composto pelas categorias: trabalho, família e terra (BRANDÃO, 1996, p. 166 apud MARTINELLO, 2010, p.42)”.

famílias assentadas parecem um consenso entre os pesquisadores. Para Ferrante, Barone & Duval (2006), as ações e políticas pró-desenvolvimento dos assentamentos ocorrem numa tensão entre os diversos agentes envolvidos com a questão. Trata-se de um campo de forças conflituoso, de disputas que mobilizam trabalhadores rurais e os mediadores oficiais e políticos da reforma agrária (poder público e as organizações dos trabalhadores). A trajetória das experiências dos assentamentos se configura a partir dessa dinâmica de bloqueios e impasses gerados dentro dessas agências. Para esses autores, o trabalhador rural beneficiário dos projetos de reforma agrária ainda ocupa uma posição subalterna na relação de poder.

Considerando o embate que a luta pela terra trava com o modelo de agricultura estabelecido pelo Brasil, baseado quase que em sua totalidade no estímulo ao agronegócio e ao latifúndio, é surpreendente a capacidade dos camponeses de continuarem existindo e insistindo no seu modo de fazer a agricultura. A desigualdade de poder entre estes e os que de fato se beneficiam do Estado é enorme, mas nem por isso deixam de existir e de fomentar a disputa por um sentido da terra enquanto lugar e espaço de vida, de trabalho e de moradia. Wanderley (2000) denominaria esse movimento da construção de uma “nova ruralidade”. É essa, precisamente, a pauta da luta social no campo.

Sabendo que a localização da causa da pobreza rural não está no sentido arcaico comumente atribuído aos camponeses ou em sua incapacidade, mas na ausência de política pública efetiva de redistribuição de terra e promoção de direitos sociais, compartilhamos o ponto de vista da autora acerca desses sujeitos:

(...) não são personagens pretéritos, resíduos, deslocados no tempo, cuja morte anunciada nos cabe constatar. São atores sociais do mundo contemporâneo, que buscam o reconhecimento de seu papel ativo, de protagonistas, dos processos sociais, e a afirmação de seu desejo de estar presente e de garantir sua continuidade. As unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, isto é, são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares tecnológicos, que se traduzam pela maior oferta de produtos, uma maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e a plena valorização do trabalho. Recuso-me, portanto, a compreender os camponeses como os eternos perdedores, passivos diante do que lhes é imposto ou atores de resistências inúteis. Prefiro considerá-los como vencedores de muitas de suas batalhas, (sobre)viventes, em tantos casos, triunfantes, em muitos outros (WANDERLEY, 2011, p.29)

O assentamento – enquanto vivência de pertencimento e estratégia para alcançar a cidadania - pode ser organizado de forma a priorizar a convivência individual/familiar ou pode também fazer parte de uma proposta coletiva mais ampla, inserindo-se assim, no universo dos processos que tendem à autonomia (BERNARDO, 2005) em relação ao modo de produção capitalista. O longo tempo de espera pelo assentamento e a vivência cotidiana forçou o aprofundamento e o amadurecimento dos ideais políticos do grupo. Associações,

cooperativas, grupos coletivos, o estabelecimento de formas de finanças solidárias, etc. – tudo isso é parte de um lento e gradual processo de resistência e construção de um novo modelo de relação econômica que vem se criando, tanto no meio urbano quanto rural, em nível mundial nas últimas décadas.

Neste sentido, é interessante refletir sobre o alcance desses embates contra-hegemônicos travados não fora, mas dentro do sistema e considerar que novos sentidos estão sendo produzidos nesse âmbito. Tal como pontuou Boaventura de Souza Santos (2002), o êxito dessas experiências pode ser analisado pelos efeitos na vida das pessoas e na capacidade de promover e difundir possibilidades organizativas anticapitalistas para a sociedade. Ainda que não sejam capazes de substituir o sistema, suas repercussões não deixam de criar buracos na hegemonia de sentidos vigente.

Alguns autores afirmam que o crescente surgimento dessas iniciativas pode significar, de alguma forma, uma atualização histórica da alternativa socialista (VIEITEZ e DAL RI, 2008). Para estes, cabe à classe trabalhadora e aos movimentos sociais criar formas de luta que eliminem a separação capitalista entre ação econômica e ação política. É nesses espaços de luta que, em geral, aparecem as formas econômicas alternativas<sup>16</sup>. Essas formas, [que ficaram amplamente conhecidas no Brasil sob a insígnia da economia solidária, economia popular solidária, socioeconomia solidária, e na América Latina por economia social], fazem parte de um polissêmico campo de ações, teorias e práticas que tem suas origens tanto na organização dos trabalhadores/camponeses como na criação de uma agenda, na esfera pública, de fomento a estratégias de redução da pobreza. Em contraste com as empresas comuns, esses empreendimentos são caracterizados pela propriedade coletiva dos meios de produção, por um trabalho organizado de forma cooperativa e pela gestão democrática.

Não é de hoje que os trabalhadores se organizam coletivamente para construir um modo de gestão e de produção mais democrático, fincado na igualdade entre os membros e que tenha na solidariedade seu princípio unificador (SINGER, 2002). A possibilidade de criar novas formas de economia está presente na história dos trabalhadores desde muito tempo e remetem a tradições filosóficas<sup>17</sup> distintas. As primeiras associações operárias datam do fim

---

<sup>16</sup> Para se aprofundar na temática, ver: SINGER (2002); CATTANI (2003); TIRIBA (2004); GAIGER (2003), CORAGGIO (1994).

<sup>17</sup> Basicamente tem-se o marxismo e o anarquismo, em suas diferentes correntes, como fontes de inspiração para as experiências de coletivização. Sobre isso, ver: SARDÁ de FÁRIA, M. *Autogestão, cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005. O autor retoma as discussões sobre a autogestão nos processos revolucionários ocorridos no século passado e

do século XVIII e início do século XIX e tem como cerne central a luta de classes, caracterizada ali pela percepção de que era preciso romper as relações sociais do capital (NOVAES & SARDÁ de FARIA, 2012; NASCIMENTO, 2011). Muito visíveis e presentes nessa época, essas primeiras formas de coletivização inspiraram posteriormente diversas tentativas de controle dos meios de produção pelos trabalhadores em diversos países do mundo, especialmente no Leste-Europeu e Ásia (ex-Iugoslávia, ex-URSS, Bulgária, antiga Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Alemanha, China) e na América Latina (Cuba, e mais recentemente, Venezuela) (MARCOS & FABRINI, 2010).

A organização da luta pela terra no Brasil também trilhou esse caminho. Algum tempo depois de seu nascimento, o MST percebeu que não bastava apenas conquistar a terra para que as condições de vida dos “sem-terra” fossem melhoradas. A simples ocupação e conquista da terra não era suficiente para estabelecer a transformação esperada. Schiochet (2012) considera os assentamentos como o lugar que desafiou o MST a pensar alternativas para a democratização da terra por meio de mudanças estruturais no modelo de acumulação capitalista, uma vez que os assentados não irão apenas organizar sua ação política e social, mas também poderão reorganizar os processos econômicos em que estão envolvidos: a luta pelo direito de estar na terra passa pela capacidade que eles terão de produzir para permanecer ali.

Conforme aponta Fernandes (1994), o período 1989 a 1992 foi de estagnação da **territorialização da luta**<sup>18</sup> e a organização dos assentamentos tornou-se tarefa fundamental do movimento. Os assentamentos são a extensão da luta pela terra e a partir do momento em que começaram a despontar como realidade concreta, o problema de garantir a permanência dos agricultores na terra tornou-se um desafio para o MST (BORGES, 2010). A questão da organização produtiva dos assentados foi o principal aspecto sobre o qual se debruçaram.

---

que estiveram fundados nessas ideias. Sobre isso ver também MARCOS & FABRINI (2010) que retomam as bases dos processos de coletivização agrícolas ocorridos no mundo igualmente inspirados nessas correntes.

<sup>18</sup> A territorialização da luta é termo cunhado por FERNANDES (1994; 1996). Por trás dela subjaz uma ideia de que o território é resultado de uma apropriação do espaço geográfico por meio de práticas territoriais individuais, de classe, sociais e materiais, ideologias, etc. A territorialização da luta, portanto, remete a constituição desse território que é permeado pela luta de classes, concretizada na luta pela terra dos camponeses. Quando o capital se territorializa a partir da expropriação da terra e do uso dela enquanto mercadoria, retira dos camponeses e povos tradicionais a possibilidade de seguirem vivendo conforme suas cosmologias. Quando ocorre uma ocupação de um latifúndio pelos movimentos sociais camponeses, esse território do capital é destruído e ali se conforma outra sociabilidade. “Esse é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo” (FERNANDES, 2008, p. 179). Para Fabrini (2008), a territorialização da luta carece de ultrapassar a ocupação, devendo estar presente também nos assentamentos, no momento de garantir a reprodução social camponesa. Daí a relevância de pensar em termos de formas alternativas econômicas.



De acordo com Christofolli (2012), um quinto de toda a população camponesa brasileira está nos assentamentos, número que segue crescendo lentamente e que, no fim desse primeiro período, foi constituída por “uma base social e material extremamente empobrecida e fragilizada (2012, p. 125)”, dadas as condições em que a política de reforma agrária se dava. Para o movimento era imprescindível, portanto, melhorar as condições de reprodução social dessas pessoas, caso contrário, logo abandonariam as terras novamente. A cooperação agrícola era entendida como uma forma defensiva nesse sentido, mas também como **ensaio** para organização da agricultura numa sociedade socialista<sup>19</sup>.

Ao longo do tempo, as concepções iniciais com relação à cooperação foram reformuladas para melhor atender às realidades e expectativas existentes nos assentamentos. De forma geral, Borges (2010) aponta a mudança de uma visão cooperativista que buscava colocar as cooperativas em “pé de igualdade” com as grandes empresas, possibilitando a criação de relações anticapitalistas sustentáveis de menor porte. Para Christofolli (2012) ocorre que a combinação desse modelo de cooperação com a falta de apoio estatal, o despreparo técnico e a diferença entre o modo de vida camponês tradicional e as experiências socialistas fizeram com que o movimento refizesse sua estratégia.

Ao longo do tempo, o MST elaborou um modelo que engloba diferentes formas de cooperação<sup>20</sup>. Tentou-se conciliar as determinações e as necessidades coletivas com os desejos e projetos individuais dos assentados, sem que uma esfera anule a outra. Combina-se nível de autonomia individual com trabalho coletivo, o que facilita a produção e a vida comunitária dentro dos assentamentos (SINGER, 2002; VIEITEZ e DAL RI, 2008). Como aponta Scopinho (2007), a heterogeneidade da forma de cooperação é a expressão da necessidade de flexibilizar a noção para que ela sobreviva no cotidiano dos assentamentos.

De acordo com Scopinho (2007), a cooperação nos assentamentos do MST é estratégica em vários sentidos. Já no início dos acampamentos a cooperação se fez necessária como forma de luta pela terra: é preciso cooperar para acampar. É uma aprendizagem em termos econômicos, sociais e políticos. Economicamente, a cooperação é uma estratégia de proteção contra os problemas da pequena propriedade rural. Do ponto de vista social e

---

<sup>19</sup> Na história de constituição do MST, que data do fim dos anos 1970, o empobrecimento dos camponeses e a forte presença da igreja católica ligada à teologia da libertação, desencadeou o processo de formação de grupos coletivos e semi-coletivos inspirados nas experiências socialistas existentes na época (CHRISTOFOLLI, 2012).

<sup>20</sup> São eles: Grupo de Família ou Núcleo de Produção (NP); Grupo de Produção Semi Coletivo; Grupo de Produção Coletivo; Associação ou Grupo de Máquinas; Condomínios; Cooperativa de Prestação de Serviços ou Comercialização; Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços; Cooperativa de Produção Agropecuária; Cooperativa de Crédito Rural.

comunitário, é uma forma de ampliar o acesso aos bens de consumo coletivo e infraestrutura mínima para a produção da vida. Politicamente, é ela que facilita a logística que sustenta a luta social dos militantes. Enquanto movimento social, o MST necessita se expressar para a sociedade e para tanto, a cooperação é arma poderosa. Está presente nas mobilizações, marchas, ocupações, mas também no dia-a-dia do assentamento, quando a reciprocidade e a ajuda mútua acontecem.

### **Um norte dentro da polissemia da autogestão**

Apesar de ser uma palavra polissêmica (LEÓN-CEDEÑO, 1999), a autogestão está impregnada por noções de igualdade e de democracia direta, tanto no plano da luta social e da utopia quanto no nível das relações sociais cotidianas que acontecem nos espaços de ação coletiva. Para Nascimento (2004) a autogestão é caracterizada pela gestão coletiva e pela proposta de um novo modo de produção, no qual o controle e as decisões dos mecanismos produtivos sociais estão concentrados nas mãos dos membros de um coletivo. Já Viana (2007) considera que a autogestão é uma relação de produção que se generaliza para outras esferas da vida social. Através dela abole-se o Estado, a democracia representativa, as classes sociais, o mercado, uma vez que ela implode a divisão social do trabalho. Para o autor, ela é incompatível com o sistema de democracia representativa existente na atualidade. É, portanto, um projeto que não se realiza por completo porque as condições ainda não estão construídas.

Vieitez & Dal Ri (2008), entendem a autogestão nas experiências das empresas recuperadas e do MST como **formas organizacionais de transição**, tomando emprestado de Marx (1991 apud VIEITEZ & DAL RI, 2008) a ideia de que essas experiências são um passo no processo de conversão para um sistema socialista. Para estes, o trabalho associado altera as relações capitalistas endógenas – na produção – mas ainda não conseguem alterá-las na sua dimensão exógena, ou seja, no regime de intercâmbio de mercadorias.

Estes autores estão apontando não para a inviabilidade do projeto socialista/anarquista, mas para o seu caráter de **transição** para outras formas de relação social. Significa, para nós que batalhamos cotidianamente junto aos grupos ou para aqueles que buscam construir uma experiência desse tipo, que ela só é perfeita em termos teóricos. Entender a autogestão dentro do escopo da transitoriedade e da experimentação é fundamental no cotidiano. Ali todas as contradições sociais aparecem, mas a possibilidade de concretizar a democracia direta ainda existe. Sato & Esteves (2002) a encaram enquanto **um processo organizativo** que se dá no

**cotidiano** de construção de relações sociais diferenciadas dos outros modelos de gestão do trabalho, pois se baseia, fundamentalmente, na democracia direta.

O olhar para o cotidiano das experiências de autogestão e o seu propósito socialista e/ou anarquista revelam que este é um processo pedagógico, na medida em que é uma aprendizagem que o trabalho coletivo propicia aos trabalhadores de uma cultura diferenciada.

(...) a potencialidade da economia popular radica-se no fato de que ela pode constituir-se em um amplo processo prático-educativo, em uma escola que deve ser vivida, não apenas para atenuar os problemas do desemprego, senão também para que os trabalhadores e a sociedade descubram ser possível uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas e sociais tanto no âmbito do lugar de trabalho, quanto no âmbito de toda a sociedade (TIRIBA, 2001, p.374).

Isso fica claro na experiência que será relatada aqui. O “Coletivo 14 de Agosto” é um **grupo de famílias militantes** do MST e do MPA. Não é um estudo sobre trabalhadores desempregados que precisaram se organizar em forma de cooperativa para conseguir gerar uma renda, como se tornou comum nas grandes cidades a partir da década de 1990. Trata-se de um grupo de trabalhadores rurais, que sim, têm necessidade de trabalhar para se sustentar, mas optaram por um modo de organização que é, ao mesmo tempo, a fonte de sua subsistência e a fonte de sua forma de dizer algo a sociedade – a autogestão. A busca pela autogestão no cotidiano deste grupo resultou num processo rico de construção de sentidos do trabalho e da vida num universo marcado pela violência e expropriação de direitos como é a realidade agrária na Amazônia.

Para isso congregam a luta pela terra e a busca da autonomia alimentar dos camponeses. De nada adiantava ter a terra se ela não fosse capaz de lhes prover a autonomia que necessitavam para continuar vivendo ali. A força deste grupo reside na transformação que fizeram do seu próprio espaço, primeiramente, ocupando-o, e depois, escolhendo a forma de habitá-lo, por meio do projeto da agrovila. Junto a isso, têm construído uma forma de se relacionar com o econômico que, em alguns momentos, subverte a questão da mercadoria, priorizando o bem viver das pessoas.

Tal como afirma Tiriba (2001), na economia popular o que está em jogo é o estabelecimento da **reprodução ampliada da vida** e ela é, em última instância, uma ação política. A autora trabalha com a ideia de reprodução ampliada da vida advindas das discussões do campo da Economia Social na Argentina. Para José Luis Coraggio (1993), o objetivo da economia popular é a utilização do trabalho com o objetivo de “lograr la reproducción transgeneracional de la vida –biológica y cultural – de sus miembros” (p.11)

En contraposición con la economía del capital, cuyo sentido está dado por la acumulación, el sentido de esta verdadera economía del trabajo estaría dado por la reproducción ampliada -mediante el trabajo- de la vida biológica y cultural de sus miembros. Considerando la tendencia a excluir una parte significativa de la población del acceso a recursos para su reproducción, y dado el vacío de alternativas económicas integradoras, hay una mayor probabilidad de construir ese subsistema en la época actual. No es entonces el tamaño de sus elementos, ni la ausencia de control por parte del estado, ni su productividad, ni el tipo de bienes o servicios que produce, sino la calidad de sus relaciones y el sentido de sus productos lo que caracteriza a la economía popular. Desde su perspectiva, el capital humano no es visto como recurso externo que se puede explotar subordinándolo a una lógica de acumulación, sino como un acervo inseparable de la persona, de la unidad doméstica y, por extensión, de la comunidad y la sociedad, cuyo desarrollo eficaz incluye inmediatamente la mejoría en la calidad de vida de sus miembros” (1993, p. 11).

Para Tiriba (2001) é preciso ter em conta que a economia popular é orientada por um projeto político cotidiano que enfrenta organismos internacionais, governos, empresários numa constante disputa. Precisa lidar também com as diferentes identidades presentes no setor dessa economia para conseguir fazer a síntese e manifestar-se enquanto um projeto político hegemônico – e o faz com certa dificuldade. A busca de um território familiar e coletivo, a constituição de um **lugar de vida e de trabalho** que seja capaz de guardar a memória daqueles que por ali passaram e garantir a reprodução social camponesa, é uma das dimensões mais importantes da luta que esse grupo empreendeu. Mesmo com todas as contradições – e não são poucas - que um processo desse tipo pode ter, acredito que iniciaram um questionamento da racionalidade econômica vigente na nossa sociedade.

León-Cedeño (2006) sugere que as iniciativas igualitárias sejam vistas a partir de três aspectos: como ocupação<sup>21</sup>, como resistência e como potência, organizando o dia-a-dia das pessoas. A primeira diz respeito à capacidade das pessoas se organizarem para ocupar novos espaços de vida, contra-hegemônicos, em seus territórios ou lugares, a partir de seus posicionamentos. Trata-se de preencher os espaços com as materialidades e socialidades que queremos. Essas ações, que podem ser pequenas, vão penetrando os “buracos do poder” e implodindo-o.

Emancipar-se, então, é aprender a exercer a potência e a resistência em ações práticas, para ocupar novos espaços de vida, cada vez mais potentes. Isso acontece de forma situada ou territorializada: a emancipação, que poderia adquirir múltiplas formas, adquire uma específica dependendo do momento e do lugar, e vai se transformando nas práticas cotidianas (LEÓN-CEDEÑO, 2006, p.251).

---

<sup>21</sup> O “Movimento Okupas” é o movimento de ocupação de locais de propriedade dos especuladores imobiliários e do Estado, em Barcelona, que busca questionar essa lógica de uso dos espaços pelo capitalismo. Estes espaços são ocupados e transformados em lugares de atividades de cultura, política e moradias comunitárias. Sobre essa iniciativa, ver LEÓN-CEDEÑO, 2006.

Para isso acontecer é preciso ter forças. A resistência e a potência são importantes nesse processo. Resistir é necessário para conseguir sobreviver diante das restrições dessa sociedade. Mas é preciso avançar, construir algo que vá além disso, daí a potência. A emancipação é sempre afirmativa, nesse sentido. E há também a dimensão cotidiana da emancipação, que a autora denomina de fractal. Esta diz respeito à lógica cotidiana em que a vontade de subverter a ordem estabelecida se mantém viva. Sua forma é irregular e fragmentada e se dá em diferentes escalas, cada uma com suas características próprias. Cedeño alerta para o fato de não haver, nesse caso, potência pura. “(...) todos estamos sujos, somos mesclados, mestiços, atravessados pela frieza burguesa para sobrevivermos (como disse Adorno) e também fazemos coisas por amor e cuidado mútuo (2006, p. 252)”.

No cotidiano, é preciso articular espaço, tempo, ações e recursos enraizados nos lugares. Acredito que essas dimensões da luta poderão ser percebidas neste estudo. O Coletivo 14 de Agosto viveu e vive ainda o processo de construção de uma iniciativa que tem no princípio da igualdade e da coletividade suas maiores inspirações. Mas essa fabricação é artesanal e não é fácil de ser feita, como se verá.

\*\*\*

Para realizar esta pesquisa apostei na convivência cotidiana como forma de me aproximar do modo como essa experiência foi construída. A pesquisa tem, portanto, um caráter etnográfico e se deu no período de 2010 a 2013, entre idas e vindas para o assentamento e participações em atividades externas do grupo. O trabalho de campo ocorreu durante duas etapas, tendo sido a primeira a mais longa, período em que convivi com as famílias durante semanas ao longo de um ano. Posteriormente, houve um segundo momento em que realizei algumas entrevistas com o objetivo de compreender melhor o sentido da coletivização para aquelas pessoas.

Essas conversas – que se deram tanto na convivência quanto nas entrevistas - aliadas às leituras teóricas do debate acerca da cooperação autogestionária em assentamentos rurais quanto da perspectiva do cotidiano na Psicologia Social do Trabalho, possibilitaram a organização da tese da seguinte maneira:

No Capítulo 1 traço os percursos trilhados até chegar ao problema de pesquisa ao qual me dediquei. Nele procurei contar como se deu o processo de construção dos contornos desta pesquisa, dando especial atenção à negociação dos limites éticos da mesma junto às famílias do grupo e às lideranças do movimento social.

Em seguida, no Capítulo 2, apresento um panorama geral da ocupação recente de Rondônia, inserindo os processos em curso no “Coletivo 14 de Agosto” em um cenário mais amplo das lutas sociais no campo na Amazônia Brasileira, para então tratar da história que deu origem ao “Coletivo 14 de Agosto”, considerada a partir da ocupação da fazenda Shangrilá, em 1992 até o período em que este estudo foi realizado, 2012, vinte anos depois.

Inauguro o debate sobre o processo de coletivização no cotidiano com um capítulo sobre o sentido das terras coletivas (Cap.3 Terras Coletivas). Através dos depoimentos dos membros do grupo podemos observar a construção da disputa para legitimar uma lógica, uma racionalidade alternativa ao modelo tradicional de uso da terra, tanto por parte dos latifundiários e do Estado, quanto por parte dos próprios camponeses que preferem trabalhar no âmbito da família. Pretendo mostrar como o processo de coletivização da terra proporcionou uma reconstrução do sentido de si próprios enquanto camponeses e incidiu diretamente sobre a forma de organização do trabalho na agricultura.

Em Lugares da Cooperação I faço uma breve descrição de caráter etnográfico das frentes de trabalho agrícola do Coletivo. Em seguida, dou início à apresentação do Capítulo 4. Trabalho (s) Coletivo (s). Nesse trecho, foi preciso separar o que não se deveria separar – o trabalho na produção do trabalho para reprodução da vida, ou o doméstico, tendo em vista a importância da discussão sobre este último. De qualquer maneira, neste capítulo, os aspectos relacionados ao sentido do trabalho coletivo são apresentados em termos de vantagens e desafios. Na primeira parte, o Coletivo fala das socialidades e materialidades que a coletivização lhes proporcionou: como família e consciência, os aspectos pedagógicos do trabalho em cooperação, erros e acertos coletivos, vantagens econômicas, desafios e dificuldades relacionadas à organização interna e a relação com o Estado capitalista. Na segunda parte dessa análise, aparece então a discussão sobre os aspectos econômicos do trabalho no grupo: o balanço entre o projeto político e a necessidade de gerar renda, a questão da juventude e as diferentes necessidades de geração de renda dentro do grupo.

Entre este último capítulo e o próximo, Lugares de Cooperação II descreve brevemente a cozinha coletiva e suas transformações ao longo da pesquisa. Em seguida está o Capítulo 5. Panelas Coletivas. Ali apresento a cozinha como espaço primordial de sociabilidade do grupo e ao mesmo tempo, como lugar daquele trabalho que seria realizado individualmente em casa – pelas mulheres – caso não tivessem feito a coletivização. Versa também sobre vantagens e desafios de coletivizar as panelas no cotidiano de uma sociedade marcada pela divisão sexual do trabalho, mesmo entre aqueles que buscam construir uma

sociedade diferente. Lugares da Cooperação III fala sobre a mística realizada pelo grupo de teatro do assentamento do qual fazem parte os jovens do grupo.

Por fim, as Considerações Finais onde procuro discutir a experiência como um todo, sem pretender chegar a uma visão correta, ou “melhor”, sobre o assunto da coletivização entre camponeses. Há fortes indícios de que a vivência de anos destas pessoas incidiu sobre suas vidas de maneira importante, configurando formas cotidianas de ação fundadas pela política.

Por fim, preparei um álbum de fotografias que denominei de “Paisagens”. Não quis usá-las no decorrer dessa narrativa porque não queria que estivessem servindo ao texto, como ilustrações. Meu desejo foi deixá-las livres, falando por si só. Para mim, são paisagens de um lugar onde viver é entendido como fazer política.

## ORDEM E PROGRESSO

Zé Pinto

Esse é o nosso país  
Essa é a nossa bandeira  
É por amor a essa pátria Brasil  
Que a gente segue em fileira

Queremos que abrace essa terra  
Por ela quem sente paixão  
Quem põe com carinho a semente  
Pra alimentar a nação  
Quem põe com carinho a semente  
Pra alimentar a nação  
Amarelos são os campos floridos  
As faces agora rosadas  
Se o branco da paz se irradia  
Vitória das mãos calejadas  
Se o branco da paz se irradia  
Vitória das mãos calejadas

Esse é o nosso país...

Queremos mais felicidades  
No céu deste olhar cor de anil  
No verde esperança sem fogo  
Bandeira que o povo assumiu  
No verde esperança sem fogo  
Bandeira que o povo assumiu  
A ordem é ninguém passar fome  
Progresso é o povo feliz  
A Reforma Agrária é a volta  
Do agricultor à raiz  
A Reforma Agrária é a volta  
Do agricultor à raiz

Esse é o nosso país...



# CAPÍTULO 1

## ENCONTROS E CAMINHOS TRILHADOS

O “campo de pesquisa” fala mais sobre o **tema** no qual nos inserimos durante a pesquisa do que sobre o lugar em que se desenvolve a pesquisa (SPINK, 2003). Apesar de campo ser uma palavra que nos leva a pensar em espaço, numa pesquisa o campo expressa tanto um universo simbólico quanto material. Envolve o momento presente do debate no qual nos inserimos, mas também aquilo que já foi dito em outros tempos. No campo cabem as interlocuções com os atores locais e com aqueles que se ligam ao tema de alguma maneira. A construção da pesquisa não se dá apenas nas conversas com as pessoas que vivenciam a experiência cotidianamente. São inúmeras as conversas que vão tecendo a pesquisa, dando um desenho a questão que buscamos responder.

Campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades (2003, p.36).[grifos meus].

Adotar esta visão implica reconhecer que o tema que buscamos conhecer não é debatido apenas por nós, mas por diversas outras pessoas que se relacionam com o assunto a partir de outros posicionamentos (eu, como pesquisadora, os militantes do MST/MPA, os moradores do assentamento, a mídia, outros pesquisadores, outros militantes, o dono do mercadinho que vende fiado para os moradores do assentamento, enfim, uma infinidade de atores sociais), além dos artefatos, como jornais, documentos de domínio público, filmagens antigas, o próprio assentamento, as casas, os créditos do INCRA, as panelas da cozinha, etc. Tudo pode falar do assunto que buscamos conhecer, ao mesmo tempo, num movimento de combinações complexas, algumas vozes conectadas entre si e outras nem tanto.

Como era de se esperar, ao entrarmos nessa **pororoca de sentidos** (SPINK, 2008) entramos também num universo conflituoso onde diversos pontos de vista, inclusive antagônicos, estão em constante debate. Pesquisar é um ato que se dá numa dinâmica de aproximação e distanciamento que possibilita vislumbrar a questão de pesquisa como um problema que vale a pena ser debatido. O que faz uma história ser interessante é a forma como conseguimos validá-la e isso não se faz sem entrar na arena dos conflitos. Como falar,

portanto, sobre assentamentos sem com isso entrar na discussão sobre o impacto dessa política na vida das pessoas e as dificuldades existentes (SCOPINHO, 2007)? Como falar em autogestão sem mencionar os diversos sentidos da palavra que circulam por aí e que concretizam práticas e efeitos diferentes (LEÓN-CEDEÑO, 1999, NOBREGA, 2006)? É possível conectar lógicas distintas – a de um grupo que quer uma sociedade anticapitalista e a de um Estado capitalista - em busca de algo que se aproxime da ideia de cidadania?

Exatamente por estarmos, assim como os outros, dentro do campo-tema que temos uma responsabilidade diante daquilo que estamos produzindo, discursivamente e também em nossa prática cotidiana. Ou se preferirmos, em nossas práticas discursivas como pesquisadores, **entendendo que a palavra é uma ação no mundo** (M.J.SPINK, 2004). Esta responsabilidade aumenta na medida em que entendemos a pesquisa como **construção de visibilidades**, conforme sugere Sato (2009). O que estamos tornando visível ou não com nossas pesquisas e de que maneira fazemos isso? Se crermos que podemos dar algum tipo de respostas a uma pergunta – de pesquisa, que seja - isto significa que somos parte do problema também. Somos também atores na construção do tema.

Declarar-se parte de um campo-tema é demonstrar a convicção ética e política de que, como psicólogos sociais, pensamos que podemos contribuir e que estamos dispostos a discutir a relevância de nossa contribuição com qualquer um, horizontalmente e não verticalmente. Horizontalmente, porque não há nenhuma grande verdade mantendo quentes as nossas costas; nenhum instrumento de inquisição que podemos mostrar para garantir obediência às nossas ideias. Só podemos arguir e discutir, tal como os demais. (...) Somos somente uma parte de uma ecologia de saberes, cada uma das quais partindo de um ponto distinto e pensando que tem algo a contribuir (SPINK, 2008, p.76).

A partir do momento em que tomei a decisão de estudar o cotidiano de uma iniciativa de trabalho coletivo e autogerido no MST, adentrei num universo denso de temáticas e práticas que eu desconhecia. Meu desconhecimento sobre o tema trouxe alguns desafios. Em primeiro lugar, havia o fato de estar desenvolvendo uma pesquisa numa região do país pouco conhecida pela maioria dos pesquisadores de Psicologia, o que tornava a tarefa mais complexa e ao mesmo tempo, mais interessante. Como falar sobre a Amazônia sem cair nos exotismos ou romantismos<sup>22</sup> que, muitas vezes, caracterizam o imaginário comum construído a respeito deste lugar? Poucas são as pesquisas em Psicologia que procuraram dar conta da realidade destes espaços. Este aparente desinteresse da Psicologia Social parece estar relacionado, além do distanciamento físico, também a uma visão centrada na vida urbana dos

---

<sup>22</sup>Sobre essas visões, ver na Antropologia os debates de Ramos (1991; 1996) e na Psicologia Social, Calegare (2010): “Todas as visões que não levam em conta as reais condições de vida do habitante do meio rural: ambiente de muitas adversidades, abundante só na aparência e permeado por contingências políticas e econômicas bastante desfavoráveis. Tampouco consideram o processo histórico e as lutas de resistência de certos segmentos na constituição de estereótipos, modos de vida e identidades”(2010, p.176).

grandes centros do país, muito mais do que num rural distante, desconhecido e exotizado pela mídia num processo histórico de longa data. Considero esse um dos meus maiores desafios e espero conseguir contribuir para a produção de conhecimento a respeito de uma parte desta realidade se faça sem tantos preconceitos. Sem dúvida alguma, tomar parte da vida cotidiana dessas pessoas foi um desafio para mim, cuja formação como psicóloga se deu num lugar completamente diferente deste para o qual eu me voltava. O esforço de deslocar o olhar sem formatar a realidade de antemão foi difícil.

Em segundo lugar, eu saía de um campo-tema exclusivamente urbano – a temática dos resíduos sólidos e o trabalho de catadores nas cidades – e passava agora a olhar para o rural e para os movimentos sociais do campo. Isso me colocava, necessariamente, dentro do debate sobre a luta pela terra no Brasil, reforma agrária, campesinato e outras questões-chave impregnadas de perguntas sobre a nossa realidade social.

Também nesse caso a Psicologia Social do Trabalho não estava preparada para me ajudar. Há importantes referências<sup>23</sup> na temática rural dentro da Psicologia, mas são ainda poucas quando comparadas com a quantidade de psicólogos que debatem as questões urbanas. É importante notar o recente envolvimento do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na discussão das questões relativas a terra em âmbito nacional, através da publicação das “Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas (os) em Questões Relativas a Terra” (CFP, 2013). Neste texto, fica evidente que há uma crescente preocupação da categoria com essas questões, porém pouco conhecimento produzido para que o psicólogo consiga atuar junto a essas populações – seja no contato direto com elas, seja na construção de políticas públicas. Trata-se da participação ativa desses profissionais na democratização da sociedade brasileira a partir do reconhecimento da existência de outras racionalidades:

A questão de fundo que está colocada para a construção deste caminho de diálogo e comprometimento da Psicologia com as populações do campo brasileiro é a própria possibilidade de maior democratização do Estado brasileiro e de nossas instituições, ao tempo que ocorrem a emergência e o fortalecimento das inúmeras populações e territórios étnico-culturais no interior de nosso país. As lutas dos povos do campo, que já possuem uma longa e rica história, permitiram o surgimento de novas subjetividades, social e culturalmente diversas, que buscam alianças com nossos profissionais e com a nossa ciência para seguirem avançando no diálogo com a sociedade, o Estado e a cultura atualmente hegemônicas (CFP, 2013, p. 103).

---

<sup>23</sup> Refiro-me aqui aos trabalhos de Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCAR); Rosineide Cordeiro (UFPE), Jáder Ferreira Leite (UFRN) e Mara Coelho de Souza Lago (UFSC) e seus orientandos de mestrado e doutorado. Certamente há outros pesquisadores aos quais eu não tive acesso a literatura, mas é notável a escassez de estudos nessa temática, especialmente voltados para realidades fora do eixo sul-sudeste do país.

Como falar do cotidiano de uma experiência de autogestão dentro de um assentamento de Reforma Agrária sem conceber a importância da dimensão da luta pela terra e os impasses vividos pelas famílias na relação com o Estado?

Foi o intenso processo de pesquisar e através das múltiplas negociações cotidianas dessa relação que me deu condições de construir o objetivo desta pesquisa. Passei por diversos objetivos e construí algumas perguntas dentro daquilo que vivi com o grupo. Como minha tarefa não era apenas conferir se aquilo que eu queria saber de fato procedia na realidade, parte da minha tarefa também era saber se elas faziam sentido ou não, **se eram úteis ou não para aquele debate** (SPINK, 2003). Isso só ficaria mais claro posteriormente, conforme fui conversando com as pessoas.

Este “tornar” a questão um problema de fato só pode acontecer mediante um processo de intensa negociação entre aquele que pesquisa e aqueles que são “sujeitos” da pesquisa. Dessa maneira, pesquisar não é um processo neutro ou imparcial, mas um ato dialógico, construído com o Outro. Orientada por esse princípio fui gradativamente conhecendo melhor as pessoas que estavam mais próximas, política e geograficamente, da experiência que eu queria conhecer melhor. Por fim, resolvi que conheceria a experiência de coletivização, nas suas dimensões da terra e do trabalho, dando ênfase para o processo organizativo envolvido.

## **1. A inspiração etnográfica na pesquisa**

Condenada como um instrumento do colonialismo<sup>24</sup>, a etnografia vem sendo reabilitada nos debates contemporâneos, que apostam em seu potencial dialógico como forma de produzir um conhecimento a partir das múltiplas perspectivas, impregnado pela negociação e reciprocidade entre quem pesquisa e quem é pesquisado. Para Cordeiro (2004), a etnografia é “um empreendimento dialógico que ocorre em determinado contexto, fruto de posições negociadas entre as pessoas do lugar e o (a) pesquisador(a) (p.50).” Este diálogo envolve tanto momentos de colaboração como momentos de conflito. Levando em consideração que há, pelo menos dois momentos importantes em que isso acontece na construção da pesquisa: aquele quando entramos em contato com as pessoas dos lugares e o outro quando temos a tarefa de escrever a experiência etnográfica, a elaboração do texto.

---

<sup>24</sup> Sobre o debate da autoridade etnográfica, consultar James Clifford (1994) e Jorge Carvalho (2001).

Ainda segundo a autora, a reorientação da etnografia se dá na passagem de um modelo de observação ocular e dualidade entre observador/observado para uma noção mais hermenêutica do encontro entre o pesquisador e os seus interlocutores. Não se trata mais de ir se aventurar sozinho em campo, com o diário de campo em mãos, mas de tentar construir uma conversa entre os diferentes mundos. Essa construção implica o reconhecimento de dilemas éticos importantes: sobre a autoria do texto, sobre a finalidade dele e sobre os processos que o permitiram ser escritos. Para isso é preciso admitir que a pesquisa é uma prática social tal qual outras, que produz e é produto de relações sociais.

Assim se deu no caso desta pesquisa. Em momento algum consegui fazê-la sozinha. Desde o momento anterior a minha entrada no assentamento, com as negociações prévias e contrapartidas, até o momento em que apresentei uma primeira versão do texto para eles lerem, essa pesquisa se deu nessa relação de colaboração e conflito. Ao me permitirem conhecer de perto suas vidas, me deram também a responsabilidade de escrever sobre elas de uma forma que fosse válida para ambas as partes. Tal como Cordeiro (2004) entendo que essa pesquisa precisa estar impregnada da processualidade do ato de pesquisar. Neste sentido, não há dados ou informações (SPINK, 2003) sobre o “Coletivo 14 de Agosto”, mas formas de falar sobre ele, versões dele, escritas por mim a partir das diversas conversas que tive com as pessoas do grupo.

Entendo o estranhamento, então, como uma maneira de construir um diálogo possível entre nós. Não posso, de forma alguma, negar que essa experiência foi estranha a mim em quase todos os sentidos. Entretanto, conforme Sato & Souza (2001) também apontam, acredito que o estranhar foi uma sensação recíproca, não apenas minha. Assim como aquilo tudo era diferente para mim, eu era diferente para eles. A aproximação mútua permitiu que eu entendesse melhor o que eles estavam fazendo ali e que eles confiassem um pouco mais em mim para me deixarem estar ali. Considero importante contar um pouco da longa caminhada que fiz até chegar nesse ponto.

## **2. Os caminhos que me trouxeram de volta para casa**

Durante a graduação tive oportunidade de conhecer diversas experiências de homens e mulheres que trabalhavam em cooperativas populares de maneira autogerida. Trabalhei como psicóloga numa ONG que fomentava a Economia Solidária nas cooperativas por seis anos. A experiência me valeu uma dissertação de mestrado em Psicologia Social sobre os sentidos do processo de educação para a formação de cooperativas populares (NOBREGA,

2006). A partir dessa primeira atuação junto às cooperativas pude avaliar um pouco quais os diferentes sentidos atribuídos ao processo de incubação tanto do ponto de vista dos profissionais e estudantes que a desenvolviam quanto dos trabalhadores dentro das cooperativas acompanhadas. Naquela ocasião ficou clara a distância entre o cotidiano dos empreendimentos e suas dificuldades e a visão daqueles que se propunham a “formá-las” e os limites dessa visão.

Logo depois conheci outra maneira de trabalhar a educação para a autogestão dentro das cooperativas, agora como monitora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) por quase três anos. Nesta última, participava de um coletivo de estudantes para o qual a autogestão era entendida como projeto político de sociedade e não apenas mais uma forma de organizar o trabalho em tempos de globalização e desemprego. Isso nos fazia atuar junto aos grupos de trabalhadores e trabalhadoras no sentido de promover uma reflexão sobre suas condições sociais para que a autogestão adquirisse um status diferente naquelas realidades, dentro do escopo da Educação Popular.

Na incubadora nos organizávamos em Grupos de Estudos em Economia Solidária (os GEPES) vinculadas a diferentes aspectos: saúde do trabalhador, planejamento econômico, processos pedagógicos, dinâmicas das relações humanas, tecnologia, comunicação e artes e gênero. A autogestão enquanto experiência histórica de trabalhadores e trabalhadoras em busca de uma sociedade mais igualitária era o tema transversal de todos os grupos. A participação no grupo de estudos de gênero me familiarizou com o debate a respeito da condição das mulheres e dos homens nos empreendimentos em que os meios de produção são Coletivos.

A presença de mulheres nestes grupos sempre nos chamou muita atenção e apesar da pouca literatura existente sobre a temática, nos esforçávamos para fazer a discussão das relações sociais de gênero em espaços autogeridos. Neste processo tomei contato com algumas teorias sobre a divisão sexual do trabalho em contextos heterônomos. Em nada essas teorias desmentiam processos cotidianos que eu já tinha percebido nas cooperativas de trabalho que eu conhecera. Com algumas diferenças importantes, aparentemente, a situação das mulheres nestes empreendimentos continuava semelhante a das mulheres nas formas de trabalho assalariado. Isso nos fazia querer compreender melhor o que limitava a transformação dessas relações no âmbito da autogestão.

Daí nasceu a primeira pesquisa de mestrado, na área da educação, desenvolvida por uma colega do grupo de estudos que buscava entender a situação de mulheres e homens em cooperativas de triagem de materiais recicláveis e o significado que estes atribuíam ao trabalho associado (WIRTH, 2010). Suas constatações foram significativas: dentre as entrevistadas, a pesquisadora percebeu que o trabalho associado, ao mesmo tempo em que permite às mulheres articular melhor as suas atividades domésticas com as atividades na produção, também pode piorar ainda mais a sua exploração.

Resolvi fazer minha pesquisa com essa mesma indagação, porém num grupo diferente, que pertencesse a algum movimento social organizado, onde eu imaginava que a questão seria construída de maneira diferente. Quando ingressei no doutorado, em 2009, meu projeto de pesquisa se propunha a estudar a questão das formações de gênero dentro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em São Paulo. Quis saber se havia diferenças nessa realidade quando os cooperados participavam de um movimento social, onde eu sabia, havia uma série de processos de formação política envolvidos. O projeto não avançou muito. A discussão de gênero no movimento parecia ser muito incipiente ainda.

Durante as férias do meio de ano, em agosto de 2009, em visita à minha família (que vive no município de Ji-Paraná, em Rondônia, desde 1985) um evento chamou minha atenção e acabou transformando meu projeto de pesquisa. Fui convidada para participar da festa de entrega dos equipamentos para construir hortas num sistema de “mandala” para duas mulheres moradoras do Setor Chacareiro, em uma área de ocupação, na periferia de Ji-Paraná. Eram as primeiras hortas deste tipo financiadas pela Fundação Banco do Brasil, por meio do Projeto Padre Ezequiel,<sup>25</sup> que estavam sendo entregues no município. A cerimônia de entrega seria na casa de uma das senhoras que coordenava a associação de moradores, que por sinal, era conhecida da nossa família. Houve uma solenidade em que os políticos locais que apoiaram a vinda do financiamento das hortas para o estado falaram um pouco e logo depois uma confraternização. Dali nos dirigimos para a casa de uma das senhoras que receberia a horta para acompanhar a implantação da mesma. Aquela situação, por mais simples que tivesse sido, me deu vontade de conhecer mais de perto a realidade do lugar onde eu cresci. A partir daí, comecei a amadurecer a possibilidade de reformular meu projeto de pesquisa, de modo que fosse realizado junto a um movimento de luta pela terra em Rondônia.

---

<sup>25</sup>O Projeto Pe. Ezequiel pertence à Diocese da Igreja Católica de Ji-Paraná/ RO. Existe há 25 anos e tem como objetivo realizar o trabalho de base com agricultores no estado, promovendo, a partir da Educação Popular, formações no campo da agroecologia, da saúde, dos direitos das crianças e adolescentes e políticas públicas.

Nas férias de fim de ano, voltei a Ji-Paraná e encontrei Afonso, um amigo, na época padre e advogado da Comissão Pastoral da Terra de Rondônia (CPT-RO). Conversando sobre essa vontade de realizar a pesquisa em Rondônia e da temática da autogestão, ele me contou de uma experiência de coletivização que ocorrera num assentamento do MST, localizado na cidade de Ariquemes. Tratava-se do “Coletivo 14 de Agosto”. Fiquei interessada e fui em busca de formas de conhecê-los. Para isso, precisei antes passar por diversos lugares e conversar com inúmeras pessoas diferentes. Era compreensível que eu não podia ir direto ao assentamento falar com as famílias, afinal de contas, quem era eu em Rondônia? Há doze anos fora de casa, eu finalmente voltava. Apresentei-me para as pessoas e disse o que queria fazer. A negociação para autorização para realizar a pesquisa durou alguns meses, com intervalos longos entre um contato e outro, devido ao fato de que eu ainda estava fazendo as disciplinas em São Paulo. Conforme as negociações para a pesquisa se davam, a pergunta inicial foi pouco a pouco ficando para trás. Num determinado momento da pesquisa, a discussão de gênero foi deslocada para um segundo plano e outros aspectos se sobressaíram. Entretanto, ao finalizar o processo de pesquisa, percebi que os deslocamentos operados nessas negociações serviram para que a questão pudesse ser retomada em outros moldes.

A complexidade das relações sociais cotidianas daquelas pessoas implicava em olhar para o gênero como uma construção social datada e localizada e em **articulação** com outras categorias, podendo ora caracterizar-se pela opressão e desigualdade, ora pela possibilidade de empoderamento (PISCITELLI, 2008). Entrecruzadas com as relações de classe, raça, idade e outras, como por exemplo, o mundo rural e a militância, as relações sociais de gênero se reconfiguram (NOGUEIRA, 2004). Não há, nesse sentido, uma mulher e um homem essencial. Da mesma forma, não podemos falar na somatória de opressões – mulher, negra, pobre, por exemplo. O que há são articulações dessas diversas pertencas e que conformam por vezes, opressão, por outras, privilégios. No caso do “Coletivo 14 de Agosto” eu encontrava ali mulheres e homens, agricultores e militantes, migrantes, de múltiplas raças e idades. Pensar o processo de coletivização operado pelo grupo passa, evidentemente, por todas essas inserções e implica o abandono de uma visão etnocentrada no pesquisador/a (mulher, branca, urbana e ocidental). As negociações que relato a seguir são parte do processo de desconstrução dessas naturalizações presentes no meu próprio universo de mulher, branca, psicóloga, moradora da cidade e pesquisadora.



### 3. As negociações, objetivos e as redefinições do estudo<sup>26</sup>.

#### 3.1. A negociação com o MST

O primeiro lugar onde parei para conversar sobre a pesquisa foi na sede do MST. Só depois fui conhecer o grupo. Podia ter ido direto ao assentamento, mas iria sozinha e sem respaldo de uma das organizações políticas a qual o grupo se filiava. Assim, em 04 de janeiro de 2010, visitei a sede do MST de Rondônia, que fica na cidade vizinha a minha, em Ouro Preto D'Oeste. Meu amigo intermediou o encontro, agendando uma conversa com Matilde, uma das coordenadoras do movimento, e indo comigo. Quando chegamos, me apresentei e expliquei a ela a proposta de pesquisa. Ela compreendeu imediatamente minha intenção, que naquele momento ainda era verificar se e de que forma a autogestão alterava as relações de gênero em um grupo Coletivo, e concordou que o melhor lugar para desenvolver a pesquisa seria mesmo o “Coletivo 14 de Agosto” por conta do acúmulo de experiência já vivida pelas famílias que fazem parte do grupo.

Nesta conversa lembro-me que Matilde chamou atenção para qual seria minha contribuição nisso tudo. Disse que a pesquisa tem o lado bom e o lado ruim: “é uma faca de dois gumes”. Ela pode ajudar, mas também pode atrapalhar. A pesquisa ajuda porque mexe com assuntos que são pouco explorados pelo movimento, por conta das necessidades mais urgentes. Pontos que podem estar esquecidos ou escondidos e que quando alguém pergunta sobre eles são reavivados, as pessoas voltam a pensar neles. Para ela, esse é o objetivo de uma pesquisa, no mínimo: **reacender esses temas**. Porém, mexer nesses assuntos e não se comprometer com eles é complicado.

Entendi que ela se referia ao meu comprometimento enquanto pesquisadora. Como nas outras pesquisas que fiz, ali também havia a exigência de uma contrapartida. No caso de um movimento social formado politicamente, como o MST, não se tratava simplesmente de apresentar os “resultados” da pesquisa quando tudo terminasse, mas de contribuir efetivamente para o conhecimento e a transformação da realidade dos assentados e das assentadas e do movimento. E isso me foi exigido desde esse primeiro contato. O “como” fazer isso, ou o que ela esperava, não ficou claro nem eu perguntei. Mas aí ela continuou dizendo que nada adiantava eu fazer tudo isso se o Grupo não estivesse interessado em, a partir da pesquisa, transformar a própria realidade. Disse ainda que a pesquisa não tinha que dizer o que era que tinha que ser feito – dar uma resposta pronta - mas que era importante

---

<sup>26</sup> Em toda a tese os trechos em itálico referem-se a extrações do diário de campo.

apontar para as possibilidades de transformação. Porque se isso não for feito, as pessoas que participaram da pesquisa vão desanimar, acharão que suas vidas estão mesmo ruins e que não há saída para elas a não ser ficar do mesmo jeito.

Saí dessa primeira conversa com o MST com dois sentimentos: o de que a pergunta que eu fazia era compreensível e interessante para eles, mas ao mesmo tempo me senti cobrada a respondê-la, o que me assustou um pouco. Resposta que eu também não tinha pronta. O sentimento de “ter” que responder por que as desigualdades de gênero permaneceram e como fazer para alterar as lógicas que as produzem gerou uma tensão que em alguns momentos foi boa, mas em outros, certamente, não. De uma forma ou de outra, o sentimento era de que apenas a descrição e a análise seriam insuficientes. Isso me acompanhou por um bom tempo no decorrer da pesquisa (Diário de campo, 2010).

### 3.2. A negociação com o “Coletivo 14 de Agosto”

Não demorou muito depois dessa primeira conversa para que eu fosse conhecer o grupo. No dia 7 de janeiro de 2010, Afonso, Matilde e sua filha, Moara, me levaram para visitar o assentamento. Estava ansiosa para conhecer o grupo, mas não fomos direto pra lá. Passamos antes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Jarú, onde estava acontecendo um ato da Liga dos Camponeses Pobres em protesto pela morte de Élcio Machado e Gilson Teixeira Gonçalves, assassinados brutalmente em 9 de dezembro de 2009. A comoção das pessoas presentes me impressionou bastante. Ali, conheci alguns sobreviventes do massacre de Corumbiara<sup>27</sup> e, depois de passar uma manhã ouvindo relatos sobre o martírio deles, seguimos viagem até o assentamento. No caminho, Matilde e Afonso me contaram detalhes do drama vivido no massacre, testemunhado por eles, que foram chamados para ajudar a encontrar os sobreviventes, acalmar as pessoas, levar para hospital, etc. Fiquei com náuseas de ouvir. Triste pensar que aquilo tinha ocorrido de verdade. Eu tinha apenas 14 anos na época e lembro vagamente da comoção local com o crime.

Felizmente, a chegada ao assentamento aliviou um pouco aquele sentimento fúnebre que nos acompanhava. Inicialmente pela paisagem, depois pelo acolhimento das pessoas dali. Era uma tarde quente de inverno amazônico<sup>28</sup>, mas não havia sinais de chuva a caminho. O céu estava limpo, azul. Num determinado ponto da BR-364 entramos numa estradinha de terra

---

<sup>27</sup> O Massacre de Corumbiara, ocorrido em 1995, em Rondônia, resultou do enfrentamento entre a força policial do estado e os acampados da Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara e resultou em cerca de dezesseis mortos e muitos desaparecidos. Será melhor explicado no próximo capítulo.

<sup>28</sup> O inverno amazônico é a temporada de chuvas intensas, ocorrendo entre outubro até meados de abril.

à direita, rodeada de mata dos dois lados. O ar era bem mais fresco. Já estávamos na área do assentamento. Paramos para admirar uma casinha de madeira na beira de uma represa. Era a casa da professora da escola do assentamento, a Maria Estélio. Depois chegamos à famosa cozinha coletiva do grupo e fui, pouco a pouco, apresentada para quem estava por lá. Ofereceram-nos café e aproveitei pra conversar com alguns sobre a ideia da pesquisa enquanto passeávamos pelo assentamento.

No passeio, conheci a escolinha, a antiga associação e o posto de saúde desativado do assentamento. A escola era a única que ainda funcionava. O assunto da violência no campo reapareceu, quando Ana Isabel, coordenadora do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e integrante do Coletivo, nos mostrou as árvores que plantaram desde os tempos do acampamento, em homenagem aos militantes que morrerem defendendo a causa dos sem-terra. Além disso, ouvi as primeiras versões da origem do “Coletivo”. Fiquei fascinada pela experiência. **O que vi foram pessoas fazendo a opção por uma vida melhor.** Fui convidada a retornar para iniciar a pesquisa tão logo eu pudesse (Diário de campo, 2010).

### 3.3. Militância e a busca de autonomia

À medida que fui conhecendo mais sobre a experiência do “Coletivo 14 de Agosto”, me convenci, definitivamente, de que a escolha daquele grupo seria ideal para a pesquisa que eu queria desenvolver. O interesse foi despertado também pelo fato de que ali convivem dois modelos diferentes de gestão do trabalho – o coletivo e o individual. Metade das famílias assentadas resolveu, ainda nos tempos de acampamento, coletivizar a produção agrícola enquanto que a outra metade optou por trabalhar de forma familiar. Considerei outro aspecto relevante para a escolha deste grupo o fato de que a organização coletiva do trabalho e da vida<sup>29</sup> foi uma escolha consciente feita desde que estavam acampados. Ao longo do tempo foram coletivizando aspectos que vão além do trabalho produtivo. Tudo começou com dois casais de militantes que queriam viver isso e conseguiram agregar outras famílias que, hoje, coletivizam os momentos de lazer, de educação e de alimentação também.

---

<sup>29</sup> Ao falar em “organização coletiva do trabalho e da vida” estou me referindo a um processo organizativo ligado a ideia de autogestão. Entretanto, esta palavra foi quase nunca utilizada pelos membros do grupo para definir sua realidade. O termo *Coletivo*, por sua vez, parecia suficiente para explicar aquilo que viviam. Apesar disso, considero importante localizar a experiência nos termos dos múltiplos sentidos da autogestão (BERNARDO, 2005; LEÓN-CEDEÑO, 1999; SINGER, 2002). Para o grupo, a cooperação no trabalho agrícola e na alimentação, além dos processos de tomada de decisão Coletivos é o que os define como um Coletivo de trabalhadores, fato que os aproxima amplamente dos debates sobre a autogestão.

Eu já havia sido informada pela Matilde que discutir teoricamente a igualdade é diferente de vivê-la no dia-a-dia: “Ser agricultora e militante é muito difícil” (Diário de campo, 2010). Apenas quando cheguei ao assentamento pude perceber que a minha questão – sobre as relações de gênero - não se mostrava tão evidente como parecia. Contaram-me da decisão em coletivizar a produção e a cozinha do assentamento, que deu origem ao grupo. Mas, ali, naquele dia, trabalhando na cozinha estavam apenas mulheres, o que me deixou intrigada. A Ana Isabel me explicou o que eu não estava entendendo: **algumas mulheres conseguem acessar alguns dos espaços masculinos, como a liderança, mas o contrário não é necessariamente verdadeiro, ou seja, os homens não ocupam os lugares tradicionalmente femininos.** Isso fez muito sentido quando me lembrei de que sempre que eu falava da questão de gênero, as pessoas me contavam algo sobre a participação das mulheres, mas nunca sobre como o trabalho doméstico havia se transformado. Nas entrevistas realizadas com mulheres, a forte militância nos movimentos sociais de luta pela terra foi marcante: Ana Isabel referiu-se a si própria como sendo a primeira mulher brasileira a assumir a presidência do sindicato dos trabalhadores rurais. Em outro espaço – a escola formal e a da vida coletiva - Maria Estélia trouxe para este estudo a reflexão sobre a dimensão cotidiana dessa militância por meio do debate sobre a educação; Marinês abordou de diversas maneiras o universo camponês e a importância do projeto político socialista no cotidiano das ações do grupo. São apenas exemplos dessa importante dimensão que toma a vida dessas mulheres. Jovens ou não, elas experimentam a militância a partir do seu gênero, de seu corpo, de sua classe social.

#### 3.4. As trocas exigidas

Depois das negociações iniciais com o MST e com o grupo, ocorridas em janeiro de 2010, retornei rapidamente a Rondônia e acompanhei a Marcha do MST no Abril Vermelho. Ali conheci mais algumas pessoas do Coletivo. O tempo foi curto e não deu para aprofundar nada. Apenas voltei à Rondônia em setembro daquele ano, para iniciar a pesquisa de campo.

Como havia se passado muito tempo, fiz novo contato com o MST para atualizar a conversa. Apresentei por escrito a proposta de trabalho no assentamento e expliquei que faria uma imersão etnográfica pois queria conhecer o cotidiano do grupo. Acostumados a esse tipo de intervenção por conta dos princípios de Educação Popular adotados pelo movimento, me aceitaram pela segunda vez como pesquisadora. Antes de ir embora, enquanto aguardávamos o ônibus, fui surpreendida com o pedido para auxiliar num curso para os jovens que

aconteceria no outro final de semana num assentamento diferente. Ansiosa como eu estava para conhecer algum assentamento da região, aceitei na hora o convite e fui, com minha irmã, passar um final de semana de setembro de 2010, no Assentamento Pe. Ezequiel, em Mirante da Serra.

A ideia era contribuirmos na construção de uma gincana, um momento de lazer para os jovens que ficariam ali o dia inteiro discutindo temas políticos e, provavelmente, estariam bem cansados. Reunimos-nos com alguns coordenadores da atividade e preparamos em grupo a programação noturna. Mais tarde passaram por lá mais dois militantes e, aproveitando nossa presença, nos convidaram para irmos na rádio local dar uma entrevista para um programa que o movimento fazia todo sábado. No caminho para rádio, Claudinho tentava combinar com a gente o que iríamos falar. Sugeri que minha irmã falasse sobre a questão das barragens em Rondônia, tema de sua pesquisa. De mim, um pouco sobre a relação da universidade com os movimentos sociais e do tema da minha pesquisa e por que é importante para eles esse estudo. No estúdio da rádio, o programa já havia começado e Márcio, do MST, entrevistava um vereador de Mirante da Serra, do PT, e o secretário municipal de saúde. Estavam falando sobre a gestão deles.

Eu estava nervosa com a situação. Não tinha me preparado para falar em rádio sobre a pesquisa. Aliás, não tinha me preparado pra falar publicamente com ninguém, a respeito da pesquisa que eu mal começara. Estava tudo iniciando ainda, nem com o grupo eu tinha conseguido falar direito! Concordei em falar, contanto que eu não revelasse a identidade do grupo. Terminada a entrevista com os dois, Márcio nos convidou para sentar à mesa com ele e começamos a conversar. Primeiro perguntou algumas coisas para minha irmã e depois para mim. A primeira pergunta: O que eu vou estudar e qual a importância da relação da universidade com a sociedade. Falei sobre minha trajetória na universidade, meu interesse pela Psicologia Social do Trabalho, o interesse pela autogestão e pela questão de gênero. Respondi dizendo o motivo de eu ter vindo estudar aqui no estado, expliquei meu vínculo familiar com a região e também justifiquei meu interesse em colaborar na produção de conhecimento numa área ainda pouco estudada, porque faz mais sentido para mim...

Só depois de muito tempo consegui explicar a minha pesquisa. Falei da dificuldade que mesmo as pessoas mais conscientes têm de transformar as relações entre homens e mulheres. Da situação da mulher na sociedade, da sobrecarga, da falta de reconhecimento do trabalho doméstico, da dificuldade que muitas encontram em aceder espaços políticos, etc. O Márcio me fez mais uma pergunta sobre a violência contra a mulher e falou da necessidade da

luta de classes e me perguntou o que eu achava, se o machismo era resultado do capitalismo e o que era preciso para transformar isso. Nessa hora eu já discordei dele em pensamento, mas não havia tempo pra me alongar falando disso, então, como ele tinha mencionado educação e cultura como forma de transformar, falei um pouco sobre isso, sobre as músicas que ouvimos que desqualificam a mulher e que até gostamos, das formas como criamos as crianças e a importância da escola, etc.

Não consegui chegar nem perto do debate que seria importante fazer. Pra mim, ficou marcado o fato de que toda vez que se fala de relação de gênero a primeira coisa que vem a cabeça das pessoas é a violência contra a mulher. Quer dizer, o que aparece é o extremo do machismo e não o cotidiano dele. Outra coisa que me incomodou e que eu também não consegui argumentar ali foi o fato de que o machismo é fruto apenas do sistema capitalista, o que conseqüentemente significa dizer que sem o capitalismo não haverá mais desigualdade de gênero. E não é isso que a história dos sistemas socialistas no mundo nos conta, pelo contrário.

Encerrado o programa, voltamos ao assentamento e depois do jantar Coletivo fizemos várias brincadeiras com os jovens, sem nenhuma pretensão de formação política. Na manhã seguinte retornamos para casa. Na semana seguinte, recebemos um email de Claudinho agradecendo pela nossa participação. A mensagem me tranquilizou. Tudo parecia estar certo agora. Eu tinha mostrado que era digna de confiança, cumprindo uma tarefa que me solicitaram e ainda passei por uma arguição pública, no programa de rádio (Diário de campo, 2010).

### 3.5. “Até que ela não foi tão mal, né?”

Voltei ao assentamento em setembro de 2010, logo depois do fim de semana no Assentamento Pe. Ezequiel. Fiquei hospedada na casa da Maria Estélio a professora da escolinha, e do Luciomar, seu marido. Nós já havíamos nos conhecido antes, na marcha realizada no “Abril Vermelho”.<sup>30</sup> No dia seguinte, após o almoço, uma reunião com todos do grupo foi convocada. Era a hora de eu me apresentar formalmente. Sentamos todos nos

---

<sup>30</sup> Trata-se de uma semana de mobilizações organizada pelo MST em todo país. Ocorre em abril para lembrar a brutalidade do massacre de Eldorado dos Carajás, PA. Em cada estado, o MST prepara marchas, debates, assembleias cujo objetivo é trazer o debate da Reforma Agrária para dentro das cidades. Em 2010 participei do Abril Vermelho de Rondônia, realizado em Porto Velho. Os militantes ocuparam a sede estadual do INCRA por uma semana. Lá eu conheci mais algumas pessoas do Assentamento 14 de Agosto, principalmente os mais jovens.

bancos do lado de fora da cozinha coletiva. Todos mesmo: as mulheres, os homens, os jovens que tinham acabado de chegar da escola e as crianças. Foi um tanto desconcertante.

Depois de explicar ao grupo o que eu queria fazer ali e por que uma pesquisa sobre a questão de gênero na autogestão, algumas pessoas se posicionaram concordando através de falas sobre o processo deles, sobre ter uma pesquisadora ali todos os dias com eles, mas quase nada sobre a questão de gênero. Eu estava tão ansiosa para saber o que pensavam que perguntei diretamente suas opiniões sobre o assunto. E falaram coisas que deslocaram meu ponto de vista. A principal delas foi uma fala feita pelo Luciomar sobre o trabalho com gênero feito pelas igrejas e outras organizações. Segundo ele, o que esperam de um trabalho de gênero é que seja pensada a relação entre homem e mulher e não apenas, a mulher. Recordou os tempos de trabalho de irmãs da Igreja Católica que iam lá e provocavam a mulher a se libertar e estas acabavam se divorciando e a família se desestruturava. Achei curioso ele falar aquilo para mim. Outras pessoas se posicionaram favoravelmente, mas sempre me alertando para a maneira de conduzir a pesquisa. Uma estranha tensão tomou conta do lugar a partir daquele momento. Ninguém, nem mesmo eu, sabia o que aconteceria com a minha presença ali. Tudo estava por acontecer.

Após a reunião, fiquei ali sentada conversando um pouco mais com as pessoas. Então, duas mulheres se aproximaram de mim, como quem quer conversar um pouco mais. Fizeram perguntas sobre a minha vida e depois, uma delas, me perguntou se eu poderia passar na casa dela para conversar sobre coisas particulares, já que eu era psicóloga. Disse que sim, que assim que desse, eu passaria lá para conversarmos mais. Mais tarde, quando todos voltaram para casa, a Maria Estévia veio me dizer que no período da tarde, na escola, um garotinho de sete anos, o Ezequiel comentara com ela sobre a minha fala na hora do almoço: “É, Estévia, até que ela não foi tão mal, né?”. Depois dessa primeira reunião, entendi que eu precisava rever minha visão a respeito da questão de gênero, deixar o discurso, amplamente difundido na nossa sociedade, de que a desigualdade de gênero existe e a mulher deve ser a única protagonista da transformação. Estaria eu reproduzindo ali uma posição de gênero urbana, num claro exemplo de etnocentrismo? (Diário de campo, 2010).

\*\*\*

Munida de muitas interrogações fui, pouco a pouco, conhecendo a vida coletiva daquelas famílias. A partir daí, boa parte do conhecimento e das intenções que eu trazia de antemão, se transformou. Ao longo da pesquisa, outras conversas aconteceram

individualmente com as pessoas e nessas, a visão era quase sempre a de que era preciso trabalhar o casal e não apenas a mulher. A família era o lugar de onde deveriam brotar as mudanças de gênero. E ali existiam nove famílias e cada uma era diferente da outra.

Conforme me inseria no campo-tema fui percebendo outra coisa: a desigualdade de gênero ali obedecia a uma racionalidade econômica: a mulher não consegue fazer trabalhos mais pesados, por isso, ao invés de tirar um homem do trabalho pesado para mandá-lo para uma atividade considerada mais leve, estariam tendo prejuízo. As mulheres, por sua vez, expressavam duas posições: a percepção da desvalorização do trabalho doméstico pelos homens do grupo – que não trabalhavam na cozinha – e ao mesmo tempo, demonstravam pouco interesse em alterar essa relação **trabalho pesado x trabalho leve**, optando por manter a situação como estava. Enfim, fui aos poucos percebendo que para o grupo, a questão importante a ser discutida ali era a da valorização da cozinha coletiva enquanto lugar de trabalho e de sociabilidade que merecia maiores investimentos, mas não necessariamente, alteração na forma organizativa do trabalho como um todo. Afinal, todos ali pareciam estar cientes da correlação de forças estabelecida entre homens e mulheres e, apesar de eu considerar um problema – o mesmo não acontecia para eles e elas. Tratava-se de evitar a perda econômica.

Apesar da frustração ao perceber esse “limite” colocado para a discussão das desigualdades de gênero, passei a me concentrar na totalidade do processo organizativo autogestionário. Entretanto, o assunto da cozinha coletiva sempre voltava à cena, cada vez que falava sobre isso com eles e com outras pessoas, de modo que, como eu mencionei no início desta tese, ficava difícil ignorar aquela realidade. A ideia da articulação das diferentes inserções das pessoas, em termos práticos, significou compreender que nem sempre o que é desigualdade para algumas, será para outras em todo e qualquer lugar, porque há outras relações sociais atuando e conformando privilégios e opressões. Isso também não implica, necessariamente, em um relativismo que permite que as desigualdades sejam entendidas como parte do processo local. Pelo contrário, é preciso um cuidado ainda maior, pois pensá-las nesse terreno requer o reconhecimento dos sentidos que aquelas pessoas atribuem a todas as suas diferentes inserções no mundo e o entendimento das combinações que são feitas. A partir dessa leitura, pude então retomar a discussão da cozinha coletiva pontuando quais eram – para o grupo – os sentidos de terem coletivizado também as atividades que antes eram realizadas apenas dentro das casas e como se articulam com a importância dada pelo grupo para a geração de renda.



A escolha do método etnográfico, ao me aproximar do cotidiano do Coletivo, possibilitou que eu fosse, ao longo do tempo, transformando as questões da pesquisa, tentando me aproximar um pouco das “categorias nativas”, ou seja, aquelas produzidas pelas pessoas do Grupo, e me “distanciando”, ou pelo menos colocando em suspenso, as categorias que orientavam meu entendimento a respeito do trabalho, da questão de gênero e da autogestão.

### 3.6. Objetivos e o processo de pesquisar

Optei pelo enfoque etnográfico como estratégia central para o desenvolvimento desta pesquisa. Tal opção implicou em conhecer de perto, por meio de uma convivência diária, o cotidiano das famílias do Grupo “Coletivo 14 de Agosto”. Nos períodos de setembro de 2010 a setembro de 2011, fiz diversas visitas. Passava apenas o período da semana com eles, retornando para minha cidade no fim delas. Isso porque as atividades do Coletivo cessavam nos sábados e domingos e eram poucas as pessoas que ficavam lá. Apenas duas vezes estive lá no fim de semana.

Lá, fiquei hospedada na casa da Maria Estélio e do Luciomar. Além de ser um espaço maior do que os demais foi através dos dois que eu retornei ao Assentamento em setembro. Na ocasião, fui encontrá-los numa feira em que comercializavam os produtos do Coletivo. A feira era dentro de uma faculdade da cidade. Como era tarde da noite, acabei ficando em sua casa naquela noite e a partir daí, fiquei todas as outras.

Das outras vezes em que fui ao assentamento tomava um ônibus intermunicipal que saía de Ji-Paraná até Jaru. Essa viagem levava cerca de uma hora e meia. Na rodoviária de Jaru pegava o ônibus da Linha C-19 que me levava até lá. Para retornar, fazia o sentido contrário. Tomava o ônibus da linha para a rodoviária e de lá pegava outro para casa. Como esse trajeto demorava muito, algumas vezes peguei carona com o Luciomar ou outra pessoa até a BR-364, onde havia um ponto em que o ônibus intermunicipal que eu pegaria em Jaru passava. E então pegava o ônibus ali mesmo. Isso acontecia também quando eu precisava ficar mais tempo no Coletivo e acabava perdendo o ônibus da linha, que passava pelo assentamento bem cedinho.

Além dos períodos em que “vivi” no Coletivo, também participei de atividades organizadas pelo grupo ou atividades em que o grupo estava presente, como por exemplo, a Marcha do MST, MAB e indígenas em Porto Velho, por ocasião do Abril Vermelho, em 2011; reuniões locais do MST; o Congresso Brasileiro de Homeopatia Popular, realizado em Agosto de 2011, em Ji-Paraná, e a Festa Camponesa, em Ouro Preto D’Oeste, em Agosto de

2011. Para fazer um levantamento sobre a atuação do MST em Rondônia, entrevistei Claudinei dos Santos e Claudio Sandos, na sede do MST em Ouro Preto D'Oeste, em agosto de 2011.

Parte dos esforços de pesquisa foi direcionada também para uma pesquisa documental. Localizei, nos arquivos da Pastoral dos Migrantes, exemplares do Informativo “O Migrante”, publicado entre 1988 a 2002 pelo Centro de Estudos e Pastoral do Migrante (CEPAMI), em Ji-Paraná. A equipe de reportagem deste informativo acompanhou ativamente os primeiros anos da luta no Acampamento 14 de Agosto e publicou algumas notícias sobre o assunto.

Para contar a história do assentamento fiz uso de diversas fontes, tanto orais como documentais. Descobri, para meu espanto, que o grupo não guardava muitas fotografias<sup>31</sup> dos primeiros tempos, desde o acampamento, apesar do informativo “O Migrante” destacar o registro audiovisual do Acampamento: “As entidades continuaram pressionando incessantemente, visitando o local, fotografando, fazendo filmagens e escrevendo sobre o assunto.” (O MIGRANTE, 1993, p. 15). Também soube da existência de dois vídeos gravados por ocasião da comemoração do aniversário do assentamento. Todo esse material se perdeu, ao longo do tempo, e assim não pude contar com um acervo local de imagens que contasse um pouco da história do Assentamento 14 de Agosto.

Durante a pesquisa no Coletivo, enquanto tentava montar o quebra-cabeça da história do Grupo, descobri uma fonte documental valiosa: “O Caderno do Leôncio”. Neste caderno, elaborado por ele para a conclusão de um curso sobre Cooperativismo, Leôncio conta a história do “Coletivo 14 de Agosto” desde os tempos do acampamento. O caderno me foi oferecido por ele em uma de nossas conversas sobre a história do grupo. Alguns trechos deste texto estão destacados na tese. Mais do que simplesmente um conjunto de informações sobre o grupo, considero esse caderno como uma forma de Leôncio **se dizer e dizer os outros**, enquanto Coletivo. Outros cadernos poderiam existir e seriam diferentes entre si. Não está em jogo a verdade absoluta do grupo, mas as maneiras como ele pode ser percebido/ produzido por seus produtores através da palavra. A mesma ideia se aplica às entrevistas e aos meus relatos de diário de campo – todos são versões parciais daquilo que entendemos ser a realidade e que, unidas e em disputa a constroem.

---

<sup>31</sup> Relataram-me que na época do acampamento havia uma moça, amiga do movimento, que fez várias fotografias do grupo. No dia do despejo, sua câmera foi apreendida pela polícia. Infelizmente, não consegui localizar esta pessoa e conhecer o seu acervo fotográfico a respeito dos tempos de Acampamento do 14 de Agosto.

Do fim de 2011 ao fim de 2012 precisei interromper as visitas ao assentamento por conta de uma gravidez de risco e da licença maternidade, o que teve consequências para o estudo. Acabei deixando de participar de alguns momentos importantes de transformação do grupo. Fui aos poucos retomando as atividades e passei a sentir necessidade de realizar entrevistas gravadas com algumas pessoas. Apesar de ter me prejudicado nesse sentido, esse tempo foi útil para que eu revesse os objetivos da pesquisa. O exame de qualificação serviu para confirmar a necessidade de reorientar a pesquisa para esse outro norte e voltei ao assentamento para conversar melhor com eles sobre isso.

Como o tempo deles e o meu era reduzido combinamos de realizarmos uma entrevista com todos ao mesmo tempo. De um dia para o outro tudo foi organizado. Eles pararam todas as atividades para conversar comigo. A princípio, pensei em dividir o grupo entre homens e mulheres, mas não o fiz, deixando que se organizassem por conta própria. O que ocorreu foi que – sem que eu dissesse nada – eles próprios se organizassem mais ou menos dessa maneira. Fizemos dois grandes grupos, cada um com cerca de 10 a 12 pessoas e conversamos longamente nos períodos da manhã e da tarde. Essa forma de realizar a entrevista teve um efeito inesperado: seu caráter coletivo possibilitou a discussão dos temas – terra, trabalho e cozinha – pelos membros do grupo. No primeiro grupo – composto majoritariamente pelos homens do grupo, três mulheres e uma criança – discutimos mais a questão da terra coletiva e do trabalho na produção. O tempo se estendeu e acabamos não conseguindo falar da cozinha coletiva. Já no segundo grupo, composto basicamente por mulheres e jovens (mulheres e homens), conseguimos abordar todos os assuntos. Como se perceberá no relato, as pessoas estão conversando sobre o assunto comigo e conforme alguém lança uma ideia o outro a aprofunda ou a debate. Temas, como a cozinha, que o grupo ainda não tinha conversado oficialmente, tornaram-se alvo de sua atenção, por algumas horas.

Ao longo do texto os trechos dessas conversas serão apresentados tanto pela própria fala das pessoas quanto por anotações do meu diário de campo. **Optei por deixar o nome real das pessoas por considerar preciosa a autoria da experiência de coletivização empreendida por eles.** É preciso dizer quem são essas pessoas. Faço isso depois de considerarmos que o texto não lhes oferece riscos.

Dessa forma, esta pesquisa ocorreu mediante encontros, conversas, uma grande pausa, e mais encontros. Não seguiu uma trajetória linear desde o início, mas o resultado de todas essas conversas foi de uma riqueza que não sou capaz de expressar apenas nesse texto.

Foram realizadas 3 conversas com o MST; 28 visitas ao assentamento; 10 entrevistas individuais; 2 entrevistas coletivas, acrescidos das pesquisas documentais.

A fotografia teve papel importante no decorrer da pesquisa – não apenas como forma de registro da experiência – mas como elemento que ajudou na construção da definição da atividade de pesquisa para ambas as partes. Pela fotografia, conseguimos estabelecer um diálogo.

<b>Atividades</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Imersões em campo</b>	Janeiro: conversa com Matilde e 1 visita ao assentamento 14 de Agosto; Abril : 1 visita ao grupo na ocupação do INCRA de Porto Velho/RO; Setembro: visita ao assentamento Pe. Ezequiel, em Mirante da Serra/RO; 2 visitas ao assentamento 14 de Agosto. Outubro: 3 visitas no assentamento 14 de Agosto. Dezembro: visita ao assentamento 14 de Agosto. Total: 8 visitas	Janeiro: 1 visita ao assentamento 14 de Agosto. Fevereiro: 2 visitas ao assentamento 14 de Agosto. Março: 3 visitas ao assentamento 14 de Agosto. Maio: 2 visitas ao assentamento 14 de Agosto. Junho: 1 visita ao assentamento 14 de Agosto. Julho: Romaria da Terra em Guajará Mirim/RO Agosto: 3 visitas ao assentamento 14 de Agosto; Festa Camponesa, em Ouro Preto d'Oeste/RO; Setembro: 1 visita ao assentamento 14 de Agosto. Total: 13 visitas	Outubro: 1 visita ao assentamento 14 de Agosto.	Março: 1 visita ao assentamento 14 de Agosto. Abril: 1 visita ao assentamento 14 de Agosto. Maio: 2 visitas ao assentamento 14 de Agosto. Junho: 1 visita ao assentamento 14 de Agosto. Agosto: 1 visita ao assentamento 14 de Agosto. Total: 6 visitas
<b>Entrevistas realizadas</b>		Entrevista com Claudinei e Claudio, dirigentes do MST/RO		Entrevistas (março a agosto) com: Sara, Josiane, Ana Isabel , Leôncio, Maria Estéla, Luciomar, Anne Gabriela, Fred e Gustavo. Entrevista coletiva com cerca de 20 pessoas do grupo.
<b>Pesquisa documental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jornal “O MIGRANTE”, da Pastoral do Migrante da Diocese de Ji-Paraná.</li> <li>• Digitalização de fotografias antigas</li> <li>• Caderno do Leôncio</li> <li>• Mapa da Agrovila</li> </ul>			Digitalização de fotografias antigas

Quadro 1: Organização das ações adotadas ao longo do estudo.

#### 4. A familiaridade e o diálogo

Se por um lado, o estranhamento da etnografia é importante para o conhecimento da alteridade, por outro, a familiaridade e a proximidade social permitem assegurar as pessoas

envolvidas na pesquisa de que suas razões subjetivas não sejam tomadas apenas objetivamente pelo pesquisador (BOURDIEU, 2008) e para que outras barreiras sociais sejam diminuídas, como por exemplo, a questão de gênero, de idade ou racial. O autor refere-se a possibilidade de realizar pesquisa dentro da própria comunidade do pesquisador, mas acredito que a familiaridade é um processo de aproximação que ocorre entre as partes, mesmo quando de lugares tão distintos como o meu e o do grupo. A necessidade de buscar conhecer melhor um ao outro, se aproximar é de ambas as partes. Num processo de convivência como o é o da observação participante inspirada na etnografia, familiarizar-se é parte do que ocorre no dia-a-dia da pesquisa, inevitavelmente e não sem tensões.

A acolhida na casa da Maria Estélio se deu sem muitos problemas. Fazem parte da família o casal e as duas filhas, uma de 16 e outra de 14 anos. A Maria Estélio é professora na escola do assentamento das crianças menores, onde leciona todos os dias a tarde. Também dá aulas na escola rural que compreende as séries mais avançadas, mas alguns dias na semana e pela manhã. O Luciomar, seu marido, é agricultor e atuava<sup>32</sup> no Coletivo nas tarefas mais vinculadas as duas hortas agroecológicas e na roça. Os dois estão no assentamento e no grupo desde o seu início. As duas filhas adolescentes, Anne Gabriela e Idania, vão para a escola todos os dias junto com os outros jovens do assentamento no ônibus escolar.

Ali fiquei hospedada todo o tempo em que precisei ficar no assentamento. Seguia a rotina diária da família. A partir daí fui construindo a minha própria rotina de trabalho. Acordava e dormia na hora em que eles faziam isso. Tomávamos café juntos na casa deles e de lá, cada um seguia para seus afazeres.

Inicialmente, eu acordava e saía para ir encontrar as outras pessoas do grupo na cozinha coletiva. Conversava com um e com outro, visitava as casas das pessoas, ia na horta ou brincava com as crianças, enfim, acompanhava o que estivesse acontecendo por perto que a minha presença não fosse atrapalhar. Mas essa rotina era muito cansativa para mim. A noite não conseguia mais ficar acordada escrevendo o diário de campo. Tinha muitas dores de cabeça e no corpo. Então, comecei a deixar para o dia seguinte. Assim, antes de sair de casa eu pegava o caderno e ficava escrevendo tudo que tinha acontecido de importante no dia anterior. Nesses momentos conversava muito com eles, tomando café na cozinha. Só então eu me dirigia para a cozinha coletiva e de lá para outros lugares.

Passava o dia andando pela área do Coletivo e conversando com quem estava disposto. Nem sempre tinha pessoas querendo conversar e quando sentia que não era hora,

---

<sup>32</sup> No fim de 2012, Luciomar se afastou temporariamente do grupo por motivos de saúde.

ficava quieta apenas observando ou tentava ajudar, o que quase nunca me era permitido. A cozinha coletiva era a minha referência principal e acredito que era referência para as outras pessoas também. Todos passavam por ali e comentavam alguma coisa sobre o que estava acontecendo nos outros lugares (na horta, na roça, na farinheira, nas casas. Pela cozinha todos os assuntos circulam. Elegi ali a minha base. Ia diariamente para lá e só depois me deslocava para outros espaços.

Este tempo na cozinha também me permitiu entender que havia dois espaços importantes onde o trabalho Coletivo se dava: na agricultura e nas atividades domésticas do Coletivo, que se realizavam ali. A cozinha coletiva é um dos espaços onde se pode ver os avanços e os limites da questão de gênero dentro do Coletivo e isso será trabalhado adiante.

Apesar do acolhimento da família da Maria Estélia, o processo de pesquisa foi marcado por tensões. Em primeiro lugar, eu era uma estranha para todos ali. Ninguém me conhecia. Não sabiam nada sobre mim, a não ser que eu tinha sido levada até eles pelo Afonso e Matilde. Embora na primeira reunião com o grupo eu tenha sido considerada “gente simples” como eles, no início fui realmente inquirida a respeito de quem eu era. Para confiar em mim, era preciso mais do que simplesmente ir até lá e conversar com eles um pouco. Se eu era casada, se tinha filhos, onde eu morava e a minha idade essas eram as principais perguntas. De algumas mulheres vieram perguntas que tentavam entender como uma moça dessa idade ainda era solteira e sem filhos; o significado de fazer um doutorado para uma mulher, etc. O sentimento de que eu era muito diferente deles e especialmente, das mulheres de lá, era crescente e me deixava numa situação bem incômoda.

Entendi esses momentos me colocando no lugar deles<sup>33</sup>: quem é essa moça que vem de São Paulo, faz doutorado, diz que morava em Rondônia desde pequena e agora voltou, e é psicóloga? Do meu lado eu pensava a mesma coisa: quem são essas pessoas? Como elas vivem? Quem é casado com quem? Quem é filho de quem? Como esse grupo funciona? E essa cozinha? O que devo fazer? Para onde devo ir e com quem devo conversar agora? Será que estou fazendo muitas perguntas?

As perguntas só foram aumentando, conforme o tempo passava. Depois, perguntavam-me sobre a minha família. Um dia cedinho estava conversando na horta com o

---

<sup>33</sup> Para Bourdieu (2008), o colocar-se no lugar do outro, quando este outro é distante do pesquisador é *compreender*. Diz o autor: “É dar-se uma compreensão genérica e genética do que ele é, fundada no domínio (teórico e prático) das condições sociais das quais ele é produto: domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria da qual eles fazem parte (as dos estudantes, dos operários, dos magistrados, etc.) e domínio dos condicionamentos inseparavelmente psíquicos e sociais associados à sua posição e à sua trajetória particulares no espaço social (2008, p.699).

Luciomar e ele me perguntou sobre a minha família. Queria saber sobre meus pais, o que faziam, o que pensavam e, principalmente, se estavam de acordo com a minha pesquisa. “Eles entendem o que você faz aqui no assentamento com a gente?”. Por trás disso, parecia haver um objetivo: saber se eu valorizava a minha família e se compartilhávamos os mesmos ideais políticos. Talvez estivesse tentando entender de onde vinha essa minha visão de mundo, que resultou na pesquisa que eu desenvolvia ali. Neste dia, me senti mais acolhida ainda e um pouco menos estranha, graças aos meus pais. Esta mesma pergunta se repetiu algumas vezes ainda, nas conversas que travava com as pessoas. Algumas nunca perguntaram nada no início, mas no fim desta etapa já se sentiam mais a vontade comigo para me encher de perguntas.

Explicar que meu pai era um médico pediatra da cidade, minha mãe psicóloga facilitou o processo de compreensão da minha presença ali. Especialmente a profissão do meu pai foi motivo para muitas conversas. Alguns já tinham sido consultados por ele em Ji-paraná. Outros nunca, mas já tinham tido experiências com outros médicos. Conversamos muito sobre saúde. A respeito da minha mãe, meu irmão e eu, psicólogos, as conversas foram outras. Passavam mais pela visão tradicional da Psicologia, principalmente, com relação à escuta. Aconteciam sempre acompanhadas de demandas de atuação para mim ali dentro.

Foi numa festa beneficente realizada no assentamento que enfim, eles conheceram a minha “gente”. Autorizada por eles, convidei meus amigos, alguns parceiros de longa data do Assentamento, para a festa e eles foram levando filhos, minha irmã e outros amigos. No dia da festa eles apareceram em dois carros, cheios de gente. Para mim, a visita foi um bálsamo. Estava já há duas semanas ininterruptas no assentamento, sentindo muita falta de casa. As pessoas do grupo, quando os viram, também ficaram muito felizes com o reencontro. Apresentei minha irmã para eles e os outros amigos também. Sentia que podia relaxar um pouco mais depois daquele dia. Agora eles sabiam que tínhamos amigos em comum e conheciam uma parte da minha família. Eu já não era uma ‘desgarrada’, perdida em Rondônia. Tinha meu grupo também.

De acordo com Sato & Souza (2001) a distinção entre pesquisador e pesquisados é meramente didática. No dia-a-dia todos são pesquisadores, na medida em que se observam, constroem fatos e os interpretam. E a partir disso, falam-se coisas ou omitem-se. É essa pesquisa entre ambas as partes que guia o processo de construção do conhecimento a respeito daquela realidade, num processo de investigação como esse. Nesse sentido, a assimetria entre aquele que propõe a pesquisa e aqueles que serão sujeitos dela deixa de fazer sentido, uma vez que as relações de poder também passam por esse outro caminho, não apenas o do

conhecimento científico. As autoras são contundentes ao afirmarem, então, que não há pesquisa neutra. Tudo é guiado a partir da relação que se estabelece no processo de convivência.

No começo da pesquisa o foco estava muito voltado para o estabelecimento dessa relação de confiança. Conforme o tempo vai passando, houve como que um deslocamento da atenção para o entendimento das situações que vivencia no local. Isso também depende muito daquilo que foi construído com as pessoas. É nesse fervilhar de interações – boas e ruins tensas ou mais tranquilas – que se aproximam do pesquisador os informantes privilegiados, pessoas que ajudam a mediar a relação e o entendimento daquele que é estranho àquela realidade.

Mas foi apenas quando a fotografia tornou-se elemento importante de pesquisa – como linguagem – que pude me fazer compreender melhor e também compreender.

## **5. Compreender e aproximar através da fotografia**

Resolvi levar uma máquina fotográfica para registrar a experiência de campo também por imagens. Não sabia exatamente o que significaria a fotografia na relação de pesquisa, sabia apenas que precisava e queria registrar aquelas cenas. Logo na primeira reunião, depois de terem consentido a realização da pesquisa, perguntei também se poderia tirar as fotos deles e dos lugares. Alguns autorizaram imediatamente, outros silenciaram. Ninguém negou o pedido, naquele momento. Então andava pelo assentamento além de conversando, também fotografando. Às vezes, mais fotografando do que conversando.

Em um interessante artigo sobre o uso da fotografia em pesquisas de Psicologia Social, Sato (2009) novamente aponta para a importância da construção da relação entre ambas as partes. Se numa perspectiva qualitativa de pesquisa é necessário “ouvir bem”, a autora considera que para fazê-lo é necessário também “ver bem” e a fotografia é o canal que permite essa outra leitura. A construção do conhecimento é dada pela proximidade dos corpos das pessoas e, portanto, dos sentidos. O olhar é um dos sentidos aguçados pela curiosidade, talvez se sobressaindo em relação aos demais. A fotografia, partindo desse entendimento, é bem vinda na pesquisa de campo, não apenas como forma de registro dos momentos – inserindo-se dentro do importante campo do “lembrar”, da memória – mas também como forma de comunicação, como um texto sem palavras (ACHUTTI, 1997).

Com o tempo passando, o ato de fotografar foi ganhando outros contornos, para mim e para o grupo. Além de registro, tornou-se um canal de comunicação importante com o



grupo, mais uma forma de conversar. Percebi que eu a estava usando para comunicar, dizer, fazer conhecerem meu olhar para a sua realidade. **Como não liam meus textos do diário de campo, as fotografias contavam um pouco do que eu estava vendo, para onde eu estava olhando.**

Depois a fotografia também ganhou outro sentido: o registro não era mais para mim apenas. Era para eles também. Isso aconteceu, coincidentemente, no mesmo momento em que a história do “Coletivo 14 de Agosto” começou a ser contada por eles para mim atrelada a uma forte preocupação com o futuro do grupo. Foi quando algumas fotos que tirei foram usadas para fazer banners, para exposições em feiras, etc. A questão do registro da memória pela fotografia também apareceu quando fui convidada a fotografar a última casa “camponesa” do assentamento e quando tive acesso às fotografias antigas do grupo para digitalizá-las. Esse último momento foi rico de histórias contadas, lembranças de um tempo que passou mas que continua repercutindo na vida deles.

Aqui, não posso deixar de mencionar um trecho de um texto de Spink (2003) que ao falar sobre a investigação em ação, menciona a fotografia como mais uma maneira de instituir uma conversa sobre o “campo-tema”, que não é de forma alguma uma atividade neutra.

Lugares, eventos, pessoas, rostos, artefatos, documentos, impressões, recortes, anotações, lembranças, fotos e sons em partes e pedaços (muitos pedaços); um confronto de saberes, uma negociação de sentidos numa busca de ampliar possibilidades de transformar práticas. Só o mal avisado pode pensar que isso é uma atividade neutra. Por exemplo, ao tirar fotos de mulheres na zona rural e construir uma parede de fotos no lugar onde não tem espelhos e muito menos vitrines, o que fazemos é dialogar; com a identidade urbana e a identidade rural, com a feminilidade, a família, a beleza e as questões de gênero. Dialogamos por estamos onde estamos, não só fisicamente, mas sócio e psicologicamente (p. 37).

As fotos foram – apenas a princípio - tentativas de construir um diálogo sobre tudo aquilo que via, sentia, percebia ali.

\*\*\*

### 5.1. Em cena

Um dia, a cena perfeita aconteceu. Por volta das 16 horas fui até a horta acompanhar o trabalho de retiradas das verduras para a comercialização na feira à noite, na cidade. Quando cheguei lá me surpreendi com a quantidade de gente trabalhando nela. Praticamente todos os jovens do grupo estavam fazendo alguma atividade ali. Uns carpavam, outros mexiam no esterco de boi, outros furavam buraquinhos para plantar as mudas, outros plantavam-nas, outros irrigavam a horta. Esta, por sua vez, era de uma cor verde clara que junto com a luz do sol de fim de tarde a deixava linda. Não tive dúvidas: subi no monte de palha de café e tirei a

foto da horta repleta de gente trabalhando. Quando perceberam que eu estava fotografando, algumas meninas se esconderam de mim, o que me chamou atenção. Então me aproximei. Elas estavam carpindo. Pedi para fotografá-las e elas não disseram “não”, mas ficaram caladas. Perguntei por que não queriam a foto e elas riram. Era sempre assim quando não queriam que eu tirasse fotos: riam. Tirei uma foto delas de longe e fui fazer outra coisa. Mas fiquei pensando naquilo.

Conversando com algumas pessoas que conhecem melhor a cultura camponesa, fui entendendo que a relação com a fotografia talvez seja um pouco diferente da minha. Ser fotografado não é algo que se pode acontecer todo dia e a qualquer momento. Quando retornei com as fotos impressas e fui mostrá-las para as pessoas, entendi o que achavam ruim. Principalmente algumas mulheres não gostaram de nenhuma foto que fiz delas trabalhando porque se viram sujas e desajeitadas. Diziam sempre que ficaram “feias”. Por mais que eu olhasse as fotos e visse mulheres bonitas trabalhando, elas olhavam a mesma foto e se viam inapropriadas. Fiquei surpresa com isso e percebi o quanto eu estava sendo “etnocêntrica” naquela ação, aparentemente inofensiva, de tirar fotografias das pessoas. Combinei com elas de tirarmos fotografias no dia da festa que estava por acontecer, assim estariam bem arrumadas. Mas expliquei também que não estava preocupada com os trajes delas, mas com o fato de estarem trabalhando nas cenas e este era o meu propósito ali. No dia da festa, como combinado, fiz as fotos delas com seus familiares. E as entreguei como lembrança.

Quanto à foto da horta, ficou boa e eu sabia que gostariam dela quando a vissem. Mas fiquei surpresa com a repercussão. Todos pareciam ter gostado de se verem trabalhando coletivamente. A Maria Estélio me pediu a foto em arquivo digital para enviar para uma empresa pois queriam fazer um banner do grupo para fixar na feira, em Ariquemes. As jovens que se escondiam de mim também a elogiaram e ficaram se procurando na foto. “Onde eu estava nessa hora?” Depois desse dia, não ficaram mais tão acanhadas com as minhas investidas com a câmera (Diário de campo, 2011).

\*\*\*

Pouco a pouco a fotografia foi se tornando importante para eles também. À medida que deixava as fotos com o grupo e viam o meu registro da realidade deles, gostavam. Comecei a ser chamada para fotografar situações específicas: o jardim da Lurdes, a família da Marinês e do Isnardo, a casa da D. Eva (moradora do assentamento que mantinha sua casa no

estilo camponês antigo), a Jô e seu filho, as amigas da escola, etc. Como Sato (2012) “fui dirigida e dirigi (p. 28)” na composição das fotos e porque não, daquela “realidade”?

\*\*\*

## 5.2. Mostra de fotografias na cozinha

Refletindo sobre as fotografias e a importância que elas assumiram na relação da pesquisa, resolvi fazer uma mostra das fotografias com a exposição das melhores fotos. Estávamos no fim de fevereiro de 2011 e logo seria o Dia Internacional das Mulheres. Naquela mesma semana eu estava lá. Resolvi iniciar a exposição com as imagens do trabalho das mulheres do Coletivo. À noite, na casa da Maria Estélio, peguei as fotos impressas e as fixei em papéis-cartão que amarrei com barbante. No dia seguinte, pendurei no teto da cozinha coletiva antes do almoço, quando todos se reuniam.

As mulheres da cozinha foram as primeiras a verem as fotos delas mesmas e ficaram constrangidas, no primeiro momento. Gustavo, de 3 anos, ficou apaixonado pelas fotos, não saía de perto de mim enquanto eu estava arrumando os painéis e depois ficava mostrando para todo mundo quem estava nas fotos. Mais tarde, os adolescentes chegaram da escola e se amontoaram dentro da cozinha. Riam, ficavam com vergonha, me pediam a foto em que tinham aparecido, elogiavam... Lurdes e Sara, da cozinha começaram a se reaproximar para ver melhor as fotos. Estavam sendo elogiadas pelo restante do grupo e isso parecia deixá-las mais a vontade. Respirei aliviada quando vi isso acontecer.

As fotos ficaram fixadas ali por uma semana. Depois de uns dias, fui embora para casa e quando retornei soube que Jussara, uma das adolescentes, tinha gostado da sua foto e a levou embora. Lurdes veio me falar que nunca tinha se visto daquele jeito. Podia até estar desarrumada na foto, mas junto com todas as outras fotos das mulheres se viu de maneira diferente. Lurdes era a cozinheira que não gostava que eu a fotografasse durante o seu trabalho. Depois Marinês me falou que também gostou de se ver nas fotografias junto com as outras mulheres, valorizou o trabalho delas, me disse. Mas não gostou porque tinha muitas fotos dela (e de fato, tinha mesmo).

Naquela semana tinha selecionado vários outros temas de foto para exposição: fiz um conjunto de fotos das crianças brincando, dos jovens e depois uma mais geral, com todo o grupo; e por fim, uma das paisagens belíssimas daquele lugar. A preferida de todos, sem dúvida alguma, foi a das crianças. Nem eu tinha percebido como ficaram bonitas as fotos deles. O conjunto faz a gente perceber isso.

Deixei as fotografias com eles. Era mais um registro importante da vida ali. Se conseguíssemos recuperar as fotografias antigas do grupo, dava para fazermos uma nova exposição. Depois, na Festa Camponesa, realizada em agosto, levaram as fotografias e fizeram a mesma coisa: montaram a barraquinha com seus produtos e um grande painel, muito mais bonito que o meu, com todas as fotos do grupo (Diário de campo, 2011).

\*\*\*

### 5.3 Memórias de uma casa camponesa

Eu já tinha apresentado para o grupo algumas das fotografias que tirara do cotidiano deles. Na casa da Maria Estélia, onde ficava toda vez que ia para o assentamento, as fotos sempre eram assunto das nossas conversas. Cada foto mostrava um momento do dia, do trabalho, da vida. Neste dia, logo que cheguei ela veio conversar comigo. Queria que eu tirasse algumas fotos da casa de duas moradoras do assentamento para apresentar numa palestra em que falaria sobre campesinato na Universidade Federal de Rondônia, UNIR<sup>34</sup>. Queria mostrar para o público como é que os camponeses organizavam suas casas antigamente e falar sobre a importância de manter viva a memória de um tempo em que as vidas eram mais simples, sem tanto apelo consumista.

As casas eram a da D. Eva e da D. Marta. Eram umas quatro horas da tarde quando ela me pegou e nos dirigimos de carro até a casa da D. Eva, bem distante da sede do grupo. Quando chegamos ela nos aguardava com seus dois netos e o filho. Pareciam felizes com nossa visita. Maria Estélia nos apresentou e D. Eva foi logo nos chamando para entrar. Era uma senhora de uns sessenta ou setenta anos.

Maria Estélia já desceu do carro chamando minha atenção para a organização do espaço: na frente, um belo jardim com muitas plantas e algumas árvores frutíferas. Ao lado havia um cercado onde ficavam alguns poucos animais maiores. Para entrar na casa era preciso dar a volta, pois a porta era nos fundos. O fundo ou quintal da casa era imenso, de terra batida, mas nos dirigimos direto para dentro da casa.

A casa era de madeira e de uma altura mais baixa que o padrão das casas que tinha visto por lá. Entramos. Eu estava com a máquina fotográfica e fui registrando tudo o que via. O chão da casa era um misto de terra batida com cimento. Lá dentro tudo muito bem organizado. Um sofá antigo, um fogão a lenha de barro com panelas, uma mesinha de

---

<sup>34</sup> Algumas dessas fotos estão expostas no “Caderno de Fotografia”, neste mesmo documento.

madeira. Em uma das paredes um porta-talheres de tecido pendurado. Uma parede separava o lugar de cozinhar de onde se cortava e armazenava a lenha para o fogão.

Dentro da pequena casa, num outro aposento, um armário antigo de madeira com a louça da casa. Maria Estélia ressaltava o cuidado e a beleza da organização de D. Eva. Embaixo dos pratos, paninhos bordados. Em outra estante de madeira ela guardava as panelas e potes da casa. Uma cabaça pendurada junto com as vassouras numa outra parede. Da cozinha pudemos ver os quartos, mas não entramos. Nos concentramos apenas na cozinha, que era o interesse da Maria Estélia. D. Eva então nos levou para ver a lavanderia da casa, o cômodo ao lado da cozinha. Havia ali um balcão de madeira em que as bacias ficavam e nas paredes várias cabaças penduradas que serviam para lavar os pratos.

Enquanto nos mostrava a casa, D. Eva conversava com Maria Estélia sobre coisas do assentamento, mas também sobre a palestra em que ela apresentaria as fotos. O filho (um homem adulto) e os dois netos (crianças), muito animados com a máquina fotográfica, pediram uma foto com a dona da casa e a Maria Estélia. Registramos o momento e mostrei a eles. Garanti que levaria as fotos impressas para a família<sup>35</sup>.

Do lado de fora da casa, já no quintal, tiramos mais fotos da família. Uma foto de D. Eva sozinha com a Estélia, a pedidos da primeira. Outra foto que ela me pedira foi a dela dando comida às suas galinhas de angola. Eram muitas, todas ao redor de D. Eva. Os garotos correram para nos mostrar o galinheiro onde as galinhas chocavam seus ovos e onde os porcos da família ficavam presos. Mais a frente, o filho voltava com dois baldes de armazenar água. Uma palhoça que abrigava as bicicletas e uma carriola. Muitas árvores quintal afora.

Voltando para a casa, Estélia me pediu para tirar fotos do telhado. Queria muito mostrá-lo. Ao contrário das outras casas do assentamento, aquela era a única que ainda possuía telhado de madeira. Eram pequenos recortes de madeira, quadrados que cobriam a casa inteira. Para que a cena ficasse melhor ainda, em cima da casa, bem no topo, vimos um pássaro, o Jacu. O sol se punha já e tínhamos que ir embora. No caminho da casa de D. Marta, Estélia falava, com certa tristeza, que D. Eva já estava pensando em trocar o telhado de madeira por um de telha de amianto... (Diário de campo, 2010)

\*\*\*

---

<sup>35</sup> As fotos já estão com D. Eva. Este momento foi extremamente significativo na pesquisa, um dos motivos que me levou a querer iniciar um debate sobre memória. Apesar disso, não pude retornar com mais calma a casa de D. Eva para conversarmos melhor sobre sua história de vida. É algo que pretendo fazer tão logo possa, após o exame de qualificação.

De um jeito ou de outro, após esse período em que eu pesquisei e fui pesquisada, as tensões em relação à confiança foram diminuindo, o que não significou que acabaram. Mesmo já me conhecendo há três anos, em 2013, quando retornei para iniciar as entrevistas individuais e as duas últimas coletivas, percebi que a questão da confiança em mim ainda estava sendo construída. Assuntos que ninguém nunca havia me falado diretamente começaram a aparecer delicadamente nas conversas individuais. Os conflitos internos e os problemas externos começaram a ser revelados com a proximidade do fim da pesquisa, porém com muito cuidado. Começaram a aparecer pessoas do grupo com as quais eu conversei menos começaram a se aproximar querendo dar suas opiniões, outras que eu tinha maior afinidade sentindo necessidade de falar da própria vida no grupo, entre outras. Teve uma pessoa que me disse assim: “Eu preciso falar com você porque vou te ajudar com a tua pesquisa e ajudando você, você vai me ajudar com meu problema” (diário de campo, 2013). O que demonstrou, para mim, que avançamos na compreensão uns dos outros enquanto **pesquisadores mútuos**, mas também indica que mesmo assim, é preciso cautela quando se trata da vida das pessoas e das suas **razões**.

Mais do que uma pesquisa para pesquisadores (BOURDIEU, 2008), quis fazer uma pesquisa com e para eles. A história que está sendo contada aqui não segue os parâmetros do melhor, daquilo que poderia ser o “Coletivo 14 de Agosto”, mas sim do que ele é – até onde me foi revelado e até onde eu consegui transpor para o papel. Não há fórmulas, não há receitas, há uma experiência datada e localizada que **foi possível**, com todas as suas contradições.

## DEVOÇÃO À AMAZÔNIA

Não sou apenas o índio que perdeu a taba  
Na curva da estrada que o trator abriu  
Quando arrancou mãe-floresta,  
Quebrou minha flecha  
Deturpou minha festa e quase ninguém viu  
Não quero esse lero-lero de quem diz:  
Não posso! Coitado! Ai de mim!  
Se a Amazônia dá um grito, nós gritamos juntos.  
E rezamos assim: Ave! Ave! Santa árvore  
Pai nosso e do palmital  
Pão nosso do santo fruto  
Ribeirinho enfrenta o mal  
Do homem que traz a cerca  
Planta capim, faz curral  
Amparado num projeto de violência brutal  
Onde o homem é esquecido  
E o boi querido é o tal  
O Amazonas cuidado com o pé do boi  
Chico já disse, ninguém mais se esqueceu  
o latifúndio traz miséria acaba a mata  
incendeia, desacata milenares filhos teus.  
Se expulsar o seringueiro meu amigo  
pense comigo a seringueira vai chorar  
é sua escora, é companheira, é sua amiga  
e ela percebe que ele sabe preservar.  
Muita tristeza no tombo da castanheira  
pro castanheiro é quase morrer de dor  
ver destruída sua eterna companheira  
por um projeto que ele não testemunhou.  
E como fica onça pintada, arara azul  
paca, cutia, periquito, porco-espinho  
o jacaré, traíra, boto e lambari  
pedem socorro com seu choro jacamim.  
Chega de longe uma falsa ecologia  
mas essa fria seu projeto já mostrou  
imperialismo vem escrito na cabeça  
não tem magia quem não conhece o amor.  
Levanta o índio junto aos outros companheiros  
vimos ligeiros contra a força desse mal  
fazer corrente em toda a América Latina  
a causa é nobre, a luta é internacional.

## CAPÍTULO 2

# O “COLETIVO 14 DE AGOSTO” E A LUTA PELA TERRA EM RONDÔNIA

### 1. A história recente de Rondônia

A partir de 1964, a ditadura militar brasileira foi responsável por implementar o processo de ocupação da Amazônia brasileira a partir da ideia da necessidade de modernização dessa região. Naquele momento, a Amazônia passou a ser entendida como uma fronteira<sup>36</sup> [ou uma frente de expansão] de desenvolvimento do capitalismo no Brasil<sup>37</sup>. A economia do campo devia ser modernizada para poder articular-se com a economia do capital monopolista que vinha sendo desenvolvido nas regiões Centro-Sul do país. Os interesses na exploração dos recursos naturais e das terras “sem dono” e/ou públicas fizeram com que o Banco Mundial financiasse alguns programas de colonização na região sendo o mais importante deles, o POLONOROESTE, que destinou recursos para a abertura da rodovia BR-364, projetos de assentamento dirigidos, entre outras ações.

Dessa forma, um grande fluxo migratório em direção a Amazônia<sup>38</sup> se estabeleceu por meio da construção de estradas e dos projetos de colonização dirigidos que foram criados com esse fim. A partir de 1966 esse processo foi intensificado com a criação de órgãos federais com atuação na Amazônia, como é o caso da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Além de coordenar e supervisionar os programas de outros órgãos federais na região, a SUDAM também criou incentivos fiscais e financeiros para investidores privados, nacionais ou estrangeiros. Outros órgãos foram abertos para dar suporte à implantação do “desenvolvimento da Amazônia,” especialmente as instituições financeiras.

---

<sup>36</sup> “A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam do ‘lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de Esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento de um tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. (MARTINS, 1997, p. 11)”

<sup>37</sup> Segundo Ianni (1979), “(...) Tinha-se a impressão de que a Amazônia queria livrar-se da dependência do extrativismo, que era apresentado, com frequência, como a origem dos ‘problemas’ da região. Industrializar, a qualquer custo, parecia ser o único caminho para trazer a Amazônia ao século XX, ou emancipá-la dos males do extrativismo” (1979, p.62).

<sup>38</sup> Sobre o processo de ocupação recente da Amazônia, consultar: CARDOSO, F. H. & MULLER, G,1978; OLIVEIRA, 1995; VELHO, 1979.



Em 1967, [teve início a construção de novas rodovias, como a Transamazônica, a Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Manaus-Caracará.] Também nesse ano foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, por iniciativa do Estado brasileiro, deu início à colonização em Rondônia. Segundo Mesquita (2002), naquele período foram criados os Projetos Integrados de Colonização (PIC), os Projetos de Assentamento Rápido (PAR) e os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD). As famílias que restaram dessas ocupações foram assentadas nos Projetos de Assentamento (PA).

Para atrair as pessoas para essa região, uma intensa propaganda foi criada. Rondônia era a promessa de uma vida melhor, de progresso e desenvolvimento. Milhares de famílias migraram para o estado em movidas por essas promessas. De origens rurais esses migrantes também já vinham de outros deslocamentos anteriores que, não por acaso, era resultado também do processo de modernização do campo brasileiro que expulsava os camponeses de suas terras.

À medida que o processo de colonização se efetivava, intensificavam-se as contradições sociais concretizadas, principalmente, na luta pela terra. Conflitos entre índios, posseiros, grileiros, latifundiários, empresários, jagunços, pistoleiros, policiais, advogados, etc., ainda hoje não cessam de ocorrer. A massiva migração de famílias de trabalhadores rurais das mais diversas regiões do país para o que se acreditava ser o “novo eldorado” agravaram essas tensões. A vinda dessas pessoas para a região foi caracterizada por Ianni (1979) como uma **reforma agrária espontânea**.

Pouco a pouco, ou de repente, conforme as condições do lugar e as condições das quais provinham os migrantes, eles iam ocupando terras. Tratavam de constituir ‘morada habitual e cultura efetiva’ a fim de garantir fisicamente a posse e o uso da terra. Algumas vezes esses migrantes, chegados na região por sua conta e risco, ou atraídos e transportados por negociantes de vários tipos, são chamados de pioneiros (p. 132)

Em 1976, o estado recebia cerca de 900 famílias por mês. Em 1977, o Ministério do Interior estimava que até fins de 1978, haveria cerca de vinte mil famílias sem-terra aguardando um lote em Rondônia e já reconhecia a incapacidade do Estado em realizar uma ampla reforma agrária, uma vez que as boas terras já estavam praticamente ocupadas. A propaganda que dizia tratar-se de um investimento promissor caía por terra e o Estado, então, inverteu a ação, passando a coibir a vinda de migrantes. Para o autor, é quando a solução se converte em problema.

De acordo com dados do IBGE (2011), em 1970 a população do estado era de cerca de 110 mil habitantes e passou a quase 500 mil uma década depois. Baeninger e Cunha (1999)

apontam que nesse período migraram para Rondônia 285 mil pessoas, sendo a grande maioria de origem paranaense. Apesar da tentativa do poder público de desestimular essa migração, ela não cessa: de 1980 a 1990 o Rondônia recebeu 938.211 migrantes (OLIVEIRA, J, & GUIDOTTI, H, 2000).

Havia mais famílias do que terras a oferecer e as que restavam não eram produtivas. Os camponeses que chegaram em busca de uma vida melhor viam-se diante da necessidade de empregar capital intensivo na prática agrícola para obter algum ganho, dada a qualidade da terra. Com isso, muitos se endividaram e tiveram que vender seus lotes, o que caracterizou uma alta rotatividade entre os colonos. Os lotes eram vendidos para os grandes fazendeiros da época, que assim detinham, a partir da concentração fundiária, maior poder.

Em toda Amazônia, tem ocorrido uma acentuada concentração da propriedade fundiária. Se é verdade que alguma terra é distribuída a colonos, ou reservada a grupos indígenas, grande parte das terras da região já foi ou está sendo apropriada por grandes proprietários nacionais (em geral sediados no Centro-Sul do País) e estrangeiros. Largas extensões de terras devolutas, tribais e ocupadas são griladas, ou compradas, por grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários. Ao mesmo tempo, ocorre a progressiva proletarização de indígenas, caboclos, amazonenses e posseiros, recém-chegados ou antigos no lugar. (CUNHA, 1985, p. 86).

Dadas as dificuldades encontradas para viver na região, muitos camponeses resolveram migrar novamente. Dentre os que permaneceram no campo, sem terra própria e trabalhando como meeiros<sup>39</sup> dos grandes proprietários, uma parte passou a fazer parte dos movimentos sociais de luta pela terra. Assim, o autor chama atenção para o agravamento da luta pela terra, envolvendo o Estado, as grandes e médias empresas agropecuárias, os posseiros ou antigos sitiantes e os grupos indígenas. O acirramento dos conflitos foi intenso e violento, acarretando uma ampla ressignificação da geopolítica amazônica.

Em termos populacionais o Estado cresceu consideravelmente, chegando a ter hoje, de acordo com o último censo do IBGE, mais de um milhão e meio de habitantes. Com uma extensão de 238.512.800 km<sup>2</sup>, ou 23.851.299 hectares, Rondônia vem se tornando, [com incentivo declarado do Governo Federal<sup>40</sup>], área de interesse das grandes corporações internacionais voltadas ao agronegócio. O último censo agrário realizado em 2006 aponta a existência de uma estrutura agrária concentrada. O Estado possui 12.480.000 hectares de terras para agricultura, sendo  $\frac{3}{4}$  delas latifúndios. Desse total, em torno de 6.550.000 hectares estão sendo utilizados para pastagens. Estima-se já a existência de mais de 13 milhões de

---

<sup>39</sup> Meeiros são os camponeses que trabalham em terras de outro e com este repartem o resultado de sua produção.

<sup>40</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, que em Rondônia traduz-se pelo estímulo ao monocultivo e à construção de hidrelétricas de grande porte, é parte desse apoio.

cabeças de boi nestes pastos, número maior do que a população total. Vale ressaltar que as pastagens são parte do processo de preparação da terra para os monocultivos.

A economia do Estado está voltada para o agronegócio, chegando a ser um slogan muito visto nas cidades, em forma de outdoors ou adesivos nos carros, a ideia de que Rondônia é o “Estado Natural da Pecuária”. Além disso, através de incentivos fiscais, em pouco tempo os latifúndios “improdutivos” de outrora, tornam-se espaços de realização de monoculturas de soja, eucalipto e cana-de-açúcar. Isso tudo acompanhado de recentes mudanças importantes no Código Florestal que favoreceram alterações na própria concepção do que são “terras produtivas e improdutivas”, além da anistia aos crimes ambientais cometidos pelos fazendeiros até pouco tempo.

As famílias que participaram da ocupação que resultou no Assentamento 14 de Agosto compartilham deste histórico familiar de sucessivos deslocamentos pelo país até chegar em Rondônia. Vindos principalmente da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás, essas pessoas continuaram trabalhando em atividades rurais, como meeiros, arrendatários, caseiros, assalariados e, em alguns casos, o trabalho se dava na propriedade familiar, que era insuficiente para a reprodução camponesa. Em fins dos anos 1980, quando o MST começou a organizar parte da demanda dos “sem-terra” em Rondônia, o ingresso nas ocupações do movimento era uma oportunidade para conquistar, enfim, o sonho da sua própria terra.

## **2. O MST em Rondônia**

Até meados da década de 1980, início da atuação do MST no estado, a luta pela terra em Rondônia se dava de maneira espontânea, a partir da iniciativa de grupos de posseiros que, se organizavam para ocupar áreas que os interessavam. Contavam com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica e da Igreja de Confissão Luterana, como também de alguns sindicatos de trabalhadores rurais. Não havia uma articulação entre os diferentes grupos e o objetivo central era conquistar a terra, cuja legitimidade era assegurada pelo trabalho realizado nela (SOUZA, 2011, p.184). Com a organização do MST, a luta pela terra incorpora uma dimensão de enfrentamento político contra o latifúndio, em favor da reforma agrária. O I Encontro Estadual do MST, realizado em 1988, em Vilhena, área de grandes propriedades rurais, foi um marco da politização da questão agrária em Rondônia, conforme apontado por Souza:

A partir do encontro, traçou uma estratégia politicamente mais elaborada e focada no embate com o latifúndio. Ou seja, iniciava-se uma perspectiva de transformação social no campo, superando a lógica focada única e exclusivamente no acesso a terra (SOUZA, 2011, p. 193)<sup>41</sup>.

Enquanto realizavam o trabalho de base junto às famílias sem-terra, os militantes do MST mapearam áreas de interesse para serem ocupadas. Houve pelo menos duas tentativas mal sucedidas de ocupação: a primeira delas na Fazenda Aninga, em Mirante da Serra que, diante da reação violenta dos jagunços da fazenda, decidiram recuar, para evitar uma tragédia. A outra se deu em uma área mais isolada, em Machadinho D'Oeste, logo abandonada diante de um surto de malária que matou alguns dos acampados. A “primeira ocupação de terra oficial do MST”<sup>42</sup> se deu em 1989, no município de Espigão D'Oeste, com o Acampamento 25 de Julho, na Fazenda Seringal. Em 1990, uma nova ocupação em Espigão D'Oeste deu origem ao Acampamento Migrantes, na Fazenda Lambari. Nesse mesmo ano, foi ocupada a Fazenda Adriana, em Corumbiara. Essas ocupações renderiam ao MST os assentamentos 25 de Julho (1990), em Espigão D'Oeste, Migrantes, em Ariquemes e o Adriana, em Corumbiara, respectivamente.

O sucesso dessas primeiras ocupações projetou o MST como uma força política relevante no Estado (MORISSAWA, 2001, p. 194). O Acampamento 14 de Agosto, iniciado em maio de 1992, se deu na sequência dessas ocupações bem sucedidas. Tratava-se de uma estratégia do movimento, traçada em 1990 e inspirada pelo sucesso das ocupações anteriores: ocupar terras de boa qualidade e bem localizadas, ou seja, terras onde os latifúndios já estavam estabelecidos. A expectativa inicial era de que a regularização da área reclamada pelos acampados do 14 de Agosto se desse mais ou menos dentro do que vinha acontecendo até então. Não imaginavam que precisariam esperar até 2009 para conquistar, definitivamente, a área. Depois de passarem 16 anos disputando na justiça a desapropriação daquela área, enfim o INCRA realizou a compra dela, demonstrando claramente a falta de interesse do Estado<sup>43</sup> em promover a Reforma Agrária por meio de uma distribuição equitativa da terra.

Desde então, o MST ampliou seu campo de atuação, territorializando-se em pontos estratégicos em diferentes regiões do estado de Rondônia, conforme já apontado por Souza

---

<sup>41</sup> A tese de doutorado em Geografia de Murilo Mendonça Oliveira de Souza fornece uma valiosa reflexão sobre a atuação do MST em Rondônia. [http://www.bdtu.ufu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3949](http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3949)

<sup>42</sup> Nas palavras de Claudinei dos Santos, coordenador do MST em Rondônia, em entrevista realizada em agosto de 2011.

<sup>43</sup> Ao longo dos 16 anos de luta passaram pelo governo federal Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Lula.

(Ibidem, 195). Atualmente, 2240 famílias estão ligadas ao movimento, distribuídas nos dezessete assentamentos já conquistados (1822 famílias), nos dois “acampamentos debaixo de lona preta”<sup>44</sup> (120 famílias) e nos quatro acampamentos situados dentro de fazendas (298 famílias).

Atualmente outros movimentos sociais, além do MST, organizam a luta pela terra em Rondônia, com destaque para o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento Camponês Corumbiara (MCC) e a Liga dos Camponeses Pobres (LCP)<sup>45</sup>. Continuam existindo ocupações autônomas, que não se vinculam a qualquer movimento social instituído. De um modo geral, essas iniciativas se dão em condições bastante adversas, em que o enfrentamento do latifúndio implica estar sob ameaça constante de violência. Souza, inclusive, situou o marco da fragmentação dos movimentos de luta no campo no episódio mais trágico da luta camponesa em Rondônia, o Massacre de Corumbiara, ocorrido em 2005, na medida em que acentuou dissidências internas dentro do MST e consolidou esses novos movimentos como interlocutores da causa sem-terra. (SOUZA, 2011, p. 198)

### 2.1. Violência nas terras rondonienses

Rondônia ocupa o segundo lugar na Região Norte em número de casos de conflitos agrários, envolvendo cerca de 130 áreas em disputa. O Relatório Conflitos no Campo 2011, publicado pela CPT, identificou cinquenta e cinco situações de “conflitos por terra” em Rondônia, envolvendo 2649 famílias, no ano de 2011. Se incluirmos nesta contagem os “conflitos por água” e o “trabalho escravo”, os conflitos no campo sobem para setenta e nove, alcançando 17169 famílias. No ano em questão, trinta pessoas, entre camponeses e indígenas, sofreram ameaças de morte. Destas, quatro resultaram em tentativas de assassinato e duas, terminaram em morte (CPT, 2012, p. 51). O relatório referente a 2012 ainda não foi divulgado, mas é fato que a violência contra os camponeses tem recrudescido: somente no primeiro semestre de 2012, cinco lideranças foram assassinadas. No ano anterior, quatro líderes foram mortos.

Estes dados atualizados confirmam o histórico de violência que caracteriza o campo rondoniense desde os tempos da colonização. O uso de milícias privadas e do aparato policial

---

<sup>44</sup> “Acampamentos de lona preta” são aqueles montados fora das áreas reclamadas, em geral, em frente à propriedade reclamada ou na beira de estrada. Os dados foram repassados por Claudio Sandos, em janeiro de 2013.

<sup>45</sup> A emergência destes movimentos foi analisada por Souza (2011), na tese de doutorado já citada anteriormente.

tem sido recorrente na proteção do latifúndio, cuja origem muitas vezes é duvidosa.<sup>46</sup> Não é difícil encontrar entre os antigos posseiros, histórias de ameaças e até mesmo situações-limite de enfrentamento com jagunços, que os pressionavam para liberar a área de interesse de algum grande fazendeiro. Ainda presente hoje, o trabalho escravo foi prática corriqueira na abertura de grandes fazendas. Na I Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo, organizada pela Organização Internacional do Trabalho em Brasília, em 2002, José de Souza Martins relatou casos de violência extrema dirigida a trabalhadores rurais em Rondônia, denunciados pela CPT desde os anos 80:

Em Rondônia em 1986, um enfermeiro de fazenda aplicava injeções de álcool nos trabalhadores como castigo. [...] Os trabalhadores tinham o tendão cortado num dos pés para evitar a fuga, aí não era preciso bater, não era preciso torturar, não era preciso nada. [...] Em Rondônia em 1986 surgiu uma denúncia de um caso de um fantástico refinamento na prática da tortura: trabalhadores eram surrados com vergalho de boi, pedras amarradas nos testículos. Eles eram amarrados a tocos e árvores, as mãos sangrando depois de machucadas intencionalmente, mergulhadas em rio que tem piranha, cabeça raspada para os que tentavam fugir. [...] Em 1989, em Rondônia, um casal de trabalhadores foi amarrado à cauda de um cavalo, o cavalo disparou, propositalmente, e eles morreram e há caso, um caso pelo menos de tortura de um trabalhador amarrado a dois cavalos. (MARTINS, 2003, p.90)

A violência que se manifestou no Massacre de Corumbiara<sup>47</sup>, em 1995, não foi, portanto, uma exceção. Em 14 de julho, algumas famílias acamparam na Fazenda Santa Elina, alcançando rapidamente cerca de 600 famílias. A ocupação era controversa desde o início e não contou com o apoio do MST, que considerava a conjuntura desfavorável para qualquer ação na fazenda. Em meio ao processo de negociação, na madrugada de 09 de agosto, policiais e jagunços que protegiam a fazenda executaram um mandato de reintegração de posse, atacando de surpresa o acampamento. O massacre ocorreu com a anuência do então governador do estado, o atual senador Valdir Raupp (PMDB/RO). O confronto deixou um saldo de onze mortos, incluindo uma criança, a “Pequena Vanessa”, de seis anos de idade e dois policiais. Há denúncias de pessoas desaparecidas e ocultação de corpos, mas nada ficou comprovado.

Os relatos dos sobreviventes expressam o terror a que foram submetidos, por longas horas, até que fossem deslocados para o pátio de um ginásio local, 24 horas depois do ataque.

---

<sup>46</sup> Matéria publicada na Folha de São Paulo referente a dados do INCRA disponibilizado, inclui Rondônia entre as unidades federativas cuja soma dos registros de terra ultrapassa a superfície total do estado, comprovando assim a existência corriqueira da prática da grilagem de terras. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/63033-1-em-4-cidades-registra-area-rural-maior-que-territorio.shtml>. Consultada em 30 de agosto de 2012.

<sup>47</sup> A região de Corumbiara também foi palco do massacre de indígenas em situação de isolamento, projetado em nível nacional pela repercussão do filme homônimo, de Vincent Carelli (2009). “Corumbiara” recebeu o prêmio de melhor filme no Festival de Gramado, em 2009. O vídeo está disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2sKHJ6GdUf4>.

Mulheres e crianças foram usadas como escudo humano. Homens foram pisoteados pelas tropas e executados sumariamente. Alguns foram obrigados a comer o próprio sangue misturado a terra e até mesmo pedaços de cérebro de companheiros que tiveram suas cabeças esmagadas pela violência dos jagunços e da Polícia Militar (MESQUITA, 2002). O júri popular, ocorrido entre 14 de agosto a 6 de setembro de 2009, responsabilizou os sem-terra pelo massacre (um deles está condenado a 19 anos de prisão) e inocentou os oficiais que comandaram a ação. Os mandantes sequer foram pronunciados como réus no caso. Pela parcialidade com que o julgamento foi conduzido, baseando-se apenas nas informações da Polícia Militar, diretamente envolvida na operação que resultou no massacre, o Brasil foi condenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Diante dessa repetição de atos extremos de violência, pode-se arriscar a afirmar que a violência e o terror envolvendo camponeses despossuídos são elementos constitutivos da ordem política, social e econômica de Rondônia. Foi neste cenário de guerra e de programas de colonização falidos, que se desenrolou a história dos homens e mulheres, jovens e crianças sem-terra, esperançosos de uma vida melhor, que acamparam na Fazenda Shangrilá, dando origem ao P.A Assentamento 14 de Agosto II. Alguns anos mais tarde, as famílias organizadas no Grupo “Coletivo 14 de Agosto” engendrariam uma nova proposta de vida no campo, orientada por princípios emancipatórios.

### **3. O Acampamento na Fazenda Shangrilá**

O processo de conquista do Assentamento 14 de Agosto I e II foi inaugurado com uma ocupação organizada pelo MST em maio de 1992, quando aproximadamente cento e oitenta famílias acamparam na Fazenda São Sebastião de Shangrilá. Este acampamento foi um dos primeiros organizados pelo MST em Rondônia.

Ainda que estivesse em suas primeiras ocupações, o movimento já tinha algum cúmulo de experiência e a decisão de ocupar a Fazenda Shangrilá partiu da estratégia adotada pelo movimento em ocupar terras de boa qualidade e bem localizada, a fim de evitar situações que colocassem em risco a viabilidade de um eventual assentamento. A fazenda, extremamente desmatada e voltada para pecuária, foi identificada como um latifúndio improdutivo pelo MST, sendo uma candidata ideal para desapropriação para fins de reforma agrária. Com pouco mais de mil hectares, a fazenda situava-se em uma região de grandes propriedades rurais que contaram com incentivos fiscais por parte do Governo Federal para

implantação de projetos agropecuários em larga escala, com caráter empresarial<sup>48</sup>. A própria fazenda era um dos lotes do Projeto Burareiro, executado em meados dos anos 1970 pelo INCRA. A ocupação dos sem-terra era, portanto, um enclave em uma das regiões mais representativas do latifúndio em Rondônia (SOUZA, 2011, p. 277).

Após muito enfrentamento e uma intensa batalha judicial, a fazenda foi finalmente destinada às famílias acampadas, em um processo que se deu em duas etapas: a primeira em 1995, com aproximadamente 488 hectares, dando origem ao Projeto de Assentamento 14 de Agosto. O restante da fazenda, cerca de 523 hectares, só foi conquistada pelos agricultores em 2009, com a criação do Projeto de Assentamento 14 de Agosto Fase II. Em ambos os casos, o INCRA adquiriu a fazenda, pagando por ela seu valor de mercado, após intensas negociações com os proprietários. Não foram desapropriadas, como queria o movimento<sup>49</sup>.

Para os sem-terra assentados na última área a ser regularizada, entre os quais estão incluídas as famílias do “Grupo Coletivo 14 de Agosto”, foram dezessete anos de muita espera e árdua luta no acampamento. A longa duração do acampamento fez com que Murilo Mendonça de Souza classificasse a experiência do grupo como um exemplo do “poder de resistência camponesa na luta pela terra de trabalho.” (Ibidem, p. 275). A pesquisa, realizada logo após a conquista da terra em 2009, considerou ainda que a vivência no acampamento possibilitou às famílias acampadas o aprendizado de estratégias coletivas de produção e convivência social que culminaram, mais tarde, na organização do “Grupo Coletivo 14 de Agosto”.

O longo período do acampamento permitiu, a contragosto, é certo, um processo de organização que privilegiou as estratégias coletivas de produção e convivência social. Isso, ao mesmo tempo em que permitiu a sobrevivência das famílias no acampamento, possibilitou um embate mais fortalecido com o poder público, assim como na disputa judiciária pela fazenda” (SOUZA, 2010, p.276).

Desde os primeiros momentos, os moradores do Assentamento 14 de Agosto recorreram a estratégias que viabilizaram o sucesso de sua mobilização e já apontavam para a

---

<sup>48</sup> É nessa região que se encontra a Agropecuária Nova Vida, com 110 mil hectares e mais de 30 mil cabeças de gado. É um “modelo e vitrine” do agronegócio em Rondônia, com destaque nacional no que diz respeito ao melhoramento genético do rebanho bovino. <http://www.fazendanovavida.com.br/>

<sup>49</sup> O MST tem criticado essa modalidade de aquisição de terras por meio de contratos de compra e venda, conhecida por “*reforma agrária de mercado*”. Cada vez mais comum na atuação do INCRA, tal mecanismo não coloca em questão a estrutura agrária do país e deixa em segundo plano o dispositivo constitucional que prevê a desapropriação de imóveis rurais que descumprem sua função social. O coordenador do MST, Gerson Teixeira, concedeu recentemente entrevista sobre o assunto: <http://www.mst.org.br/content/descentraliza%C3%A7%C3%A3o-do-incra-visa-desestruturar-reforma-agr%C3%A1ria>



existência de um terreno fértil para práticas de cooperação no trabalho. Diante da relevância dos tempos de acampamento para os rumos seguintes do Assentamento 14 de Agosto, discuto um pouco mais sobre essa fase a seguir.

### 3.1. A construção do pertencimento àquelas terras:

Lygia Sigaud, em sua análise sobre os acampamentos em engenhos na Zona da Mata pernambucana, designou a “forma acampamento” (SIGAUD, 2000, p. 85) como uma forma social específica, que se manifesta em sua organização espacial e na organização de regras de convivência e trabalho entre os acampados<sup>50</sup>, constituindo-se em uma linguagem, uma espécie de afirmação simbólica, cuja eficácia advém dos significados compartilhados pelos diferentes interlocutores:

O Estado brasileiro acolhia a ocupação como um pedido de redistribuição de terras e reconhecia, no movimento que a promovia, um representante legítimo; no acampado, um pretendente à terra. Os proprietários das fazendas entendiam que o acampamento era uma ameaça a seu direito de propriedade e buscavam judicialmente a reintegração da posse. Por fim, a existência de acampamentos era interpretada como um sinal de que ali se pleiteavam terras. (SIGAUD, ROSA & MACEDO, 2008, p. 108). Referindo-se às reflexões de Lygia Sigaud, Loera afirma que “o ato de instalar um acampamento é ‘a forma apropriada de dizer’ que é essa a terra ou o espaço físico que se deseja que seja desapropriado.” (LOERA, 2006, p. 61). Ao acamparem na Fazenda Shangrilá, os sem-terra do Assentamento 14 de Agosto dirigiram-se ao Estado, aos fazendeiros e a eles próprios, expressando seu objetivo de conquistar aquele lugar para si. Nesse sentido, é significativo o registro feito pela equipe de reportagem do informativo “O Migrante”, que em 1993 visitou a área e perguntou aos acampados se eles acreditavam que conseguiriam a posse da Fazenda Shangrilá: “Temos a certeza que essa é a nossa terra”(O MIGRANTE, 1993, p. 15). O recado estava dado.

---

<sup>50</sup> “O movimento reunia as pessoas para realizar a ocupação, comandava a formação do acampamento e, na sequência, apresentava-se perante o Estado como o representante autorizado a falar em nome dos acampados. Os acampamentos possuíam uma organização espacial característica, com suas barracas alinhadas em forma de ruas; regras para ali conviver; uma divisão do trabalho em comissões; um vocabulário próprio; e, sobretudo, elementos dotados de forte simbolismo, que constituem sua marca distintiva, como a bandeira do movimento à frente da ocupação, hasteada em mastro elevado, e a lona preta a cobrir as barracas.” (SIGAUD, ROSA & MACEDO, 2008, 108).



Foto 2: imagem do acampamento 14 de Agosto. Fonte: Arquivo pessoal de Maria Estélia Araújo.

Naquele início de verão amazônico<sup>51</sup>, quase duas centenas de famílias armaram suas barracas com as lonas pretas e se instalaram no chão desmatado da Fazenda. Parte delas vinha de outras iniciativas do movimento, que ainda não tinham alcançado sucesso. Militantes que atuavam na Frente de Massas do MST e nas coordenações de acampamento acompanharam essas famílias na busca de uma nova terra. Assim que o acampamento foi descoberto, as ameaças de despejo e intimidações da polícia tornaram-se constantes e repentinas. Para neutralizar a ofensiva contrária, os acampados criaram alianças estratégicas com políticos locais e outras pessoas que pudessem colaborar com sua luta. Tais parcerias foram registradas pela equipe d'O Migrante:

Já no início da derrubada, os acampados começam receber ameaças de despejo, mas com a força da união e inteligente estratégia na resistência, a qual envolveu a solidariedade de várias entidades como CPT, em nível diocesano e estadual, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaru, dos políticos do Partido dos Trabalhadores (2 deputados estaduais e vários vereadores de Jaru e Ouro Preto), Comunidades de Igreja Católica de Jaru, padres e irmãs, Pastoral dos Migrantes da Diocese de Ji-Paraná, Prefeituras de Jaru e Ouro Preto, conseguem resistir às quatro tentativas de despejo (O MIGRANTE, 1993, p. 15).

Foi assim com Ruy Zimmer (PT/RO), então prefeito de Jaru, que avisava a coordenação do acampamento quando havia uma nova ordem de despejo. O movimento

---

<sup>51</sup> O verão amazônico corresponde à estação da seca e ocorre entre fins de abril até fins de setembro.

acionava sua rede de assistência jurídica e conseguia evitar os despejos, tal como relatado por Luciomar, um dos coordenadores do acampamento nessa época:

A gente conseguia mobilizar muita gente, desde Brasília. Enchia o gabinete do juiz de fax de todos os lugares pedindo para não despejar as famílias. O dia que a polícia estava aqui no acampamento, a noite já conseguíamos embargar. (Luciomar, 2011).

Outra estratégia utilizada pelos acampados foram as “atividades de massa” na cidade, projetando a demanda do Acampamento 14 de Agosto em um espaço público, fator também apontado pelo 'O Migrante: “Não faltou pressão em cima do INCRA reivindicando assentamento, promovendo passeatas e ocupando a sede do INCRA por um dia.” (O MIGRANTE, 1993, p.15).

Nos anos seguintes, Souza (2011) também aponta a relação de cooperação estabelecida entre os assentados vizinhos do Assentamento Novo Amanhecer que auxiliavam as famílias acampadas com o que fosse necessário. Como forma de se manterem na terra e desgastar o fazendeiro, os acampados começaram a viver no acampamento como se a terra realmente já fosse deles. Fizeram suas roças e hortas ali mesmo.

A **produção de alimentos** consistiu em uma estratégia central na disputa pela propriedade da Fazenda Shangrilá, conforme relatos do Luciomar em diário de campo (2010), fato também apontado por Souza (2011, p. 277). Para evitarem o despejo e desgastar o fazendeiro, os acampados passaram a “cultivar a terra”, plantando arroz e feijão e sempre que ocorria uma ameaça, pediam mais tempo para realizarem a colheita. Enquanto colhiam um, iam plantando outro e assim sucessivamente, até a próxima ameaça acontecer.

O empenho em produzir no acampamento colaborava na luta tanto no sentido de garantir a subsistência na área e de evidenciar o potencial produtivo dos acampados, como também possibilitava protelar a execução de ordens judiciais, com a extensão de prazos para realizarem as colheitas. Entretanto, no início de 1993, já tinham plantado oito alqueires de arroz e estavam aguardando a colheita do feijão, quando um comandante da PM, também Conselheiro Tutelar, que sempre os avisava dos despejos, pediu que colhessem a produção logo para evitarem perdas, diante do despejo iminente. Assim fizeram e a polícia executou a ordem de despejo de forma violenta. A truculência da polícia culminou em um despejo que deixou muita destruição para as famílias acampadas, conforme registrado pelo Jornal O Migrante:

O ato de despejo aconteceu com uma crueldade que há muito tempo não se via. Gritando, rindo, zombando, humilhando, espancaram crianças, homens e mulheres enquanto iam queimando os barracos. Foi um espetáculo trágico, onde violência e cinismo se deram as mãos e partiram para a

devassa. Triste espetáculo! Por quê? Até quando? Vale registrar que os Sem Terra, de forma comunitária, já colheram no local 600 sacas de arroz, 200 de milho, além de batatas e outras hortaliças. Estão quase no ponto de colher 5 mil pés de mandioca, 2 mil pés de bananas e aguardando uma colheita de mil sacas de feijão. No acampamento também funcionava a escola para 48 crianças e 20 adultos. Tudo isso seria crime? Neste momento os trabalhadores estão acampados na frente do INCRA de Jaru, buscando a saída (O MIGRANTE, 1993).

Nessa ocasião, alguns militantes foram agredidos e os barracos incendiados. Alguns têm problemas de saúde até hoje por causa disso. Muitas famílias desistiram do acampamento depois do despejo. As famílias que permaneceram, cerca de 130, passaram dois meses acampados em frente ao INCRA, na cidade de Jaru, tentando negociar o retorno à área. A escola do acampamento acompanhou a ocupação.



Foto 3: Famílias acampadas na frente do INCRA, em Jaru/RO, em 1993. Fonte: Arquivo pessoal de Maria Estélio Araujo.

Enquanto isso, aqueles que atuavam na “Frente de Massas” do MST eram incansáveis. Percorreram toda a região em busca de pessoas dispostas a ocupar a terra junto com eles para recompor o acampamento, enquanto as famílias remanescentes protestavam acampando no centro da cidade de Jaru.

Pititinho, que veio conhecer o acampamento com a Pastoral da Juventude e acabou se mudando pra lá, atuando na Frente de Massas, contou um pouco de como era essa procura:

A gente procurava as pessoas nas associações, paróquias, sindicatos... A pé, de moto, de vez em quando pegava carona com o leiteiro e ia proscando. A gente tinha

algumas informações já de antes e ia para as cidades procurar as referências. Às vezes era um padre, ou uma pessoa que simpatizava com a luta (Diário de campo, 2011).

No convite feito pelo grupo de trabalho de base a outros agricultores sem-terra a circulação de informações, recursos Pititinho conheceu Sara, sua esposa, uma das convidadas pela Frente de Massas para fazer parte do acampamento. Ela me contou um pouco sobre sua decisão de se juntar às outras famílias:

Pititinho veio para cá em 1993, depois do despejo que levou as famílias que estavam acampadas aqui para a praça de Jarú, na frente do INCRA. Lá eles acamparam durante um tempo, que ela não soube precisar quanto. Só veio para o acampamento quando todos vieram, na re-ocupação da área. Foi na época do Incra que ela conheceu seu marido, o Pititinho. Ele era da frente de massas do movimento e andava pelas linhas procurando pessoas que quisessem acampar. Numa dessas viagens, ele foi até Mirante da Serra e chegou na comunidade em que ela residia (Linha Eletrônica 72). Tinha se separado do pai dos seus filhos, se identificou com os valores do MST e foi para a ocupação. Veio para o acampamento para morar com ele. Deixou os filhos com o ex-marido e só quando saiu a papelada do divórcio, eles vieram. Era uma oportunidade de se educar nos valores do movimento (Diário de campo, 2011).

Há 40 dias acampados no centro da cidade, a negociação continuava: outras terras foram oferecidas a eles, mas não aceitaram. Parte das suas roças estava lá ainda e queriam voltar para aquela terra. Percebendo que não conseguiriam retornar por vias “oficiais”, a coordenação do acampamento elaborou uma estratégia, em segredo. Resolveram ‘aceitar’ a oferta de uma nova área para ocupação, e disseram para todos, inclusive para o INCRA, que estavam desistindo da fazenda e se mudariam para a outra. Naquele mesmo dia as famílias, muito chateadas com a ‘desistência’ da coordenação em retornar àquela primeira terra, foram para essa outra. Ocuparam-na a contragosto. Durante a madrugada a coordenação acordou todos e pediu que desmontassem rapidamente seus barracos e subissem novamente nos caminhões, pois re-ocupariam a terra inicial. A essa altura, os policiais que faziam a proteção da área do fazendeiro já tinham ido embora e eles puderam montar seus barracos lá novamente, antes que o sol raiasse. Desde então, viveram em um clima tenso, sob constante ameaça de novas tentativas de despejos, nenhuma delas bem sucedida.

### 3.2. “Passar a corda”: a dimensão territorial e a arquitetura da vida

Em 1994, quando começou a se falar na possível emissão de um decreto de desapropriação da Fazenda Shangrilá, apenas 44 famílias das 180 iniciais permaneciam



acampadas. Dois anos de vida de acampamento era muito tempo, todos concordavam. A notícia de uma desapropriação próxima desencadeou “uma agitação interna para passar a corda (a auto-demarcação)”, como contou Leôncio, em seu caderno. Cansados de esperar, fizeram a demarcação da terra por conta própria e definiram que os lotes seriam de 9,5 hectares para cada uma das 44 famílias. A respeito disso, é curiosa a maneira como falam dessa época: aquilo que teoricamente é entendido enquanto acampamento é, a partir desse momento denominado de assentamento, ainda que não tivessem garantia alguma da sua permanência ali.

Nesse mesmo ano, a 4ª Romaria da Terra, evento que congrega todas as dioceses da Igreja Católica de Rondônia, organizada pelas pastorais sociais, foi realizada no acampamento em 1994, levando milhares de romeiros até lá.



Foto 4: Procissão de romeiros na estrada de terra que dá acesso ao Acampamento 14 de Agosto, em 1994.  
Fonte: Arquivo pessoal de Onofre Costa e Maria Mendes.



Foto 5: Concentração dos romeiros dentro do Acampamento 14 de Agosto, em 1994.

Fonte: Arquivo pessoal de Onofre Costa e Maria Mendes.

Na lembrança dos assentados, logo depois da Romaria, quando finalmente, o decreto de desapropriação da terra parecia estar saindo, foram surpreendidos por uma má notícia. Segundo Leôncio, “faltava apenas o Presidente Itamar Franco assinar” (Trecho do caderno do Leôncio, 2009). O fazendeiro apresentou documentos - que eles suspeitam serem fraudados - que comprovavam que a fazenda Shangrilá na verdade era composta por duas propriedades, possuindo dois registros de escritura em nome de proprietários diferentes, ainda que aparentados. A alegação era a de que o fazendeiro havia se divorciado da esposa e por isso, metade das terras pertencia a ela, que passara para o nome de seu irmão. Por conta disso, a terra dele, menor agora, não poderia ser destinada a Reforma Agrária, pois já não possuía 1000 hectares.

Diante dessa nova situação, o INCRA só conseguiu regularizar – por meio de compra, e não de desapropriação – a primeira parte da Fazenda, em 1995, criando assim o PA 14 de Agosto, onde assentou 24 famílias que optaram por dividir a terra no sistema tradicional, também conhecido por “burro quadrado”.<sup>52</sup> A essa altura dos acontecimentos,

---

<sup>52</sup> Os sistemas “burro quadrado” e “raio de sol” são formas antigas de organizar a localização dos lotes dentro dos assentamentos. No primeiro os lotes são alinhados de forma retangular, lado a lado. Muitos moradores ficam distantes do centro da comunidade. No segundo caso, os lotes são definidos em formatos de pizza, formando um semicírculo ou mesmo um círculo, estando todos os moradores localizados próximos ao centro.

restavam dezenove famílias acampadas que ficaram aguardando a incorporação do restante da Fazenda ao Assentamento. Essas famílias, ainda sem-terra, decidiram organizar o espaço do acampamento de outra forma, criando um sistema de agrovila individual, do tipo “raio de sol”, conforme Leôncio explica em seu caderno:

[Agrovila] era o nome dado a uma proposta que tem notícias de ser a primeira no Brasil, da demarcação em núcleos de moradia, onde tem uma área comunitária ou social e cada família mora na frente do seu lote que inicia com largura de 30 a 100 metros e se alarga para fundiária (Trecho do caderno do Leôncio, 2009).

A ideia de criarem uma agrovila os acompanhava já há algum tempo, uma vez que era muito estimulada pelo MST na época, pois permitia uma maior cooperação entre as famílias, além de evitar o comum isolamento no sistema tradicional:

Com a experiência prática, o MST vai compreendendo que outros elementos que influenciam e um deles é a demarcação e divisão de lotes para as famílias, a primeira constatação é que uma parte significativa dos camponeses não abre mão da propriedade privada da terra e a demarcação dos lotes da forma tradicional ajudava a invisibilizar a cooperação de formas mais avançadas, então, o que fazer? Surge a discussão que com a aproximação das moradias facilitava a organização e discussão política e criava condições para cooperação avançada porque a organização é a chave do crescimento da consciência, mas não tinha receita pronta de como aproximar as moradias (Trecho do caderno do Leôncio, 2009).

Segundo contam, ainda não havia relato de existência de uma agrovila de lote individual que destinasse uma área coletiva para o trabalho. Até então, havia apenas de lote Coletivo. Queriam garantir um mínimo de privacidade para os moradores e por isso, como nem todos estavam dispostos a socializar toda a terra, tiveram essa ideia.

Quem primeiro levantou a proposta foi Leôncio. A respeito disso, Luciomar conta que se surpreendeu no dia em que o colega chegou com o desenho pronto do sistema de agrovilas de lote individual. A área seria pensada em semicírculo e dividida radialmente do centro para as margens. Cada um teria seu lote, mas fariam a área social coletiva. Como a área era muito estreita não puderam fazer num formato redondo. Leôncio comenta que a orientação do MST era a de aproximar as moradias o máximo possível para acabar com o isolamento do camponês. Se alguém tivesse algum problema, como iriam lidar se estivessem muito distantes um do outro? Então ele diz: “Tinha que ser algo que no grito dá pra resolver” (Leôncio, 2013).



Consultaram então “Maranhão”, um topógrafo amigo do MST, e pediram-lhe que avaliasse a ideia que tiveram e dissesse se era possível ou não executá-la. Ele imediatamente aprovou e providenciou as marcações dos lotes para a divisão. Resolveram subdividir o tamanho dos lotes para caber mais famílias entre eles, além das inicialmente previstas. Assim, com a nova proposta, conseguiram comportar mais 15 famílias, ficando com 35. O interessante é que depois disso o INCRA, que não tinha se mostrado muito disposto a organizar a área daquela maneira caso fossem assentados, aderiu ao sistema sob a alegação de que ele barateava o custo do processo também. Depois da experiência deles, o Assentamento Zumbi dos Palmares em Mirante da Serra também se organizou assim.

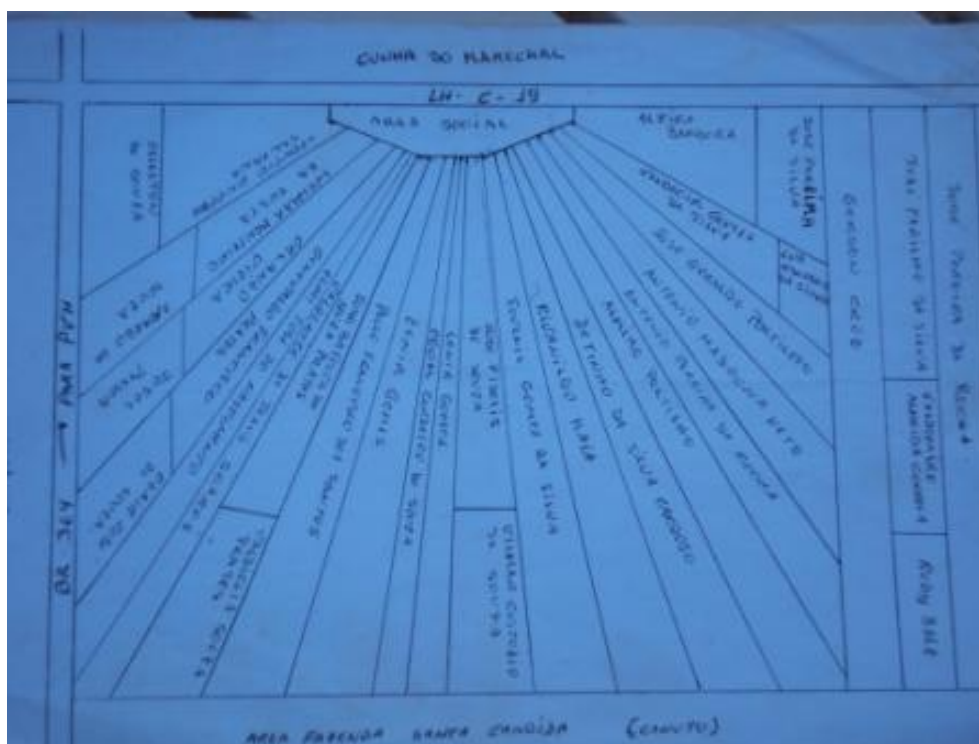


Foto 6: Foto do desenho do Sistema de Agrovila de lotes individuais feito por Leôncio. Créditos: Juliana Nóbrega, 2010.

As famílias do assentamento que compõem a agrovila se beneficiaram do modelo uma vez que este permitiu, de fato, uma maior proximidade entre os moradores. Ali, nesse mesmo período, foram construídos um postinho de saúde que chegou a funcionar por um tempo com apoio dos agentes comunitários de saúde, a escola do assentamento e uma associação de moradores. Mais a frente também foi feito um campinho de futebol para lazer. Essa maneira de dispor as casas possibilitou uma convivência maior entre essas pessoas do que entre aquelas que permaneceram cada uma em seu lote maior. As relações de vizinhança

e também de parentesco se estenderam por toda a agrovila, certamente agregando mais força à luta por aquele pedaço de terra que ainda não era oficialmente deles. Nesse sentido, travou-se uma verdadeira arquitetura da vida que se revelou politicamente eficiente naquele e em outros momentos.

Atualmente, o P.A 14 de Agosto II é oficialmente composto por 24 lotes. Destes, 21 lotes fazem parte da agrovila. Dentre esses, 12 fazem parte do Coletivo e 9 estão na agrovila, mas não fazem parte do grupo. Foram os primeiros a propor a criação de uma área de exploração social coletiva para um grupo de famílias. Para se diferenciarem dos demais moradores do assentamento – aqueles que não quiseram participar do processo de coletivização de terras e trabalho – fizeram um acordo com o INCRA e foi criada uma modalidade de assentamento coletivo dentro do próprio assentamento. Assim, as terras desses assentados são de uso coletivo. O desejo inicial do grupo era que o Estado concedesse a terra coletiva, sem títulos individuais, mas acabaram desistindo dessa luta, por enquanto, tendo em vista as dificuldades do Estado em compreender a proposta e elaborar formas de estabelecer esse acordo. Até poderiam garantir suas terras coletivamente como acontece com os territórios quilombolas e/ou tradicionais, mas para isso perderiam os benefícios das políticas de reforma agrária que só permitem a participação de famílias que possuem o CCU (Carta de Concessão de Uso).

Scopinho (2009) aponta o momento da demarcação dos lotes como importante, pois trata-se da definição da geografia do assentamento, que envolve um processo organizativo intenso, repleto de negociações entre as famílias a respeito de como querem viver. Neste momento, é indicativo do MST que se priorizem as relações sociais já pré-estabelecidas ao longo do período de acampamento para manutenção e fortalecimento dos vínculos comunitários. A ideia é que o assentamento seja um espaço de convivência diferenciado no mundo rural, onde se dará a re-campanização, tendo em vista as experiências anteriores de assalariamento dos trabalhadores rurais que estão ali. O espaço do assentamento deve ser o lugar da contraposição ao modelo agrário tecnicista e especializado, portanto sua organização é também uma forma de dizer algo diferente.

Na luta pela terra, a dimensão territorial tem papel fundamental na resistência aos esquemas de dominação capitalistas (FABRINI, 2008). Por estarem localizados no seio do latifúndio rondoniense, o embate que travaram foi além da luta pela terra: passaram a produção de um contra-discurso sobre a terra entendida enquanto espaço de reprodução social do grupo, muito distante da mercantilização. Ao instituírem uma terra coletiva de trabalho

opõem-se a visão comum de terra como mercadoria ou a visão do campo como residência para turismo. O campo é habitado e vivido e a terra é uma herança de todos, não apenas da família<sup>53</sup>.

### 3.3. A Escola Sílvio Rodrigues: por uma educação do campo



Foto 7: marcha pela educação e reforma agrária. Fonte: Arquivo pessoal de Maria Estélio Araújo.

Em 1992, Maria Estélio trabalhava com Educação Popular de Jovens e Adultos para a Diocese de Ji-Paraná quando foi convidada pelo MST para dar aula para as crianças do Acampamento 14 de Agosto. Conhecia outras pessoas que estavam coordenando o acampamento e resolveu ir para lá com eles. Dividia o barraco com Neuzinha, também professora e que foi embora logo depois. O primeiro nome dado a escola foi “8 de março” pois as aulas iniciaram nesse dia, coincidentemente. Só depois é que o nome mudou para Sílvio Rodrigues, em homenagem ao militante do MST assassinado em 2000. A escola era mais uma força política para evitar a evasão das famílias e os despejos seguidos. Maria Estélio conta:

Se tem a escola no acampamento fica mais fácil. E várias vezes os policiais vinham pra despejar e daí levavam na escola aquele monte de criança, mais de 40 menino

---

<sup>53</sup> Voltaremos a essa discussão no capítulo seguinte quando abordarei especificamente o sentido da terra coletiva para o grupo.

estudando e tal. Conversava, conversava e vinha embora. Muitas vezes por outros motivos também. Por produção que a gente tinha, conseguiu barrar vários... 4 despejos. Na 5ª tentativa não! Aí teve tropa de Cacoal e foi muito... não teve saída (Maria Estéla, 2013).

Em agosto de 1996, quando houve o despejo, a escola criada no acampamento não parou de funcionar. Com a mudança do acampamento para a frente do INCRA de Jarú, a escola foi junto. As aulas aconteciam embaixo das lonas do acampamento, no centro da cidade. Logo após o retorno ao antigo acampamento, o então prefeito de Jarú, simpatizante da luta dos acampados, tornou a escolinha uma extensão da escola municipal e a partir daí, incluiu as crianças na política de educação do campo. Depois, o município vizinho, Theobroma assumiu, até que por fim, Ariquemes passou a se responsabilizar pela escola.

À época, a proposta pedagógica da escola era baseada na educação popular, do MST. Tratava-se de uma educação voltada para o campo. Naquela época, tudo ainda estava para ser construído, mas a proposta já existia:

Aí assim a proposta do Movimento e tal, é e na verdade ninguém tinha muito conhecimento de como era assim. Sabia que tinha a proposta e tal a gente começou a estudar os materiais depois a gente viu assim era tudo um processo de construção não tinha nada pronto. Mas era uma educação que valorizava os trabalhadores do campo. Uma escola que os meninos pudessem gostar de estudar e que fosse um espaço assim de aprendizado realmente. J: Multisseriada? Sempre foi multisseriada. Aí os meninos trabalhavam bastante, em grupos porque daí imitavam um pouco o exemplo do movimento né! E eles tinham as equipes deles. Dentro da escola tinham todas as equipes, místicas, limpeza, todas as organizações. J: Pra trabalhar dentro da escola? Dentro da escola, a escola funcionava como uma organização. É... tinha as equipes, a gente fazia a Assembleia na escola também... (Maria Estéla, 2013).

Pais e crianças participavam intensamente da vida escolar. Até que em 2005 a prefeitura de Ariquemes resolveu implantar no município as escolas polo o que implicou em fechar todas as escolas das comunidades rurais e concentrar as crianças e adolescentes em apenas uma sede, sendo esta muitas vezes bem distante das residências. O processo não se deu isoladamente: é parte de uma concepção do governo nacional a respeito da educação do campo. Naquela região, segundo Maria Estéla, eram mais cem pequenas escolas que foram fechadas nesse meio tempo, levando a uma situação de insatisfação geral de pais, professores e alunos. Atualmente restam apenas oito escolas desse tipo abertas. Diversos problemas<sup>54</sup> são

---

<sup>54</sup> Entre os principais problemas relatados estão o risco que o transporte escolar oferece às crianças: crianças que ficaram perdidas por quase três dias, acidentes com crianças atravessando a pé a BR para ir para a escola,

enfrentados com a polarização e o Assentamento 14 de Agosto resistiu bravamente para que isso não acontecesse com eles: fizeram abaixo-assinado e conseguiram mais de 1500 assinaturas, mas mesmo assim não conseguiram manter a escolinha funcionando. A escola foi fechada. Mesmo assim, Maria Estélia continuou dando aulas por quatro meses, sem que esta fosse reconhecida. Depois, o prefeito voltou atrás e manteve a escola, permitindo que as crianças estudem lá até os 12 anos apenas, que então devem ir à Escola Pólo Mafalda Rodrigues.

#### 3.4. A associação e a cooperação como forma de fortalecimento da luta.

Em 1995, as famílias da agrovila criaram, consensualmente, a Associação dos Pequenos Agricultores Agrofloretais da Reforma Agrária (APAARA). A associação tinha por função facilitar a permanência das famílias na área, viabilizando a produção local. Portando CNPJ, poderiam acessar recursos para financiamento de instrumentos de trabalho e infra-estrutura para o assentamento.<sup>55</sup>

Souza credita a um projeto do PLANAFLORO<sup>56</sup>, voltado para o cultivo de plantas frutíferas amazônicas, uma das bases para o processo de formação do grupo Coletivo. Ele verificou que o projeto possibilitou a construção inicial do formato organizativo que hoje se materializa no “Grupo Coletivo 14 de Agosto” (SOUZA, 2011, p.285). Conforme apresentação do Coletivo feita por Leôncio e Luciomar por ocasião de uma reunião com os consumidores das cestas de produtos orgânicos, em 2011, o projeto em parceria com o MST forneceu um hectare de lavoura consorciada de cupuaçu para cada família. Nesse momento, compraram a despoldadeira para beneficiar as frutas e comercializar as polpas.

Em seguida, a APAARA conseguiu comprar uma máquina de arroz que sustentou a associação e seus sócios durante um bom tempo. As famílias produziam arroz, café e fubá e levavam para a associação. Lá, passavam na máquina para limpar. Uma quantidade desses

---

crianças machucadas nos ônibus, etc. Maria Estélia diz: “*O que a gente conclui é que nesses fundão de cada estado aí, praticamente todos os dias acontece um acidente com transporte escolar. É uma tragédia anunciada que ninguém faz nada na verdade*” (diário de campo, 2013). O problema não se encerra na questão do transporte. Há também ainda a discussão acerca do tipo de educação que vem sendo oferecida para os estudantes nessas escolas polarizadas, uma proposta muito distante daquela inicial, voltada para a educação do campo. Essa proposta pedagógica está ligada a um modelo de desenvolvimento agrário brasileiro, que entende que o futuro do campo é o esvaziamento social.

<sup>55</sup> Apesar estarem lutando ainda para se tornarem um assentamento, também não se referiram a esse período pós autodemarcação das terras como acampamento. Na verdade, a partir do momento em que optaram por essa ação, passaram a viver como se a terra já fosse deles, ou seja, como um assentamento. A referência aqui diz respeito a esse modo de ver o seu território.

<sup>56</sup> O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), foi financiado parcialmente pelo Banco Mundial e executado durante a década de noventa e partia de uma proposta, mal sucedida, de incorporar a sustentabilidade como critério de desenvolvimento regional.

produtos ficava no local e era vendida para cobrir as despesas com secretaria e o restante voltava para a casa dos agricultores para consumo interno. Durante muito tempo o presidente da associação foi o Luciomar. Ao deixar o cargo por razões pessoais, a associação degingolou gradativamente (Diário de campo, 2010). É provável que esse movimento tenha se dado quando o fortalecimento do consumo interno tenha se tornada a única motivação para a existência da associação.

As práticas cooperativistas não são bem vistas por todos camponeses, uma vez que, tal como Loureiro (1981) demonstrou, a cooperativa agrícola pode ser um instrumento de subordinação dos camponeses ao capital industrial e financeiro. Quer dizer, quanto mais as cooperativas crescem, mais tornam-se dependentes do capital e isso, do ponto de vista dos camponeses, não faz sentido.

Os dados que aqui analisarei, referentes a uma cooperativa que não fracassou, mas que se tornou um poderoso empreendimento econômico, permitem afirmar que o sucesso de uma cooperativa está mais ligado a sua capacidade de exercer o papel de agente subordinador do campesinato do que de agente que o autonomize frente às forças do mercado capitalista (1981, p.134)

A autora trabalhou com a tese de que o fracasso das práticas cooperativas tem mais a ver com essa relação do que com uma imaturidade política dos camponeses. Conforme aponta Scopinho (2009) a percepção de muitos em relação a esse modelo organizativo é contraditória, sendo também vista como desvantagem em relação às diferenças individuais, ao controle e à dominação.

Como a associação congregava as famílias das duas partes da área, havia aquelas que já tinham conquistado a área e não se interessavam mais pela luta pela terra. Começou a predominar uma falta de interesse nas questões coletivas, pois estas diziam respeito à luta pela terra dos “outros”. Então, o que os unira antes já não mobilizava mais tantas pessoas. Depois da conquista da terra, a organização coletiva – aquela que vigorava no acampamento – foi pouco a pouco perdendo a importância que tinha.

Nesse ínterim foram percebendo que aqueles que se identificavam com a questão coletiva teriam que se unir entre. Eram poucos. A associação tinha como objetivo tanto unir as forças na luta por aquele pedaço de terra, quanto contribuir para que os assentados sobrevivessem ali. Por isso, desde o início, as famílias acreditavam que deveriam trabalhar juntas, ainda que cada um em sua roça. Aos poucos, a associação foi perdendo força e outras iniciativas aconteceram. Aquelas práticas coletivas de trabalho que algumas famílias da agrovila já desenvolviam desde o início do acampamento seguramente influenciaram a decisão dessas famílias de tornarem-se, de fato, um Coletivo de trabalhadores rurais.

Estavam lançadas as bases para a criação do “Grupo Coletivo 14 de Agosto”, que surgiria, oficialmente, apenas em 2004. Cinco anos depois, no fim de 2009, saiu o decreto que oficializava o destino daquele pedaço da terra, fato que foi comemorado com uma grandiosa festa no assentamento como um todo. Enquanto boa parte do assentamento se dirigiu a Porto Velho para participar da audiência pública em que souberam que a terra seria deles, outra parte ficou aguardando as notícias para saber se preparavam a festa ou não. Quando telefonaram avisando que tinham conseguido, mataram o boi e prepararam tudo. “Fiquei bêbado de tanta alegria!” (diário de campo, 2010), diz Pititinho sobre este dia.

#### **4. Juntando terras, trabalho e panelas: O “Coletivo 14 de Agosto”.**

“Não é só desejo, nós temos a necessidade de ser Coletivo”.

(Maria Estélia, 2010).

A forma escolhida pelas famílias para a luta na terra foi a coletivização do trabalho, que por sua vez tornou necessária a existência de uma cozinha coletiva. Necessidade, em primeiro lugar. Depois, os sonhos. Lutar pela terra é diferente de lutar na terra: a partir do momento em que instituíram oficialmente o “Coletivo 14 de Agosto” e, pouco tempo depois, tornaram-se assentados, precisaram garantir a continuidade do projeto. Isso incluía acesso a créditos e financiamentos, melhoria na produção e na comercialização, o processo de formação dos membros, etc. A contrapartida do Estado demorou: os créditos para a produção e para a construção das moradias em alvenaria só foram liberados em 2011.

O primeiro passo – a organização territorial – já tinha sido dado. As terras eram coletivas e algumas atividades também estavam sendo realizadas coletivamente. Restava agora constituir uma forma de funcionamento viável que permitisse a todos trabalhar juntos. Uma retrospectiva dessas ações é interessante nesse momento. Além de demonstrar que o coletivo se faz num processo contínuo de acúmulo de conhecimentos sobre ser um grupo e compartilhar a vida e o trabalho, demonstra também a existência de uma “cultura camponesa” de base coletiva importante para o desenvolvimento da história deles.

A coletivização dos pastos foi a primeira das ações dessas famílias. Todos iam para o pasto, roçavam, consertavam as cercas, cuidavam do gado. As mulheres cozinhavam nas casas e levavam para os homens na roça. A experiência durou pouco tempo. A dificuldade era deixar o gado sozinho no pasto, próximo à rodovia 364, já que, pelo sistema de agrovila deles,

as moradias estavam aglutinadas no interior do assentamento e não às margens da estrada. Resolveram colocar uma família para residir ali, a fim de evitar roubos, o que não deu certo, pois essa família tinha que cuidar de seu lote também, na agrovila. O gado foi roubado e desistiram da experiência. No dia-a-dia, informalmente, duas ou três famílias já faziam almoços e jantas coletivamente, além de cuidarem de uma horta. Leôncio avalia:

Mas foi positivo a experiência porque animou as oito famílias a dar um passo adiante e coletivizar as roças que possuía de café, e frutas de polpas os consórcios que perdia mais do que se aproveitava. No final da colheita dá um bom resultado e sobra um dinheirinho (Trecho do caderno do Leôncio, 2009).

Olhando para trás, Pititinho avalia o momento seguinte, onde passaram a coletivizar tudo. Tratava-se de uma necessidade urgente de produzirem naquelas terras sem terem que “se matar”, sem serem explorados ou se desgastarem demais. Cada um em seu lote não era capaz de manter a produção conforme gostariam, mas juntos essa possibilidade era maior. O espaço coletivo era maior e mais propício para as lavouras. Pititinho entende que era tudo uma questão de ir se desfazendo das visões individualistas de suas trajetórias de vida:

Nós tínhamos a ideia coletiva e passamos a estar cada um no seu lote, e todos trabalhavam pra se matar e não dava conta do trabalho, não dava conta do que pensava. Acho que essa foi a necessidade de unificar o trabalho, a mão de obra, de tocar ideias coletivas. Chegamos à conclusão assim oh: iniciamos “ah, essa área nossa aqui tem uma pastagem e a pastagem tava lá e nós, eu sozinho não conseguia mexer nela, o Leôncio só também não, e assim ninguém conseguia mexer lá na pastagem. Ela estava no lote - boa parte dos lotes que são do coletivo aqui - essas pastagens estavam na fundiária desse lote. Então nós iniciamos por lá, mas continuamos trabalhando individual, cada um na sua lavoura, cada um formando sua lavoura e descobrimos que não tinha jeito, você não tinha espaço pra esse negócio. Então o indivíduo ali ainda estava muito forte na gente ainda, mesmo tendo a ideia, o indivíduo da gente tava muito forte. Tipo assim, eu hoje no roço da pastagem, eu não posso ir porque o feijão que eu plantei ta na hora de bater então eu não poderia ir lá, eu teria que vir pra cá... Então nós começamos imaginar que se esse feijão fosse feijão do grupo, então nós estaria nele se fosse propriedade do grupo. Mas se fosse propriedade a pastagem, nós estaríamos na pastagem. Então chegou essa necessidade do trabalho junto, que trouxe a necessidade de todos, uma única discussão, que é o que a gente faz aqui no grupo. Trabalho junto vai direcionado pra aquelas lavouras, que necessário é naquele momento ... então todas mão de obra vão pros trabalhos que tem necessidade. (Pititinho, 2013).

Depois de algum tempo analisando a situação, as famílias resolveram juntar as terras e as panelas. Em 2004, 12 anos depois de terem ocupado aquelas terras, todos colocaram seu pedaço de terra e tudo que tinham produzido até aquele momento à disposição do grupo. Para



não terem que ficar em casa cozinhando, fizeram uma casa de madeira que seria a cozinha coletiva e a partir daquele momento, todos passaram a fazer as refeições juntos.

Além de dessas atividades já mencionadas no capítulo anterior (horta, colheitas das frutas para beneficiamento de polpas e o café) também deram início ao trabalho com a farinha da mandioca. Um casal do grupo – que já não fazem mais parte – conseguiu com uns parentes uma farinheira e o grupo deu início à construção de uma “casa de farinha”, sistema de preparação de farinha de mandioca para a comercialização. Plantaram cinco alqueires de mandioca e com isso, conseguiam produzir cerca de 120 sacas por mês. Segundo relatos das famílias, neste tempo começou a circular dinheiro no grupo. As horas trabalhadas na roça coletiva e na farinheira eram pagas. Depois dessa farinheira, veio outra, melhor. E assim deram os passos em direção a agroindústria, um dos sonhos do grupo.

Sobre a produção contou que houve um momento em que havia renda no grupo. Foi no tempo do plantio da mandioca e da produção de farinha. Neste período, disse ela, “matávamos uma vaca a cada quinze dias” e também contabilizavam as horas de trabalho. Como a demanda era grande e a produção rendia dinheiro, foram deixando de produzir outras coisas e passaram a trabalhar só com a mandioca. Foi quando se deram conta de que estavam criando uma monocultura de mandioca e voltaram atrás (Diário de campo, 2010).

Ao mesmo tempo em que a situação econômica melhorou, o grupo acabou ficando dependente do monocultivo, deixando de produzir outras culturas. Esse é um dos inúmeros momentos em que o grupo refaz sua trajetória, replaneja seus objetivos e flexibiliza sua existência, dando a ela novos sentidos. A partir daí ressurgem com outra proposta: voltar a produzir com maior diversidade [não focadas no desenvolvimento econômico do monocultivo]. Esse é um dos primeiros momentos em que a agroecologia e a questão da soberania alimentar aparece nos relatos das pessoas com as quais conversei.

Com a farinheira também percebemos que temos condições de produzir e buscar mercado para nossos produtos que o segredo é a diversificação da produção e produzir para alimentação usando a palavra de ordem ‘comprar menos e produzir mais comida saudável’. Outra decisão importante desde o início é de não usar agrotóxico e produtos químicos na produção (Trecho do caderno do Leôncio, 2009).

Depois da farinheira adquiriram as duas estruturas para a horta agroecológica, que hoje funcionam e são responsáveis por uma parte da comercialização do grupo, assim como a farinha de mandioca. Infelizmente, o grupo ainda não consegue produzir para o consumo

interno o arroz, o feijão e a mandioca para o beneficiamento da farinha. Estão, nesse momento, repensando o plantio de mandioca.

As famílias conseguiram estabelecer algumas frentes de trabalho mais fixas (que já existiam e não mudaram desde o início da pesquisa): o roçado, as duas hortas agroecológicas, uma farinheira, o consórcio de frutas para despolpa e a criação de animais. Posteriormente, outras tentativas foram sendo feitas, como a experimentação de uma padaria e a produção de queijos para comercialização na feira. Nesse sentido, possuíam uma estrutura maior do que a quantidade de pessoas para trabalhar nela, o que gerava um problema de escassez de mão de obra.

Tal como Souza (2011) apontou, a organização da renda da produção passa por constantes rearranjos de acordo com as necessidades coletivas e individuais. Já houve momentos em que havia dinheiro circulante e investimentos, outros apenas para as famílias sem nenhum investimento, e outros ainda em que não havia dinheiro para nada. Com relação à moeda, não circula dinheiro individual no grupo, ou seja, não há renda. Não porque não desejem isso, mas porque as condições não permitem. Todos trabalham mais ou menos a mesma quantidade de tempo e o dinheiro é para investimento no grupo e é revertido em forma de itens de necessidades básicas para as famílias. A situação financeira do grupo é complicada: durante o tempo em que não eram nem acampamento nem tampouco assentamento adquiriram uma dívida que hoje é paga a uma empresa federal. Isso os fez optar por não terem renda para quitá-la.

Quando a pesquisa teve início – setembro de 2010 – o grupo passava por um momento complicado: apesar de já terem sido considerados oficialmente um assentamento pelo INCRA, os papéis das terras ainda não tinham saído. Esta fase de pré-assentamento durou um tempo, o que ocasionou a demora no recebimento das primeiras linhas de créditos das famílias. Naquele momento, o grupo produzia bastante e participava de diversos canais de comercialização. Porém, sem os investimentos necessários para as despesas com a produção, não conseguiram atender toda a demanda de consumo externo. Quando finalmente os créditos chegaram – outubro de 2012 – o grupo já estava desanimado e as atividades tiveram que ser reduzidas. Ao fim desse ano, depois de passarem por uma crise interna profunda, o Coletivo optou por reformular suas metas e estratégias de produção, mantendo a redução das atividades a um nível mínimo para ir, pouco a pouco, retomando a totalidade. Nesse sentido, no momento atual, apenas as duas hortas estão ativas e os esforços estão todos dirigidos para aumentar a produção e retomar a comercialização nas feiras.

Parte desse momento delicado do grupo está relacionada à escassez de mão de obra para a produção. Atualmente o “Coletivo 14 de Agosto” é composto por 09 famílias, 04 pessoas e 14 adolescentes e crianças, totalizando 32 pessoas. Uma dessas famílias ainda não mora no local, mas é considerada participante<sup>57</sup>. Quase a metade do grupo (adolescentes e crianças) estuda pelo menos um período do dia. Outra parte é composta por militantes dos dois movimentos sociais: MST e MPA, que por vezes se ausentam para se dedicarem às atividades políticas. Há ainda três pessoas que estão com suas atividades reduzidas devido a problemas de saúde. Há entre eles uma professora na escola do assentamento e também na escola do município, que passa boa parte do seu tempo na escola. A escassez de mão de obra no Coletivo é um problema que eles precisam administrar diariamente.

Em 2011, alguns adultos começaram a apontar para a necessidade de fomentar nos jovens do grupo a vontade de dar continuidade ao projeto Coletivo. Para tanto, foram realizados vários encontros entre os jovens e alguns militantes do MST com o intuito de debater e aprofundar a importância do “Coletivo 14 de Agosto”. Do início da pesquisa até o presente momento dois jovens saíram do grupo. Outros estão em idade de terminar o Ensino Médio e se decidirem a respeito da sua opção de trabalho (na agricultura ou em alguma outra profissão). Naquele momento havia uma insegurança a respeito das perspectivas desses jovens em relação a permanecerem na terra coletiva ou não.

Em 2013, depois da reformulação do grupo, alguns jovens – tendo concluído o Ensino Médio – passaram a assumir a coordenação de algumas frentes de trabalho e financeira. O debate a respeito da educação é intenso dentro do grupo. Mais do que uma questão de mão de obra, a inquietação parece revelar também uma preocupação com os objetivos da educação como um todo (educação para a profissionalização e para o mercado em contraposição à educação do campo)<sup>58</sup>.

Ao fim da pesquisa, em junho de 2013, o trabalho nas roças estava sendo feito para melhorar as condições de fertilidade das terras próximas a BR-364, onde, na época da fazenda, havia só pasto. A terra “é seca e sem nutrientes” (diário de campo, 2010) e é preciso plantar inúmeras espécies de vegetação para captar o nitrogênio do ar e passar para o solo. Inicialmente, as hortas funcionavam bem apenas durante o período de pouca chuva, ficando parada quando estas começam. Ainda não tinham conseguido fazer uma estufa apropriada,

---

<sup>57</sup> Tive pouca interação com esta família durante a execução da pesquisa, uma vez que ainda não tinham se mudado para o Coletivo.

<sup>58</sup> O sentido da educação é de suma importância no debate da permanência do camponês na terra conquistada e, no caso deste grupo, está totalmente vinculada à experiência coletiva que tiveram. Tal aspecto será trazido ao texto no próximo capítulo.

por falta de recursos financeiros suficientes. Tentaram fazer um sistema de estufa para a proteção das hortas, mas este não funcionou a contento. Em 2013, essa estufa foi aprimorada e agora já protege o trabalho feito nas hortas no tempo das chuvas. Com relação à farinha, está temporariamente parada, uma vez que o grupo está repensando inclusive a compra que fazem da mandioca. O trabalho com os animais é feito principalmente por uma das famílias que reside na área próxima a BR-364, distante do resto do grupo.

O trabalho na cozinha coletiva também passou por reformulações desde o início da pesquisa. No início da pesquisa funcionava incessantemente com duas mulheres que eram responsáveis pela alimentação e pela limpeza geral. As crianças, adolescentes e outros adultos do grupo eram responsáveis por lavar a louça diariamente. Tudo isso foi estabelecido quando o espaço foi criado. No início de 2013, entretanto, a dinâmica foi alterada e agora há uma coordenação específica da cozinha coletiva, composta por uma das cozinheiras e uma adolescente do grupo.

No cotidiano do trabalho da cozinha também houve alterações: ao invés de apenas duas cozinheiras continuamente, estabeleceu-se duas duplas de cozinheiras que alternam-se semanalmente. As equipes de limpeza operam em sistema de rodízio diariamente e são compostas basicamente pelos adolescentes do grupo e alguns adultos. A cozinha continua funcionando incessantemente, de segunda a sexta-feira, atendendo ao grupo com cerca de cinco refeições diárias.

Todo o processo de transformação ocorrido no decorrer desta pesquisa demonstra que as diferenças entre ser um acampamento e um assentamento são expressivas. Depois da conquista da terra, a luta continuou e passou pela reafirmação dos sentidos que o grupo atribui a si e pela busca de atender aos mínimos vitais e sociais (CÂNDIDO, 2001) que ainda precisavam ser conquistados. Se durante o longo período de acampamento a cooperação foi estratégia para otimizar a produção do grupo, garantindo-lhes a sobrevivência e o direito àquelas terras, atualmente essa estratégia está sendo redefinida e possivelmente é a responsável pela crise atual que o grupo vivencia.

Para reverter essa situação, perceberam que a agroecologia pode ser a estratégia para a reprodução social sustentável do grupo (SOUZA, 2011), uma vez que, além de fomentar também a produção coletiva, a agroecologia tem o papel de permitir acesso a uma alimentação saudável, auxilia na garantia da sustentabilidade daquelas terras e, portanto, de todas as espécies de vida ali presentes. Permite também a construção de tecnologias alternativas para o trabalho na agricultura, de custo menor e com menos impacto ambiental.

Apesar dessa estratégia, o grupo enfrenta ainda duas dificuldades de superação: o primeiro, em relação à superação do modelo de trabalho de base familiar/individual para o modelo coletivo e, o segundo, a superação do modelo tradicional de agricultura, sendo esta parte constituinte do processo de transição agroecológica que se propuseram. Para além das dificuldades internas, o que parece estar acontecendo é que os desafios de se relacionar com o exterior, com o mercado e com o mundo globalizado (e suas formas de consumo, modelos de vida, etc.) envolvem a superação de obstáculos relacionados à diferença entre lógica das políticas públicas existentes e a lógica adotada pelo grupo. Tal como Scopinho (2007) também observou no Assentamento Sepé Tiaraju/SP, o mesmo pode estar ocorrendo com esse grupo: a cooperação autogestionária, tão útil para a organização do assentamento, agora revela as dificuldades relacionadas à insuficiência de políticas públicas adequadas para a manutenção da vida no campo.

A seguir veremos, com mais detalhes, como o processo de coletivização das terras, da produção e da cozinha se dá concretamente no cotidiano do grupo e como é percebido pelo grupo.

## DESCOBRIMOS LÁ NA BASE

Zé Pinto

Descobrimos lá na base  
que a tal da Reforma Agrária  
do papel não vai sair  
Pelo pedaço de chão pra colher o nosso pão  
vamos ter que nos unir  
Companheiro e companheira  
Vitória vai ser ligeira  
se todos se organizarem  
A gente faz acampamento,  
tira pão para o sustento  
e Reforma Agrária é pra já

E vamos entrar naquela terra e não vamos sair  
Nosso lema é ocupar, resistir e produzir.

A gente faz caravana, arrisca entrar em cana,  
mas tem que ser por aí  
Sindicatos combativos, isto tudo é preciso  
para a luta prosseguir  
A classe trabalhadora que é a mais sofre agora  
já começa a perceber que nós somos maioria  
e que vai chegar o dia com um novo amanhecer.

Pelo fim do latifúndio  
Chega João, chega Raimundo  
Isso vai ter que mudar nessa América Latina  
Será que a nossa sinavai ser sofrer sem parar  
Mas eu nisso não acredito  
Por isso eu tenho dito: vamos todos dar as mãos  
É a força popular levantando essa bandeira  
Reforma Agrária é no chão.

Se for dura essa parada, a gente pega na marra  
não dá pra ser diferente, pois os homens têm dinheiro  
compram armas no estrangeiro  
pra poder matar a gente  
Contra esse capitalismo, vamos firmes, decididos  
não deixar pra outra hora  
É a classe organizada  
passo a passo nesta estrada  
construindo a sua história.

# CAPÍTULO 3

## TERRAS COLETIVAS

“Igual a gente tem aqui: as ideias vão se juntando por causa desse Coletivo.

A terra nos proporcionou isso.

(Téo, 2013)”.

### 1. O trabalho, a luta pela terra e a vida.

No Brasil, o rural não se define apenas pelas atividades agrícolas, mas também por aquelas que apresentam o campo como um lugar de consumo (turismo e descanso, por exemplo) e mercadoria. Diferente do latifundiário que vê a terra como negócio, ou do turista que vê o campo como lugar de recolhimento e diversão, o camponês percebe a terra como lugar de moradia e de trabalho para sua família (CARNEIRO, 1998). José de Souza Martins utilizou o conceito de **terra de trabalho** para demarcar a diferença entre as lógicas que operam no campo.

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro (1980, p.60).

Marques (2008) aponta que a luta pela terra é mais um capítulo da história do campesinato no Brasil, movido pelo conflito entre a criação de uma **territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa**. De acordo com Fernandes (1998) a ocupação das terras e o acampamento são as condições necessárias para que se dê o processo de territorialização da luta pela terra, pois significam o questionamento, em território nacional, do poder latifundiário. Fabrini (2002) complementa a afirmação dizendo que a ocupação e o acampamento por si só são insuficientes para que essa territorialização se efetive. Para o autor, é o processo seguinte, de conquista efetiva da terra, que garantirá a criação de um campo de forças capaz de promover o embate entre essas duas lógicas de desenvolvimento. O assentamento permite a construção de um território camponês. Através dele alteram-se as relações de poder vigentes que podem ser verificadas pelos impactos territoriais.

O território se constitui enquanto tal não porque é construído pelo homem apenas, mas porque possui um conteúdo político que passa pelas manifestações de poder sobre o espaço, sintentizando o

conflito de classes existente na sociedade. Portanto, são impactos territoriais porque as transformações no espaço com as lutas e conquista da terra (assentamento) implica em alterações na relação de poder, conferindo ao território do assentamento um conteúdo essencialmente político (FABRINI, 2002, p. 84).

Essa luta antiga traz, já no fim do século XX, a marca de um processo de recampesinização das famílias sem-terra a partir do momento em que se efetivam os assentamentos. É o lugar da realização da vida camponesa, reprodução social desse grupo.

Inúmeros autores nas Ciências Sociais tem se dedicado a aprofundar a construção histórica da noção de campesinato enquanto uma classe social de trabalhadores ligados à produção da vida através das práticas agrícolas e pecuárias (CADONA, 2004; GARCIA JR, 1990; SABOURIN, 2009; CARVALHO, 2005). Não pretendo aqui adentrar neste interessante terreno de discussão. Interessa a esse estudo a emergência do camponês enquanto ator político. Se antes o camponês era visto como o matuto ingênuo, com o agravamento dos conflitos agrários e a crescente resistência dos trabalhadores/as à concentração de terra, este passou a ser visto como ator político com um novo lugar social, tal como aponta Martins (1997).

Nesse contexto, a campesinidade é recriada com base nas experiências adquiridas a partir dos processos de luta vividos. Hebette (2005) afirma a existência de algumas características fundamentais para aquilo que se chama ‘camponeses’:

Os camponeses são produtores livres de dependência pessoal direta – são autônomos; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em comunidade; a busca de sua permanência e reprodução numa mesma terra, traduzidas como apego à terra, é a marca de seu modo de vida e a fonte de seu cuidado com seu ambiente (HEBETTE, 2005, p. 90).

Se para o latifundiário a terra é vista como mercadoria, para o camponês ela possui um valor simbólico distinto. Sua posse é a condição que o camponês tem para ser liberto, juntamente com o domínio do saber que orienta o trabalho nela (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997). Woortmann (2004) observou que há uma diferença qualitativa importante entre ser dono da terra e ser proprietário. “Proprietário” é uma categoria atribuída a quem tira lucro da terra através do trabalho dos outros, enquanto “dono” é aquele que vive da terra:

Seu pai era dono ‘porque trabalhou a terra e deixou ela para os filhos’. Há vários significados envolvidos nessa afirmação. Nos termos dos valores camponeses se é dono por efeito do trabalho. Essa concepção tem um fundamento que podemos chamar de bíblico. A sina do homem é trabalhar. Se Deus deu a natureza para ser usada pelo homem, este tem a obrigação de trabalhá-la. Por isso mesmo, é pelo trabalho que se tem direito à terra (2004, p.137).



Ao voltar à atenção para o “Coletivo 14 de Agosto” é preciso considerar o sentido da terra conquistada, que vem da longa luta pelo assentamento. O processo de assentamento demorou mais de 15 anos para acontecer, situação pouco usual entre os demandantes de terra na região que conseguiram ser assentados em um espaço de tempo menor. Apesar de ser considerada a terceira ocupação do MST em Rondônia, outras ocupações que a sucederam tiveram êxito mais rapidamente, conforme apontado por SOUZA (2011).

A história do Coletivo já começa como uma disputa de sentidos, qual seja: **transformar terra-especulação em terra de trabalho e vida**. Desde o início, em 1992, a terra já possuía um sentido. Aquela fazenda de um mil hectares fora estrategicamente escolhida pelo movimento para ser ocupada. Era o símbolo da desigualdade a que estavam submetidas milhares de pessoas no país e era também a promessa de uma vida melhor para as famílias que já migravam há bastante tempo. Muito bem localizada às margens da BR-364 sabia-se que estava destinada a servir de pasto para o gado do fazendeiro. Quando aquela centena de famílias a ocupou, e depois de serem despejados a reocuparam na calada da noite, esse lugar de gado tornou-se um lugar de pessoas. A terra desabitada e usada para negócio tornou-se a terra de trabalho e de vida. A transformação em assentamento ocorreu mediante compra da área pelo INCRA e não por desapropriação, como esperavam.

Contou-me de como conseguiram a terra. Não foi através das políticas do INCRA de desapropriação da terra. Já havia um mandato de despejo certo, garantido e eles não sabiam mais o que fazer. Já tinham tentado de tudo e nada dava certo. Alguém do grupo tinha contato com o Carlos Magno<sup>59</sup>, que era da Secretaria de Agricultura na época (2008). Resolveram falar com ele, que os recebeu muito bem. Disse que nunca tinha ouvido falar em “14 de agosto” e resolveu ir conhecer. Foi até o assentamento e conheceu a experiência do coletivo e gostou muito, pois já foi “camponês”. Por esse motivo resolveu ajudá-los o máximo possível. Telefonou para o advogado do fazendeiro, que não quis dizer onde o fazendeiro morava, apenas falou que ele estava em São Paulo. Pegou um avião e foi até lá tentar negociar a terra com ele. Não teve êxito junto ao fazendeiro, mas voltou dizendo ao grupo que conseguiria. No fim, conseguiu que o governo, através do INCRA, comprasse as terras e as repassasse para o pessoal. Para confirmar isso, foi preciso uma audiência pública. Foram em vários ônibus para Porto Velho para essa audiência. Se fosse aprovada a posse da terra para eles haveria uma festa. Antes de ir deixaram tudo preparado: a vaca que matariam já no ponto e os convidados avisados. Algumas pessoas ficaram de prontidão, aguardando o telefonema que confirmaria ou não. Dito e feito. Conseguiram a terra e foi a melhor festa que já fizeram em toda história de assentamento. Tudo em cima da hora. Fiquei imaginando a alegria que foi. **Ele explicou que quem vai pra um acampamento deixa tudo pra trás, acreditando que vai**

---

<sup>59</sup> Carlos Magno é deputado federal pelo PP-RO. Contraditoriamente, este é um deputado vinculado à bancada ruralista de Rondônia.

**conseguir a terra. Alguns não têm nada, posse alguma. Outros tem um pedacinho de terra, casa pra morar, mas almejam uma vida melhor. E por isso, abrem mão de tudo que possuem.** Quanta gente ali deve ter deixado tudo pra trás. E o medo de dar errado (e quase deu) e depois de 16 anos terem que abandonar tudo de novo... (Luciomar, Diário de Campo, 2010).

Comemoraram muito nesse dia. Ainda que o processo não tenha ocorrido como imaginavam – pela desapropriação das terras – com astúcia, aproveitaram-se da visita do então secretário para convencê-lo da necessidade de tornar a terra um assentamento. A tática, como pontua Certeau<sup>60</sup> (2008), é arte daquele que aproveita as brechas do tempo e das oportunidades que surgem nas circunstâncias, sem com isso controlá-las. Evidentemente que a ida desse secretário até o acampamento foi fruto de uma articulação política anterior dos camponeses, mas nada disso garantia que ele apoiaria e até se identificaria com a proposta deles a ponto de negociar para eles a compra da terra pelo INCRA.

Para Sauer (2010) os acampamentos e assentamentos são lugares de importância crucial no processo de constituição de identidades e de re-significação do mundo. Esses processos estão intimamente ligados ao sonho da terra e a realidade do acesso à mesma. Nesse sentido, o acesso a terra transforma qualitativamente a identidade dos ‘sem-terra’ e altera a forma organizativa da vida social, política e econômica do momento anterior. “O processo de luta e a construção simbólica colocam a terra (acampamentos e assentamentos) como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência (2010, p. 62)”. Terra para morar, compartilhar com os familiares e para trabalhar.

Eu acho que a coisa mais consciente que tem nesse grupo, e aí a gente engloba não só os mais novos, os que eram crianças na época, mas aí também os adultos, **o que é mais sagrado pra nós é que a terra não é um capital.** A terra pra nós ela é o lugar onde nós vamos viver, criar nossos filhos... Então, a princípio, eu acho que é isso, no grupo a terra

---

<sup>60</sup> Para Certeau (2008), a estratégia é a prática da busca da manutenção dos seus interesses. Ela só é possível quando o sujeito envolvido é capaz de isolar-se do ambiente, de criar um espaço de ação que lhe permita calcular as ações necessárias para alcançar seus objetivos em relação a uma exterioridade distinta dele. A estratégia só existe quando há um lugar próprio, e isso possibilita uma intervenção mais incisiva no ambiente. Já a tática está relacionada a não possuir um lugar próprio, a depender do lugar do outro. Neste espaço que não lhe pertence, a tática necessita do tempo, da melhor oportunidade para conseguir se colocar. Este deve ser capaz de tirar proveito de forças que não lhe pertencem, encontrar o momento certo de distração do forte para se insinuar. Neste sentido, a tática é quase invisível, não se concretiza em discurso, mas em ações momentâneas que deixam sua marca, mas logo desaparecem. “Traçam trajetórias indeterminadas, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam. São frases imprevisíveis num lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas. Embora tenham como material os vocabulários das línguas recebidas (...), embora fiquem enquadradas por sintaxes prescritas (...), essas trilhas continuam heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam as astúcias de interesses e de desejos diferentes. Elas circulam, vão e vêm, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida” (CERTEAU, 2008, p.97).

não é capital. Tanto que nós, a maioria das famílias dividiu a terra com outras famílias, então isso é uma prova de que pra nós, a terra não é capital. Não é poder. A terra no passado foi vista como poder, capital é poder. Pra nós, não, a terra não é capital e não é poder. **Ela é apenas um instrumento pra gente tirar dela o nosso sustento**, é uma das principais coisas. Se um dia eu falar que eu vou embora daqui, a terra fica do mesmo jeitinho que tá ali. A terra é do grupo do mesmo jeito e eu tenho certeza que o grupo não vai vender porque não é terra para vender. E eu tenho certeza que essa é uma relação de todos aqui. **A terra tem que passar de geração a geração**. Essa é uma das coisas interessantes que eu acho... é uma herança que vai passar de geração pra geração. Se o grupo não existir, mas a terra vai ficar. Quem é que garante que daqui cinquenta, cem anos, sei lá quando, quando nossos netos e bisnetos, se eles vão querer o grupo ou se o sistema mudou tanto que a gente nem sabe que rumo conduz? Mas no entendimento nosso é que a terra tem que ficar. (Luciomar, 2013).

Para alcançarem essa condição, os camponeses podem migrar inúmeras vezes e esse trânsito não significa necessariamente abandono e rompimento com os laços comunitários de origem, mas a busca de sua reprodução social em outro espaço<sup>61</sup> (WANDERLEY, 1996; NOGUEIRA, 2010). A história de como cada um chegou até o assentamento leva a pensar nesses trânsitos camponeses, que passam de geração a geração, até o momento em que a terra ideal é encontrada. Entre os membros do “Coletivo 14 de Agosto”, a maioria já morava no estado, mas tinha vindo de fora com a família (pais e irmãos) há algum tempo<sup>62</sup> (). A seguir, dois trechos de conversas diferentes realizadas com um casal que se formou a partir do acampamento e da militância:

Perguntei de onde ele vinha, qual sua origem. Leôncio me contou que ele mesmo era nascido em Rondônia, **mas sua família migrava já há bastante tempo pelo Brasil**. Contou-me que seu avô era um agricultor em Minas Gerais e que naquela época, quando a roça já não dava mais para sustentar a família, ele e os irmãos arrumaram as coisas e entraram num caminhão pau-de-arara seguindo na direção de Goiás. Diziam que a terra era boa e que lá poderiam conquistar a posse dela. Viajaram por esse trecho por muito tempo, a família inteira. Quando encontravam uma terra boa para plantar, alguns paravam e procuravam trabalho no lugar fazendo roças. Depois da colheita juntavam um pouco mais de dinheiro e partiam novamente. Assim, parte da família se dispersou. Depois de chegarem a Goiás e virem que não era bem do jeito que diziam, seguiram viagem passando pelo Mato Grosso até chegarem a Rondônia, onde se instalaram. Em Espigão

---

<sup>61</sup> Em um estudo etnográfico com famílias camponesas que migraram, Nogueira (2010) concluiu que a migração nessas comunidades não implica em rupturas com a comunidade de origem, como se convencionou pensar na sociologia. O que a autora defende é que para as famílias camponesas as estratégias de reprodução social não são homogêneas, mas envolve diferentes possibilidades. A migração é uma estratégia de reprodução não do modo de vida camponês, mas da *casa* camponesa, entendida enquanto um domínio material e simbólico da família de origem. Nesse sentido, é possível pensar em uma *constelação de casas* num território que pode ser fragmentado.

<sup>62</sup> Especialmente de Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Bahia.

d'Oeste, mais precisamente. Ali ele cresceu e iniciou, na década de 1980, sua militância na Pastoral da Juventude, da Igreja Católica. Essa região foi onde se deram as primeiras ocupações de terra do Estado. Leôncio tornou-se, desde então, um dos principais líderes do MST-RO. Depois de um período de muito trabalho na frente de massas do movimento, mudaram ele e a esposa Izabel para o Assentamento 14 de Agosto. Ali finalmente conquistou a posse da terra que tanto sua família buscava. Uma posse, porém coletiva, qualificada por toda sua história de militância". (Conversa com Leôncio, Diário de campo, 2010).

Eu vim do Paraná. Meus pais são mineiros e a gente morava no Paraná. E nós chegamos aqui em Rondônia em junho de 1970. Eu vim pra cá eu tinha 7 anos. **Nós viemos porque meu pai dizia que a família era muito grande – nós éramos em oito irmãos – e a terra que ele tinha no Paraná era uma terra pequena.** Eram 22 alqueires de terra e nessa lógica da vida convencional todo mundo tem essa impressão de que pra você sobreviver você precisa de uma extensão determinada de terra. E aí ele decidiu vir pra Rondônia, que era a possibilidade que ele tinha de possuir uma terra maior. Nessa visão de que pra criar um monte de filhos precisava disso, ne? E aí foi por isso que ele pegou Rondônia como destino. Na verdade, ele saiu do Paraná pra vir pro Mato Grosso, conhecer o Mato Grosso e na viagem ele soube de Rondônia e chegou aqui. 30 dias depois ele já voltou com o comprador da terra que ele tinha e já o caminhão pra já botar a mudança e a meninada em cima e vir embora. Ficamos no município de Ouro Preto e ali então eu fiquei até 1992, que foi quando nós viemos aqui pro 14 de Agosto (Ana Isabel , 2013).

Se ao sair em busca desse lugar, a pessoa precisou passar por outros lugares, antes incomuns, como a vida da cidade, nem por isso se distanciou do campo. Scopinho (2011) constatou que dentre as experiências de trabalho que mais figuravam entre os assentados anteriores a chegada às terras do Sepé Tiaraju estavam o trabalho nos setores da economia formal e informal que não requeriam qualificação, marcados pela precariedade das relações trabalhistas. No caso do Assentamento 14 de Agosto, as pessoas que demandaram terra eram em geral de famílias rurais e tinham alguma passagem pelas cidades. As relações de trabalho conhecidas nesse meio eram as do assalariamento nos trabalhos para fazendeiros, meeiros, alugados, mais próximos daquilo que Garcia Jr (1999) descreveu. Essas relações também se dão em condições precárias, do ponto de vista do trabalhador, expressas a partir da perda de autonomia e da exploração a que estão submetidos. Para Scopinho (2012), o assentamento é uma possibilidade de enraizamento, compreendido enquanto forma de criação de novos laços comunitários e com o território. Pensando a partir da discussão proposta por Nogueira (2010), nos trânsitos migrantes que vão aglutinando sociabilidades àquelas de origem, a vivência nos

assentamentos cumpre esse papel de criar sociabilidades ao aglutinar mais pessoas a mesma **casa**.

Os assentados têm expectativas de libertação quando conseguem a terra. Significa a não subordinação ao outro. Sauer (2010) empresta o conceito de heterotopia,<sup>63</sup> de Foucault (1990), para afirmar que a luta pela terra constitui **contralugares** que tem a função de recolocarem os sonhos num lugar real, plausível, diferente do da utopia. “É uma luta pela recolocação dentro de lugares reais, os quais se tornam simultaneamente contestações de um sistema de exclusão política, marginalização cultural e afirmação de um novo ethos social, baseado na cidadania de todos (2010, p. 70).” O lugar de concretização de sonhos não é desprovido de problemas e dificuldades.

A necessidade de trabalho pode ser uma das dificuldades existentes. A busca da terra vem acompanhada da necessidade de trabalho. Consequência direta de experiências de vida de desemprego e subemprego, mas também da exploração advinda das condições de assalariamento no campo. Para o camponês que passou por essas relações de trabalho, o trabalho na própria terra pode ser símbolo de liberdade, de autonomia. Outra característica atribuída à ideia da campesinidade é que é **o trabalho para si** (entendendo o si como unidade familiar) que produz fartura e permite a continuidade da vida. A terra, portanto, existe para que esse trabalho seja realizado na medida necessária da vida de cada família.

Concretamente, a conquista da terra deveria implicar em satisfação das necessidades básicas; significa um lugar para trabalhar e produzir, mas também participar de uma comunidade, social e politicamente, pertencer. “Ou seja, mais do que um lugar para trabalhar e viver, o assentamento representava uma possibilidade de inserção social e política, de construção de uma sociedade pautada em novos valores (SCOPINHO, 2011, p. 14)”.

Para Caldart (2004), a passagem para o assentamento do MST marca um novo capítulo da formação identitária dos sem-terra – que se dá em meio a muitos conflitos – mas que é significativa em termos das transformações culturais que vem operando desde a chegada ao acampamento. Maria Estélio aponta para essa transformação que a luta pela terra provocou nas suas visões de mundo:

---

<sup>63</sup> Sobre a heterotopia, Foucault diz: “As utopias são sítios sem lugar real. (...) Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irrealis. Há também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, espaços reais – espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade – que são algo como contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade. Devido a estes lugares serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles reflectem e discutem, chama-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias”. (1990, p.3).

Nesse grupo aqui dessas famílias, se não fosse assim não seria essas tentativas de coletivizar, de coletivo, mas é um grupo que não tem ganância por terra. Os familiares, as outras pessoas falavam “nossa mas você, como que é, só tem 5 alqueires de terra e tal”. Então assim, pra nós, puxa 5 alqueires, se for mais um mais um, então pra que eu preciso da terra além do que eu preciso pra morar, pra viver? **Só preciso dessa terra... É uma coisa importante que o grupo compreende é que não é a quantidade de terra que determina, é a maneira como você trabalha nela. E quais as condições que você tem pra isso.** (Maria Estélio, 2013).

Fica clara a afirmação de que não é a propriedade privada da terra que faz a realização do camponês, **mas a capacidade que estar nela, de conseguirem existir enquanto sujeitos históricos.**<sup>64</sup> A vivência cotidiana da luta pela terra – que continua a ser engendrada mesmo depois de assentados – incide sobre a produção de subjetividades que se definem a partir de outra lógica. Essa outra lógica entende que a terra precisa ser trabalhada para produzir e isso leva necessariamente a pensar em que condições é possível realizar esse trabalho, mais do que na extensão da mesma. As condições passam pelo gerenciamento dos conhecimentos existentes sobre ela e o acesso a mecanismos públicos capazes de garantir a permanência deles lá.

A luta pela terra tem início na chegada ao acampamento. Ali os sem-terra se identificam no sentido que a terra possui e em oposição à lógica latifundiária: a terra é pra viver. Nesse momento, opera-se uma distinção entre essas duas lógicas de apropriação da terra. Não é a busca da propriedade privada, mas a busca do direito ao trabalho livre. Os membros do “Coletivo 14 de Agosto” se veem como parte do conjunto de camponeses possuidores da terra. Antes de entrar no aspecto da existência real da terra e do cotidiano de trabalho nela, destaco que as duas atribuições da terra - para morar e trabalhar – é o que produz a distinção entre eles (camponeses) e os latifundiários. No momento da luta pela terra no acampamento se identificam e assim fortalecem sua reivindicação: o destino que pretendem dar à terra pleiteada por eles é significativamente diferente do que é dado pelo fazendeiro proprietário das terras.

No momento em que se segue - o de organizar a produção dentro do assentamento – começam a se diferenciar também dentro do próprio grupo de camponeses. A terra continua sendo destinada a vida e ao trabalho, mas a forma como querem organizar a vida e o trabalho

---

<sup>64</sup> Durante a videoconferência realizada pelo CFP em 27/08/2013, Sérgio Sauer (UNB) disse: “*Não há camponeses ou indígenas sem terra*”. A luta pela terra passa pelo direito de ser e existir. Pedro Paulo Bicalho (UFRJ), nessa mesma conferência, ressaltou a importância da Psicologia entender a questão da terra enquanto parte do processo de constituição de subjetividades que é permeado por mecanismos de segregação, infantilização e culpabilização das populações que nela habitam.

é distinta da dos demais. Isso não significa necessariamente uma ruptura nas relações sociais com os vizinhos ou um conflito direto. Caldart (2004) menciona a tensão entre lógica do rolo e a lógica da empresa social<sup>65</sup> presentes a partir do momento em que se estabelecem os assentamentos. A principal tarefa do MST ao trabalhar com a base é buscar a concretização da dialética entre o movimento permanente – a luta – e a necessidade de organizar a produção. Segundo esta autora, a lógica do rolo na condução das questões do assentamento tem o sentido de evitar “uma formalização conservadora e que lhes distanciaria da luta como um todo”. Da mesma forma, no acampamento, a lógica da empresa serviria para fazer das ocupações ações bem sucedidas em termos organizativos.

**A organização da produção vai incidir diretamente sobre o sentido dado a terra, a partir desse momento, pois criará relações sociais e materialidades distintas ente as famílias.** Tendo em vista essa tensão mencionada pela autora, o MST conseguiu elaborar propostas de organização da produção que permitem uma maior flexibilidade. Dentre os modos de organização no assentamento, propostos pelo MST, alguns vão optar por aquelas formas individuais, com algum tipo de cooperação com os vizinhos ou alguma participação em associações, e outros podem optar por processos mais amplos de coletivização. Interessa ao movimento que o assentado participe de alguma maneira de alguma experiência cooperativa criando com isso um contínuo de solidariedade que evita o isolamento, entendido de forma negativa no contexto da luta pela reforma agrária. Por tudo isso, essa distinção não significa a eliminação da igualdade anterior, mas demonstra a plasticidade e a diversidade das formas produtivas camponesas (GODÓI, MENEZES & MARIN, 2009).

A produção da **distinção** ou da di-visão<sup>66</sup> (BOURDIEU, 2005) se dá, portanto, de forma contínua – desde a decisão de acampar e se distinguir do latifundiário até o momento seguinte, em que entre os próprios assentados outras diferenças aparecem. Assentados não são todos iguais. A própria diversidade de nomenclaturas denuncia isso. Falar em pequenos agricultores, pequenos produtores, camponeses e agricultores familiares significa falar em

---

<sup>65</sup> Segundo a autora, a *lógica do rolo* na condução das questões do assentamento tem o sentido de evitar “uma formalização conservadora e que lhes distanciaria da luta como um todo”. Da mesma forma, no acampamento, a *lógica da empresa* serviria para fazer das ocupações ações bem sucedidas em termos organizativos.

<sup>66</sup>“As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2005, p. 107).

condições e intenções diferentes. A questão sobre quem são esses sujeitos é perpassada pela existência ou não de uma consciência política que caracterizaria esses trabalhadores como classe. Nos assentamentos existe uma diversidade de formas de ser assentado. Nem todos querem ser como eles, aliás, a maioria dos assentados não quer. Das 44 famílias no assentamento, apenas 10 fazem parte do Coletivo. Para alguns é preferível se dedicar a venda do leite para o laticínio e ter uma renda garantida ou mesmo cuidar ele próprio do seu lote, da forma como considera melhor. As escolhas que fazem – como veremos ao longo do texto – refletem posições diante das formas de ser camponês: são posturas diante da educação, da saúde, do trabalho, das relações de gênero, etc. Acabam **remando contra a maré** até mesmo entre aqueles que estão mais próximos.

## **2. O fomento da organização coletiva: do acampamento ao assentamento**

Na ocupação da Fazenda Shangrilá, um grupo de militantes foi enviado pelo MST/RO para fomentar a discussão sobre a organização coletiva do espaço e do trabalho. No momento de organizar o assentamento essas lideranças optaram por se avizinhar, já imaginando essa organização pretendida. A agrovila foi criada e algum tempo depois, o Coletivo surgiu oficialmente.

Mas havia aqueles que não quiseram fazer parte da agrovila, que posicionaria os lotes em formato de raio de sol e com isso aproximariam as moradias. E houve, posteriormente, inclusive dentre os moradores da agrovila, os que não quiseram coletivizar as terras e participar do grupo. Além destes, existiam também os que tentaram e perceberam que não era do seu interesse aquela forma de organização. Souza (2011) demonstrou isso em seu estudo sobre o mesmo grupo, a partir da fala de um dos entrevistados que fizera parte do Coletivo, mas acabou saindo:

É importante destacar na fala acima a compreensão do entrevistado de que a ação coletiva é construída por um processo, quando ressalta nossa raiz no individualismo. Essa compreensão foi compartilhada por todos os entrevistados nesta área. Ou seja, não existe uma postura contra o coletivo, apenas alguns produtores visualizaram um processo muito difícil para manter esse tipo de organização social e produtiva (SOUZA, 2011, p.283).

Entre os moradores do assentamento 14 de Agosto há diferentes visões de mundo e que a diferença marcada com a criação do Coletivo é a disponibilidade de deixar para trás a propriedade privada da terra. A diferença é sutil na medida em que o uso comunal da terra



(ALMEIDA, 2008)<sup>67</sup> faz parte do conjunto das práticas de cooperação possíveis para as famílias camponesas. Mas é uma diferença importante e que está ligada a disposição de encarar um processo desgastante de negociações contínuas a respeito do uso da terra, entre outros aspectos, o que pode levar, muitas vezes, à desistência. É importante salientar, tal como Marcos & Fabrini (2010) apontaram, que a dificuldade encontrada por muitos para o estabelecimento das terras coletivas precisa ser compreendida não enquanto uma falha ou erro dos camponeses que não estão preparados para a coletivização, mas como uma dificuldade das teorias da coletivização em compreenderem que a vivência camponesa passa necessariamente pela centralidade da família. Em 1980, Martins (1980) apontava, por outro lado, a necessidade de se efetivar uma profunda mudança no regime de propriedade fundiária brasileiro, de modo que as formas alternativas de apropriação da terra fossem consideradas legítimas perante o estado. Como impasse para isso, o autor localiza a importância do Estatuto da Terra<sup>68</sup> que apresenta a propriedade empresarial da terra como a legítima.

Um exemplo disso é que o Coletivo se vê constantemente na tarefa de ter que explicar para os familiares ou amigos, camponeses ou não, a diferença entre o que eles estão se propondo fazer e a visão mais geral circulante. É parte do papel deles promover essa **versão camponesa** entre os mais próximos, como num processo de educação, de disseminação da ideia coletiva. Nessa versão, eles são diferentes do camponês que prefere seu lote individual, mesmo que com o mesmo objetivo e são diferentes do latifundiário, para o qual a terra significa enriquecimento. O processo de educação – dos movimentos sociais e da vivência de cada um e a viabilidade econômica da agricultura camponesa – percebida também na vivência camponesa são os elementos que explicam essa distinção entre eles.

Quando vem um parente de fora, quando a gente vai pra casa de um parente: - “ah! o Teo foi assentado, o Téo tem terra?”. Não sei se passa com vocês, companheirada. Mas pra cada pessoa que a gente fala que a gente conquistou um pedaço de terra a gente tem que explicar a forma que é a terra, que nós trabalha com a terra pra todos! Eu chego no Vale do Paraíso, onde mora meus pais, e aqueles colega meu de infância dizem: “O Teo conquistou uma terra. E aí tá trabalhando bastante? Você mexe com que tipo de lavoura? Você mexe com gado? Café?” Essas são as perguntas dos demais. Aí você tem que tirar aquele tempo, explicar, ‘não, a terra é coletivizada, nós trabalha com 10 famílias juntos,

---

<sup>67</sup> O uso comunal das terras também precisa ser relacionado a um sentido histórico. As comunidades que o autor trabalha estão ligadas a uma história comum que se deu num tempo longo.

<sup>68</sup> Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Segundo Martins (1980), “Costuma-se imputar o fracasso do Estatuto da Terra à inércia do governo, a sua má vontade em aplicar a lei. A verdade, entretanto, é a de que essa inércia é um pouco mais ampla. O fracasso vem em grande parte do fato de que o Estatuto proclama e consagra a propriedade empresarial, fundamentalmente capitalista, e não cria nenhum espaço para o reconhecimento das formas de ocupação da terra que estão se desenvolvendo segundo outro código de direito, popular, construído na experiência diária e concreta dos lavradores” (p.64).

nós almoça, nos janta, nós toma café da manhã junto, tem que fazer todo um detalhe pra cada um que a gente encontra e pergunta pra gente da terra. Essa só pra assim, quem não tem noção nenhuma, “O Teo pegou uma terra, o Teo tá bem”. Interiormente a gente ta bem, mas eles pensam que a gente capitaliza, a gente ta capitalizado, tem dono, tem gado, tem terra... latifundiário! (Téo, 2013).

A posse da terra para a sua reprodução social é o desejo do camponês que resolve entrar num acampamento. É ela que guia e faz com que as pessoas passem pelo processo de ficar acampadas por tanto tempo. Pititinho, militante da Frente de Massas do MST na época do acampamento, fala sobre a mentalidade desse primeiro momento e de como ela vai sendo, paulatinamente, trabalhada.

Quando você vem pro acampamento, geralmente, que você chega na luta, que você inicia, seu único objetivo é ter o lote. O objetivo de todos é ter o lote, e quando você chega a ter o lote apenas, mas não tem a maneira de trabalhar em cima dele, a forma com que você futuramente vai viver, aí você consegue enxergar as diferenças entre ter as divisas, ser o dono do lote e/ou esse lote ser de uma terra coletiva, e nós somos o dono daquela terra, trabalhamos naquela terra, a diferença ela é simplesmente superada. Ela não... o ato das divisas não...muda muito. Você vai adquirindo consciência que a terra é pra você viver, é pra você morar, é pra você estar ali e produzir em cima dela. Então pra não repetir as palavras já dita... pra mim é isso (Pititinho, 2013).

O ato de acampar está ligado e informado pela necessidade de ocupar a terra, de ter um pedaço de terra, de acessar a propriedade privada, permissão de poucos. Entretanto, lá dentro isso passa por uma reformulação. No caso deles, aquela propriedade, que era para ser individual, foi debatida no sentido de tornar-se coletiva, e aí então operou-se uma divisão no assentamento entre aqueles que queriam reconsiderar e os que queriam manter-se individuais. Isso tudo é entendido por eles como um avanço de consciência política, de percepção da realidade de forma crítica, mas também de um pensamento estratégico.

Os militantes que faziam parte da mobilização no acampamento foram para lá com a intenção de fomentar a produção coletiva naquelas terras <sup>69</sup>.

Essa é a maneira que chega. A realidade nossa aqui, essa é a realidade, nós chegamos pro acampamento já com um objetivo de quando essa terra fosse nossa 100% a gente trabalhar junto em função de que algumas pessoas já tinham uma clareza de que a terra, em si uma propriedadezinha, pra os sonhos, pra você morar, pra viver, pra ter qualidade de vida e tudo mais, baseado em outras regiões que já existem os lotes individuais, cada um tem o seu, e tem a terra como um meio pra comercializar, o valor

---

<sup>69</sup> É importante, nesse caso, saber que na época o fomento à cooperação agrícola era uma das linhas mais estratégicas do MST, tendo sido reformulada de lá pra cá.

econômico, desse ponto de vista que o capitalismo orienta as famílias, então a gente já veio com essa situação. **Adquiriu consciência, viu a realidade, e entendendo que a gente, numa terra coletiva, você na está tão sujeito a tentação de utilizar como negócio como uma maneira de subir na vida...** Com esse ato do valor da terra, que é o maior cálculo que tem por que o camponês, na prática ele tem muita coisa de dele, né? “minha terra, minha divisa”, esse negócio todo... Então no coletivo a gente supera isso com alguma dificuldade, ainda estamos em fase de superação dessa realidade. A gente entende assim: coletivizar a terra foi a maneira de não levar muito em consideração essa coisa da divisa, tipo assim oh: “tantos alqueires são meus, aqui eu mando, aqui eu planto, aqui eu faço o que eu achar que devo (Pititinho , 2013).

Outros já trazem essa percepção de suas experiências anteriores, não tanto das discussões de dentro dos movimentos sociais, mas da própria vivência da dificuldade de ser camponês e se manter sozinho na terra. Para Marinês, que chegou ao “Coletivo 14 de Agosto” em 2007, com seu marido Isnardo e seus dois filhos, Daniel e Ezequiel, a percepção da necessidade de coletivizar vinha de antes. A família é militante do MPA desde antes da chegada àquelas terras. Para ela, de nada adianta um grande pedaço de terra se não existe a possibilidade de viver nele.

Você se organizar e lutar não importa a quantidade e nem de que jeito na realidade que ela venha desde que sejam pessoas que pensam igual no mesmo idealismo pra poder construir junto a mesma história. **Então, desde antes de vim pro acampamento a gente já lutava para o socialismo. Então ao vir pro acampamento não foi uma ideia de ter uma terra pra mim, pra minha família, foi a ideia de entrar com o pouco lutando, pra ter uma terra, onde ter resistência de sobrevivência no sítio.** Foi então desde o acampamento, que a gente tava no acampamento a gente começou um coletivo no acampamento, de cozinha coletiva e de forma de estudar... a gente tinha uma reunião com 10 pessoas do próprio acampamento que fazia parte... a gente tentava descobrir o que que era coletividade e porquê isso tudo. Então eu acho que foi nessa visão que os movimentos sociais teve convidou a gente pra fazer parte do coletivo em ouro preto, ter tentativa de organização coletiva lá. Mas ai como a gente achou que lá não dava certo a forma de organização lá que tava difícil encontrar pessoas para o mesmo objetivo, porque mesmo coletivo só dá certo desde que existe pessoas que pensam igual (Marinês , 2013).

Genivaldo, pertencente ao MST e morador da agrovila, aponta para o impacto da terra coletiva na vivência camponesa:

Eu vejo assim que está bastante falado, e já estou bem contemplado, mas a forma da terra coletiva ela é, ela vêm assim, tirar vários costumes de tradição que o sistema vem aplicando na nossa cabeça que pra você ser um proprietário você tem que ter a terra individual e aí no coletivo você deixa desse costume “minha terra!”. (Genivaldo, 2013).

Trata-se, portanto, de um embate com o modelo que está estabelecido para a agricultura no país e, por conseguinte, com o Estado. Uma briga desigual, em que a corda pende mais para um lado do que para o outro. Se no plano econômico é negada a possibilidade de enfrentar o modelo, a dimensão simbólica dessa experiência é outra: os membros do grupo estão bastante afinados na compreensão de que lutam por um modelo de sociedade diferente. **A disputa possível é a simbólica: para isso é preciso se armar na materialidade do cotidiano que demonstram a recusa em se organizarem como os outros na construção de outra sociedade.**

O desejo de possuir uma terra, que já mencionei anteriormente, não corresponde ao sentido da acumulação capitalista, mas a necessidade de reprodução social, de trabalho. Ainda que existam práticas coletivas quanto ao uso da terra entre os camponeses, nem sempre levar isso à radicalidade – coletivizar totalmente a terra – é visto com bons olhos, uma vez que, como já dissemos também, implica em muito desgaste e na percepção da falta de autonomia. A terra coletiva altera concretamente essa vivência. Como Souza (2011) também percebeu, está sendo gestada ali “uma semente de transformação importante para a consolidação de um território camponês” (2011, p. 282). O embate todo gira em torno da conquista e produção desse território a partir da dimensão material e simbólica dessa experiência do “Coletivo 14 de Agosto”.

Para Ana Isabel, quando alguém consegue coletivizar a terra se liberta da vontade da propriedade privada e com isso conquista outros tipos de liberdade de pensamento, **outras aberturas**, como ela mesma diz:

Eu acho que a coletivização da terra é o maior exercício da coletividade porque é fácil você coletivizar um monte de coisa, agora quando você mexe na terra que é a principal coisa que me empodera como proprietário particular. Um camponês sem terra ele é um despatriado, né? Ele tá aqui hoje, amanhã ele é jogado pra ali. Quando eu tenho a minha a terra aqui, aí comadre, me tira se eu quiser! Então a propriedade privada da terra é a essência do camponês. Quando você abre mão disso então isso é uma porta aberta para várias outras aberturas, né? A coletivização da terra aqui foi um exercício grandioso das pessoas individualmente em função de uma proposta. (Ana Isabel, 2013).

A coletivização é entendida enquanto um processo que, no caso deste grupo, culmina no ato de coletivizar as terras. O ato efetivo de coletivização das terras dá início ao “Coletivo 14 de Agosto”. Ela é símbolo da luta instaurada.

### **3. A coletivização das terras como ação política e construção de um lugar**

A linguagem do grupo é carregada de sentidos de luta. É ela que os orienta, pois carrega os valores, vindos da inspiração socialista do MST e do MPA, que é trabalhada, adaptada e reconstruída no cotidiano do grupo. São militantes, afinal de contas. Um dos lugares imprescindíveis para aprender a ação política foi e continua sendo a vivência nas organizações sociais, MST e MPA, que influenciou fortemente a decisão de coletivizar as terras. Essa relação entre os movimentos sociais e eles é de parceria, mas também de educação.

Nas nossas individualidades realmente nós não pensaríamos numa outra proposta que não fosse aquela mais comum na sociedade capitalista, mas assim, nenhum de nós pensou isso sozinho. O movimento tem uma proposta de cooperação agrícola, que induz a várias outras experiências, nós aqui então tentamos nos aproximar de uma proposta de cooperação agrícola do movimento dos sem terra. A partir desse debate nós também começamos a discutir nós: nós vamos ser mais uma experiência igual as tantas que já existem ou nós vamos seguir então essa proposta que o movimento nos apresenta, que nós construímos, o movimento construiu, outras experiências mais anteriores, outros que vieram antes da gente. Então a gente se integrou também essa proposta: pensar a cooperação agrícola, e aí a diferença é que a gente avançou pra uma experiência que poucos movimentos fazem... embora não é que não tenham, tem grupos coletivos, tem experiências...e tal. A gente talvez tenha umas características diferentes mais no ponto da legalidade do grupo, bastante informal, muito tempo informal mas, nós somos um exemplo de outras experiências do movimento. (Maria Estélio, 2013).

Individualmente, teriam seguido o caminho tradicional, mas amparados no acúmulo de suas organizações sociais e nos laços sociais que os unia enquanto comunidade, conseguiram traçar outras possibilidades. Foi através da participação nos movimentos que tem acesso à discussão sobre coletivização e cooperação agrícola. A parceria não significa, entretanto, que tudo é feito conforme as linhas dos movimentos. A fala acima demonstra como essa relação de parceria e educação não impede que o grupo construa sua própria identidade, diferenciando-se das demais experiências já existentes ao mesmo tempo em que se unem ao conjunto delas. Já Leôncio retrata como é a questão da terra do ponto de vista do embate com o capitalismo, representado também pelo Estado.

O pano de fundo da ideia do grupo tá numa luta socialista mesmo, que nós vivemos num sistema capitalista, que explora a classe trabalhadora, e explora a classe trabalhadora de maneira geral, mas no nosso caso é o trabalho no meio rural que é muito explorado. E a gente faz parte do movimento, que faz esse combate. Combate ao sistema capitalista e pensa em introduzir na sociedade, e vai introduzindo na sociedade um novo jeito de viver e de pensar. O coletivo de modo geral é isso. Então se a gente for falar da

terra, aí uma das principais colunas da sistema capitalista é principalmente a propriedade privada, então a ideia da terra coletiva é a gente socializar um pouco (não é a gente socializar toda a terra, mas socializar um pouco) a propriedade privada da terra. Não é cem por cento porque tem o Estado no meio, aí e aqui, e se fomos dizer a dificuldade que foi de garantir junto ao Estado a legalidade dessa terra coletiva, é muito difícil. **Teve um momento que a gente achou que era impossível socializar, porque o Estado não admitia isso.** Mas nós queremos viver, queremos viver uma forma diferente de vida, uma forma mais socializada possível que a gente tem. Então o princípio dessa coisa ta ligada a terra, então a socialização da terra é um dos princípios pra gente viver essa socialização de tudo, do trabalho (Leôncio, 2013).

O Estado não admitia a coletivização e mesmo assim, eles fizeram. Já de posse da terra, do lugar constituído, era possível pensar estrategicamente a produção de outra lógica de vida (CERTEAU, 2008). A decisão não foi tomada num vazio, mas no rebote das inúmeras e pequenas ações de coletivização que já estavam acontecendo desde o acampamento. Foi um processo marcado por erros e acertos, revisões, replanejamentos e tentativas que fortalecem o desejo e a certeza de dispor aquele que seria a parcela de cada um quando o assentamento fosse concretizado para todos.

Coletivizar a terra é sinal de afinidade política, coerência e de segurança no grupo. A afinidade, entretanto, é frágil, necessita de constantes rearranjos para se manter e fortalecer que podem ser vistos nas formas de lidar com os conflitos. Envolve, sobretudo, uma relação de confiança no outro e o respeito ao tempo de cada um. A afinidade política é parte da identidade “Coletivo” que começa a ser forjada ali, no cotidiano. Para estar no Coletivo é preciso sentir-se próximo aos outros nesses termos. Os afastamentos temporários bem como a presença de pessoas que fazem parte do Coletivo, mas ainda não residem na área, são exemplos disso.

Outro aspecto diz respeito à vivência nos movimentos sociais e a prática cotidiana dos valores da luta. Marinês aponta para a importância da práxis socialista a partir da terra<sup>70</sup>. O socialismo real é o que pode ser vivido, concretizado e isso é parte do desafio que assumiram:

Você falar do socialismo a onde todo mundo tem os mesmos direitos iguais e não ter coragem de colocar a terra num coletivo então é a mesma coisa que você está dizendo e contradizendo o que pensa. Foi nessa contingência que a gente veio pra cá. (Marinês, 2013).

---

<sup>70</sup> Esse aspecto aparece também relacionado à vivência do trabalho coletivo, tanto na produção agrícola como na cozinha.

Para Fred é preciso atentar também para a questão da segurança no projeto político do grupo. O grupo é aberto, mas para entrar é preciso dar um primeiro passo e este é a coletivização da terra. Evidentemente uma pessoa que deseja entrar no grupo conhece alguém ou algumas outras que participam, mas é preciso ainda mostrar-se confiável.

Pode até existir, mas não é segurança nenhuma de coletivo, né? Porque a partir do momento que eu não coloco minha terra no coletivo quer dizer que eu não to seguro enquanto Coletivo. Eu ainda tenho aquela questão que eu posso até trabalhar coletivo com a terra individual, mas não to seguro enquanto coletivo, então pode acontecer de determinado momento eu não estar mais no coletivo... e aí eu tenho que ter a minha terra de volta... (Fred, 2013).

Além da importância simbólica, a terra compartilhada é garantia de que a pessoa que entra está segura daquilo que está fazendo e não voltará atrás por qualquer motivo. Ainda que isso possa ser considerado frágil, a terra acaba sendo uma forma de controlar a entrada e saída indiscriminada das pessoas do grupo. O acordo da terra coletiva implica em desapegar-se do desejo de ter uma terra para sua própria família. Se alguém quiser ir embora do grupo ou do assentamento, deverá deixar o lote para aqueles que estiverem no Coletivo.

Como consequência da coletivização o grupo tem autonomia para gerir e trabalhar sobre aquela terra, mais do que qualquer pessoa individualmente. Apesar de morar cada um num pedaço de terra, ainda que dentro da agrovila, cada um na sua casa, com seu quintal, é o grupo que decide que terras serão usadas e destinadas para a produção. Do ponto de vista legal, os lotes ainda estão no nome de algumas famílias do grupo porque o INCRA não fornece um registro da terra em nome do Coletivo, a não ser que estejam organizados numa cooperativa formal, com CNPJ, o que eles não querem. O Estado brasileiro não consegue lidar com a questão criada a partir da existência dos “grupos coletivos” do MST. Está não apenas despreparado para isso, como também demonstra pouco interesse em reconhecer e abrir espaço para uma lógica de reforma agrária baseada em princípios coletivistas.

Porque se a minha terra tá no coletivo, ela não é minha, né? É do coletivo. É como se fosse – é claro que não tem como, a visão material não seria assim, né? – mas é como se as casa também fossem todas coletivas. É claro que a Sara mora na casa dela, o Genivaldo na dele, mas é como se as casas fossem coletivas. Por exemplo, a Sara tem uma parcela de terra dela. Mas aí, a casa que viria no nome da Sara na parcela de terra da Sara foi construída pro Bola mais a Jo. E aí, mas é por que? É pro coletivo, ela tá no coletivo, veio pela parcela da Sara, mas é uma necessidade do coletivo, não é necessidade individual. E se nesse caso, a Sara barrasse isso, não haveria uma consciência coletiva. A

partir da consciência coletiva desenvolve isso aí: se houvesse a terra individual, lá na terra do Luciomar ele podia dizer: aqui não vai fazer isso. Mas se a terra é coletiva não tem como ele dizer isso. Dá autonomia pro coletivo agir em determinado pedaço de terra. Além da segurança, dá essa autonomia pro coletivo (Fred , 2013).

O fato é o seguinte: você colocou sua terra dentro de um coletivo então você não tem disposição daí de vender ela, de comercializar, ela é pra você morar. **Então isso simboliza a resistência daquele grupo, daquela família, daqueles que coletivizaram a terra, ela deixou de ser aquela propriedade do Pititinho, propriedade do Leôncio, propriedade de Maria Estéla** (Pititinho, 2013).

A questão da permanência na terra é também remexida no processo de coletivização como o deles. Se para o camponês tradicional que vive no seu lote aquela terra pertence à família e é, portanto, considerada uma herança que vai sendo transmitida gerações afora, nesta experiência deles, o raciocínio precisa ser outro. Precisam estar dispostos a abandonar a centralidade da noção de família tradicional e redefinir as bases dessa herança patrimonial. A terra perde seu caráter mercantil, individual/familiar, implica numa maior aglutinação de pessoas e com isso, facilita a realização do trabalho. Garantindo a terra coletiva e a realização do trabalho nela, mais gente poderá ficar no campo.

Em poucas palavras o que se trata é o seguinte: coletivar a terra significa dar resistência aquele grupo ou família que ali estão, coletivar a terra se trata de dar resistência aquele grupo. Tipo assim é confirmar que aquele grupo vai resistir, vai morar, vai viver. (Pititinho, 2013).

A coletivização da terra amplia as possibilidades de moradia para as pessoas porque uma vez que possuem o domínio coletivo da terra, o espaço em que moram pode comportar mais famílias do que se estivessem limitados ao uso familiar. Nesse sentido, para eles é uma forma de incluir e de possibilitar o acesso à terra a outras pessoas. Evidentemente, se essa família estiver disposta a viver e trabalhar dessa maneira. A proposta possui um efeito inclusivo: dividem o espaço com aqueles dispostos a somar.

Nós começamos com outras famílias, essas famílias que tá hoje não são as famílias que começaram, então quando as famílias foram desistindo, então nós re-dividimos a terra pra trazer outras famílias. Então a terra ela serviu, assim ela é a base porque quem tava procurando, quem queria terra pra viver aí nos fizemos a proposta, nós tem a terra lá no grupo coletivo, mas pra você ter essa terra é viver coletivo, é viver lá no coletivo. **Quer desafiar?** (Téo, 2013).



A ideia da construção de um território camponês é ressignificada pela proposta da terra coletiva. As ações coletivas resultantes da organização espacial implicam na aproximação entre as pessoas, o que culmina na construção de uma identidade política, marcada fortemente por um conteúdo de luta de classes, que visa o questionamento do poder e a transformação da estrutura social. A terra coletiva é ainda para morar e trabalhar, mas é também o lugar onde germina o embate com o sistema capitalista como um todo, não apenas relacionado à questão da concentração fundiária, mas a toda sociabilidade instaurada por ele.

Eu sempre digo assim que nós que estamos no grupo coletivo, nós estamos a todo momento enfrentando o capitalismo no dia-a-dia, porque o capitalismo não tá só externo ela tá internamente na gente também, porque nós um ser do sistema capitalista, cada um de nós! Então é um desafio, é uma luta constante, você estar numa atividade que nem um grupo coletivo! (Leôncio, 2013)

É uma experiência que ela está de frente de... batendo de frente com o capitalismo. O capitalismo ela defende que você tenha propriedade a forma que você vai ver pra eles não interessa. O importante é a propriedade privada pro capitalismo e pra nós é diferente: a terra pra nós é o espaço, onde a gente possa conseguir produzir e de forma organizada e que ela dá sustentação, a terra é a fonte de sustentação do homem. Seja no sistema coletivo, seja no capitalismo, na visão do capitalismo então um pouco isso assim... (Genivaldo, 2013).

Trata-se da possibilidade de criação de um lugar diferente, como diz Téó:

Queremos criar uma localidade onde a gente pode produzir pra auto sustentação da gente, a gente vai educar os pequenos que depois vai lá na frente vem uma outra análise., né? (Téó, 2013).

A fala dele remete a construção de um local onde se podem viver conforme gostariam. A palavra lugar denota um potencial da ação que é dado pelas relações que o produzem. Não é um mero contexto social, um ente separado e fora do foco das análises. É, ao contrário, o ponto de partida para pensar o social (SPINK, 2000). Milton Santos também se coloca nessa perspectiva:

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referencia pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2010, p.592).

Para escapar da racionalidade capitalista é preciso criar um lugar de onde se veja um horizonte possível, a partir do estabelecimento de relações de solidariedade, mas também de disputas e conflitos em torno de como deve ser a sociedade.

#### **4. Alguns pontos críticos do processo organizativo em torno da terra coletiva**

A ausência de liberdade em relação ao uso da terra apareceu apenas uma vez durante toda a pesquisa. Em 2010, numa conversa com uma das cozinheiras, que naquele momento sentia-se cansada do trabalho no grupo e insatisfeita, esta manifestou receio em sair do grupo. Com sua saída, o grupo lhe devolveria um pedaço de terra diferente do original e este poderia ser ruim em relação ao primeiro. Ela poderia sair prejudicada. O desejo de sair do grupo estava relacionado ao cansaço no trabalho, o que foi significativamente alterado no fim de 2012, quando o cotidiano da cozinha foi replanejado. Hoje ela não sente mais vontade de sair do grupo e essa questão já não faz sentido. Neste caso, o sentimento de falta de liberdade apareceu diante da insatisfação em relação à valorização do seu trabalho. Quando essa conjuntura se alterou, a questão da terra tornou-se menos importante. **Dessa forma, não é possível pensar na coletivização da terra sem pensar na coletivização do trabalho na produção e nas atividades de reprodução da vida**<sup>71</sup>.

Como eles próprios já falaram bastante aqui, a terra coletiva fica quando a pessoa vai embora. Porém, ainda não há, efetivamente, uma decisão sobre como proceder nesses casos. A questão de como ficam as pessoas que resolvem sair do grupo parece ser ainda um impasse. Quando questionados sobre isso durante a entrevista, uma das respostas foi a de que é problema que será debatido se e quando surgir: Talvez, é bom por um lado você tá levantando essas coisas porque a gente não parou pra pensar nisso, mas se aparecer a gente vai resolver (Luciomar, 2013). Há problemas na autogestão que são pensados apenas quando ocorrem, e este parece ser um dos casos. Talvez, para o grupo seja preferível não antecipar as coisas, deixar que elas se apresentem e só então, sejam trabalhadas no sentido de solucioná-las.

Outro aspecto importante do processo organizativo em relação à terra diz respeito a forma de planejar o trabalho numa área coletiva. Mais do que a quantidade de terras, o modo de estar sobre elas é o fator determinante. Está em jogo tanto a organização espacial e social – onde, como e por que dispor as pessoas, os animais, suas atividades. Como organizar as socialidades e as materialidades que se produzem na e a partir da terra coletiva. **A grande**

---

<sup>71</sup> A separação neste texto é um mero recurso de depuração, mas deve-se ter clara a íntima relação entre essas dimensões que se constituem mutuamente e fazem parte do mesmo processo organizativo.

**extensão de terras que se cria com a existência de um coletivo requer do grupo a capacidade de trabalhar nelas.**

Na minha opinião, também eu penso assim, que você coletivizando essas terras, você tem essas terras juntos, você pensa. O exemplo de Cuba que é bem assim: onde é que produz batata bem, então aquela região é de produzir batata que vai abastecer todo o país, toda a ilha. Onde é bom pro gado, essa região que é boa pro gado vai produzir gado, que é bom pra todo o país. Na minha opinião também isso tem que ser levado bastante em conta... **as terras que são pastagens vão acumular a força daquilo; o que é a reserva, onde será a reserva? Onde a terra é melhor pra horta? Onde é melhor pra feijão e tal? Isso... A nossa terra varia muito. O que já existe? Onde está a água que vai que vai facilitar melhor o trabalho?** Então tá em função disso também, não podemos desconsiderar isso na hora de pensar em toda essa coletivização... (Maria Estélio, 2013).

Maria Estélio se volta para experiências coletivistas importantes no cenário político, como as que ocorreram em Cuba<sup>72</sup>. Interessa no relato dela a forma como ocorre o gerenciamento das terras coletivizadas. Nesse sentido, as duas realidades parecem se aproximar, no sentido do planejamento da produção e da viabilidade. Pititinho aponta para a criação de um “campo” de onde se pode olhar e decidir sobre o destino de cada lugar da terra, o que não seria possível caso a terra fosse individual. “Então ela sendo de um coletivo ela vem pra esse campo de onde que é melhor plantarmos, onde é melhor construir, então não é bem aquele negócio que a gente faz o que quer ou o que acha. É por uma ideia coletiva” (Pititinho, 2013).

Do ponto de vista de quem está no coletivo diariamente e precisa organizar o seu trabalho, a terra coletiva e a produção que advém da organização coletiva faz com que o trabalhador se esforce para pensar tanto no sentido de dar sentido a produção na terra, buscando dispor cada coisa no seu lugar destinado, mas também no sentido de pensar essa produção para a coletividade. Sendo a cooperação agrícola estratégica também do ponto de

---

<sup>72</sup> Conforme MARCOS & FABRINI (2010), a partir do processo revolucionário ocorrido em Cuba, inúmeras políticas culminaram na existência de um modelo combinado de formas cooperativas de produção agrícola, tais como as CPAs (Cooperativas de Produção Agrícola) e as UBPC (Unidades Básicas de Produção Cooperativa), todas de posse coletiva dos trabalhadores, mas controladas pelo Estado. Cuba tem hoje a cana-de-açúcar como principal produto agrícola. É nestes dois modelos de unidades produtivas que a maior parte das atividades rurais é realizada, como é o caso da exploração da madeira, pecuária, avícola, cítrica, arrozeira e canavieira. Depois dessas, a agricultura camponesa é responsável por cultivos variados, como o café e o tabaco. Todo o território, coletivo, é utilizado para o plantio. Apesar de ter sido mencionada por ela, de acordo com Fabrini (2010), para o governo cubano a agricultura camponesa não é a referência de desenvolvimento no campo, pois é considerada politicamente oposta ao modelo socialista.

vista de permitir a reprodução social dos assentados, a questão da viabilidade econômica da produção na terra coletiva é um dos grandes problemas enfrentados pelo Coletivo.

As demais dificuldades que surgiram ao longo da pesquisa, com relação à terra coletiva, dizem respeito à ausência de uma política de Reforma Agrária que de fato permita aos camponeses, sejam eles individuais ou coletivos, a possibilidade de cidadania. Ao analisar, de modo geral, a situação dos pequenos camponeses, Leôncio me fala sobre o valor de manter-se “pequeno” e de como o Estado capitalista e a mídia investem na sua extinção gradual, ao fomentar o agronegócio.

Por isso essa necessidade de produzir pra mostrar pra sociedade ela continua, porque ela veio naquela época pros assentamentos ela continua. Porque hoje a mídia só via uma coisa, só é considerava a produção do agronegócio né! E tanto é que hoje pra você ser um camponês você tá ligado à luta de resistência no campo. Num é uma coisa assim, uma luta não só pra mostrar que produz, mas uma luta de resistência pra permanecer no campo... J: Agora é em si né! L: Agora o nosso grupo tem muito dessa característica de resistência né! Então essa luta permanece, ela vai permanecer na história do campesinato. Porque o campesinato dentro do sistema capitalista ele tá em extinção. O sistema capitalista quer destruir o campesinato, a pequena agricultura, porque a agricultura familiar que o sistema olha é aquela agricultura familiar americana né! Que é uma agricultura que vai selecionando os pequenos agricultores e transformando em médios, quer dizer aqueles pequenos vão desaparecendo e aqueles que permanece vão virando médio. Essa é a agricultura capitalista do Brasil. J: Vocês querem continuar pequenos? L: Nós queremos continuar sobrevivendo, nos não queremos ser extinguidos né? **Não queremos engolir os outros mas não queremos ser extintos. Essa é uma realidade. Pra você não ser extinto você tem que engolir os outros.** J: Quer dizer, tem uma coisa importante de ser pequeno assim né? Num é porque é pequeno agricultor, parece uma coisa pejorativa né, ruim, mas ela tem um sentido de justiça né? L: Ela tem um sentido de inclusão. **De juntar gente, quanto mais gente sobreviver por conta própria, queira todos aqueles que estão na periferia da cidade passando fome fosse pequeno agricultor. Tivesse a terrinha pra viver e sobreviver dela né! É nesse sentido e a reforma agrária ela é importante na reforma social nesse sentido né!** E a outra coisa é que a pequena agricultura, a agricultura camponesa, é a que diversifica a produção, produz comida né enquanto a agricultura capitalista quer padronizar em 3, 4, tipos, 6 no máximo, tipo de comida a agricultura camponesa diversifica todos os tipos de comida de produção né! Pra diversificar na mesa do povo. Produz comida diversificada né, só quem é capaz de produzir comida diversificada é o pequeno (Leôncio, entrevista, 2013).

Trata-se de uma disputa com a lógica capitalista, representada aqui pelo Estado. O entendimento de que este, que deveria cumprir o seu papel de assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento do campo na perspectiva **da inclusão, do juntar gente**, atua no sentido contrário, fica evidente nos inúmeros obstáculos citados por eles no que diz

respeito ao reconhecimento das suas terras coletivas. Tendo conseguido superar a visão patrimonialista da terra, esbarram nas dificuldades de negociação com a instância que poderia criar e legitimar a nova forma de ocupação das terras que eles materializaram no seu cotidiano. Apesar de se constituírem enquanto coletivo, do ponto de vista legal, as terras estão em propriedade individual ainda. Isso porque não existe, a não ser através da criação de uma cooperativa – que não é desejo do grupo – a posse coletiva da terra em assentamentos.

Nós temos a posse de uma área coletiva, apesar que aí, Leôncio disse aqui no começo, passamos por um processo da legalidade, do CCU, cada um é o seu dono... pepepepapapa... mas nós na prática, ideologicamente pensando, ela é uma posse que nós temos coletiva, ela não é aquele negócio, isso é dizendo o que a gente acha e pensa. Ela não é aquele negócio: “Apenas fulano tem 10 alq de terra lá no assentamento, tal a tal”. Nós temos uma terra coletiva no assentamento... O segundo desafio vai ser enfrentar a burocracia criada porque esse daí é uma maneira com que o capitalismo não tem criado pra agricultores, pelo menos por onde a gente vê aí. Então o sistema nosso passa pelo Incra tipo de regularização e o que o Incra faz, na verdade numa situação dessa é regularizar cada posse em cada nome, posse e documento. Então a documentação de uma terra coletiva ele também é um desafio pra nós. Enfrentar a burocracia... aí vem de confirmação cem por cento de que isso realmente é coletivo. Então tem que deixar de existir os CCUs da vida que é o documento de cada posse pra ter um único nome. Existe? Onde que existe? Como fazer isso? O Estado em si não tem... **O Estado em si ainda não tem uma documentação, nem pelo menos do INCRA não existe, uma documentação que regulariza ali 10 famílias numa área com um documento específico. Então não chegamos ainda a esse setor no Estado brasileiro...** (Pititinho, 2013)

O INCRA não possui essa modalidade de reconhecimento da propriedade para os beneficiários da Reforma Agrária. A modalidade existe apenas para as terras comuns, que tem como características que os beneficiários sejam considerados tradicionais, como os quilombolas, os indígenas, os faxinais, etc, que não é o caso deles (ALMEIDA, 2008). Se fossem se enquadrar nesses quesitos, perderiam os benefícios da Reforma Agrária, pois já não seriam considerados assentados. “Nós queremos regularizar, mas sem perder os benefícios” (Teo, 2013). “Mas só que pra nós legalizar tipo quilombola, tipo as Resex aí, nos perdemos todos os benefícios da reforma agrária, de assentado... Todos entendeu? Então é outra situação”(Leôncio, 2013).

Isso tem um impacto direto na vida daqueles que entraram posteriormente no grupo e que não estão cadastrados pelo INCRA enquanto assentados, portanto não podem receber os benefícios. É o caso, por exemplo, de Josiane e Clemilson. Ela foi e os pais forma para o assentamento quando pequena. Ali cresceu e aos poucos foi se integrando ao Coletivo.

Morava com os pais e as irmãs, numa das casas do centro da agrovila. Teve um filho, o Gustavo, hoje com 4 anos. Há mais ou menos três anos casou-se com Clemilson e, depois que sua bebê nasceu constituíram sua própria família e foram morar em outra casa. Por falta de espaço na área vizinha a casa de seus pais e por uma necessidade de habitar a outra área coletiva do grupo, onde só havia a família da Marinês morando, foram mandados para lá. Apesar de terem sua própria residência e família, não possuem o CCU da terra, que permite que acessem os benefícios da Reforma Agrária. O grupo entende que eles precisam, assim como os outros, ser assistidos, mas também gostaria que a condição para isso não fosse o parcelamento das terras e sim o entendimento de que a terra é coletiva, por parte do Estado. Clemilson comenta um pouco dessa realidade:

Que é o que diziam em relação a eu e a Josiane, nós dois estamos aqui trabalhamos juntos, nos sentimos parte e donos da terra só que por parte de financiamento, nós não temos nenhum amparo legal pra que nós possamos acessar esses créditos, seja qual for deles. Nós não tem esse bicho amarelo chamado CCU, que para o coletivo não precisaria existir, bastaria demarcação na área coletiva e quem mora aqui dentro, desde que as pessoas que moram, que constituem aquele grupo digam esse aqui é do coletivo, pronto e acabou. Ele é do coletivo. (Clemilson, 2013).

A perspectiva é que outros passem pela mesma situação que eles, já que não há previsão de o INCRA implementar essa “terra coletiva” sem a perda dos direitos de assentados ou um maior parcelamento da área. Outra possibilidade, descartada, também por enquanto, seria a criação de uma cooperativa formalizada para que as terras pudessem ser consideradas coletivas. Mas essa é uma condição que o grupo tem rechaçado veementemente, tendo em vista a dificuldade de manter a formalização desse tipo de empreendimento e também, creio eu, considerando a realidade das outras cooperativas agrícolas existentes no movimento. O que gostariam é o reconhecimento do formato informal de grupo coletivo e a sua regularização enquanto passível de ter a posse coletiva das terras, mas como diz Pitinho , isto está longe de acontecer.

Tem proposta de documentação coletiva de toda a terra, mas o INCRA pode - só que aí é uma questão do grupo, aí é uma questão de legalidade - o INCRA pode parcelar mais essa área aqui, via legal da parte do INCRA, com CCU, porque cada duas hectares e meia o INCRA pode assentar uma pessoa essa é a legalidade do INCRA, mas é porque nós não queremos porque você volta a discutir com o INCRA aquela legalidade que eles tem que não serve cá pra nós. **O que serve pra nós é um documento dizendo que as famílias que estão ali dentro todas tem posse naquela área, então é essa que nós queremos, então o grupo tem essa proposta com INCRA.** Mas convenhamos que consideramos que isso ta muito recém, a legalização do [assentamento] 14 de Agosto é uma coisa recém,

a ideia coletiva é uma coisa antiga já, digo antiga porque iniciou a ideia lá em 1993. Vamos dizer iniciou a ideia, mas nós não conseguimos chegar dentro da legalidade agora, vamos rediscutindo esse assunto legalizou agora, mas nós vamos ainda pra com essa proposta com o INCRA regularizar essa parte por que dá acesso que venha a juventude, que venha os demais, as CCUs e a posse e tal...Então essa é a proposta. Proposta que tem o coletivo, mas claro que vai ter que aprofundar muito ainda, vamos ter que discutir com os setores burocráticos do INCRA aí no Estado e esse negócio todo aí. Assim, pra não passar a via aquela questão cooperativa. A cooperativa aí é a documentação da cooperativa. Já não é a documentação terra e Estado. As pessoas documentam analisam e apresentam pro Estado porque a ideia coletiva é que o Estado regularize o grupo coletivo (Pititinho, 2013).

Ou seja, há limites do Estado em incorporar uma experiência inovadora ou que esteja fora dos critérios do planejamento estatal. O desafio do Coletivo está também no reconhecimento institucional e jurídico dessa experiência no campo das políticas públicas. Nesse sentido, trata-se, mais uma vez de uma briga desigual: enquanto o latifundiário consegue utilizar dos artifícios para garantir suas terras espoliadas e griladas, pois tem acesso a isso por meio do poder de mando e de capital, os camponeses do grupo não conseguem sequer reconhecer a forma de organização do uso da terra que escolheram.

Portanto, pelo menos agora, desistiram de tentar a legalização da área nesses termos e o jeito encontrado pelo grupo foi o de fazer um acordo com o INCRA sobre aquelas terras, ao menos para que o órgão possa se orientar melhor com relação às suas políticas sociais. Conseguiram que o INCRA criasse dentro do Assentamento 14 de Agosto, um assentamento coletivo, que é chamado de Assentamento 14 de Agosto, fase II Coletivo. O INCRA demarca apenas os limites desse assentamento com o outro e não faz as divisões de lotes dentro desse. Mesmo assim, ainda tem muitas dificuldades porque os benefícios da reforma agrária continuam sendo pensados dentro da lógica individual familiar que é guiada pelo CCU.

Então pra construir as casas eles queriam que cada um de nós fizéssemos. “Não vocês tem que demarcar porque como é que eu vou fazer a casa de vocês se eu não sei onde é sua casa? se eu não sei onde é sua terra? como é que eu vou cobrar de sua casa?” Aí por isso que foi criado o coletivo, nosso meio aqui é o núcleo de família, então foi... Na aplicação dos créditos, essa mesma dificuldade porque eles querem que Pititinho mostre onde é que é o lote dele pra saber o que ele tem de produção pra poder só dar o crédito pra ele a partir dessa produção. (Leôncio, 2013)

Portanto, a questão da terra coletiva possui um significado expressivo para os membros do “Coletivo 14 de Agosto”. A terra fala de sua condição camponesa a partir do estabelecimento de um vínculo de trabalho e de vida. Essa característica construída histórica e

socialmente nas lutas sociais travadas por esses trabalhadores em torno do sentido da sua experiência com a terra é o que une os membros do “Coletivo 14 de Agosto” aos outros camponeses em geral. A terra é lugar de moradia e de trabalho, de criação de laços comunitários e de solidariedade, mas também de conflitos. É lugar de produção de sujeitos em disputa com outras lógicas e que por meio da luta, se territorializam. Esta forma de conceber a relação com a terra é o que permite ao grupo se juntar aos demais camponeses no embate do sentido da terra dado pelo capitalismo, a terra para negócios. Defende-se e luta-se por terras para viver e não para mercantilizar.

Por outro lado, longe de ser uma categoria homogênea, a camponidade é entendida em uma dimensão plástica que permite a existência de diversas maneiras de ser camponês. Entre os próprios camponeses há diferentes versões ou formas de ser, e o grupo, a partir de suas experiências políticas nos movimentos sociais, mas também a partir da percepção da inviabilidade econômica da produção agrícola “individual”, entende que a propriedade privada da terra precisa ser abolida. Nesse sentido, começam a diferenciar-se dos outros camponeses dentro do próprio espaço do assentamento, e em consequência disso, sendo alvo de incompreensões dos demais. Independentemente disso, continuam se vendo como camponeses e atribuindo a essa categoria a ideia de que é preciso romper com as formas tradicionais de apropriação da terra. Para eles, essa abertura, a disposição para a coletivização das terras indica um estado de consciência diferente em relação ao capitalismo.

Do ponto de vista do trabalho, a própria ação de trabalhar é modificada pela necessidade de um esforço maior para gerenciar os limites estendidos da terra e a ela dar o que lhe é necessário. Isso significa que a terra coletiva impele os trabalhadores a colocarem em uso toda sua capacidade de entendimento da atividade agrícola e do uso do aporte de conhecimentos existentes sobre ela. O trabalho doméstico também é significativamente remodelado pela concretude das terras coletivas, uma vez que opera algumas transformações nas casas das famílias e na organização do trabalho produtivo, como se verá em breve. Apesar de não serem reconhecidos pelo Estado nessa forma de organização do espaço, entendem que estão ampliando o significado da palavra “camponês”.

As terras coletivas permitem, portanto a criação de um lugar de onde se pode agir politicamente e vislumbrar um horizonte de transformação num nível que vai além das próprias vidas individuais do grupo. Compartilho com Souza (2011) a opinião de que mais do que uma luta por terra, o Coletivo 14 de Agosto travou uma luta pelo sentido dela. Essa briga simbólica, justamente por estar enraizada no cotidiano, num lugar próprio criado para este



fim, é muito potente. Briga-se por terras para viver – instaurando uma lógica de vida pautada por uma sociabilidade coletiva - no seio do latifúndio rondoniense.

Dessa forma, é possível dizer, tal como Souza (2011) afirmou, que de fato, está sendo estabelecida pelo grupo uma relação com a terra que transcende a forma capitalista e que retoma experiências camponesas de outrora, de um tempo que foi soterrado pelas relações de produção atuais. E o mais interessante de tudo isso é que o processo ocorre num espaço cujos limites com o capital estão muito próximos. Retomando a noção de heterotopia, de Foucault, pode-se entender que os sentidos da terra coletiva para este grupo revelam a construção de um contralugar. Foucault sugere que desloquemos o olhar do centro para a periferia dos fenômenos a fim de ver como os que estão à margem contribuem na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento moderno. O “Coletivo 14 de Agosto” é parte dessa periferia e luta por seu poder de dizer algo aquilo que acredita para o restante da sociedade, aqui, através da territorialidade instaurada. Como Téo comentou anteriormente referindo-se aos camponeses, pode-se perguntar também, referindo a nós mesmos, **queremos desafiar?**

# OS LUGARES DA COOPERAÇÃO

## As Hortas<sup>73</sup>

Depois de tomar um café rápido, Luciomar vai para a horta molhar as verduras. Junto com as crianças que vão aparecendo irrigam a terra. Logo depois, dependendo do período (de plantio ou de colheita), preparam as mudas para serem plantadas, ou prepara a terra com adubos, faz os canteiros onde serão plantados, ou prepara os remédios (naturais e/ ou homeopáticos) para passar nas plantas infestadas por algum inseto, etc. Passam a manhã assim.

No dia seguinte, a mesma coisa: acordei cedo junto com eles, mas acabei passando boa parte da manhã conversando com Maria Estélio em sua casa e quando fui a horta, Luciomar estava acompanhado de João e os dois preparavam os canteiros. João estava no tratorzinho carregando o esterco para o canteiro da horta-mandala que estava parada (descansando) e que agora começam a reativar. Enquanto ele fazia isso, Luciomar mexia a terra do canteiro com a enxada. Explicou-me a reativação daquela horta. Ela descansou e agora poderá voltar a produzir as leguminosas. Orgulhoso, me mostrou os trinta pés de tomate cereja que tinham plantado. A plantação de tomates ficava em outro espaço, atrás dos viveiros de mudas. Mostrou também a cinza que passam no pé de jiló para tirar o pulgão. Quando a palha de café que misturam com o esterco e colocam no canteiro apodrece é hora de plantar. Apesar dela não estar totalmente podre ele disse que iria plantar mesmo assim pois não dava tempo de aguardar.

O retorno do trabalho na horta na parte da tarde dependia da queda da temperatura – ‘quando o sol abaixar’, diziam eles. Esse trabalho era feito pelos jovens que já tinham chegado da escola a essa hora. Enquanto Luciomar cuidava das atividades mais gerais, como irrigação, preparação de canteiros, adubação, as meninas e os meninos roçavam a horta, furavam buraquinhos na terra para plantar as mudas, plantavam as mudas e molhavam novamente todas as verduras. O ritmo seguia até o fim da tarde, parando apenas para um breve descanso e lanche. Em dias de feira na cidade, as verduras são colhidas e colocadas em um isopor grande já dentro do carro (o único existente para fazer o escoamento da produção).

---

<sup>73</sup> Trechos de relatos de diário de campo em itálico.

Fui até a horta acompanhar o trabalho do Luciomar com suas filhas, Anne e Idania e com Josiane. Camilo chegou logo em seguida. Elas estavam aguardando a terra. Foi uma cena bonita de ver. Enchiam os regadores de água num tambor cheio e cada uma ia para uma parte da horta molhar a terra. Depois de passarem um tempo fazendo isso, as meninas foram até o lugar onde ficam as mudas de alface, pegaram um tanto, escolheram um pedaço de terra e foram plantar. Uma delas retirava as mudas com muito cuidado do recipiente em que elas tinham sido reservadas e entregava para as outras duas, que cavavam buracos na terra e plantavam, com muito cuidado também. Agachadas no chão iam se movendo na terra e plantando. Fiquei observando algum tempo e depois fui ver o que o Camilo fazia. Ele molhava as outras plantas junto com Luciomar. De vez em quando parava ali e observava o trabalho das meninas e dizia se estavam plantando na posição certa ou não. Elas riam quando erravam e diziam que de vez em quando, as que tinham plantado errado ficavam as alfaces mais bonitas da horta. Engraçado. O Luciomar cantarolava o tempo todo. De vez em quando alguma das meninas também. E o Camilo também. (Diário de campo, 2010).

\*

Fui para horta. Ana Isabel e Leôncio estavam retornando da colheita do açaí. Maria Estélia voltava da escola para casa. Na horta encontrei o Luciomar e a Idania que começavam a plantar mudas de alface no canteiro novo. Romário descarregava o esterco que ele trazia lá da cozinha. Cumprimentei-os e me agachei para ver como eles plantavam. Pedi para a Idania me mostrar e o Luciomar falou que tinha que plantar de lado para aproveitar melhor o esterco. Em cima da terra tem uma camada de esterco, se colocar a muda de lado ela aproveita mais do que em pé. Plantavam também em zigue-zague (Diário de campo, 18 de outubro de 2010).

\*

Quando cheguei ao assentamento, em 2010, o Coletivo 14 de Agosto possuía duas hortas no sistema de mandala, isto é, concêntricas. A estrutura foi adquirida mediante uma parceria com o Projeto Terra Sem Males e Projeto Pe. Ezequiel, da Diocese de Ji-Paraná.<sup>74</sup> O modelo deste sistema é feito para contemplar a unidade familiar, mas no caso deste grupo, a proposta saiu diferente das outras. Como tratava-se de um Coletivo de famílias, ao invés de cada família receber a sua horta, optou-se por aumentar o tamanho e a capacidade de

---

<sup>74</sup> Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS) é o nome do projeto do governo federal para a implantação de hortas agroecológicas, no sistema mandala, que foi executado pelo Projeto Pe. Ezequiel/Cooperativa de Produtores Rurais Organizados Para Ajuda Mútua (COOCARAM).

produção da horta e foram solicitadas duas grandes unidades. A caixa-d'água e toda a infraestrutura necessária também tiveram seus tamanhos aumentados. Tanto para o grupo quanto para os executores do projeto, o financiamento foi até mais fácil de ser conseguido por se tratar de um grupo maior. E significou, para o grupo, o reconhecimento pelo Estado da importância da forma organizativa deles. Um dos poucos, aliás. Mas para fazer funcionar as hortas era preciso seguir algumas prescrições, que na prática foram alteradas para dar uma maior adequação em relação a forma de organizar a produção do grupo. Uma das alterações vistas logo de início é que o espaço central das hortas – que seria destinado à criação de galinhas – foi transformado num minhocário uma vez que as galinhas eram criadas em outra região. Isso se deve ao fato de uma decisão coletiva do grupo de que a “criação” estaria toda concentrada numa outra área do assentamento, ficando ali apenas para o trabalho com a agricultura. Apropriaram-se do sistema e o re-significaram.

As hortas funcionam melhor fora do período das chuvas. Logo que cheguei ao assentamento, em setembro de 2010, o trabalho nelas estava a pleno vapor. Encontrei, pela primeira vez, os meus anfitriões (Maria Estélio e Luciomar), numa feira de verduras orgânicas na cidade de Ariquemes. Era muita variedade: alface, espinafre, salsinha, cebolinha, pepino, quiabo, abóbora, etc. A mesma variedade se via no cardápio dos almoços e jantas da cozinha coletiva. Assim foi até o início das chuvas quando a horta parou de funcionar para alimentação e comercialização. A chuva impede a plantação, já que não possuem nenhum sistema de estufa.

Inicialmente, Luciomar era o responsável por coordenar as atividades. Os adolescentes, o acompanhavam no trabalho após o retorno das atividades escolares, isto é, na parte da tarde. Pela manhã, estava sempre sozinho ou acompanhado de alguma criança. O período da manhã é vago para as crianças que ainda frequentam a escola do assentamento. Elas ficam circulando pela área do Coletivo e participam das atividades do grupo de vez em quando. O trabalho das crianças é quase como se fosse uma brincadeira. São atividades mais leves e em geral acontecem sempre num ambiente lúdico. Ao cansarem, descansam ou vão embora.

Essas duas hortas foram a concretização da vontade de produzir dentro do referencial da Agroecologia. É motivo de muito cuidado e zelo por parte dos que trabalham ali e quando está em pleno funcionamento, traz orgulho para todos. A horta produz o alimento sem veneno, portanto, traz saúde às pessoas. É ela que permitia, em 2011, a comercialização das cestas de

produtos, que será comentada logo mais. E a comercialização, além de projetar o grupo para fora, propiciava uma maior qualidade de vida para eles.

O formato arredondado delas facilita a diminuição do uso de remédios para os insetos que atacam as verduras, uma vez que, segundo explicação deles, os insetos só voam reto, nunca em círculos. Assim, pousam uma vez no pé de alface e vão embora. Entretanto, o formato circular dificulta a irrigação – um dos principais problemas das hortas. Tendo em vista a grande dificuldade financeira do grupo e o custo de um sistema de irrigação concêntrico, em 2012 o formato das hortas foi desfeito e estas foram reorganizadas de modo tradicional, ou seja, de forma retangular. Criaram um jeito de irrigar com mangueiras e também conseguiram organizar uma estufa para os dias de chuva.

Luciomar manteve-se no trabalho nas hortas até o fim de 2012, quando por motivos de saúde resolveu afastar-se dessa atividade. Atualmente as atividades da produção das hortas são coordenadas por Clemilson e Genivaldo. A horta também possui uma coordenação financeira, que é responsável pela comercialização dos produtos que saem dali e pelo planejamento econômico das atividades de horticultura. A Anne e o Fred são os responsáveis por essa tarefa.

\*

## **A Roça**

Isnardo e os jovens mais velhos juntaram-se num canto e ficaram tentando consertar o tobata. A Ana Isabel e as meninas sentaram-se num outro lado, creio que aguardando a decisão sobre o que cada um faria. A equipe tinha se deslocado para aquela área para “roçar”, mas o lugar exato e quem faria o quê ainda estava sendo definido. Havia outras atividades a serem feitas: plantar, gradear o pasto, isto é, limpar o capim com o trator, tirar as branquiarias do plantio de mandioca, etc. Isnardo se aproximou de Ana Isabel e combinaram que as mulheres retirariam a branquiara, que era um trabalho “mais leve”, enquanto eles fariam o restante.

Fui com as mulheres acompanhar esse trabalho delas. Ana Isabel disse que não gostava de fazer isso porque encontrava muita lagarta mandruvé e ela tem medo. No caminho soube que elas também tinham se subdividido: algumas meninas faziam a retirada da branquiara da mandioca e outras faziam o plantio do feijão gordo. Enquanto as duas meninas mais novas iam buscar água na mina ali perto de onde faziam esse trabalho, ficamos esperando embaixo da pouca sombra de uns pés de mandioca. Marinês veio conosco pra me entregar o chapéu dela porque, segundo ela, eu me queimaria muito se não usasse. Sentou-se

ali mesmo e ficamos um tempinho conversando até elas chegarem da mina para começarem o trabalho (Diário de campo, fevereiro de 2011).

\*

Disseram-me para observar a diferença do tempo de chuva do tempo da seca. Só agora, depois de uma chuvona que caiu aqui, tive vontade de falar alguma coisa. O fato é que o trabalho aqui se organiza a partir do tempo. Entretanto, a chuva não é impeditiva para o trabalho, pelo menos, não para todos os trabalhos. Ontem pela manhã, chuvecou um pouco e até chegou a chover, mas foi uma chuva fraca e rápida. Quem tinha que ir para a roça, foi assim mesmo. Não foi para um lugar distante. A opção, nestes casos, é ir roçar mais próximo de algum lugar. Vieram aqui para trás da casa da Maria Estélia. Já na parte da tarde, apesar de haver algumas nuvens escuras no céu, todos fomos para a roça na casa da Marinês. Não choveu e todo mundo trabalhou com tranquilidade. Pela manhã também não choveu e eles voltaram para lá. Agora à tarde, chove muito há mais de uma hora e ninguém foi para a roça. Essa lógica só serve para os trabalhos externos, quando se trata da cozinha e da feitura dos pães, nada muda, faça chuva ou faça sol. Só têm as cigarras, que vez ou outra entram em casa. O calor diminuiu consideravelmente e agora uma brisa muito agradável entra pela porta da sala. Chover também é bom porque as pessoas ficam em casa. Por exemplo, a Idania está aqui ao lado brincando com a Zaira e assistindo um filme. A hora que eu voltei do almoço, todos tiravam um cochilo. A Maria Estélia tinha que dar aula na escolinha e não foi porque não vai ter nenhum aluno lá (Diário de campo, fevereiro de 2011).

\*

O roçado é uma frente de trabalho bem diversa. Até o fim de 2010 não tinha visto quase nenhuma mobilização para roçar, mas já em janeiro, quando retornei, essa era a principal atividade deles depois da farinheira. Então, fui acompanhá-los para ver do que se trata esse trabalho. As chuvas, apesar de modificarem a rotina de trabalho, molham a terra.

Durante o processo de coletivização, ainda no acampamento, o trabalho nas lavouras sempre foi a principal atividade do grupo. A parte onde moravam já estava organizada em agrovila. Havia ainda os pastos, e as “fundiárias” das terras, como eles dizem, onde faziam o roçado de mandioca, milho, arroz, feijão. A mesma estrutura se mantém até hoje. Quando a terra que possuem não é boa para plantar, se organizam com a vizinhança para “alugar” a terra

de outro e ali plantar o que precisam. Dessa forma, o trabalho também ocorre nas terras que não são deles.

A equipe de roça, composta por homens e mulheres, se reúne semanalmente e define as atividades no roçado (o que vão fazer: roçar, semear, colher, trabalhar o solo, etc). Quando a semana começa, logo cedo, por volta das 5hs da manhã, estão todos de pé na frente da cozinha, com suas foices e enxadas, bonés e camisas para se protegerem do sol, garrafa de água, café e a “merenda” para a hora do lanche. Tomam café reforçado (arroz com feijão e mandioca, geralmente). Ali mesmo decidem quem vai pra onde e quem vai fazer o que. Tem o pessoal que vai trabalhar no roçado mesmo, capinando o mato do pasto; o grupo que vai cuidar de plantar os alimentos; e tem o pessoal que vai cuidar de uma parte da terra que está ruim, plantando leguminosas para diminuir a acidez dela.

No meio da manhã, já cansados do trabalho no sol forte, sentam-se embaixo de uma sombra e tomam seu café com a merenda. Ficam assim, dez ou quinze minutos e retornam ao trabalho até, mais ou menos, umas onze horas, quando voltam para a cozinha para almoçar. Há aqueles que preferem ficar no local e descansar por ali mesmo, ao invés de voltarem – já que a área de roçado é muito distante da área social da agrovila, onde fica a cozinha. Isso acontece quando estão próximos da casa da Marinês e do Isnardo, porque aí dá para almoçarem por lá também. Depois do almoço, dependendo da intensidade do sol, reúnem-se todos novamente na frente da cozinha e, se for preciso se redistribuem. Retornam o trabalho e seguem a mesma rotina de lanchar e voltar ao trabalho. O retorno para casa se dá por volta das dezoito horas, quando o sol já está baixando.

A roça é composta pela lavoura e pela área de consórcio de frutas amazônicas. Nesse espaço produzem a mandioca, o açaí, a pupunha, o feijão carioca, o arroz (eventualmente) e o milho. Tem tido problemas com a manutenção da lavoura de milho e arroz, pois os macacos e passarinhos da mata comem toda a plantação [falta comida para eles na mata desmatada ao redor do assentamento]. Também há a estocagem de sementes crioulas num quartinho da casa da Marinês. Costumam trocar sementes com outros agricultores de outros assentamentos ou terras, sempre que podem. Isso costuma acontecer nos eventos dos dois movimentos sociais do grupo, o MST e o MPA. Ainda não conseguem produzir a própria semente crioula, mas esse é um projeto a ser concretizado ao longo do tempo.

É impressionante a agilidade que alguns deles possuem na compreensão das necessidades do solo. Cada espaço é destinado para algum tipo de plantação e o planejamento das ações do trabalho é feito com base nesse conhecimento. Em setembro de 2011 o Coletivo

teve o privilégio de receber um dos grandes incentivadores da agroecologia do Brasil, o professor Sebastião Pinheiro, da UFRGS, que veio dar um curso para os dois movimentos sociais do estado e optou por utilizar como sala de aula as terras do grupo.

Na roça, trabalhos de homem e de mulher se diferenciam também em alguns momentos. Muitas vezes vi formarem-se Coletivos apenas de homens e outras vezes, Coletivos apenas de mulheres. Isso acontecia sempre que se tratava de uma atividade que envolvia as noções de trabalho leve e pesado. “Abrir uma picada” na mata é trabalho pesado, lidar com o trator também e, portanto, é designado para os homens. Já plantar e colher são atividades consideradas mais leves e podem ser realizadas por todos. Apesar de haver essas separações, o mais frequente era a mistura, onde todos trabalhavam juntos nas mesmas atividades, sem haver muita distinção. Algumas atividades consideradas “femininas” eram executadas por homens sem o menor problema, enquanto outras não. Um dia, perguntei a uma das mulheres se achavam que tinha essa divisão de trabalho leve e pesado e ela me disse: “que nada, aqui os homens estão piores de saúde que as mulheres. A gente faz de tudo”. De fato, é mais comum os homens adoecerem com problemas na coluna do que as mulheres.

O trabalho na roça parece também ser visto como algo que está relacionado ao gasto de energia, esforço físico, tanto é assim que foi uma surpresa para eles o dia em que eu me dispus a acompanhá-los nesta atividade. Não cheguei a trabalhar com eles, mas o simples fato de eu estar indo para a roça junto foi entendido como algo fora do comum. Foi quando ouvi de algumas crianças frases como “Ah, agora você vai ver o que é trabalhar!”. Trabalhar era aquilo. Ainda assim, nesse caso, o trabalho coletivo na roça era visto como melhor do que o trabalho individual em terras de outras pessoas. Essa reflexão estava sempre presente quando falávamos sobre o êxodo para as cidades ou das pessoas que não queriam participar do grupo. Para eles, ainda era vantagem estarem ali.

\*

## **A criação de pequenos animais**

Marinês parou de lavar a louça, pegou o soro do leite e começou a misturar com a farinha de mandioca que a Ana Isabel tinha levado. Disse que era para os porcos comerem. Enquanto preparava a mistura contou algumas coisas do cotidiano da família. Diz que a mistura ficará fechada no garrafão fermentando e só será entregue aos animais no dia seguinte. Depois vai até o mandiocal e colhe as mandiocas – para o grupo – separando as folhas para dar aos porcos. Vou até o chiqueiro com ela e ela me conta dos porquinhos que



nasceram. No fim da tarde, a família se organiza para cuidar do gado e tirar o leite. Fiquei com eles até esse momento. Pouco antes das dezesseis horas o casal e os filhos foram para o pasto ‘tocar’ o gado para dentro do curral, separando os bezerros em outro espaço. Num dos currais, colocaram uma vaca que tinha acabado de parir e estava com muito leite. Enquanto um a segurava com uma corda, outro ordenhava o leite. Eu e os garotos ficamos do lado de fora fotografando. Marinês pediu a Daniel que fosse buscar um balde maior porque tinha muito leite. Encheram o balde e o levaram para casa. Eu fui para a BR-364 aguardar meu ônibus para voltar para minha cidade. (Diário de campo, março de 2011).

\*

O hábito de cuidar desses animais existe desde muito tempo. Quando contam a história do grupo Coletivo, sempre apontam os animais como parte do processo de coletivização dos bens. Relatam que uma das primeiras experiências desse tipo que fizeram foi a da compra de gado “ameia”. Foi o chamado “grupo do pasto” que tinha como objetivo utilizar o pasto deixado pela fazenda para a criação coletiva do gado de cada família. Resolveram comprar o gado “ameia” e quem já tinha algum animal recebia um percentual pelo capital investido.

Além da horta, o sistema PAIS prevê também a criação de animais que servem tanto para alimentação do grupo quanto para a comercialização. De acordo com esse sistema, os animais deveriam ficar todos próximos ao local da horta, mas foi decisão do grupo tratar deles em um local bem distante dali. Na família tradicional camponesa a diversidade de alimentação é dada por essa prática de criação de uma diversidade de animais, ao contrário do agronegócio, para o qual os animais são entendidos como mercadoria. Assim como a vegetação, também os animais são importantes elementos na dinâmica de reprodução social. Ao mesmo tempo, os animais também contribuem para o equilíbrio da produção agrícola, sendo parte do mecanismo de manejo ambiental. O resultado final é a agregação de valores aos produtos, diminui o custo da produção dos alimentos e servem para o consumo interno.

Hoje o grupo conta com um galinheiro relativamente grande, que se localiza atrás da cozinha e da farinheira. As galinhas são os únicos animais que ficam próximos à horta. Todos os outros foram colocados em outro espaço. O grupo possui hoje 50 frangos e 20 galinhas. Essas galinhas são alimentadas com os restos de comida da cozinha diariamente.

Ao redor da casa da Marinês existe um chiqueiro com 14 porcos. No fim do ano passado havia 29 porcos, entre grandes e filhotes. Na última visita que fiz, o casal disse que

precisavam aumentar o espaço para os porcos, senão eles morreriam. Para isso, necessitavam da ajuda do resto do grupo e essa ajuda não vinha acontecendo, por inúmeras razões. Quando retornei esse ano, soube que os porcos morreram, sobrando apenas 14 deles. A partir daí o grupo resolveu aumentar o espaço. Recentemente, depois de reelaborarem sua estratégia, o grupo pretende melhorar a qualidade do gado – adquirindo matrizes que produzam mais leite para o consumo interno e comercialização.

\*

## **A farinha**

Era final de novembro e eu voltei ao assentamento com um amigo que me visitava. Logo na entrada do campo de futebol, de onde avistamos a região central do coletivo, pudemos ver que todos estavam reunidos na farinha, em torno de um monte de mandiocas. Estavam ali todos os adolescentes e crianças do grupo e alguns adultos, sentados descascando a mandioca e conversando. Sentamo-nos com eles, pegamos uma faca e começamos a ajudar. Enquanto a maioria descascava, Patrícia e Clemilson cuidavam da lavagem e prensagem da mandioca. Ali ficamos quase uma hora e meia conversando, dando risada e conhecendo melhor o universo da farinha. Chovia muito naquela manhã e era esse o trabalho que era possível realizar. As cozinheiras estavam na cozinha, alguns homens tinham ido a roça e o restante estava ali (Diário de campo, dezembro de 2010)

\*

Como plantam mandioca há muito tempo conseguiram construir uma farinha e uma parte do dinheiro do grupo vem da comercialização da farinha produzida ali. A farinha de hoje não é a mesma de antigamente. Pelo que entendi, houve uma outra que ganharam dos amigos. Naquele tempo produziram muita mandioca (5 alqueires mais ou menos) e vendiam cerca de 125 sacas de farinha no mês. A lavoura de mandioca era nova e fácil de colher. Tinham fartura e circulava muito dinheiro no grupo, a ponto de pagarem as horas trabalhadas de cada um. Num determinado momento, isso mudou. Alguns atribuem isso a percepção do grupo de que estavam criando uma monocultura de mandioca (o que seria contrário a seus princípios) e outros atribuem isso a dívidas que foram fazendo e que os fez tomar a decisão de investir em outras coisas. De qualquer maneira, hoje a farinha só dá conta de cobrir seus próprios gastos e ainda precisam comprar mandioca de outros produtores.

A farinheira tem um modo peculiar de funcionar. Não é todo dia nem toda semana, porque depende de uma quantidade de mandioca suficiente para produzir a farinha. Entretanto, a farinheira passa poucas semanas paradas e quando ela volta a funcionar, o grupo inteiro se mobiliza para o processo que vai ser iniciado. Uma verdadeira “força-tarefa”. As crianças e os adolescentes passam boa parte do seu tempo auxiliando os mais velhos e/ou descascando a pilha de mandioca.

Depende da equipe da roça plantar e colher a mandioca e levar para a farinheira. Para fazer isso, pedem emprestado o trator de um conhecido deles. Essas mandiocas são despejadas dentro da farinheira, no chão. Ali, ao redor do monte de mandioca, o maior número possível de pessoas senta-se em banquinhos. Munidos de facas bem afiadas começam a descascar a mandioca. Esse momento é feito da seguinte maneira: uma parte descasca a mandioca até a metade e a outra termina o processo. Isso porque elas ressecam e sujam muito se uma pessoa for descascar completamente e aí fica mais difícil de limpar depois. Depois de descascadas, elas são colocadas numa caixa d’água cheia. Ali serão lavadas por outras duas ou três pessoas, que retirarão a terra que sobra nelas.

Feito isso, vão para uma máquina moedora. Outras duas pessoas fazem isso. Mói-se a mandioca, que cai numa outra caixa d’água, vazia, para ali esperar o momento de ser prensada. Para ser prensada a mandioca moída é colocada em sacos de estopa grandes. Esse processo envolve também duas pessoas. Enquanto uma abre o saco a outra coloca a mandioca dentro dele. Esses sacos são colocados na prensa, um em cima do outro, separados apenas por uma espécie de estrado de madeira. Quando acionada, a prensa retira toda água da mandioca. Essa água é recolhida numa outra caixa para fazer polvilho. Depois disso, a mandioca prensada vai para uma caixa e dali é colocada no forno, para murchar. Só então, depois de secar totalmente, é que se acende o fogo realmente para fazer a farinha. Essa farinha é armazenada em outras caixas e depois, em sacos.

O trabalho na farinheira, entretanto, depende muito da mandioca. No início de 2013 o grupo optou por diminuir radicalmente a produção de farinha, pois estavam comprando mandioca de pessoas que não seguiam os cuidados agroecológicos. Resolveram, então, iniciar eles próprios o plantio da mandioca e só então voltarem a produção de farinha, comercializando assim, um produto sem veneno.

\*

## **A experimentação de uma padaria coletiva**

Voltei para a casa da Maria Estélia, pois tinha combinado de auxiliar na produção dos pães. Mas fiquei conversando na cozinha e me atrasei. Quando cheguei Raquel e Maria Estélia já tinham feito a massa e estavam passando no cilindro. Fiquei ali apenas observando o processo, que se esticou até a noite. Enquanto faziam isso, as duas irmãs conversavam e riam bastante. Idania, a filha da Maria Estélia, cuidava da Zaira e tentava arrumar a casa. Vez ou outra Raquel precisava parar o cilindro para cuidar da filha também. Maria Estélia também parava para descansar, já que sua perna doía um pouco. Logo chegou a Anne lá da cozinha e o Luciomar, que estava na roça.

As meninas tomaram banho e eu, Anne e Zaira fomos jantar, enquanto as outras ficaram fazendo os pães. Luciomar assumiu a posição de Maria Estélia no cilindro e deixou ela descansando. Quando retornamos da janta, já mais tarde, tomei meu banho também, rapidamente. Maria Estélia se aproximou para ver as fotos e disse que se eu colocasse no pendrive dava pra passar para todos verem pelo DVD. Combinamos de ver depois que eles jantassem.

Fizeram um suco de goiaba com leite e um café e comeram pamonha (feita por elas). Fomos ver as fotos na sala e conversar. Enquanto isso, Raquel resolveu lavar a cozinha, que segundo ela, estava muito suja por conta da produção das pamonhas e dos pães. Chamou a Anne para ajudar. Ficaram fazendo isso até quase 23 hs. Só depois é que ela foi tomar um banho e dormir. Colocaram os pães para “descansar” na sala com medo deles serem atacados a noite por algum animal. Como esses pães estão sendo feitos com fermento natural precisam ficar a noite toda descansando para serem assados só depois que crescerem. À noite, enquanto dormíamos, sentíamos o cheirinho dos pães crescendo (Diário de campo, 07 de fevereiro de 2011).

\*

A ideia de fazer uma padaria faz parte dos sonhos de algumas pessoas do grupo há algum tempo já. Com a vinda de Raquel, irmã da Maria Estélia, no fim do ano, o grupo resolveu iniciar uma experiência na casa deles. A Raquel possui um bom conhecimento sobre como fazer pães e a decisão de fazerem na casa da Maria Estélia tem a ver com a praticidade, uma vez que a irmã dela dorme lá e passa a maior parte do tempo dentro da casa. Por ser feito em casa, o trabalho envolveu as pessoas que moram ali, mais do que as outras do grupo. Mas a matéria-prima e o retorno da comercialização eram do Coletivo.

Em geral, os pães eram feitos na parte da tarde ou da noite. Quem estivesse em casa, acabava ajudando. A massa era toda feita pela Maria Estélia ou por sua irmã, que dominam mais o ponto certo. O processo de amassar, cilindrar e dar forma aos pães (parte que toma mais tempo de todos) era feito pelas duas em conjunto com as duas filhas adolescentes. É muita massa para preparar. Se o trabalho fosse feito a noite, a massa só seria assada no dia seguinte. Depois de assados, os pães eram colocados em saquinhos plásticos e armazenados dentro de uma caixa grande de isopor.

No dia de vender os pães, o Isnardo passava pela casa da Maria Estélia de moto e sai pelas linhas e pelo assentamento vendendo. Geralmente volta sem nenhum pão para casa. Os pães eram doces e salgados, feitos com fermento natural. Produziam cerca de 40 pães por semana ou mais. Quando se aproximava do final de semana iniciava-se a produção de pães integrais ou de abóbora e batata-doce que seriam vendidos na feira do domingo, na cidade de Jaru. A clientela aumentara bastante desde que se iniciou o processo.

A experiência rendeu bons frutos para eles, apesar de não ter se sustentado. Com o dinheiro da venda dos pães compravam mais farinha de trigo e óleo, além de terem conseguido comprar alumínio para fazer formas de pão. Ganharam dos amigos um forno elétrico e um forno de padaria (este ainda não foi utilizado, pois demanda 120 formas de pães de uma vez para valer o gasto do gás). Infelizmente, não seguiram adiante com a ideia, em 2012 e 2013.

\*

## **Feiras e Cestas Agroecológicas**

Da primeira vez que fui sozinha ao assentamento me encontrei com Maria Estélia e o Luciomar na cidade de Ariquemes, numa feira de produtos orgânicos dentro de uma faculdade. Eles estavam ali para comercializar seus produtos para o público local. Além deles, estavam ali também outros produtores, do assentamento Madre Cristina, localizado na mesma região. A feira aconteceria no centro da praça de alimentação da faculdade. Ajudei-os a montar as mesas para a exposição dos produtos enquanto os alunos e professores estudavam. Além deles, o Reginaldo, militante do MST, vendia os livros da Ed. Expressão Popular. Depois de organizadas as bancadas, ficamos ali conversando até a hora do intervalo. Havia muito alimento: verduras, legumes, feijão, arroz, açúcar mascavo, doces de leite, queijos, polpas de frutas (açai, cupuaçu, acerola), bananas e farinha de mandioca. Ao toque do sinal do intervalo, a quadra encheu de gente e depois de quinze minutos quase não havia mais

produtos sobre as mesas. As verduras – todas – tinham acabado. E a procura continuava. Enquanto eu fiquei impressionada, eles ficaram preocupados de não poderem atender a demanda das pessoas a contento. Toda quinta-feira a mesma rotina se repetia. Ao fim do trabalho nas hortas, todos ajudavam a colocar as verduras e os outros produtos dentro do carro do Luciomar e novamente os dois viajavam até a cidade para comercializá-los (Diário de campo, setembro de 2010).

\*

Numa manhã após o trabalho na horta, Luciomar e Isnardo vinham conversando em direção à cozinha coletiva a respeito da comercialização. Queriam criar um selo de qualidade para seus produtos agroecológicos. Falavam da dificuldade que tinham em vender e eu, na minha ignorância, sugeri que eles poderiam vender aos supermercados. Eles me falam que para vender no mercado grande precisariam ter uma quantidade maior e mais variada, o que envolve transporte para lá que eles não têm, além de mais estrutura para produzir. Fala também que o problema é que eles comprarão por um preço baixo e acabarão vendendo por um preço maior para o consumidor e eles são contra isso. Querem que seu alimento **tenha preços justos**, sem explorar. O que queriam mesmo fazer é vender pessoalmente para seus conhecidos. Diz que tem muitos amigos querendo comprar alimentos deles e precisariam organizar um modo de fazer isso.

Sentamos embaixo de uma árvore perto da cozinha e falei da experiência da Associação das Mulheres Agroecológicas (AMA), de um assentamento de Mogi Mirim, que a ITCP UNICAMP acompanha há um tempo. Elas produzem, através da agricultura familiar, alimentos sem veneno. Tinham o problema de não conseguirem vender. Aí, junto com a equipe de incubação pensaram em desenvolver uma cesta de produtos orgânicos e vender para o nosso Coletivo. O Luciomar ficou bastante interessado e me perguntou desde como faziam a produção, quantos produtos iam na cesta e como elas variavam a cada estação até sobre como elas fazem a cesta (de tnt). Falaram do sonho que têm em produzir a cesta e dos produtos que poderiam colocar: café, farinha, pães, falou até em cacau/chocolate.

Ficou por isso mesmo a conversa, seguimos fazendo cada um suas coisas e em 2011, depois de ter ficado um tempo fora, retornei ao grupo. A primeira coisa que eles me contaram foi que tinham conseguido organizar as cestas de produtos e já estavam entregando para um grupo de 30 famílias da cidade de Jarú. Fiquei muito surpresa! Que agilidade para fazer algo

que em Campinas<sup>75</sup> demoramos muito tempo para conseguir organizar. Já fazia um mês que as cestas estavam sendo entregues semanalmente. As famílias eram vinculadas a ong Evitando a Poluição ao Ambiente (EPA) parceira do Coletivo de muito tempo. As entregas eram feitas com o carro do Luciomar na sede da ONG. As famílias iam até o local receber e pagavam R\$10,00 por cada cesta. Contaram-me também que no mês seguinte fariam uma reunião com todas as famílias consumidoras lá no assentamento. O objetivo era fazerem uma avaliação das cestas entre as duas partes interessadas. Também queriam que as famílias conhecessem o local onde os alimentos são produzidos e a forma como fazem isso.

No mês seguinte lá estavam todos reunidos. Foi um dia inteiro de reunião, conversas e muita comida gostosa. Na reunião de avaliação, o grupo apresentou seus princípios políticos, a história do assentamento, do Coletivo, a escolinha, o parquinho. Ouviram as famílias falando a respeito dos produtos e de suas necessidades. Colocaram a dificuldade das entregas serem feitas no carro do Luciomar e da expectativa em relação a uma possível aquisição de um caminhão através de uma emenda parlamentar feita pelo então Deputado Federal Eduardo Valverde (PT)<sup>76</sup> e que estava sendo continuada pelo Deputado Federal Pe. Tom (PT). Colocadas as necessidades de ambos os lados, negociaram como poderiam melhorar a entrega e resolveram aumentar a quantidade de cestas para mais dez famílias. Fui embora e um tempo depois soube que conseguiram o caminhão e que as entregas estavam sendo feitas regularmente (Diário de campo, setembro de 2011).

\*

A parceria com a faculdade para a realização da feira tinha sido estabelecida pelo Coletivo juntamente com o MST e os outros camponeses. Esta não era a única feira da qual participavam semanalmente. No domingo, em Jaru, comercializavam o leite e o queijo produzido.

Ao iniciar o trabalho com as cestas, que logo depois foram ampliadas com a chegada do caminhão, a participação nas feiras foi diminuindo, pois não tinham produção suficiente para atender a demanda dos muitos consumidores. Em setembro de 2011, perceberam a necessidade de, em conjunto com outros camponeses agroecológicos, criarem uma “Feira de Produtos Agroecológicos” no município de Jaru, fato que teve ampla repercussão. Ao invés

---

<sup>75</sup> Quando eu fui monitora na ITCP-UNICAMP experimentamos uma espécie de cestas de produtos agroecológicos dentro da universidade, com um grupo de mulheres agricultoras de um assentamento de Mogi Mirim/SP, a AMA (Associação de Mulheres Agroecológicas).

<sup>76</sup> O Deputado federal Eduardo Valverde (PT-RO) faleceu num acidente de carro na BR-364 em 2010, deixando essa emenda parlamentar em aberto. A luta por ela foi retomada com a entrada do Deputado Federal Pe. Tom (PT-RO).

de prepararem as cestas, passaram a vender os produtos na feira para as mesmas famílias de consumidores e outras novas. Em 2012, a experiência foi interrompida por questões internas do grupo, tais como a sobrecarga de trabalho, conflitos na organização interna, acidentes, entre outros. Depois de refazerem o planejamento anual do Coletivo – que teve como meta reforçar o trabalho nas hortas – em maio de 2013, reabriram a “Feira de Produtos Agroecológicos” de Jaru e retomaram o trabalho na feira de Ariquemes.

\*



## FLORIÔ

Zé Pinto

Arroz deu cacho e  
o feijão floriô,  
milho na palha,  
coração cheio de amor.

Povo sem terra  
fez a guerra por justiça  
visto que não tem preguiça  
este povo de pegar  
cabo de foice,  
também cabo de enxada  
pra poder fazer roçado  
e o Brasil se alimentar.

Com sacrifício  
debaixo da lona preta  
inimigo fez careta  
mas o povo atravessou  
rompendo cercas  
que cercam a filosofia  
de ter paz e harmonia  
para quem planta o amor.

Erguendo a fala  
gritando Reforma Agrária,  
porque a luta não pára  
quando se conquista o chão  
fazendo estudo,  
juntando a companheirada  
criando cooperativa  
pra avançar a produção.

# CAPÍTULO 4

## TRABALHO(s) COLETIVO(s)

Nós temos uma concepção de trabalho: **pra nós tudo é trabalho...** O trabalho coletivo não é só lá na horta, a gente pode tá numa reunião, que é um trabalho. Essa é a concepção de trabalho do grupo coletivo, independente se está na horta, na roça, no pasto, se está plantando mandioca, independente... é um trabalho que o resultado vem pro grupo coletivo (2013).

Maria Estélia: Poderíamos destacar a importância que o movimento e o grupo dão pros trabalhos de sobrevivência, sobrevivência humana que é o trabalho doméstico, que não é considerado pela sociedade capitalista (2013).

Eles dizem: tudo é trabalho. Essa ampla definição nos permite entender a forma como o grupo se organizou no cotidiano. **Trabalho são todas as atividades realizadas e de cujos resultados todo o grupo se beneficia.** Essas atividades incluem a esfera da produção, mas também a esfera do consumo, da vida doméstica ou, como diz Maria Estélia, da sobrevivência humana. Fazer uma roça ou ir a uma reunião, uma comida, um plantio, a própria militância, tudo é visto como trabalho<sup>77</sup>.

Entendo que outras dimensões da atividade humana são trabalho: o material e o imaterial, o mercantil e o não-mercantil, o que se faz em casa e o que se faz fora de casa. Florence Weber (2009) aborda os diferentes trabalhos que existem fora do campo considerado majoritariamente como sendo trabalho. As bricoles, o trabalho paralelo, o doméstico, etc., tudo entra na sua análise para considerar o que é o trabalho. Por outro caminho, Yves Schwartz (2011) procura desconstruir a conceituação vigente de trabalho trazendo à tona as origens do termo e de como estão ligados a ele as noções de visível e invisível. Do ponto de

---

<sup>77</sup> Como comentavam no capítulo sobre terras coletivas, estes se veem como camponeses, operando uma transformação no interior dessa categoria. De acordo com Woortmann e Woortmann (1997) o trabalho deve ser entendido enquanto parte da teia de significados que constitui a cultura camponesa (ou as culturas camponesas). Não deve ser pensado isoladamente, mas em relação com outras categorias como a terra, a família e o gênero. O trabalho é atividade pela qual se cria a cultura camponesa, é uma das principais fontes de educação. Note-se que, diferentemente do meio urbano, as crianças e jovens são desde cedo inseridas nesse universo – ainda que por meio de brincadeiras ou da forma de “ajuda”. É a partir daí que se transmitem saberes e conhecimentos geracionais, que se experimenta e se inserem na rede social, etc. Disso decorre a dificuldade em olhar para o trabalho camponês com a ótica do trabalho urbano ocidental. Na ótica camponesa, o trabalho, assim como a terra, é uma herança.

vista da divisão sexual do trabalho, há toda uma literatura feminista que reivindica o estatuto de trabalho às atividades domésticas (HIRATA & KERGOAT, 1994).

Nesse sentido, a partir de agora, adentraremos no universo do trabalho do grupo, seja ele a produção mercantil ou para o autoconsumo, sejam as atividades consideradas de reprodução, as realizadas no âmbito doméstico.

A cooperação agrícola sempre foi um objetivo do “Coletivo 14 de Agosto”. Souza (2011) mostrou que no tempo do acampamento a cooperação era necessária para garantia da terra ocupada. Através dela se criava a relevância daquele lugar enquanto território de vida e de trabalho, com o aumento da produção. Nesse sentido, podemos dizer que a longa experiência do acampamento possibilitou o aprendizado dessa forma de trabalhar. Depois de terem a posse oficial da terra, as práticas cooperativas continuaram existindo, com propósitos renovados. Não sendo a terra uma mercadoria, e sim, um lugar para viver, era preciso alavancar um modo de produção que os permitisse continuar ali. A organização do trabalho no “Coletivo 14 de Agosto” está intimamente vinculada a uma perspectiva etnoecológica - tudo é feito com o objetivo de se atingir o equilíbrio. A lógica simbólica é expressa por essa condição: o cuidado com a natureza leva ao equilíbrio.

Elen Woortmann (2004) observou em seus estudos sobre o modo de vida camponês que há uma relação moral com a terra, baseada numa concepção etnoecológica holista.

O trabalho do homem implica respeito para com a terra (e a natureza em geral), esperando dela aquilo que ela pode e quer dar, isto é, os alimentos que ela é capaz de produzir. O homem não deve forçar a terra a dar aquilo que não é de sua vocação, isto é, não deve ‘corrigir o solo’, como se a natureza pudesse estar errada. O sítio como que dialoga com a terra, avaliando ‘o que a terra quer produzir’. O trabalho do homem é o de preparar a terra e quando necessário alimentá-la com a ‘vitamina’ do adubo. O trabalho da terra é o de fazer nascer e crescer a planta, alimentando-a com sua ‘vitamina’. A terra, agradecida, retribui o trabalho do homem com uma colheita abundante. Quando ela ‘recebe a vitamina dada pelo homem e a chuva de Deus, ela fica alegre e agradece, dando muito alimento’ e trazendo ‘fatura’. Mas, se a terra trabalha, tal como o homem, ela fica ‘cansada’ e é preciso respeitar seu tempo de ‘descanso’ (pousio). (...) Temos, então, como que uma ‘humanização’ da natureza, uma concepção ‘etnoecológica holista’.

A organização da vida é resultado de uma íntima relação com a natureza onde trabalho e moradia fazem parte do mesmo conjunto de terras e de significados. A natureza é humanizada, surgindo entre ser humano e terra uma reciprocidade, que pode ser tanto positiva quanto negativa, conforme a relação estabelecida. Além disso, a produção do agricultor camponês é familiar não apenas porque utiliza a mão de obra da família, mas porque tudo que é produzido pela terra se faz de acordo com as necessidades alimentares dos moradores da casa. Isso implica diferentes tipos de consorciamento dentro da própria terra. Diversidade na

terra conforme a diversidade de pessoas. Marschner (2011) chama atenção para a ampliação do conceito de biodiversidade implementado por essa lógica camponesa, onde as relações sociais assumem papel importante e configuram uma sociobiodiversidade. Antes de produzir bens, mercadorias, o que se produz é um campo simbólico. Este é fortemente marcado por um saber-fazer<sup>78</sup>.

Ao tornarem-se militantes, essa marca é carregada pelos membros do Coletivo e dá sentido ao que embasa a vida de camponeses-militantes. O processo de coletivização se dá fundado nas práticas tradicionais camponesas de ajuda mútua, nos seus conhecimentos sobre a terra, mas também nos projetos socialistas de ambos os movimentos – de onde surge a ideia de cooperação agrícola trabalhada pelos movimentos sociais.

Para Marx (2004), a cooperação é a forma de organizar a produção coletivamente. “Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 2004, p.378). A autogestão é o princípio por detrás do tipo de cooperação que o Coletivo empreendeu. Entendo-a como uma forma de organizar a gestão e produção de forma democrática, de modo a preservar a igualdade entre os membros do empreendimento (SINGER & SOUZA, 2003). Entendo também que essa vivência pode se generalizar para a vida social (ANDRADA, 2005). É inspirada em João Bernardo (2005) que entendo a

---

<sup>78</sup> Este saber-fazer é objeto dos estudos da etnoecologia, campo disciplinar configurado dentro da Antropologia. De acordo com Toledo (1990), cabe a ela estudar as concepções, percepções e conhecimentos sobre a natureza que permitem as sociedades rurais produzirem condições materiais e espirituais da sua existência social. Estas condições se dão através de um manejo adequado dos recursos naturais do ecossistema. O saber-fazer camponês é fruto dessa experiência próxima com a terra. É através do corpo que o camponês se apropria da natureza e produz conhecimento sobre ela. De acordo com o autor (1990) esse conhecimento pode ser visto em quatro escalas: a geográfica (que incluem o espaço e os eventos meteorológicos); a física (topografia, minerais, solos, recursos hídricos), a vegetal e a biológica (animais, fungos, microorganismos). Por outro lado, também é possível caracterizar o conhecimento em termos daquilo que é estrutural na natureza; do que é dinâmico ou processual; do que é relacional e do que é utilitário. O território, seguindo essa linha de raciocínio, não é um lugar uniforme, portanto. Ele é construído de acordo com as variadas necessidades do grupo familiar, articuladas, evidentemente, entre si. Essa articulação engendra uma espécie de modelo de insumo-produto, em que cada espaço-atividade gera insumos para outros espaços-atividades. Tal modelo obedece ao princípio de ‘internalização dos supostos da produção’. Assim, por exemplo, do pasto vem o estrume que irá dar ‘força’ ao solo destinado à plantação. Esta última fornecerá a ‘palhada’ que irá alimentar as vacas com cria. Da mandioca se extrai o veneno para combater formigas (WOORTMANN, 2003, p.134). Da mesma maneira, o estudo dos consorciamentos feitos pela autora permitiu verificar que as plantas e solos também são classificados segundo oposições: quentes x frio, fortes x fracas. O mesmo princípio é aplicado também ao corpo humano e a compreensão das doenças, havendo uma analogia entre terra e corpo. No caso das plantas, não é possível colocar duas plantas quentes lado a lado. É preciso combinar. O ciclo de cada planta deve ser considerado nesse processo: algumas começam quentes e terminam frias. As condições climáticas são de extrema importância nessa combinação. Da mesma maneira o par de oposição forte x fraco se estende da lavoura para os seres humanos. Pensa-se, a partir desse binômio, também o tempo histórico e o “governo da Lua”.

autogestão como tendência à. Nos dias atuais (e talvez tenha sido assim sempre), é o que é possível fazer. Construir pequenas experiências de autonomia dentro do capitalismo, a contagotas.

Assim, na fase actual o importante é desencadear o começo de uma tendência. O máximo a que podemos aspirar para já é o desenvolvimento de lutas que tendam à autonomia, em que a participação de todos tenda a ser cada vez maior, em que a rotatividade nas funções tenda a ser crescente, em que o leque das remunerações – se for caso para existirem – tenda a reduzir-se. Este tenda a não se consegue sem luta. Trata-se de uma luta dentro da luta, e só o processo permanente de luta interna pode garantir que as experiências de libertação não se convertam, como até agora tem sucedido, em novas experiências de opressão (BERNARDO, 2005, p. 2).

À cooperação é atribuído um sentido de luta: para o “Coletivo 14 de Agosto”, ela foi um instrumento para aumentar a produção, no tempo do acampamento, mas também para aglutinar as pessoas em torno de um projeto de vida coletivo. Em diversos momentos das conversas com as pessoas do grupo ficou claro que mais do que alcançar altos níveis de desenvolvimento económico (desejáveis), a produção coletiva do grupo tinha como função: **propiciar uma convivência social maior entre as pessoas, garantir a permanência deles naquelas terras**, evitando a evasão para as cidades através de uma produção que permitisse condições concretas para uma melhor qualidade de vida das pessoas e criar **uma experiência de embate com as formas capitalistas de viver**. O fato de ser um grupo composto originalmente por militantes permitiu que essa experiência fosse pensada assim. Como veremos, esse processo se dá em meio a ambiguidades e constantes negociações de interesses dentro do grupo.

O conceito de cooperação – base dos processos organizativos autogestionários - é útil porque abarca não apenas a esfera do trabalho coletivo e da organização democrática, mas diz respeito a outras práticas sociais coletivas. Configurações múltiplas podem ser construídas tendo a cooperação como base. Cândido (2001) em seu estudo sobre os caipiras paulistas mostrou, na década de 1970, como os camponeses faziam uso dessa noção.

As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão de obra nos grupos de vizinhança (por vezes entre fazendeiros), suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. E o aspecto festivo, de que se reveste, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira (2001, p.88).

A cooperação está inscrita naquilo que ficou conhecido como o princípio da dádiva. Segundo Sato & et al (2011), a partir da leitura sobre os sistemas de troca descritos por Mauss, nem tudo na sociedade moderna se inscreve no quadro da mercantilização. Ao

contrário, algumas pesquisas tem demonstrado que experiências diversas tomam a cooperação como forma de sociabilidade, baseadas no princípio da dádiva.

Baseia-se, sobretudo, nas relações pessoais, de amizade, camaradagem e vizinhança e pressupõe reciprocidade e confiança, em um circuito de dar, receber e retribuir. No espírito da dádiva, os valores e as intenções pessoais figuram em primeiro plano; entretanto, esse circuito adquire materialidade por meio de ajuda financeira e de ajuda e troca no trabalho (SATO & et al, 2011, p. 4).

A dádiva é uma relação de reciprocidade que acontece mediante um sentimento de obrigatoriedade com o outro. Para Mauss (2003), essa obrigação de dar, receber e retribuir não é de indivíduos, mas da coletividade instituída nas culturas observadas por ele. “[..] **as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais** [..] (2003, p. 190)[grifo meu].” A dádiva, enquanto ação social, não fica restrita a esses grupos. Ela está presente na sociedade contemporânea como uma moral que permeia contratos, legislações e relações sociais em geral. Uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece estacionada nessa mesma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam. Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e de venda. As coisas possuem ainda um valor sentimental além de seu valor venal, se é que há valores que sejam apenas desse gênero. Restam ainda pessoas e classes que mantêm ainda os costumes de outrora e quase todos nos curvamos a eles, ao menos em certas épocas do ano ou em certas ocasiões (2003, p. 294).

Na entrevista realizada com Cláudio Sandos, um dos coordenadores estaduais do MST em Rondônia, este deu alguns exemplos de como essas formas de cooperação acontecem dentro dos assentamentos.

O movimento olha pra uma área ocupada, que tem um processo de luta, de assentamento consegue enxergar vários tipos de cooperação só que além de vários tipos de cooperação, o movimento tem em seu processo teórico o que seria a cooperação ideal. Tem claro o que é ideal, mas tem claro o que existe já de cooperação e o que pode ser com o tempo avançado. (...) O tipo de cooperação familiar. O que seria essa cooperação familiar? É a cooperação onde o lote das pessoas ele segue individual, mas existe uma coordenação que fica atenta a tocar o debate no movimento. Então, todo tipo de mobilização de atividade que passa, esses grupos de família mesmo sendo individual eles se reúne e discute a vida do movimento. E nesse tipo de cooperação do ponto de vista do trabalho que mais avançado que existe é os **mutirões**. Mas é um tipo de cooperação familiar com perspectiva de avanço, porque essas famílias tem disposição de se reunir, debater, refletir então dentro do processo tem essa abertura facilita. (...) Tem outras que ela é chamada de **associação de grupo de máquinas**: aquela ideia que as famílias criam as suas associações para atender a algumas demandas locais. Agora diminuiu muito, mas antes era muito comum as máquinas de arroz né! Mas por que da máquina de arroz? Porque tem um maquinista na cidade que todos os assentados tinham que levar o arroz lá.

E boa parte da porcentagem ficava lá. Então o pessoal criou as associações e conseguiu as máquinas de arroz. E tem as das **máquinas** que no processo então o pessoal começaram a preparar, tirar o capim pra plantar arroz, plantar milho e tal. **Uma pessoa tem uma máquina tem um grupo de família, faz várias articulações, algumas delas faz com o próprio estado, aí esse tipo de cooperação...** O que é mais avançado aí? É que exige um planejamento mínimo pra usar essa máquina. Tem limite. O que mais consegue avançar é planejar pra que essas máquinas consigam atender aos chamados sócios, ou os cooperados aí. Ou que se cooperam nesse processo. Aí existe outro tipo de cooperação que é um pouquinho mais avançado, o **pré-coletivo**. Nessa cooperação pré-coletiva os lotes seguem individuais, mas algum tipo de produção agrícola é discutido em grupo. É um exemplo lá no Madre Cristina. Quando eu estive lá discutindo esse tema, eles tinham oito família que queriam ter essa cooperação pré-coletiva. Então qual era a ideia: a gente mapeava todos os lotes, aí identificava o que seria mais produtivo. Se eles definissem que iriam produzir o arroz coletivo, o arroz seria coletivo, as outras coisas todas seguiam individual. Em relação ao estágio em se comparando a um grupo de família, as associações e os grupo de máquinas esse é um pouquinho mais avançado. **Eles avançam em alguns aspectos, conseguem socializar em algumas coisas que não é fácil de desprender e conseguem planejar.** Então aí nós temos um outro que é mais conhecido no Estado, que é mais avançado que é são os grupos Coletivos. O que mais se destaca do estado é o Coletivo 14 de Agosto. Eles conseguiram avançar em várias coisas, do ponto de vista teórico e prático. Do ponto de vista teórico eles talvez tenham avançado mais um pouquinho que do prático. Os lotes ainda, a visão do lote que ele é construído ele é coletivo, mesmo que as famílias tomem outro espaço, tem essa função coletiva. Praticamente toda a produção, com exceção de algumas coisas, é coletiva. Eles fazem reuniões, planejam, e tem uma perspectiva de futuro e tal, e tal. Então é um dos mais avançados (Cláudio Sandos, 2011).

Seguindo os postulados do MST a respeito da cooperação agrícola nos assentamentos, Cláudio apresenta aqui a ideia de um processo quase que **evolutivo** da cooperação. Há a cooperação mais básica – a familiar - e há a mais avançada do ponto de vista organizativo – a cooperativa de produção. Contudo, é interessante notar a compreensão e respeito do movimento em relação àquilo que os assentados desejam estabelecer como forma organizativa da cooperação. Cooperação é, portanto um conceito elástico e ao mesmo tempo está submetido a um processo que envolve maior ou menor capacidade organizativa dos camponeses. Apesar de haver um “modelo ideal”, há o reconhecimento de que qualquer experiência de cooperação resulta numa forma de luta contra o capital/ Estado.

Tomando a cooperação por essas dimensões - **da luta** e como eles disseram ao longo da pesquisa, **da “consciência”** - passemos agora a ver como o trabalho coletivo na produção agrícola é compreendido pelo grupo, seus aspectos positivos, as dificuldades, a profunda relação com a educação e discussão sobre os objetivos coletivos.

## 1. Família, amizade e consciência<sup>79</sup>.

Quando questionada sobre a maior vantagem de estar no Coletivo, Anne Gabriela, de 19 anos, disse, convicta: “A união, a família que é o grupo. Eu acho que isso não tem preço, não tem coisa melhor” (diário de campo, 2013). Num texto sobre os sentidos da cooperação nos assentamentos, Scopinho (2011) ressalta que para os assentados as relações de trabalho cooperado eram mais possíveis no “seio da própria família” (p. 17) ou no máximo, nos mutirões. Este é um fator relevante para pensar a experiência que aqui se apresenta. Apesar de não ser uma família<sup>80</sup> nuclear consanguínea, aquelas pessoas vivem juntas desde 1992, com algumas poucas exceções. Mais da metade do grupo nasceu e cresceu ali, na vivência coletiva. As casas são contíguas umas as outras e há dez anos todos fazem as refeições coletivamente.

Essa imagem do grupo está presente em diversas outras falas e geralmente aparece em oposição a uma visão centrada apenas no aspecto econômico. A maioria das pessoas faz questão de sublinhar a importância que tem o processo de socialização decorrente da vivência coletiva. Josiane, de 21 anos, conta um pouco do momento em que deixou de ter sua pequena família e ganhou outra, bem maior:

[...] Você vê assim, no caso aqui, eu **deixei de ter uma família de mais três irmãs e meu pai e minha mãe, e juntou esse monte de gente**. Porque aqui aquele

---

<sup>79</sup> Que pode ser entendida enquanto *consciência de classe* (MARX, 2003), mas também pode ser visto do ponto de vista da psicologia sócio-histórica, para qual consciência é a integração entre pensar, sentir e agir (SAWAIA, 1987)

<sup>80</sup> Para Bruschini (1993) o conceito de família deve ser entendido enquanto produto social, portanto caracterizado pela sua não naturalidade e mutabilidade. O primeiro diz respeito a dissolução da aparência natural do grupo conjugal como a forma básica de toda a família, bem como as relações de parentesco e a divisão de papéis. A mutabilidade, por sua vez, fala sobre as diferentes configurações em sociedades e grupos sociais heterogêneos. Nesse sentido, não há uma única definição para a família. Dentre essas múltiplas abordagens, a antropologia, a sociologia e a psicologia contribuem em diferentes aspectos para uma aproximação da ideia. A autora esboça, então, a definição com a qual estou trabalhando aqui: Procurando fundir alguns marcos teóricos mais significativos, as famílias foram conceituadas como unidades de reprodução social – incluindo a reprodução biológica, a produção de valores de uso e consumo -, inseridas em determinado ponto da estrutura social, definido a partir da inserção de seus provedores na produção. Foram definidas também como unidades de relações sociais, no interior das quais os hábitos, valores e padrões de comportamento são transmitidos a seus novos membros, configurando assim unidades de socialização e de reprodução ideológica. São espaços de convivência nos quais se dá a troca de informações entre os membros e onde as decisões coletivas a respeito do consumo, do lazer e de outros itens são tomadas. Nesse sentido, são também unidades nas quais os indivíduos maduros se ressocializam a cada momento, revendo e rediscutindo seus valores e comportamentos na dinâmica do cotidiano, em função das necessidades do grupo, que se renovam a cada etapa da vida familiar e também de acordo com as possibilidades oferecidas pela sociedade na qual o grupo se insere” (1993, p. 77). A autora também faz referência as diferenciações de sexo e idade dentro desse grupo e sugere que a família seja tratada, portanto, como o “espaço possível de mudanças” (1993, p.77). Nesse mesmo sentido, Sawaia (2003) defende a “adoção da família e da afetividade como territorialidade e estratégia da ação emancipadora que permite enfrentar e resistir à profunda desigualdade social modelada pelo neoliberalismo, bem como pelo Zeitgeist (espírito de época), uma composição de valores intimistas, individualistas, e de lógica fundamentalista” (2003, p. 39).



apego é diferente né! O vizinho é como se fosse uma família, da família também (Josiane, diário de campo, 2013).

A forma de se relacionar dentro do coletivo – a amizade, o apoio, a reciprocidade - é vista como o diferencial do grupo. A afetividade aparece enquanto elemento fundamental dessa vivência. Os afetos devem ser entendidos em sua dimensão política. Por mais criticada que seja a noção, a família continua sendo ainda a mediadora da relação com a sociedade. Nesse sentido, Sawaia (2003) sugere que a família – seja ela como for – pode ser pensada e trabalhada:

A tese aqui defendida é homeopática: defende o trabalho socioeducativo e militante, que adota a família como lócus do protagonismo social para usar o feitiço contra o feitiço, ir na contracorrente do biopoder, usando o mesmo remédio para obter efeitos contrários: em lugar da disciplinarização, a liberdade; em lugar do isolamento, a abertura ao coletivo (2003, p.43).

A afetividade e a sua vivência enquanto elemento político provocou a reflexão de Anne, quando durante o período que passou na Escola Nacional Florestan Fernandes<sup>81</sup> foi visitar uma cooperativa no Paraná, considerada modelo pelo MST. Ali ela percebeu a qualidade do seu próprio grupo:

A gente visitou uma cooperativa no Paraná, que já tem 20 anos e comparando, eles diziam que... conversando ne, com o pessoal dessa cooperativa, eles diziam que a principio eles tiveram muita dificuldade, sofreram esse mesmo problema – que eu contei a história do grupo – e eles diziam que passaram por esse mesmo processo e tal, e hoje estavam bem estruturados... Só que eu via que o grupo... bom, eu pelo menos, **não quero tomar o rumo daquela cooperativa**. Eu sinto que... eles lá mexiam mais com cana e gado. Aproveitavam todos os derivados do leite e da cana. E tinham o mesmo processo, de comer junto e as casas próximas. É bacana lá. Só que parece que eles vivem numa cooperativa capitalista. Eu não me lembro agora mas acho que eles tem muita terra e pouca produção. E daí eles só vivem da cana e do gado. São só 20 famílias, pra muita terra e pouca produção. Eu quero que o grupo mantenha assim, essa diversidade de produtos. J: e a relação entre eles, como era? Era um grupo, só que eu não sentia essa mesma ligação que a gente tem, ne? Lá é muito... lá eles trabalham também marcando as horas, só que eles estão mais pensando na hora de trabalho... Conversando com eles eu ouvi muito isso... não tinha essa união que a gente tem aqui, né? Aqui cada um ajuda o outro e quando um tá doente o outro vai visitar... ai... não sei...J: Mas aqui não tem a divisão das horas? O que te incomodou? **Aqui é a consciência, ne? A gente tá no grupo hoje é pela consciência**. E lá não. Eles têm muito dinheiro e a cooperativa tem

---

<sup>81</sup> A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é um centro de educação e formação idealizado pelo MST, situada em Guararema/SP. A ENFF foi construída entre 2000-2005 e desde lá milhares de militantes da América Latina já passaram para desenvolver seus estudos. A escola oferece cursos de nível superior nas áreas de ciências sociais e políticas e também cursos de especialização em convênio com outras universidades.

uma estrutura muito grande só que eles vivem... ai, parece que é individual, eu não consigo explicar isso... mas não tem esse mesmo convívio que a gente tem, essa mesma preocupação com o outro. [...] Se você vai almoçar é anotado a quantidade de comida que você come. Tá por um lado é certo, pra tentar manter... mas eu acho que não é necessário isso. Isso parece que afasta... (Anne Gabriela, 2013).

As cooperativas podem tornar-se “capitalistas” (no sentido de que há relação de subalternidade ou de exploração) ou burocratizarem demais o cotidiano de trabalho das pessoas. Esta visão é corroborada por outras pessoas dentro do grupo que também avaliam o caráter informal<sup>82</sup> do processo de coletivização como algo positivo em relação aos outros. O processo de consciência a que Anne se refere é o mesmo que seu pai fala a seguir:

[...] Mas as cooperativas do sul elas tem os seus setores e tudo, mas elas tem um processo de hierarquia que funcionam como uma empresa. São muito grandes. E aí como eles trabalham, o cooperado considera a direção da cooperativa como se fosse patrão. Enquanto nós aqui – eu acho que é um sonho, não sei se é uma utopia. Nós estamos querendo construir o inverso. **Que ninguém se sinta como patrão e todos se sintam parte. Sintam-se donos do seu próprio negócio, donos da sua própria organização.** Eu acho que esse é um dos problemas porque pra gente chegar a esse ponto onde nós queremos chegar – de criar um grupo diferente dos que já existem no Brasil – o maior desafio nosso é elevar o nível de conhecimento e de formação de todos. Todos tem que ter o mesmo nível de entendimento, de sentir que ‘isso é meu’ e não que um é patrão. Pelo menos essa diferença, até agora, nós conseguimos ter no grupo (Luciomar, 2013).

Mas essa postura depende do estabelecimento de uma vivência que foi dialeticamente construída. Ao mesmo tempo em que se trabalhava coletivamente para viver, construía suas vidas nessa perspectiva. Na cooperativa visitada por Anne ela encontrou famílias aparentemente distantes uma das outras. A convivência familiar e/ou de comunidade, de longa data, permitiu criar laços de confiança importantes que, ao contrário de regras de controle externas – como a cobrança da alimentação ou a marcação das horas de trabalho – imprimem uma obrigatoriedade tácita de reciprocidade entre eles. Aqui se vê claramente que a ideia de um processo evolutivo da cooperação não faz sentido sempre e em todo lugar. O que para o movimento é considerado o mais avançado estágio da cooperação, ou a “cooperação ideal”, é aquilo que eles não querem para si, pelo menos, por enquanto.

---

<sup>82</sup>A palavra informal está sendo utilizada aqui apenas para fazer diferença em relação à forma organizativa das cooperativas. Mas vale ressaltar que, tal como Spink (1989) apontava, a todo processo de ação social corresponde uma forma, mesmo que esta não seja aquelas tradicionalmente esperadas.

A confiança, sentimento presente nas experiências de autogestão foi tratada por Andrada (2013) em seu estudo sobre a cadeia de empreendimentos solidários Justa Trama. Para a autora,

Esse sentimento, próprio de experiências compartilhadas entre iguais, pareceu-nos um componente fundamental neste projeto que reúne tino resistente e ânimo criador. De pouco valeriam as virtudes individuais, por mais exuberantes, se não pudessem ser compartilhadas e saboreadas numa farta comunhão entre pares, chamados à mesa desse projeto, para aportar suas singularidades assim compor uma peça histórica original (ANDRADA, 2013, p. 205).

A confiança é, portanto, um sentimento político. Se não pudessem confiar uns nos outros, precisariam de regras de controle mais rigorosas para continuarem existindo. A possibilidade de tomarem esse rumo desanima as pessoas. Fred, de 19 anos, fala também sobre a visita de Anne à cooperativa no Paraná. Numa conversa que tiveram, ela contou dessa visita e Fred teve a seguinte reação:

Aí eu até falei pra ela, na hora eu tava meio, de cabeça meio quente, aí eu falei – “ah, um trem desse eu não quero. Se o grupo virar assim, eu to fora!”. Porque acaba a relação humana, né? Não existe isso. Por exemplo, até nós, uma vez, nós discutimos aqui, entramos em debate e tal e eu fui até contra os meninos na época. O Josué foi e disse que a divisão de horas tinha que ser igual, né, tipo assim, você não pode diferenciar a hora do Luciomar que é um camarada que tem um serviço bruto vale 1 real, e a hora da Jô que rende metade, vale cinquenta centavos. E aí eu defendia essa tese, que se você não rendeu o mesmo tanto, você não deve receber igual. Mas na verdade, no avanço da consciência, que é pra onde o nosso grupo caminha, não existe isso. **A pessoa trabalha de acordo a sua capacidade, condição e por uma questão de consciência, não por uma questão econômica**, que vai render e tal... E que todos os grupos coletivos e que, hoje, são todas cooperativas, eles vão por essa parte, é de acordo com o rendimento... e aí pra evoluir economicamente tem que ser assim. Só que eu acho que um dos fatores de atrasar a ampliação da renda vem por causa disso também, porque nós não somos radicalistas, **não vamos radicalizar para ter renda**. Vamos levar num processo mais social e vamos encaixar consciência, vamos avançar na consciência, primeiro, pra depois ter renda. Não é que seja elencado assim – tem que ter consciência pra depois ter a renda – mas não vamos ser radical ao ponto de “vamos ter que ter renda” (Fred, 2013).

Qualquer similitude com a máxima anarquista “De todos de acordo com suas possibilidades, para todos de acordo com suas necessidades (KROPOTKIN, 1922 apud MARCOS & FABRINI, 2010).” não é mera coincidência. Apesar de não ser essa a forma de organização preconizada pelo MST, a realidade vivida pelo grupo parece se aproximar muito dessa corrente de pensamento de luta. O Coletivo é percebido como uma forma de vida que

tem por base relações de solidariedade e que foi motivada pela necessidade de trabalho, mas também por uma utopia<sup>83</sup> de transformar a sociedade.

A ideia de utopia é mencionada por Ianni (1985 apud CARVALHO, 2005) como a busca da comunidade. Diz ele:

Em essência, o seu caráter radical [da luta camponesa] está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo, na afirmação do valor de uso sobre o valor de troca, sobre a mercadoria, enquanto tal, sobre o trabalho alienado, na resistência da transformação da terra em monopólio, na afirmação de um modo de vida e trabalho que tem evidentemente uma conotação comunitária. Uma organização em que a participação do todo é de outro tipo e em que a distribuição do produto material e espiritual é de outro tipo. E, nesse sentido, há na comunidade camponesa ou nas formas camponesas de viver e trabalhar uma sugestão ou uma metáfora do que poderia ser o modo futuro de organizar a sociedade. E eu vejo nisso uma das forças, senão a força do movimento camponês. Eu vejo nisso que é a utopia camponesa a importância do campesinato como história (1985, p. 164).

No cotidiano, essa utopia se realiza – como pode – de diversas formas. Primeiro, o entendimento de que o trabalho coletivo lhes proporciona **autonomia** uma vez que não precisam vender sua força de trabalho a outros. A socialização do poder político também aparece nos entendimentos sobre o trabalho coletivo. Como expõem Luciomar e Leôncio apontaram essas questões:

O grupo dá certo. Com certeza é a forma mais eficiente – a não ser que inventaram outra - de garantir a permanência nossa na terra. Porque quando a gente fala permanência nossa na terra eu to querendo dizer o trabalho, né? Porque aqui quem não tá no grupo a maioria vende a mão de obra. Isso ele ainda não tem uma permanência na terra. **E o grupo desde quando coletivizou, passando dificuldades, o grupo não vendeu mais mão de obra.** Quando chegou assim, algum momento, mas foi de forma discutida, um momento em que estava mais tranquilo de trabalho e tal. Mas o grupo não vende mão de obra (Luciomar, diário de campo, 2013).

Acho que é importante também assim olha, o trabalho coletivo, de novo tem um fundo da discussão política por trás, porque o trabalho coletivo é a fase mais avançada e mais complexa da cooperação agrícola. Porque são várias formas de cooperação agrícola: associação, mutirão, então são várias formas, mas ali em todos esses trabalhos as pessoas tá cooperando com o indivíduo. Mutirão: a gente vai na roça

---

<sup>83</sup> Podemos voltar à década de 1980 e 1990, em Rondônia, para lembrarmos da música *Utopia*, de Zé Vicente, muito cantada nos encontros das pastorais, CEBs e dos movimentos sociais: “Quando o dia da paz renascer/ Quando o sol da esperança brilhar/Eu vou cantar/Quando o povo nas ruas sorrir/ E a roseira de novo florir/Eu vou cantar/ Quando as cercas caírem no chão/Quando as mesas se encherem de pão/Eu vou cantar/ Quando os muros que cercam os jardins, destruídos/Então os jasmims vão perfumar/Vai ser tão bonito se ouvir a canção/Cantada de novo/no olhar da gente a certeza de irmãos reinado do povo/Quando as armas da destruição destruídas em cada nação/eu vou sonhar/E o decreto que encerra a opressão assinado só no coração vai triunfar/Quando a voz da verdade se ouvir e a mentira não mais existir/ será enfim tempo novo de eterna justiça/sem mais ódio sem sangue ou cobiça/vai ser assim/ Vai ser tão bonito se ouvir a canção/ Cantada de novo no olhar da gente a certeza de irmãos/reinado do povo”.

do Téo fazer o serviço do Téo, então ali é só essa a coisa. **E o trabalho coletivo é isso: a gente tem que discutir o trabalho, mas a gente tem que reunir pra encaminhar, pra poder encaminhar a forma de fazer. Não dá pra cada um fazer o que pensa, é preciso juntar é preciso organizar e aí, é preciso reunir nós temos a coordenação, é preciso reunir a coordenação, é preciso fazer a assembleia que é discutir com todo mundo socializar com todo mundo, pegar a opinião de todo mundo do grupo.** (Leôncio, 2013).

De acordo com Nascimento (2012), a socialização dos meios de produção, a abolição da propriedade privada e a sua substituição pela propriedade social, seguida de processos organizativos de socialização do poder pela democracia direta e a transformação das relações sociais em termos de solidariedade são características fundamentais na autogestão. Tendo como base as ideias de Rosa Luxemburgo, o autor diz que outra característica da autogestão é que ela só **acontece mediante a experimentação social**. “É agindo coletivamente que as massas aprendem a se autogerir; não há outro meio de apropriação crítica da ciência” (LUXEMBURGO apud NASCIMENTO, 2012, p. 97). Para João Bernardo (2005), a autogestão se aprende lutando de forma autogestionária, quer dizer, a potência das lutas está não tanto no seu conteúdo ideológico, mas na maneira como as pessoas a experimentam e a conduzem. A autogestão, segundo ele, é a ruptura com as “regras do jogo do Estado capitalista (p.3)”.

Em qualquer luta importa mais a forma de organização dos participantes do que o conteúdo ideológico inicial. A tomada de consciência faz-se através da possibilidade que cada pessoa tiver de colaborar na condução prática da luta, sem se limitar a ouvir doutrinas ensinadas por outros. A aprendizagem ideológica só é criativa quando ajuda a conceptualizar experiências já adquiridas ou em vias de aquisição; e quanto mais profundamente vividas forem essas experiências tanto mais longe se pode levar a aprendizagem ideológica. É a luta o fundamento e o principal motor desta pedagogia, e a autonomia ou se aprende a partir de uma base prática ou não se aprende. Estes são critérios totalmente opostos aos do Estado capitalista [grifos meus]

(...) Será esse um processo demasiado lento? Na história os processos não se definem nem por serem longos nem por serem breves mas por cobrirem um prazo necessário ou um prazo insuficiente, e o factor que aqui determina tudo é que sem a autogestão das lutas a autogestão da sociedade jamais será possível. Todavia, não se trata de projectar uma utopia num futuro longínquo. Pelo contrário, trata-se de afirmar uma presença imediata, porque qualquer experiência de autogestão constitui, por si só, uma ruptura com as regras do jogo do Estado capitalista. Ao mesmo tempo que é a condição para generalizar a autogestão, o facto de gerir a própria luta é a demonstração da viabilidade prática das relações sociais anticapitalistas, igualitárias e colectivistas (2005, p.3)

Isso significa dizer que não existe “a” verdadeira autogestão, mas processos autogestionários, movimentos em direção à autonomia e que são produtos de experiências cotidianas de luta. Porém, é preciso notar que a luta de antes é diferente da atual. As duas

gerações de militantes do Coletivo 14 de Agosto são diferentes entre si em termos de luta, como Claudio Sandos bem apontou:

Só que a forma que o conflito que o capital tem imposto a humanidade ele é camuflado, ele é usa outra roupagem. E aí isso é verdade. Esses adultos pegaram um conflito visível né? Vamos supor: o acampamento 14 de Agosto. Eu não acompanhei. Na época eu estava em Ariquemes e não fazia parte do Movimento Sem Terra ainda mas, a televisão tem mostrado muito: tinha a polícia ali, era um trem de conflito aberto, o cara via o inimigo, o inimigo tava ali. Os jovens hoje tem outros conflitos. Só que tem o método, o jeito... por isso que, inclusive estamos aprofundando isso mais ainda, por mais que a gente consiga visualizar, o conflito continua. Que o capital tem imposto esse conflito de um outro jeito e ele parece que não é percebido. Mas os jovens tem conflitos direto. Agora qual a principal dificuldade? Talvez ela não esteja colocada: é que dentro dessa conjuntura nós estamos dentro da construção de elementos que deem conta disso. Porque antes, os militantes daquele período a gente não mencionou quem fez parte, também deram conta de olhar e dizer “o caminho é esse”. E avançou. Hoje o caminho ficou um pouco complexo um pouco. E aí inclusive em nível nacional tem essa dificuldade em dizer que o caminho é esse (Claudio Sandos, 2011).

Lutar, portanto, dizem os autores, é a melhor forma de aprender o caminho da autonomia. Mas as lutas são datadas também, tal como os caminhos possíveis, nos diz Cláudio. No cotidiano, entretanto, as diferentes gerações de militantes compartilham as mesmas vivências e problemas que precisam ser resolvidos e seguem tramando essa busca de um caminho.

## **2. O processo organizativo autogestionário no cotidiano**

A luta e a vida cotidiana fazem parte do mesmo processo que vai constituindo a experiência autogestionária (ANDRADA, 2005). Assumir que são pessoas que coletivamente constroem os entendimentos, as regras, os objetivos e a própria materialidade do trabalho nos leva a reconhecer como parte dessa caminhada os consensos, as divergências e as negociações que são efetuadas para dar continuidade a empreitada.

Esses entendimentos sobre o trabalho coletivo foram expressos em termos das suas características e, quase sempre, em oposição aos trabalhos de tipo assalariado ou individual/familiar. Se entendemos que as experiências de autogestão caracterizam-se pela modificação dos princípios e fins da organização econômica, alteram as relações entre as pessoas no que diz respeito aos meios de produção, aos processos de trabalho e a seus resultados (GAIGER, 2004), é compreensível que essa oposição esteja sempre em destaque.

Nas entrevistas coletivas tentei utilizar os termos vantagens e desvantagens para darmos início a uma conversa nesse sentido, mas percebi que a palavra desvantagem não foi muito aceita ou não fazia sentido. As pessoas falaram em termos de desafios. Para o grupo, não cabia falar em desvantagens do trabalho coletivo. As dificuldades vividas eram vistas como passos a serem superados com crescimento e desenvolvimento – tanto no aspecto de uma ‘consciência coletiva’ como estruturalmente. A existência de desafios indica a intenção de seguir caminhando, mesmo diante dos problemas, que devem ser enfrentados. Nesse sentido, também aqui a questão será trazida dessa maneira: aspectos positivos e os desafios percebidos pelas pessoas do grupo. Por vezes, a mesma característica foi considerada positiva e negativa, revelando uma visão crítica a respeito da própria ideia de autogestão e cooperação.

### 2.1. O trabalho coletivo e o ânimo

O primeiro elemento que apareceu quando o grupo começou a se manifestar acerca do trabalho coletivo a importância de não trabalhar sozinho tanto nas atividades agrícolas como nas atividades da cozinha coletiva. Uma das características do trabalho em cooperação é a existência de um elo entre o trabalho realizado por um indivíduo e os outros, todos estão envolvidos desde a concepção até a produção/reprodução. A convivência entre as pessoas é intensificada nesses processos de trabalho, uma vez que passam boa parte do tempo juntos: quando não estão juntos na lida<sup>84</sup>, estão descansando e/ou conversando. Quando comparam o trabalho coletivo com o trabalho individual do camponês, nas diárias<sup>85</sup> ou em sua terra, por exemplo, consideram este último como um tipo de exploração pela qual já não precisam mais passar. Não apenas os adultos, mas também os jovens do grupo que já estão envolvidos em atividades na produção agrícola tecem a crítica sobre esse tipo de trabalho, como fizeram Jussara e Daniel:

A gente trabalha não pensando só em ganhar dinheiro, que também no trabalho em grupo você tem uma diversão, brincando, conversando... Não é só aquele trem de trabalhar até terminar o dia pra você ganhar dinheiro, igual trabalhar em diária que você tem que se matar na roça. É coisa que é uma convivência normal. No trabalho você aproveita mais o seu dia-a-dia. (Jussara, 2013).

O trabalho coletivo também é importante porque dá mais ânimo pras pessoas. Imagina... Nós tá lá na roça sozinho assim, é importante que ta ali conversando, trabalhando ao mesmo tempo e vai embora, né? (Daniel, 2013).

---

<sup>84</sup> Termo utilizado por eles para referirem-se ao trabalho agrícola, especialmente, no roçado.

<sup>85</sup> Termo utilizado para definir o trabalho em que o camponês vende temporariamente sua força de trabalho a outro.

A percepção de que o trabalho pode ser mais cansativo se o trabalhador estiver sozinho não é exclusiva deles. Nas fábricas e em outros processos de trabalho só já foi bastante observado. O trabalho é parte do processo de socialização do ser humano. Ocorre que, em modelos fordistas-tayloristas, a possibilidade de trocas simbólicas entre os trabalhadores é mínima e controlada. O fato dessa vigilância existir não significa que esses momentos não ocorram fora do alcance do controle gerencial. Em processos cooperativos, contudo, essas práticas são vistas como parte do processo de trabalho (OLIVEIRA, 2006). A liberdade, para eles, é um elemento fundamental para suportar o peso do lida diária, como retrata Ana Isabel:

O sol tá quente, senta numa sombra cinco minutos, joga um bocado de conversa fora, volta de novo, torna a voltar pra sombra, proseia, conversa... O serviço rende no final do dia, você olha pra trás e vê um monte de coisa que você fez. Isso te anima pro dia seguinte porque o efeito de você ver render o serviço, isso te anima pra próxima empreitada (Ana Isabel, 2013).

Esses momentos servem como alento para o desgaste que o trabalho provoca nessa perspectiva, pode levar. Marx (2004) abordou as características da cooperação a partir da emulação:

Pondo de lado a nova potência que surge da fusão de muitas forças numa força comum, o simples contato social, na maioria dos trabalhos produtivos, **provoca emulação entre os participantes**, animando-os e estimulando-os, o que aumenta a capacidade de realização de cada um, de modo que uma dúzia de pessoas, no mesmo dia de trabalho de 144 horas, produz um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados, dos quais cada um trabalha 12 horas, ou do que um trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos. É que o homem, um animal político, segundo Aristóteles, é por natureza um animal social (MARX, 2004, p.379).

O fato de não estarem sozinhos enfrentando o calor, o sol e o cansaço, dá forças para continuar na tarefa. Se alimentar junto é parte desse alento. Se alimentar juntos é relaxante, seja na cozinha coletiva, nos horários de refeição, seja nos lanches feitos na roça, por exemplo. Às vezes conversam, brincam, riem. Outras vezes preferiam o silêncio para descansar. Mais uma vez a dimensão da socialização aparece.

## 2.2. Envolve troca de conhecimentos

O trabalho coletivo também foi apontado pelo Coletivo como uma **relação pedagógica**, no que diz respeito à aprendizagem da autogestão, mas também na troca de conhecimentos sobre o próprio trabalho. Para eles, trabalhar junto significa trocar



conhecimentos e é também um momento de aprender. Duas falas chamam atenção para esse assunto: uma sobre a troca de conhecimento no trabalho agrícola e outra sobre o exercício diário de pensar coletivamente. Vejamos agora o que Clemilson diz sobre a troca:

Eu penso que o trabalho coletivo, eu sinto que quando você trabalha com outras pessoas, uma das maiores vantagens que eu acho é o aprendizado. Por quê? Porque querendo ou não, por mais que todos se identifiquem como agricultores e camponeses, mesmo assim temos muitas dificuldades em algumas coisas, facilidades em outras, e a partir do momento que você passa a trabalhar coletivamente, que você tem um grupo de pessoas, você passa a aprender constantemente. **Eu chego no trabalho eu faço o que sei e ao mesmo tempo que eu ensino aquele que não sabia, aprendo com ele aquilo que eu não sabia e que não tinha conhecimento.** Outra coisa: Você não passa a pensar só em você no trabalho. Quando você tá no individual tá trabalhando ali, você vai lá, vou vender, vou plantar essa e vou vender. **Agora quando você está coletivamente não, você passa a pensar no todo, na quantidade maior de pessoas, de necessidades, de dificuldades, porque tudo aumenta, a partir do momento que você aumenta a quantidade de produto, de produção, aumenta também as dificuldades pra fazer aquela produção se alavancar.** Pelo menos eu penso assim (Clemilson, 2013).

Os conhecimentos são compartilhados no cotidiano. Na cooperação trocam-se também bens simbólicos, imateriais – o conhecimento é um deles, assim como os afetos. Pensar para uma totalidade indica um sentimento de obrigação com o grupo, mas também a solidariedade presente nesses processos organizativos. A solidariedade entre iguais, horizontal, transforma o egoísmo individual em coletivo (TIRIBA, 2001). Essa ideia remete à capacidade de cuidar uns dos outros, estabelecer vínculos sociais. Como a fala de Clemilson apontou, no trabalho coletivo aprende-se a olhar para todas as necessidades existentes num grupo.

Na sociedade capitalista, a escola tem por objetivo mais imediato a formação de mão-de-obra para o mundo do trabalho. Segundo Dal Ri e Vieitez (2008), esta relação não é direta, mas mediada pelo mercado, ou seja, o estudante não é um trabalhador atual, é em potencial. Só o será de fato quando se integrar ao mercado de trabalho. Apesar de parecer óbvio, nem sempre foi assim. Segundo esses autores, até o fim do século XIX, a formação dos trabalhadores ocorria predominantemente nos locais de trabalho e os adolescentes eram admitidos como aprendizes de ofício. Com a industrialização, foi necessário separar essas duas dimensões – educação e trabalho – tanto para garantir que o conhecimento sobre a totalidade do processo produtivo fosse apenas do patrão, como para reduzir os custos deste

processo. Apesar de retirados de dentro da fábrica, o processo de educação e a construção de um conhecimento cotidiano não deixaram de existir, mas ficaram relegados à informalidade. A escola, então, passou a ser esse espaço para a formação do trabalhador, porém descolada do cotidiano e, portanto, dos dilemas concretos desse fazer.

De acordo com Tiriba (2005) quando se fala em educação para o trabalho na atualidade, o que se têm são três possibilidades: a educação que leva à empregabilidade e a que forma para a gestão do próprio negócio, ambas transformando o trabalho em mercadoria; e a educação para a produção associada, em que os sentidos do trabalho e o da vida em sociedade são reformulados. A gestão da produção associada pressupõe a capacidade de cada trabalhador e trabalhadora de administrar seu próprio trabalho de acordo com interesses coletivos.

Uma de suas particularidades é que, diferentemente da escola, na produção associada não é necessário eleger o mundo do trabalho como princípio educativo; ele é princípio e, também, fim educativo, é fonte de produção de conhecimentos e de novas práticas sociais, é fonte de produção de bens materiais e espirituais (TIRIBA, 2001, p. 211).

Retomarei essa discussão adiante quando a temática da importância que a juventude do grupo atribui para as vivências de educação no Coletivo e na escola formal.

### 2.3. O direito à saúde e ao trabalho: a proteção social

O grupo existe há dez anos, mas já faz vinte e um que esses camponeses e camponesas estão ali no assentamento. A maioria dos que fundaram o Coletivo está na faixa dos 40 para 50 anos. O trabalho agrícola é visto como penoso, mas ficar sem trabalhar parecia pior. Para os trabalhadores rurais, o trabalho possui um sentido subjetivo vinculado à saúde-doença, tanto do ponto de vista fisiológico quanto psicológico. Perder a capacidade de trabalhar significa perder essa vivência importante (SCOPINHO, 2010).

Desde o início da pesquisa, três casos de adoecimento se destacaram. Um acidente de motocicleta que deixou Leôncio com graves problemas na coluna; uma doença pulmonar rara que até ser diagnosticada e tratada, levou Pitinho a um quadro de debilitação grave; e um atentado<sup>86</sup> a tiro contra a vida de Ana Isabel, que a deixou sem poder fazer esforço físico. Além desses, outras situações como depressão, estresse entre outros problemas, também apareceram.

---

<sup>86</sup> Numa noite, após o fim da janta na cozinha coletiva, Isabel retornava para casa pelo caminho tradicional. Estava escuro e ela escutou um barulho vindo das árvores. Pensando se tratar de um animal, apontou a lanterna para o lugar e não viu nada. Assim que se virou para continuar o trajeto, levou um tiro que a feriu gravemente. Ainda não se sabe ao certo quem fez isso e o motivo.

Outra coisa que olhei no trabalho coletivo é que nós temos pessoas dentro do grupo que não conseguem mais desenvolver o trabalho prático da mão de obra da roça ali, mas que são trabalhadores do grupo. É considerado no grupo, tem o que se fazer no grupo. Se ele fosse individual ele não teria utilidade lá dentro da terra, em volta na posse da terra, estaria praticamente inútil no lote dele, porque ele não consegue mais trabalhar. Ou ele teria que deixar a lavoura a vontade, ficar da maneira que possível fosse, ou teria que contratar mão de obra pra tocar aquela roça dele. **Então aí vem a resposta para o trabalho coletivo - o porquê dele, a importância que ele tem - que nós somamos** - posso citar aqui eu, Leôncio, a Ana Isabel - então nesse trabalho que considera lá no campo dentro do lote nós muito pouco contribuí se fosse pra gente tocar o lotinho, viver nele trabalhando com nossa própria força, mas no coletivo nós somamos e isso é considerado dentro do grupo, dentro do trabalho junto. Tipo assim oh, eu não agüento lavar uma panela dentro da pia porque a panela é pesada, porque a pia tá baixa e tal pra considerar os demais pequenos também, levando em consideração tudo isso. Mas eu posso passar o pano no balcão, posso ir guardando as vasilhas, mas lá em casa se eu tivesse, eu teria que lavar ela se eu quisesse, eu teria que passar o pano, teria que fazer tudo isso. **Mas no grupo eu faço parte duma equipe das quais os que tem uma saúde ok, fazem o trabalho que eles agüentam fazer, e eu faço aquele que eu posso, trabalho que é considerado e que é necessário e mantém, só não manteriam se eu fosse sozinho se eu trabalhasse individual.** (Pititinho, 2013).

Essas pessoas não precisaram parar de trabalhar por causa desses problemas, continuaram ativos no grupo de outras maneiras, ou seja, se não podiam realizar trabalhos pesados, lhes eram destinadas atividades mais leves<sup>87</sup>. Essa conduta do grupo em relação aos membros revela a necessidade de não desperdiçar mão de obra, em primeiro lugar, mas também o reconhecimento da importância que cada um dá para a reprodução social do grupo. Não são inúteis. Aquilo que a pessoa pode fazer, ela faz e é importante. O que não pode, fica para os demais que conseguem.

Há também outro viés: o Coletivo transmite uma segurança de que se adoecerem poderão ficar em casa cuidando da própria saúde sem se preocupar.

Eu acho que o trabalho coletivo é interessante porque eu penso que se a gente não tivesse no grupo aqui alguém tava trabalhando de diária e tudo mais. Mas se você tá no grupo, se você passou mal, você pode ficar em casa tomando remédio, tranquilo sem se preocupar... isso é uma vantagem. (Jussara, diário de campo, 2013)

---

<sup>87</sup> Essa distinção entre trabalho pesado e leve será aprofundada no capítulo “Painéis Coletivos” que trata do trabalho realizado na cozinha coletiva e está intimamente relacionado a uma divisão social e sexual do trabalho. Por ora, trabalhos pesados são aqueles que requerem força física, como roçar, *abrir uma picada*, o uso do trator, enquanto trabalhos leves são aqueles considerados de *ajuda* ou os domésticos, atribuídos, algumas vezes, às mulheres ou crianças, outras vezes aos homens. Os trabalhos leves eram colher frutas, limpar o balcão da cozinha, varrer o chão, cuidar das crianças, dar recados, entre outros.

E de um viver para o outro assim da cozinha, cê tá doente, por exemplo na doença, cê num tem aquela preocupação, cê tá doente você não fica sua casa descansando num tem aquela preocupação do individual, por exemplo tem uma roça lá que precisa ser cuidada e aí você tá doente e tem aquilo no serviço e você tá doente tá em casa precisou da ajuda do grupo tá todo mundo ali pra ajudar. (Josiane, diário de campo, 2013).

Há uma flexibilidade para tratar esse assunto no cotidiano. Se a pessoa sente necessidade e possui ainda capacidade para trabalhar, ela é alocada em outra função. Mais uma vez, não há a rigidez e a burocracia de outros processos de trabalho, como por exemplo, nas indústrias. Se ela sente necessidade de se recolher e cuidar da saúde, isso também é possível. Há também o custeio dos gastos com a saúde das pessoas do grupo. Esse aspecto é mais complicado, dada a grande dificuldade financeira. Nesse caso, o grupo procura elencar prioridades também, não conseguindo atender a todos igualmente, como diz Maria Estéla:

É responsabilidade de quem? É do Coletivo! A maioria das famílias. Adoeceu ou tá com algum problema, sei lá, resolve coletivamente. Agora, não dá pra assegurar ainda para todo mundo igual. Depende da necessidade, muito. Por exemplo, não tem um plano de saúde. Mas no apuro ali dá um jeito de resolver o que é urgente. Realmente, se acontecer alguma coisa a pessoa sabe que... Tenta também alternativas individuais, como no caso de saúde, tenta a medicina alternativa, mas, por exemplo, o Pititinho: não tava muito ao nosso alcance, mas eu fui na direção e falei 'vocês encaminhem o caso'. Na outra semana o Tijolão tava aqui, levaram ele pra Bolívia. Mas assim quando se foge do nosso controle. (...) Muito precário. E fica muita coisa a desejar se você for olhar o tanto de gente, nossa! É um dente, é um olho, é um problema aqui, outro ali, outro ali. Não dá conta. Aqui se for olhar aqui por casa, se for fazer todos os exames que estão previstos e que são necessários e tratar não dá conta (Maria Estéla, diário de campo, 2013).

A respeito de envelhecer no grupo, de ver o Coletivo como parte do projeto de envelhecimento – projeto que assegurará a esses a possibilidade de parar de trabalhar quando já não conseguirem mais – apenas um comentário foi feito, por Sara.

Não estamos fazendo pra gente hoje, estamos fazendo no futuro, pra um amanhã, depois. Pra velhice, pra idade da gente. Porque se a gente ficar velho ajudando os jovens a fazer, amanhã a gente poderia ajudar eles em outras partes, entendeu? Não pode ir pra roça? Não pode trabalhar... uma senhora de 50, 60 anos de idade não pode ir mais pra roça não aguenta mesmo né. Mas poderia ajudar em outras partes entendeu? E fazer com que aquilo muda... As opinião deles também muda (Sara, diário de campo, 2013).

Outra situação observada diz respeito às mulheres quando engravidam e depois, quando nascem os bebês. Isso aconteceu com Josiane e com Patrícia. As duas trabalharam

normalmente até o fim da gravidez, em atividades consideradas mais leves. Quando as crianças nasceram puderam ficar em casa, no período de resguardo. A participação das duas ficou temporariamente limitada, mas não cessou. No dia das entrevistas coletivas, Patrícia fez questão de estar presente na roda de discussão com seu bebê que na época tinha apenas dois meses de idade. Josiane fala um pouco sobre como o Coletivo facilita a vida das mães porque o cuidado com as crianças não fica restrito unicamente a elas, ele é também socializado:

Já tava com 5 anos já de coletivo. Aí que eu engravidei do Gustavo e a partir do que o Gustavo nasceu, que eu fui ver a importância assim do grupo mesmo. J: o que mudou? A qualidade do grupo. Porque o Gustavo era o meu filho, mas a responsabilidade de educação de cuidado, assim como quando eu era criança nós cuidamos dos outros meninos, após quando o Gustavo nasceu e a gente ia pra roça e o Gustavo ficava. Eram as cozinheiras que cuidava do Gustavo né? E aí a gente vai vendo assim o tanto que ajudava né? Eu levei o Gustavo com 1 ano pra escola, passei o ano todinho levando pra escola. Que era novinho, mamava no peito. No segundo ano já não levava mais, eu ia estudar e ele ficava aqui. E pessoal que cuidava dele na cozinha né. Depois chegava da escola ia trabalhar, e cuidava do Gustavo. E hoje eu vejo o Gustavo assim, a inteligência dele e muitas coisas assim. Vejo assim que tudo foi o que ele aprendeu aqui. Que ele foi educado aqui no grupo e é muito diferente. Pra conversar com ele, ele tá entendendo as coisas, é aquela inteligência de grupo assim (Josiane, 2013).

Seu filho foi e continua sendo junto com Anita, a mais nova integrante do grupo, cuidado pelo Coletivo. Assim, sua experiência de ser mãe passa necessariamente pelos processos de coletivização do grupo. Garantem, dessa forma, às mulheres a possibilidade de conciliar seu trabalho com a maternidade<sup>88</sup>.

De qualquer forma, ainda que o Coletivo não seja capaz de assumir por completo os cuidados com a saúde das pessoas do grupo, porque financeiramente isso é muito oneroso, o grupo sente uma segurança de que terá uma atenção. Sente que poderá continuar exercendo seu trabalho de forma útil ao grupo e quando não puder mais, também isso será respeitado. Por mais frágil e precário que seja esse funcionamento, ainda assim trata-se de uma política de proteção que faz diferença para eles. Não supre, de forma alguma, a necessidade de um serviço público de saúde acessível e de qualidade, mas de uma maneira ou de outra, garante o direito a saúde e ao trabalho, seja por meio das práticas alternativas, seja pela articulação com a rede de apoios – movimentos e outros parceiros.

---

<sup>88</sup> Esse tema será retomado no capítulo “Panelas Coletivas”.

#### 2.4. A relação com o tempo de trabalho: erros e acertos são maiores

Marx (2004) dizia que a cooperação incide sobre o tempo de trabalho e sobre o espaço. Quanto mais trabalhadores juntos em alguma atividade, maior o tempo que se ganha e maior o espaço que pode ser trabalhado: “Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva maiores quantidades de valor-de-uso e reduz, por isso, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil”. (MARX, 2004, 382). O cálculo sobre o tempo que ganham com o trabalho coletivo foi comentado por Daniel, 13 anos:

No serviço e muitas coisas assim boa também, que nem na questão do horário e aproveitamento do horário, a pessoa trabalhando sozinha ela faz em meia hora, se for duas pessoas já dá uma hora e assim vai... Acaba rápido já, o aproveitamento do tempo é bom também, que assim que o trabalho coletivo a gente reúne, pensa no que vai fazer, não é na doidera que a gente vê por aí... É isso (Daniel, diário de campo, 2013).

O tempo que sobra é destinado às outras atividades, como as domésticas, ou para o descanso, o “jogar conversa fora” e o lazer. Além do aproveitamento do tempo e da possibilidade de aumentar a produção, o trabalho coletivo acaba reduzindo o desgaste que uma única pessoa teria. Nos picos de produção das lavouras ocorre um aumento da jornada de trabalho, mas também há uma reorganização das frentes de trabalho, no sentido de aumentar a mão de obra nessas de maior necessidade.

É que historicamente foi se trabalhado de que o trabalho no campo é altamente penoso. Ele é um trabalho cruel, é um trabalho difícil que deteriora as pessoas, que as pessoas ficam isso, ficam aquilo outro. Isso historicamente foi tornando um peso para quem é camponês. O trabalho coletivo, a iniciativa coletiva tem também a tarefa de tornar isso um trabalho comum, um trabalho mais leve, menos sofrido. Com um resultado melhor. Por exemplo, tem muita diferença de eu pegar uma roça de café para eu cuidar sozinha e eu ter uma roça de café que todos nós vamos trabalhar nela. Um serviço que eu gastaria 30 dias pra fazer, coletivamente a gente gasta 10. Então você vê muito mais imediato o resultado do trabalho quando ele é coletivo, de forma coletiva (Ana Isabel , diário de campo, 2013).

Mas, ao mesmo tempo em que isso pode ser bom, o oposto também é verdadeiro: se algo der errado, serão muitas horas de trabalho perdidas por todos, não apenas por uma pessoa. A agricultura funciona através dos ciclos da natureza e há um encadeamento de atividades necessário para que o resultado seja bom.

Uma semana que você perder aqui sem semear, ela dá um prejuízo de um mês na venda. Horta é muito complexo. Você tem que ter muita capacidade. Por isso que a gente vai tomando prejuízos e vai aprendendo no processo. Por exemplo, você não pode plantar

muito de uma coisa só. Você tem que plantar variedades e uma quantidade certa que dá conta de você cobrir a demanda que você tem. Mas tem produto que você tem plantar toda semana. Toda semana você tem que ter um quadro dele no canteiro, uma quantidade, porque você precisa dele. Aí eu não vou plantar hoje e esperar 15 dias. Aí aquele que você plantou vai ficar velho ou vai faltar. Tem produto velho que você não vende alface que passou da hora, você não vende. Almeirão passou da hora você não vende. Rúcula também não (Ana Isabel, diário de campo, 2013).

Se isso não for respeitado pelo conjunto do grupo, não for incluído no planejamento de trabalho, os problemas aparecem:

Então essas dificuldades que a gente tem – por exemplo, nós tem uma dificuldade grande aqui que é de começar a fazer um serviço e fazer o serviço até... vamos supor... aquilo que o Daniel falou, ne, nos aproveita cada um trabalhando uma hora, se nós estamos em dez, a gente vai ter dez horas de serviço, né? **Então se nós trabalhou um dia ou dois dias naquele serviço e ele não é concluído, então a gente vai ter um prejuízo ali. Um prejuízo de trabalho acumulado, ne?** Nos temos esses prejuízos... por exemplo, nos trabalhamos, carpimos uma terra grande para plantar determinada coisa, aí depois não consegue plantar, ou então planta e depois não consegue limpar, garantir porque tem outras prioridades e tal... então tem essas coisas ... porque na medida em que você faz uma coisa em conjunto ela é maior do que o indivíduo. Se aquilo perde, perde uma... então tem essas dificuldades na questão do aproveitamento do trabalho. Como a gente tá na agricultura, então tudo tem seu tempo. Se você faz uma coisa e perde o tempo, você perde também a produção. A outra coisa é... eu chamo de ciclo: toda a produção tem um ciclo que é preparar a terra, plantar, zelar, colher e vender. O ciclo termina em vender. Se é pro mercado. Então se você produz bastante uma coisa que depois a gente não consegue vender então é uma produção perdida. É todo um trabalho que chegou lá e perdeu (Leôncio, diário de campo, 2013).

Começar e não terminar um trabalho dá um prejuízo maior do que se estivessem fazendo sozinhos. Tempo, mão de obra, e dinheiro investidos que são desperdiçados. Se houve uma produção suficiente, mas não se organizou bem a comercialização, o mesmo acontece. O grupo vive cotidianamente essa dificuldade de estabelecer a regulação do trabalho internamente para que o planejado seja realizado em todos os seus ciclos. Gerir isso implica a criação de controles e essa não é tarefa fácil. Por isso, vão fazendo experimentos, testando as possibilidades de produção na terra e em alguns momentos isso não funciona. Tudo isso, segundo Luciomar, está ligado a uma melhor definição do rumo que querem dar para a produção:

**O grupo não conseguiu ainda, nós não conseguimos ter uma definição correta que rumo nos vamos seguir, o grupo né!** Que rumos de produção to querendo dizer. Nós não temos ainda. Eu acho que no passado nós tivemos muito problemas de

investir em várias áreas. E aí, nós tivemos vários problemas que acabou sendo, que acabou dando grandes prejuízos pro grupo né! Por exemplo, investir em uma área, plantamos e não conseguimos colher porque a terra não correspondeu. Então por falta de ter um consenso de conhecimento do que é terra, às vezes um fala “não eu acho que não adianta mais plantar ali, que ali não vai produzir”, mas tinha uma parte que achava que ali ia produzir. Então ia lá plantava e não acabava dando resultado. Nós acabamos tendo muito prejuízo, perdemos muito assim. E perdemos também quando decidimos coletivamente que íamos fazer, explorar determinada área e chegava lá e no momento aquela área não dava resultado (Luciomar, diário de campo, 2013).

A coletivização das terras facilita o planejamento e redistribuição da produção, o que não aconteceria em lotes familiares. Entra em cena o desenvolvimento da capacidade de pensar coletivamente, aprendida no cotidiano do trabalho. Téo comenta o desenvolvimento dessa capacidade em cada um do grupo.

Acho que ele força o raciocínio. **O indivíduo que ele tá trabalhando ele faz isso, o raciocínio pra poder pensar no coletivo.** Tá o que é que nós vamos plantar hoje? O que é que nós vamos plantar amanhã? O que é que nós vamos fazer pra não faltar verdura lá na frente? Por exemplo, mais pela questão da horta, tem uma feira pra poder abrir, tá 19 abre a feira, mas como nós vamos conseguir manter esse debate constante que ele não é só na reunião ordinária que ela acontece... Ele acontece constante lá na horta, no trabalho. Por isso que eu digo que ele força bastante o raciocínio das pessoas que estão trabalhando ali... (Téo) Exatamente, forçar o raciocínio, é o planejamento, quer dizer se você não planejar você não consegue trabalhar lá dentro, tu chega na horta, tu não faz nada. Juliana: Mas o planejamento também existe no individual, não é? Existe no individual, o planejar, mas a gente sabe que vai ser só pra ele. Lá você vai ajudar a pensar pros demais também e os demais vai ajudar a pensar pra mim também, entendeu? Pra mim planejar sozinho é muito mais fácil. Eu sei o que eu vou fazer: se eu não for trabalhar amanhã eu planejo pra depois. E no coletivo? **Se eu saio hoje eu tenho que ajudar a pensar pros demais, os outros que vai sair vai ajudar pra mim, tem toda uma lógica aí...** (Téo, 2013)

Para Luciomar, a questão do planejamento envolve também a dimensão da preservação ambiental, prática que vem sendo instituída no grupo há algum tempo, através do manejo sustentável dos recursos naturais e das ações de agroecologia. Esse conhecimento também requer planejamento.

A terra coletiva exige uma melhor forma de planejar a terra. Onde vai ficar cada coisa, cada espaço que vai ser trabalhado, as nascentes... **Isso facilita muito você proteger o meio ambiente porque você acaba tendo um território maior que pode ser explorado sem prejudicar as nascentes, as matas que já existem apenas**



**aproveitando o espaço que já está livre, entre aspas.** Não significa que não vai prejudicar o meio ambiente, qualquer ação do ser humano vai ser prejudicado, de certa forma, vai ter impactos. Mas eu acho que é a principal função da terra (Luciomar, 2013).

Nas decisões sobre o planejamento, os interesses são diversos dentro do grupo. Longe de parecer harmônico, o processo da autogestão envolve conflitos dessa ordem: quem define o que é melhor é o coletivo que discutiu e não uma única pessoa. Nessa lógica, às vezes algumas opiniões são desconsideradas:

Aí um dia eu tava plantando com a Ana Isabel, aí eu disse “Ana Isabel eu to plantando isso aqui, mas sei que nós não vamos colher”. “Então porque nós estamos plantando?” “Ana Isabel, porque foi discutido. Mas eu tenho certeza que sem resultado”. E nós não colhemos nada daquela área. **Então é por isso que eu to dizendo isso assim que a gente errou coletivamente, mas o erro ali é toda hora, a área é coletiva.** Porque se eu sou minoria eu tenho que respeitar a opinião da maioria (Luciomar, 2013).

Isnardo relatou-me uma situação que ocorreu dentro do Coletivo e o deixou muito chateado. No início do ano ele pediu ao Projeto Pe. Ezequiel que lhe enviasse – para o grupo – um calendário biodinâmico para que eles pudessem trabalhar o roçado a partir dessa lógica. Vários problemas – dentro do grupo - ocorreram e esse calendário nunca chegou até ele. Foi visto molhado, jogado no chão da horta por um de seus filhos, o que o deixou muito ofendido. Isnardo faz parte do MPA, é um camponês bem tradicional e o calendário e o governo da lua é fundamental para ele. Mas talvez não seja para todos do grupo (Diário de campo, 2013).

É preciso sabedoria para aceitar a decisão dos outros, mesmo sabendo que ela não é a melhor alternativa. Se o coletivo assumiu aquilo como importante, todos se responsabilizam e assumem as consequências coletivamente. Erros e acertos são sempre coletivos: afetam a todos igualmente. Por outro lado, essas afirmativas indicam o reconhecimento do Coletivo como instância que prevalece em relação aos indivíduos, máxima de decisão. Mesmo assim, há perspectivas diferentes, **pontos de vistas distintos em disputa.** Como ficam então, aqueles que têm opinião diferente da do Coletivo? A questão da criação de marcos de regulação do trabalho dentro de um grupo desse tipo passa pelo complicado balanço entre ser indivíduo e ser cooperado e pelo reconhecimento de que é justamente porque existem inúmeros interesses em jogo que as regras são criadas.

## 2.5. A construção cotidiana das regras

Ao mesmo tempo em que se percebem como uma família, entendem a importância de estabelecerem algumas regras. Essas são criadas na medida em que as necessidades surgem. Quando lhes perguntei, em reunião sobre a existência de um regimento interno do grupo disseram-me o seguinte:

Sabe o que acontece? Nós já tivemos isso tudo por escrito porém tem regras que nós tem elas gravadas na cabeça. Eu acho que assim, cada dia a gente vai criando novas regras. Cada dia. **De acordo com as necessidades, acontecimentos... agora falar assim que a gente tem um manual de regras, escritinho com detalhes, nós não tem. Mas tem coisa que virou regra** (Luciomar, diário de campo, 2013).

Se voltarmos novamente para a imagem da família, de fato ter um caderno com regras claras não faz muito sentido. Mas é possível ver que elas existem e que todos sabem quais são. E o grupo sente-se obrigado a cumpri-las. Elas são criadas conforme existe a necessidade delas. De acordo com Sato e Souza (2001), a etnometodologia já mostrou que há ainda métodos criados pelas pessoas para lidarem com as situações e problemas cotidianos, as regras são construídas e reproduzidas, porém ninguém diz que elas existem. Ficam apenas no plano simbólico, sem aceder à verbalização. Nesse âmbito, aquilo que não é dito pode ser entendido enquanto parte do que é ter “mais consciência”. Para alguns, ela basta. É suficiente acreditar que as pessoas que estão ali não estão de má-fé e que juntos conseguirão encontrar uma saída para as questões que forem surgindo.

O nosso sentimento é a moral e a ética. Não existe isso no coletivo assim, prático mesmo. **Até houve algumas coisas escritas, mas no prático não existe.** A Jo faltou um dia de serviço, ela vai pagar por isso. Não é assim. É mais uma questão de consciência mesmo (Fred, diário de campo, 2013).

Mas há os que receiam que isso se torne um problema futuramente. A expressão utilizada para falar sobre essa situação de controle mais tácito do grupo é o “anarquismo”, que no senso comum é entendido enquanto desordem e bagunça. Indica a necessidade que o grupo tem de estabelecer melhor algumas questões para não caírem no problema a que ele se refere abaixo. Luciomar que conhece e admira um pouco sobre a proposta anarquista fala desse outro sentido atribuído a palavra. Sente que o grupo se aproxima dessa corrente de pensamento, tanto na sua dimensão positiva quanto na que ele considera negativa:

O anarquismo é uma linha interessante de condução do pensamento. Outro problema e que a gente tem que tomar cuidado é que às vezes as pessoas – não sei se é o

nosso caso - tomam proveito do sistema anarquista – que tem pouco sistema de controle e tal - e faz dele um anarquismo. Faz dele uma... É isso que eu fico tem hora pensando... nós trabalhamos muito nesse sistema e tem hora que eu fico preocupado. **A gente precisa avançar no processo organizativo, pra ficar mais transparente. Apesar de que os membros não sentem que não tem transparência** (Luciomar, diário de campo, 2013).

O fato de revelar esta preocupação indica que a questão da construção daquilo que é o Coletivo não está pronta e acabada. **Nessas formas organizativas as regras são construídas com uma flexibilidade que apenas a vivência do trabalho auto-organizado permite.** Caso estivessem num tipo de trabalho heterogestionário, com regras estabelecidas e vigiadas rigorosamente, ainda assim, no cotidiano elas seriam recriadas pelos trabalhadores, por meio da astúcia e da ambiguidade (SATO, 2002). No cotidiano da autogestão as negociações se dão mediante o manejo da astúcia e das ambiguidades entre os diferentes interesses. Os conflitos e as contradições existem e as pessoas lidam com eles através das regras ditas, mas também de pequenos gestos ou ações não ditas. Quando uma voz não é ouvida dentro do espaço deliberativo oficial, ela reverbera para outros espaços, escapando da lógica de funcionamento do próprio grupo.

Como são construções, experimentos – ou seja, não estão prontas de antemão – as regras se criam ali no dia-a-dia, no que se debate ou no que não se debate e se torna um problema, nos problemas gerais que acontecem e nas soluções que aparecem, que muitas vezes logram sucesso e em outras não. Por isso é importante voltarmos a atenção para os espaços onde são tomadas as decisões. É lá onde se criam as regras efetivamente.

## 2.6. Lugares de construir o trabalho coletivamente

Na autogestão, a tomada coletiva de decisões, o compartilhamento das informações, a divisão igualitária das tarefas e do resultado dela, são formas historicamente conhecidas pelos trabalhadores que optam por esse modelo (SINGER, 2002). No decorrer da pesquisa fui tomando conhecimento da maneira como aquele grupo construiu sua maneira de trabalhar coletivamente, forma essa datada e localizada. “O cotidiano das práticas autogestionárias é a construção de significados. Por serem pessoas, as concepções e a conformação final de cada empreendimento serão singulares, uma vez que se dão com aquelas pessoas e não com outras” (SATO & ESTEVES, 2002, p. 31).

Mesmo sabendo das múltiplas possibilidades de conformação da auto-organização do grupo, ainda esperava ver elementos comuns, tais como reuniões frequentes. Entretanto, em

todo o tempo que fiquei no assentamento, pouquíssimas vezes fui convidada a participar de reuniões do Coletivo. Não lhes parecia importante que eu estivesse presente e talvez não confiassem o suficiente em mim para que eu presenciasse os debates, mas também o dia em que podiam se encontrar – nos finais de semana – eram dias em que, em geral, eu não estava lá. Poucas também foram as vezes em que essas reuniões ocorriam, mesmo sem a minha presença. Particpei de duas reuniões: uma assembleia geral para preparação da festa e uma reunião da frente de trabalho na roça.

**1º momento:** A reunião foi convocada pela Maria Estélia para resolver os últimos detalhes antes da festa. Na cozinha, Sara estava ansiosa com a reunião, tinha coisas a falar. As crianças jogavam e faziam barulho. Fui procurar uma manga caída do pé para comer. Logo deu a hora do almoço e Marinês apareceu. A reunião tinha sido combinada para depois do almoço. O almoço envolve o primeiro horário, das onze e meia, daqueles que trabalham no assentamento; e o segundo horário, as doze e quinze, daqueles que estudam ou trabalham fora. Ficamos ali aguardando todos se alimentarem para começar a reunião. O problema é que ou o primeiro horário foi mais cedo ou o segundo foi mais tarde. O intervalo entre os dois foi maior do que o normal, na minha percepção. E isso fez com que o pessoal do primeiro horário fosse para suas casas descansar enquanto o restante não chegava. Assim que todos tinham comido, as crianças tiveram que ir chamar os que tinham ido para casa. Nisso, os que tinham acabado de almoçar também foram para suas casas e aí, até todo mundo voltar, sentar nos bancos e iniciar, demorou muito tempo. Eu me cansei demais nessa espera. Imagino o quanto os que ali ficaram direto como eu estariam. A Marinês, que mora longe e tinha que voltar pra não deixar o marido só, por exemplo, estava bem incomodada com a situação.

A Maria Estélia começou dizendo que além de pequenas pautas de organização da festa, tarefas que ainda precisavam ser feitas, etc, a Sara gostaria de colocar uma questão para o grupo. Sara falou calmamente sobre o problema da cozinha nesses dias de festa e apresentou sua proposta: a de que elas fariam a comida do grupo no sábado e, no dia seguinte, cada um compraria um prato de comida como forma de contribuição para o coletivo. Imediatamente depois da proposta dela, Luciomar pegou a palavra e fez uma contraproposta. Disse para fazerem a janta de sábado e, no domingo, eles distribuiriam tickets de almoço para quem era do coletivo. A Jo se manifestou dizendo que a família dela não tinha condição de comprar cada pessoa um almoço, pois estão em sete pessoas. Assim, pelo que entendi, ficou valendo a proposta do Luciomar. As próximas pautas foram de revisão das equipes de trabalho e do que ainda faltava fazer. Na verdade, nenhuma equipe tinha começado a funcionar totalmente ainda. O Luciomar fez um apelo para aqueles que ainda não se inscreveram em nenhuma equipe para que o fizessem e fez um convite especial para mim, perguntando se eu não toparia ficar no caixa. Eu disse que no caixa não gostaria de ficar porque sou muito distraída com essa coisa de dinheiro, mas que me incluiria em alguma equipe certamente. Pela manhã, com a Marinês, soube que precisavam de alguém para recortar fichas de cerveja e refrigerante. Me dispus a fazer isso. No momento da reunião, avisei que eu fazia isso e a Marinês sugeriu que se mais alguém

pudesse ajudar, seria bom. A Olga ficou incumbida pelo coletivo de me ajudar a tarde, na casa da Rosa, com a filha dela, a Beatriz (Diário de campo, outubro de 2010).

**2º momento:** Soube que haveria reunião da frente de trabalho da roça. Era quinta-feira e eu finalmente teria a chance de participar de uma reunião daquela. Fim de tarde, na casa da Marinês, depois do trabalho na roça. Todos tinham sido avisados antes. Eu já estava por lá, conversando com ela, como nos últimos dias. Todos chegaram. Eram todos homens, de mulher só tinha a Marinês, que não se integrou totalmente ao grupo porque estava na cozinha preparando a janta. De vez em quando ela aparecia para dar alguma opinião na conversa. Sentaram-se todos. Uns no chão, outros nas cadeiras, outros em pé. Havia cerca de dez pessoas entre adultos, jovens e crianças.. Enquanto o Josué apresentava os assuntos principais daquela semana – basicamente relacionados a compra de materiais para o trabalho na roça – para serem debatidos, João, responsável por fazer a ata da reunião, anotava tudo que era decidido no caderninho. A reunião seguiu de forma bem deliberativa e prática, sendo os problemas resolvidos sem muitos entraves. Durou cerca de uma hora apenas (diário de campo, fevereiro de 2011).

Dois instantes, duas formas diferentes de fazer a reunião. Uma “coisa” é resolver quem vai trabalhar na festa e como se dará a organização da cozinha coletiva, tema que envolvia interesses bem diversos dentro do grupo. Outra é fazer o planejamento de trabalho da roça para a próxima semana, fato corriqueiro e que parecia comportar mais consenso do que divergências. Não havia polêmica, nada de novo ou alguma proposta diferente. De qualquer maneira, interessa aqui o fato de que essas reuniões aconteciam sempre que havia necessidade e que o processo de organizar as reuniões se assemelhava ao de outras experiências autogestionárias existentes. O conhecimento desta ferramenta chamada **reunião** estava presente e era assumido enquanto parte do processo de ser um Coletivo.

Tal como Scopinho (2009) apontou em seu estudo sobre o processo organizativo do Assentamento Sepé Tiaraju, dificilmente lá também se formalizavam as reuniões.

Não era costume formalizar as reuniões em termos da existência de pautas, horários para começar e para terminar, mas elas ocorriam e causavam intenso vaivém de informações cujo fluxo, dependendo do assunto e dos envolvidos, ora contribuía para solucionar impasses e construir consensos, ora acentuava ainda mais as diferenças (SCOPINHO, 2009, p. 10).

No “Coletivo 14 de Agosto” o espaço deliberativo oficial estava construído: no início da pesquisa o grupo fazia apenas reuniões mensais com todos. Tinham há pouco tempo deixado de fazer as reuniões de coordenação por falta de tempo. Com o passar dos meses, já na virada do ano de 2010 para 2011, momento em que refizeram o planejamento anual decidiram retomar essa dinâmica, instituindo reuniões semanais para cada frente de trabalho e cada coordenação (que ocorriam, em geral, nos sábados) e uma reunião mensal com todos os membros, a assembleia. No final de 2012, quando refizeram novamente o planejamento, onde

tomaram a decisão de reduzir as atividades produtivas apenas às hortas, mantiveram o formato original de reuniões, realizando apenas a reunião da horta, da cozinha e financeiras, além da assembleia. Clemilson explicou bem o funcionamento deles:

A coordenação é constituída pelos coordenadores de frente, das frentes de trabalho que existem. Aí nós temos dentro da coordenação algumas pessoas que não trabalham na frente, mas que fazem parte da organização do MST do MPA e que constituem essa coordenação do grupo, que é geral. Essa coordenação é geral, é quem pensa e depois trás as linhas pra serem debatidas dentro do conjunto, que é o todo, que é a assembleia. Temos hoje nas conversas em torno de 12 pessoas, essas pessoas são responsáveis pela horta, outras pela roça, outros pela frente de criação de animais. E são essas pessoas que eu disse já, que fazem parte dessa organização. **Essas pessoas se juntam semanalmente, todas as sextas, discutem os problemas, buscam ali tentar encontrar uma solução e quando está com alguma coisa ajeitada levam pra assembleia pra seja aprovada e discutida com o grupo em geral, “Olha é isso que nós temos, podemos? Vamos fazer? Ou não vamos? E como é que vai ser?”**. Em relação à horta e à roça, não, em relação aos trabalhos funciona com os coordenadores. Quem coordena a horta – a horta hoje está dividida em três coordenações do funcionamento dentro dela – mas a coordenação da horta tá junto com a coordenação. Então qual é o nosso planejamento para essa semana? É fazer canteiros, então as pessoas vão chamar as pessoas que trabalham na horta, você viu que chegou um punhado de gente que trabalha na horta, então vai falar: “olha gente, essa semana nos vamos fazer os canteiros”. Então aí nós vamos limpar o local, cortar, adubar, estercar e ajeitar... isso é fazer os canteiros. Semana que vem é transplantar as mudas. Mesma coisa: tudo parte de um planejamento da sexta-feira nas reuniões e é executado (Clemilson, 2013).

A frente de trabalho da horta possui o grupo que coordena a produção, composto por Clemilson e Genivaldo e pelos que fazem o controle financeiro, composto por Fred, Anne e Josiane. Já a cozinha coletiva é coordenada pela Sara, uma das cozinheiras. A farinheira e a roça estão funcionando apenas em alguns momentos. Sobre o funcionamento das duas coordenações na horta, Fred explica:

A gente faz um controle mesmo tipo prestação de contas, do que entra do que sai. A gente faz esse controle, mas quem levanta a demanda de que precisa de semente precisa de num sei que aí e os meninos que estão, o Genivaldo nos canteiros e o Bola nas covas. Não só eles né! Mas eles que estão na frente tem que coordenar isso junto com os meninos também. Que eles que fazem o levantamento. Precisa de semente de alface? Aí vem um que olha. Aí nós anota e vai trazer sementes de alface (Fred, 2013).

O trabalho é, oficialmente, planejado por quase um terço dos participantes do grupo, em reuniões semanais e depois são apresentadas propostas de rumos a serem seguidos aos demais, que debatem, aprovam ou não. A partir daí tiram o planejamento semanal de trabalho.

Esse planejamento semanal está dentro do planejamento anual que está em vigor. São os projetos pensados e aprovados coletivamente que servem de mote para prescrição do trabalho a ser realizado. A capacidade de conceber e planejar o próprio trabalho de forma democrática é uma das principais características que distinguem os processos organizativos autogestionários de processos em que a gestão e a produção são separadas por uma ideologia gerencial hierarquizada<sup>89</sup> (SATO & ESTEVES, 2002; SATO & OLIVEIRA, 2008; SINGER, 2000). Singer (2002) resume a questão da seguinte maneira:

O que induz a degeneração de empresas que são solidárias, pelo menos em sua acepção original, é menos a pressão da cultura capitalista dominante do que a descrença generalizada na capacidade de ‘meros trabalhadores’ de as gerirem com eficiência. Esta descrença se baseia na ideia de que a administração de empresas é uma ciência que tem de ser aprendida em universidades, sobretudo quando se trata de empresas complexas operando com alta tecnologia. Segue-se que o poder de decisão deve ser entregue a quem tem competência, ou seja, a especialistas, cuja autoridade sobre os trabalhadores comuns não pode ser contestada (2002, p. 19).

Contudo, não significa que a atividade planejada será realizada tal e qual, do jeito que se imaginava. Diversas outras circunstâncias interferem na materialização do trabalho planejado. Não se faz tudo do jeito que se quer, mas da forma como é possível fazer.

Mas aí o Daniel disse: ‘às vezes não’. Nós planejamos uma coisa e em função de algum outro imprevisto não foi possível executar. Fica pra outra semana. Na sexta-feira nós avalia o que que deu certo e o que não deu e aí “olha, nós não conseguiu fazer isso que nós planejamos... pois é, nos vamos ter que fazer agora na semana que vem...” Por exemplo, se é um feijão que tem para arrancar, ele não pode passar no pé... então se tá na hora, tem que fazer, tem que colher senão ele cai. Todo esse processo é feito através da reunião da coordenação. As pessoas se juntam, discutem e vê essas prioridades e executa (Clemilson, 2013).

A capacidade de planejar e gerenciar o próprio trabalho pode ser observada também quando algo não dá certo no planejamento oficial e o grupo precisa se reorganizar no cotidiano para resolver os problemas. As reuniões não são o único espaço de deliberação. Elas são a ‘ponta do iceberg’ de um sem número de decisões tomadas no cotidiano de trabalho, conforme ressaltam Sato & Esteves (2002):

No dia-a-dia – naqueles momentos que não são considerados memoráveis – também se gerencia coletivamente, a depender das exigências externas, o que fazer e como, quando, de quais formas e sob quais condições o trabalho será realizado. Também no dia-a-dia as pessoas planejam, replanejam e organizam os rumos do empreendimento (SATO & ESTEVES, 2002, p.16).

---

<sup>89</sup> É necessário que se reconheça que também nos espaços teoricamente controlados por uma ideologia gerencial também os trabalhadores buscam também *espaços de expressão ainda que de forma tática e astuciosa* (SATO & OLIVEIRA, 2008, p.194). Regras e prescrições são sempre recriadas no cotidiano de trabalho.

Um exemplo disso aconteceu numa tarde em que eu estava na cozinha coletiva. Era dia de feira em Ariquemes e faltava couve na horta, então precisavam buscar mais no assentamento vizinho:

O Luciomar apareceu de carro, me cumprimentou e falou que alguém precisava ir buscar couve no Assentamento Novo Amanhecer porque estavam com poucas verduras para levar para a feira, em Ariquemes. Disseram-me que deu um problema no plantio. Ninguém falou nada na hora, nem que iria buscar, nem que não iria. Ele foi para a horta, Ana Isabel foi embora e eu fui mostrar as fotos impressas para a Sara. Perto da hora de ir para a feira Luciomar voltou e viu que ninguém tinha ido pegar as couves. Ficou chateado e falou que seria ruim irem sem verduras para lá. A Maria Estéla, que também tinha acabado de chegar, falou que não valia a pena ir com tão pouca verdura. Já tinham passado vergonha na semana passada, além de não valer a pena economicamente. Não dava pra pagar nem o custo do combustível. O clima na cozinha ficou tenso. Todo mundo tentando entender o ocorrido e nenhum dos responsáveis por pegar a couve lá. Aliás, não tinha ficado ninguém responsável por isso. Fizemos uma reunião informal ali com quem estava presente e resolveram que não iriam naquele dia (Diário de campo, 2010).

A organização de processos de trabalho pode ser entendida dentro de uma matriz sociotécnica (SPINK, 2003)<sup>90</sup>. Socialidades e materialidades constroem-se mutuamente num processo cotidiano de constante disputa e negociação de sentidos. No caso dos processos organizativos autogestionários há uma infinidade de interesses em negociação e estes, muitas vezes, não aparecem apenas nos momentos “oficiais” da existência de um grupo. Sato & Esteves (2002) e Andrada (2005) já demonstraram que algumas decisões “tomadas” em assembleias ou reuniões deliberativas são frutos do que ocorre nos bastidores do trabalho, ou seja, naqueles momentos que ninguém presta muita atenção: parada para tomar um cafezinho, fumar um cigarro, descansar, nos momentos de lazer, etc. A última palavra é dada na reunião, mas a sua construção é feita no dia-a-dia.

A existência de outros lugares de debate e de decisão sobre o trabalho foi muito mencionada pelas pessoas do grupo. Para alguns, a dificuldade de participar nas reuniões é decorrente da timidez, da falta de tempo para falar, da necessidade de tempo para entender o que está sendo dito. Pititinho retratou essa questão, ressaltando a importância da ideia de ‘reunião’ e apontando suas limitações:

Se você quer saber o que eu acho disso eu vou dizer. Eu acho que essa é a característica do coletivo, é a característica porque **o assunto “reunião” ele já tá dizendo que tem limitação**. Reunião, você está dizendo assim oh, é uma coisa pra curto tempo.

---

<sup>90</sup> “A abordagem sociotécnica é talvez melhor considerada como uma abordagem de socialidades e materialidades; de constituição conjunta de um mundo social e material onde todos os elementos falam à sua maneira, em seu tempo e constantemente (SPINK, 2003, p74).



Não é uma coisa... Então debater no trabalho, conversar os assuntos do trabalho, você vai além da reunião, que na reunião você não fala o que pensa, você não discute com tranquilidade, você não tem o dia todo - reunião você tem uma hora duas de reunião - então você falou aquilo que você pensou, o outro falou outra coisinha, o outro falou falou ... então vamos encaminhar a reunião e vamos pro trabalho. **Mas quando chega lá no trabalho, aqueles espaços que a gente não teve na reunião você tem eles com tempo de sobra, na hora do descanso com a água, na hora, você vai conversando.** Que essa é a ideia de você ir trocando as ideias, é isso que faz a diferença que o Daniel tá dizendo, você não fica só no trabalho. Conversar mais quem? Trocar ideia com mais quem? Tô certo ou não to? Tô errado ou não to? A lavoura está dando certo ou não tá?... pepepepapapa. Então esses detalhes que as vezes a reunião em si não trás esse tempo, ela traz tempo de coisas mais chaves. Vamos dizer, do assunto roça: então qual é você vai falar, mas os detalhes roça, você muitas as vezes numa reunião em si você não produz muito essa condição. Se o assunto é feira e nós vamos pra feira e a feira é na quarta feira, e nós vamos pra roça na terça, a gente vai tá nos corredores da roça nos intervalos de almoço, vamos tá falando. Você tá opinando, você tá visualizando uma série de coisas, quando chega na reunião, que esse assunto que nós estamos dizendo, só encaminha. Isso só contribui ... só contribui... porque as pessoas vão dizendo o que pensa. E tem aquele que quando chega numa reunião, ele olha uma reunião ele não consegue falar, então você parou pra falar e está todo mundo tá esperando você falar... então a reunião trás essa limitação nas pessoas. Você não fala porque todo mundo vai ouvir você falar ali, tá todo mundo esperando por aquilo. Mas lá na roça você vai trabalhando e o assunto que você vai conversando na horta então se fala né, é uma maneira das pessoas, eu avalio como positivo (Pititinho, 2013).

O cotidiano é a esfera privilegiada da comunicação e da decisão. As instâncias decisórias todas possuem uma forma, sejam os momentos deliberativos oficiais, sejam as reuniões que se organizam no cotidiano de trabalho. E essa forma é conhecida e utilizada por todos. Se em algum momento, por algum motivo, alguém não conseguiu expressar-se na reunião, o fará em outra ocasião. Mas é principalmente ali, nas ocasiões do dia-a-dia, que as decisões começam a ser construídas, num processo dialógico que envolve um vaivém de informações e pontos de vista que constroem as escolhas organizacionais posteriores. Revelam, por si, a capacidade política e organizativa que as pessoas possuem para administrar e gerir, desmistificando a ideia de que gerenciar é trabalho para especialistas formados para tal.

## 2.7. Maior possibilidade de aquisição de maquinários/instrumentos

Outra característica do trabalho coletivo percebida positivamente diz respeito à possibilidade de acessarem com maior facilidade algumas tecnologias que melhoram a estrutura do trabalho. Um exemplo dado com frequência foi o de que um indivíduo sozinho

difícilmente conseguiria comprar o trator que eles compraram coletivamente. Fred fala um pouco sobre essa percepção:

E aí no individual, nós tava conversando esses dias na roça – eu e o Camilo e o Luan – aí nos falamos: ‘oh, um pedaço desse aqui nós três dava conta de tocar’. Aí o Camilo falou: - ‘é, mas se nos fosse sozinho nos não tinha o tobata e aí não tinha como nós fazer aquele pedaço de canteiro lá porque nós não tinha o tobata’...Por exemplo, nós temos várias estruturas que conseguimos graças nós sermos coletivo: farinha, tobata, trator, caminhão e que individualmente a gente não teria acesso. Além dessa questão social, política e de convivência dentro do coletivo, tem essa parte econômica e de estrutura... (Fred, 2013).

Nesse sentido, o Coletivo empodera. **A simples somatória de forças amplia a capacidade organizativa do grupo.** O acesso a esses instrumentos de trabalho, como o trator, o caminhão, a roçadeira – tecnologias importantes para o trabalho na agricultura – permite que consigam desenvolver suas atividades sem tanto desgaste<sup>91</sup>. Para Ana Isabel, a aquisição dessas coisas diminui a penosidade do trabalho agrícola.

E outra coisa é: como é que diminui a penosidade historicamente inculcada nas pessoas? É que a gente pode ir adquirindo equipamentos da agricultura camponesa que de forma individual dificilmente a gente conseguiria. Uma roçadeira faz o serviço de cinco, oito homens com foice. O trator, micro trator equipado, que substitui muita mão de obra. Todos esses equipamentos que já foram colocados que na nossa experiência a gente já tem coletivamente, que individualmente dificilmente qualquer um dessas famílias nossas que estão no coletivo, teriam conseguido. E aquelas que conseguem individualmente é na base do financiamento que depois você não consegue pagar e aí você vai ter que vender a terra ou viver a vida inteira sem dormir sossegado – porque camponês não combina com dever pra banco – então você vive atormentado quando deve pro banco. (Ana Isabel , 2013).

Infelizmente, o camponês individual que deveria também se beneficiar dessas tecnologias para melhorar seu trabalho não consegue fazer isso sozinho. Nesse sentido, “somar forças” significa estabelecer, estrategicamente, uma disputa mais acirrada, mas ainda desigual, com o Estado.

Mas há também aqui a questão da capacidade organizativa do coletivo, como Sara menciona:

Por exemplo, assim, quando tem que resolver algum problema do grupo, coletivo, tem um, dois ou três que corre e atrás pra todo mundo! Entendeu, eu não vou no

---

<sup>91</sup> Aqui reside a importância das tecnologias em relação à saúde e a divisão sexual do trabalho, pois execução dos *trabalhos pesados* que costumam ficar a cargo dos homens, poderiam ser substituídos por outros instrumentos específicos. Sobre isso, ver a dissertação de mestrado de VASCONCELLOS, B. (2010).

individual, resolver só o meu problema. E quando vai resolver é tudo mais fácil por que é o grupo coletivo (Sara, 2013).

Sara fala de papéis, editais, acordos, articulações que precisam ser feitas com o Estado, com os parceiros, com a comunidade. Como já disse anteriormente, a conquista da terra só foi possível porque houve uma articulação política importante com o Estado. Outro exemplo disso foram os financiamentos para estruturar as duas hortas agroecológicas: aconteceram mediante negociação com a entidade que executava o projeto e o órgão do governo (Fundação Banco do Brasil). O projeto previa hortas familiares/ individuais e o grupo pediu que fossem concedidas apenas duas de tamanho maior. Com isso receberam uma grande caixa d'água, de 10 litros que, sozinhos nunca teriam condições de comprar. Essa entidade permitia esse tipo de negociação, outras já são mais rígidas e acabam não sendo muito aceitas por eles. De qualquer maneira, a avaliação geral é de que esse tipo de vantagem pesa na avaliação sobre o trabalho coletivo.

Outro aspecto desse mesmo exemplo diz respeito a sua funcionalidade. Diante das tecnologias ditas sociais<sup>92</sup>, como essas hortas, o grupo operou uma ressignificação e estabeleceu outra organização para elas. Primeiramente, o galinheiro foi realocado para outro espaço. Na concepção do projeto, o galinheiro teria a função de controlar os insetos e minhocas na área das hortas e também de servirem como adubo, mas o Coletivo já fazia isso neste outro local e preferiu manter assim. Num segundo momento, a horta concêntrica foi desfeita em função da dificuldade que tiveram de adquirir um sistema de irrigação para elas. Do ponto de vista do pacote oferecido a eles por meio desse programa, o que fizeram poderia ser entendido como falta de zelo e cuidado, ou ainda como falta de conhecimentos sobre agroecologia. Entretanto, para o grupo essas operações foram frutos de debate, de arguição sobre as formas de organizar o trabalho na horta cujas conclusões culminaram nesse redimensionamento. Foi uma maneira de resistir ao conhecimento científico instituído pelo

---

<sup>92</sup> Criadas no âmbito do governo federal para deflagrarem um aspecto da assistência técnica aos agricultores familiares, essas hortas não foram concebidas a partir de uma realidade local, dessa maneira, não poderiam ser consideradas *tecnologias sociais*. Sobre essa questão, ver a discussão sobre tecnologia social e engajamento tecnológico em FRAGA, 2011. A autora questiona a noção de que a tecnologia social pode ser pensada de forma isolada aos atores sociais que farão uso dela. Baseados na discussão acerca da parcialidade dos conhecimentos científicos e seu caráter histórico, os autores dessa linha de raciocínio concebem a tecnologia social como resultado da ação de um coletivo de produtores sobre o processo de trabalho, em função de sua situação socioeconômica. Tem por definição a agência dos atores sociais incidindo sobre seu cotidiano de trabalho de forma que possibilitem a esses se apropriarem dos benefícios gerados. Na discussão ela pontua as inúmeras práticas de resistência dos trabalhadores aos pacotes tecnológicos criados de forma isolada.

estabelecimento de uma lógica enraizada no cotidiano de trabalho deles (e em suas dificuldades) e no modo de vida camponês (criar galinhas da forma como sempre fizeram) (CERTEAU, 2008).

### **3. Dilemas da transição agroecológica e da geração de renda**

Os caminhos trilhados pelo grupo nesses anos todos de existência revelam um processo de contínua aprendizagem da prática de cooperação voltada para a produção. Passaram por diversos momentos de crise em que precisaram refazer seus objetivos enquanto grupo e seus planejamentos. A militância nos movimentos sociais possibilitou o encontro com a discussão da agroecologia e da autogestão. Dentre os desafios colocados pelo grupo, dois pareceram fundamentais: o primeiro diz respeito a **organizarem uma produção que ao mesmo tempo supra as necessidades de consumo interno do grupo e que seja capaz de gerar renda para seus membros**. O segundo está voltado para a definição do tipo de produção que querem empenhar: **diversificada e sustentável**. Esses dois objetivos dizem respeito a dois processos de transição importantes: transpor as barreiras de uma agricultura de subsistência para um tipo de produção capaz de gerar renda e passar da produção agrícola tradicional para uma **matriz agroecológica**. Ambos os processos estão relacionados à definição do projeto do grupo, na busca de equilíbrio entre a finalidade econômica e política do trabalho. A Agroecologia, enquanto práxis que aglutina conhecimentos e experiências, pareceu-lhes capaz de unir esses objetivos num só. A partir de agora, abordarei os processos de efetuar no cotidiano a transição agroecológica e a autogestão como alternativa de geração de renda.

\*

#### 3.1 Remando contra a maré

Se por um lado, a convivência entre eles é valorizada, por outro percebem que as atividades com fins econômicos foram, por um tempo, relegadas a um segundo plano.

Era uma forma de cooperação agrícola que faria avançar economicamente e rapidamente, mas por questão de militância e essas coisas aí, nós fomos deixando essa coisa do desenvolvimento econômico mais pra trás. [...] O coletivo abre todas as perspectivas de desenvolver economicamente. Agora o desenvolvimento econômico só acontece se você trabalhar com todas as prioridades a produção e a comercialização. O mercado, né? J: o “sucesso” de vocês pra vocês tá baseado nisso assim não no econômico? **Não no econômico! A convivência é! As pessoas tipo assim... Virou... Vai virando, ainda tem muitos problemas, mas vai virando uma família independente do avanço**

**econômico que vislumbra com o trabalho coletivo, a cooperação agrícola** (Leôncio, junho de 2013).

O que a fala de Leôncio evidencia é que o fim econômico das experiências deste tipo requer investimento e dedicação por parte dos trabalhadores. Um processo difícil de ser alcançado quando se tem outras prioridades coexistindo, como é o caso da ação política do grupo. Aqui aparece a compreensão do Coletivo enquanto um projeto político, ao qual todo o resto se submete. Leôncio aponta justamente isso: **não é o econômico que rege a vida deles.**

O fato de isso estar presente em quase todas as falas, não significa que não existam diferentes graus de importância atribuídos à dimensão econômica dentro do grupo. Isso pode ser percebido na discussão sobre a importância da renda ou não, no esforço em implementar o planejamento da produção, etc. Um exemplo disso é a discussão sobre a questão de porque os homens trabalham na roça, junto com as mulheres, mas os homens não devem deixar de fazer suas atividades pesadas para realizarem o trabalho das cozinheiras. Essa é uma discussão que merece ser aprofundada em próximas pesquisas.

**O questionamento da racionalidade econômica no capitalismo não significa a anulação da dimensão econômica em suas vidas**, como se não precisassem de dinheiro. No Coletivo não se aboliu a moeda. Nas formas econômicas autogeridas o que se pretende é também a redefinição dos sentidos do mercado. Para estas o valor de uso é mais importante que o de troca. Daí as inúmeras experiências de comércio justo (fair trade) e solidário empreendidas por trabalhadores em todo o mundo (SINGER, 2002; MANCE, 2003). Os mercados solidários ou justos têm suas origens nas redes de colaboração solidária.

A opção do MST, do MPA e, por conseguinte, deste grupo em partir para um tipo de comercialização em que os preços são construídos na relação com os consumidores e pautados por um princípio de justiça (entre o que produz e o que consome) e de consciência (consumir produtos de qualidade) está ligada ao movimento global de busca por justiça social e soberania alimentar. A lógica dos produtos “orgânicos” não se aplica aqui. Nessa lógica, o produto sem veneno é considerado uma mercadoria de maior valor que as que estão disponíveis no mercado. Do ponto de vista deles, é exatamente o contrário que deve acontecer: plantar de forma agroecológica para que toda a classe trabalhadora tenha acesso a um alimento saudável e barato.

De modo geral, o comércio justo representa uma ruptura com o modelo econômico vigente, pois retira a possibilidade de um ganhar mais do que o outro na relação. Além de afinarem as relações de parceria e amizade com os que vivem na cidade, buscam construir ali

também outro discurso sobre a economia e sobre a alimentação. É um esforço de tentar construir outra racionalidade econômica, focada numa perspectiva que centra esforços no bem-estar das pessoas. Mas essa construção às vezes cansa, desanima e a expressão mais usada pelo Coletivo para se definirem em relação a isso foi a de que estão sempre remando contra a maré/ corrente.

Mas pra nós é claro que a gente está remando contra a maré. **O rio desce e nós estamos indo pra cima nessa sociedade.** Então tudo é contra nós. Nós somos diferentes, os ‘vara torta’. A gente não pode perder isso de vista. Tudo é pra não dar certo, tudo que gira é pra não dar certo. E se a gente perder isso de vista a gente endoia e acha que realmente não é possível. Então nós estamos na contra-mão. Estamos numa rodovia tipo Anhanguera e vamos indo na contra-mão. É uma loucura isso. Se a gente não estiver atento a isso, a gente vai cambaleando e chega uma hora que a gente pensa “olha, é melhor acabar com isso do que persistir”. Porque dá trabalho demais (Ana Isabel, 2013).

A expressão de Ana Isabel também leva-nos a pensar que são lógicas diferentes em jogo. Suas formas de agir, de pensar e sentir fogem aos esquemas tradicionais do modo de produção capitalista. São diferentes do restante e pagam um preço por isso. As crises que o grupo viveu e ainda vive são exemplos desse embate dessas racionalidades. Em tempos de crise – e o “Coletivo 14 de Agosto” já passou por diversos momentos desse tipo - algumas famílias abandonam o grupo. A importância dada aos aspectos econômicos do trabalho é heterogênea. Os que ficam reforçam o discurso que dá identidade ao grupo: **a criação de um lugar de vida diferente.** Para Ana Isabel, mesmo diante de todas essas dificuldades, o grupo ainda vale a pena porque ele supera a principal sustentação do modo de produção capitalista, a propriedade privada:

Não eu não tenho dúvida de que o grupo é uma coisa que não acaba mais. Nós aqui em casa, nós sempre costumamos dizer que enquanto tiver mais uma família que quiser nos tamos aí né! E nós seríamos a última família a abandonar o grupo, e pra nós é muito claro pra mim, pro Leôncio e também pras crianças nós não temos nenhum interesse pra viver nesse espaço aqui se for pra viver de forma individual. Nós não estamos aqui por conta da terra né! Nós estamos aqui por conta de um espaço diferente de viver. Da vivência... (Ana Isabel, 2013).

Retomando a discussão anterior sobre o sucesso ou fracasso das cooperativas agrícolas, vimos que o grupo atribui um peso ao laço social e toda a organização criada maior que aquele que atribui à questão monetária. Entendem e valorizam isso neles próprios. É uma qualidade que produz a distinção entre eles e as outras cooperativas agrícolas existentes. É

sabido na literatura sobre cooperativismo, especialmente sobre as grandes cooperativas, que eles não estão equivocados. As dificuldades que as cooperativas formalizadas vivem passam pela relação entre as pessoas, principalmente pelo delicado estabelecimento de uma democracia direta. Ressalta-se também, na literatura existente, a questão cultural dos trabalhadores acostumados ao modelo assalariado e individual (SCOPINHO 2007; 2011; FERRANTE, 2004; BORGES, 2009; FABRINI, 2009). Loureiro (1981) apontou que para o camponês a cooperativa pode significar maior dependência com o capitalismo do que ele gostaria de ter, caso ela seja economicamente bem sucedida.

Mas a desagregação de cooperativas que – tais como o Coletivo 14 de Agosto, valorizam mais essa relação social e política em relação ao econômico – também acontece. Há outros fatores que podem levar ao fim uma cooperativa “bem sucedida” do ponto de vista social. Barcellos (2009) estudou os processos de desintegração relacionados a terra e trabalho organizados de forma coletiva no Assentamento Carlos Mariguella, localizado no Rio Grande do Sul. O assentamento foi, durante muito tempo, considerado modelo pelo MST na região. Desde o início foi pensado para ser um espaço de experiência coletiva e agroecológica entre os assentados e por isso, o espaço foi ocupado por acampados, segundo o autor, considerados de ‘consciência mais elevada’. Mas depois de algum tempo foram assolados por uma grande crise que culminou na reestruturação de seu sistema de organização social e de produção coletiva. O principal motivo mencionado pelos assentados para a desagregação foram as decepções com os resultados econômicos gerados pela produção associada. Ainda que fosse constituído por pessoas com grande afinidade política, isso não foi capaz de garantir a continuidade da experiência de assentamento coletivo. “Mesmo assim, a situação objetiva vivenciada no assentamento em relação aos aspectos materiais e aos aspectos subjetivos ligados à trajetória de cada indivíduo solapou o ideal coletivista” (2009, p.89). Para o autor, a desagregação em função disso não significa o fracasso deste tipo de proposta, mas sugere a necessidade da **existência de condições políticas objetivas** que permitam enfrentar os desafios concretos da gestão coletiva. Problemas como crises de representatividade, falhas no papel de coordenação também são referidos como importantes em outros processos de desagregação semelhantes.

Não são fatos isolados esses. Parte dos empreendimentos autogestionários (no campo ou na cidade) se vê diante dessas mesmas dificuldades. Se não tomamos o devido cuidado, elas podem ser encaradas como problemas de formação política e/ou incapacidade organizativa dos membros desses grupos, o que levaria à culpabilização pelo fracasso da

experiência. O problema da transição de um modo de produção para outro, completamente diferente exige a criação de condições sociais e materiais que permitam o desenvolvimento das relações igualitárias também em outras esferas da vida social, de forma que sejam capazes de se generalizar. Isso implica no estabelecimento de um mercado solidário, numa tecnologia construída a partir das necessidades dos trabalhadores, na reorganização dos processos técnicos a partir de definições próprias de critérios de produtividade, etc. (SARDÁ de FARIA, 2012; FRAGA, 2011). Trata-se de uma transformação de todo o processo de trabalho e isso não se faz sem apoio do Estado.

Sendo assim, as políticas públicas para além do capital têm enorme desafio, que consiste no apoio e fortalecimento desse campo de práticas, possibilitando o alargamento das relações sociais coletivas e autogestionárias para múltiplos espaços da vida social, ao mesmo tempo em que requer movimentos de experimentação dentro do próprio aparelho do Estado, no sentido de democratizá-lo, tornando-o permeável às aspirações e anseios dos trabalhadores e trabalhadoras associadas (SARDÁ de FARIA, 2012, p.183).

As dificuldades encontradas pelo Coletivo para gerar o mínimo necessário de renda para o grupo passam, acredito, não porque não querem se desenvolver economicamente, mas porque faltam políticas públicas diferenciadas para uma agricultura camponesa diferenciada, autogerida. O desenvolvimento econômico poderia se dar numa perspectiva mais próxima da que buscam construir cotidianamente. Mas não é isso que ocorre.

Eu acho que a organização interna é um dos problemas e a falta de apoio financeiro do Estado. Políticas públicas. E aí como a Ana Isabel disse que o camponês tem muito medo de dever, então as políticas públicas que estão aí voltadas para a agricultura – eu to falando de modo geral – não serve pra nós. **Se nós produzimos 70% do que chega na mesa de toda a população brasileira, por que que nós não podemos ser respeitados com uma política pública voltada pra agricultura? Na verdade, na verdade, se for olhar o que chega na mesa, isso deveria ser prioridade.** Então, toda política pública para pequena agricultura deveria ser subsidiada a quase 100%. Eu acho que esse é um dos problemas muito complicado. São lutas que a gente vai ter que travar com o governo aí. (Luciomar, 2013).

Aquilo que pode parecer um mero problema de organização interna do grupo – como é o caso da comercialização que precisou ser suspensa temporariamente – revela-se, na verdade, como um problema maior: como produzir na escala necessária para comercializar sem subsídio do governo para isso? Um exemplo muito concreto é, novamente, a horta que não possui irrigação porque o investimento nesse tipo de estrutura é oneroso para eles. O grupo precisa improvisar sistemas de irrigação – quando não molham as plantas na mão, como acontecia no começo da pesquisa – que acabam se deteriorando com o tempo e não



conseguem suprir as necessidades da horta. A construção de estufas para o período das chuvas é improvisada e acaba não funcionando por muito tempo. Aqui é que entram em jogo os conhecimentos adquiridos e aprendidos ao longo da vida no campo que são empenhados na criação de táticas para lidar com os problemas cotidianos. Como diz Luciomar é preciso mais apoio do Estado a eles:

Quem é que produz em larga escala irrigando com a mão? Jamais, nunca, não conheço. A falta de política pública é o maior gargalo (Luciomar, 2013).

As tecnologias para essa agricultura também são limitadas. Quando se pensa em termos de insumos e de máquinas para produzir em menor escala e de forma diversificada, o problema aparece claramente. Já se falou anteriormente, as sementes agroecológicas são de difícil acesso<sup>93</sup>, produzir a própria semente é complicado, além de outras dificuldades. A saída é buscar outras formas de desenvolver tecnologias, voltando-se ao passado onde o camponês não dependia tanto do mercado para realizar suas atividades agrícolas, mas também construindo novas formas a partir da agroecologia que permitirá ao camponês uma certa autonomia em relação às tecnologias produzidas no capitalismo. Esse é um desafio que Luciomar e Maria Estélia frisaram como essenciais:

E outra coisa que também é uma briga grande eu acho – acho que já é briga dos movimentos sociais, da Via Campesina – são tecnologias voltadas para a pequena agricultura. Ah, os micro trator... mas quem tem acesso a esse micro trator? E aí quando você consegue comprar um – 25 mil vem com a carretinha – aí você tem que opinar ou a carretinha ou a gradinha – sendo que ele tem dez ferramentas que acopla nele – desde o engenho de moer cana até a plantadeira, uma bomba pulverizadora que no nosso caso, pra pulverizar os repelentes e biofertilizantes, tudo se acopla num tratorico desse. Tecnologias voltadas para a pequena agricultura é uma necessidade. Outra coisa é resgatar, resgate do passado. Eu tava conversando em Porto Velho lá no Joana d’Arc a questão do resgate do passado e um senhor comentou: “nossa, eu já trabalhei muito, aradinho de animal, carpideira de animal, nossa, já trabalhei demais, foi minha vida. A gente esqueceu esse negócio pra trás.” Agora o senhor me responde: quantas mão de obra uma carpideira animal substitui na agricultura? Aí ele respondeu: “Ah, não sei te dizer bem com certeza não, mas umas oito ou dez mão de obra”. E nós esquecemos disso,

---

<sup>93</sup>Apenas algumas organizações de agricultores podem comercializar as sementes agroecológicas/orgânicas e criolas. No caso deles, as sementes vem do sul do país, da BIONATUR, uma organização que teve início em 1997, fruto da organização dos assentados de reforma agrária do RS. É coordenada pela COONATERRA – Cooperativa Nacional Agroecológica Terra e Vida Ltda.), cuja sede fica no Assentamento Roça Nova, em Candiota, RS. A Lei de Sementes (10711/2003) diz que as atividades de produção, beneficiamento e comercialização de sementes e mudas estão condicionados à prévia inscrição no Registro Nacional de Cultivares (RNC). Este, por sua vez, possui critérios que dificultam enormemente o registro já que exige características que as sementes criolas, por sua imensa variabilidade, não possuem. Entre os agricultores o que existe é a troca de sementes criolas, que permitem uma certa autonomia nesse cenário, mas há algumas sementes que precisam ser compradas.

quer dizer, o sistema fez a gente esquecer disso. Até ele mesmo tava falando, disse que tentou comprar um aradinho pra tombar a terra, um arado mais potente. Rodou Porto Velho e não achou. Aí ele ficou sabendo que na ‘Casa da Lavoura’ se você encomendar com seis meses chega e aí ele disse que vai lá pra encomendar essa ferramenta (Luciomar, 2013).

Eu queria aproveitar para falar um negócio aqui. Eu tava falando que a gente vai ta sempre correndo atrás de tecnologias, eu penso assim: a gente tem que buscar agricultura alternativa, pra isso a agroecologia dá suporte, pra gente não ficar correndo atrás deles, né? Porque você vive uma agricultura alternativa e enquanto eles estão inventando e tal, você se mantém... Você se sustenta (Maria Estéla, 2013).

Fica claro, portanto, que quem “rema contra a maré” enfrenta muitas dificuldades ao tentar equilibrar a política e a economia no cotidiano. Se do ponto de vista das relações com o Estado é complicado porque são lógicas diferentes em disputa (mesmo que velada), no espaço diário do Coletivo os desafios são de outro tipo.

### 3.2. Objetivos da produção e a autonomia

Ao longo dos anos de existência do Coletivo esse planejamento foi feito e refeito e é possível perceber diferentes enfoques dados à produção, como já foi mencionado anteriormente. Houve tempos em que produziam para o autoconsumo e tentavam gerar renda, com pouco sucesso, e houve o tempo em que optaram por gerar renda para o grupo, o chamado tempo da mandioca<sup>94</sup>. Recentemente, passaram por uma grande crise econômica e, a partir de então, reformularam mais uma vez seu planejamento. No final de 2012 estive no assentamento conversando com alguns e me deparei com uma situação crítica. As pessoas com quem conversei expressavam bastante desânimo com relação ao futuro do grupo.

Quando novamente retornei, já em 2013, encontrei essas mesmas pessoas um pouco mais entusiasmadas com as possibilidades do grupo voltar a se desenvolver. Tinham cessado praticamente todas as atividades das outras frentes de trabalho, deixando apenas o trabalho nas hortas como prioridade. Além disso, estavam construindo as casas, já que o crédito para habitação havia sido liberado. Não entendia como podiam estar entusiasmados num contexto em que restava-lhes apenas a produção para o consumo interno. Numa conversa com Sara sobre o grupo, ela tenta explicar:

---

<sup>94</sup> Já mencionado no capítulo anterior, esse foi o período que o grupo plantou muita mandioca e investiu todos seus esforços na farinha. Havia renda no grupo, mas perceberam que estavam se especializando em apenas uma cultura e lhes fazia falta a diversidade de produção. Além disso, viram-se reproduzindo a lógica da agricultura que tanto questionavam: a monocultura. Foi então que retomaram a produção diversificada e com isso, o dinheiro parou de circular entre as pessoas.

É que a horta agora falta esterco né. Num tinha esterco pra horta. Então são essas três coisas que tá mais parado no grupo! Mas o resto tá indo beleza! J: O resto é o quê? Assim não falta comida, graças a Deus não falta né! A saúde das pessoas tá indo bem! Entendeu? J: O trabalho parou? Não! O trabalho continua, nunca parou o trabalho. O trabalho sempre continua. J: Só não tem a produção! Só não tá tendo a produção. O trabalho da cozinha nunca para. A horta nunca parou. Uma coisa ou outra tem na horta. Entendeu? Só não tem aquela produção que tinha de primeiro, que tinha o ano passado né! (Sara, 2013).

As atividades do grupo estavam reduzidas, mas o trabalho continuava. Em nenhum momento deixaram de produzir para o consumo interno. O que não havia mais era o investimento deles na produção para comercialização. Era como se estivessem fechados para balanço. Luciomar detalhou o novo funcionamento, já fazendo uma reflexão sobre o passado:

**O grupo aprendeu que tem um limite, a mão de obra nossa tem um limite.** Não adianta nós quisermos falar que vamos fazer cinco alqueires de mandioca, que nós vamos tocar a farinheira que nós não vamos fazer. Porque nós não temos mão de obra pra tocar cinco alqueires, né! Então, agora o grupo chegou a esse ponto, já melhorou. Por exemplo, agora tá trabalhando com aquilo que acha que é possível. Nos envolvemos nas construção das casas e isso reduziu drasticamente o que tava fazendo. **Porque se nós não reduzíssemos, o que nós estava fazendo não conseguia atingir uma meta da construção das casas que, infelizmente, você tem que cumprir.** O recurso vem você tem que cumprir. Então o grupo reduziu drasticamente todo o serviço. Do ano passado, dum certo período pra cá do ano passado, quando nós começamos a construir as casas nós reduzimos o trabalho basicamente em horta e gado. É tocar cerca, cuidar do gado essas coisas toda, roçar um pasto, e construir casa. Eu acho que essa experiência foi boa, porque a gente já sabia que a gente não tinha mais perna pra tocar além disso, né! E com esse período o grupo conseguiu dar uma recuperada no tempo perdido. Que agora o grupo tá ciente de que é possível tocar o gado, que nós já tem horta, falta investir mais um pouquinho nas polpas de frutas, que é uma questão mais de padronizar. É um debate muito longo que nós já fizemos e não conseguimos até hoje padronizar essa produção. Então o grupo agora tá mais centrado nisso, vai investir mais nas polpas de frutas um pouco. Todo ano vai plantar mais um pouquinho... Pelo menos é o que tá na meta. Que é um trem mais fácil de cuidar, gasta menos mão de obra, né! E você pode agregar valor que nós agora tem a casinha quase pronta. Horta tá nos nossos planejamentos se sair o financiamentos, fazer um investimento, não me lembro mais de uns 15, 20 mil na horta. Que seria pra irrigação, pra garantir um bom funcionamento, o barracão pra você poder armazenar a produção, fazer processo de seleção, limpeza, essa coisa toda né! Mas eu acho que vai uns 25, 20mil, na ideia de investir na horta. Aí então a produção de polpas, a horta, e investir na melhoria do gado. O que seria investir na melhoria do gado? Seria comprar umas vacas melhores, umas matrizes melhores, pra trabalhar um pouco com leite que vai melhorar um pouco a alimentação, mas também vem uma fonte de renda também né! E aí trabalhar a melhoria das pastagens. Então seria

um pouco isso e consecutivamente como eu falei de criação, a gente tá falando de fazer uma pocilga que vai ser onde vai criar os porcos, bem cuidado, um barracão melhor e tal. E fazer um barracão pra galinhas, **ver se a gente consegue melhorar, não pensando tanto no mercado, pensando na auto-sustentação né!** Então assim se seguir nessa linha eu acho que é o que a mão de obra é o suficiente pra tornar... é possível tocar. **E são coisas que vai melhorar na parte de alimentação do grupo, e também vai melhorar na renda.** Porque uma horta bem estruturada ali ela vai dar garantia de renda com certeza! Se a gente consegue investir no gado, que não vai dar resposta imediata, mas em médio prazo aí, de curto pra médio prazo, o gado começa a dar um resultado bem... financeiro. Então eu acho que se a gente firmar nessa ideia, eu acredito que pode ser a saída do grupo (Luciomar, 2013).

Todo o planejamento atual é baseado na recuperação do tempo que perderam com planejamentos anteriores que não deram muito certo. Reduzir as atividades é reduzir as expectativas sobre o trabalho, já que reconheceram que estavam trabalhando além daquilo que podiam: possuem pouca mão de obra e pouco capital para investimentos. Um planejamento mais realista que procura conjugar os fins políticos do grupo com as necessidades econômicas. De certa forma, começam a subverter a ordem estabelecida do modo de produção capitalista: a vida das pessoas é que rege o desenvolvimento econômico e não o contrário. Este último virá, mas a passos mais lentos, de acordo com as reais possibilidades do Coletivo.

Da mesma maneira, a opção pela agricultura diversificada e ecológica implica em um processo de transição difícil de ser realizado. De acordo com Borges (2009), a adoção de uma matriz tecnológica baseada na agricultura moderna (racionalização de métodos, especialização, uso de insumos químicos, industrialização e integração no mercado) atrelada à necessidade de alta produtividade dentro das cooperativas do MST levou o cooperativismo a uma fase de esgotamento. Fatores ligados à organização interna das cooperativas e outros externos relacionados ao papel dos programas de crédito para assentamentos rurais tiveram importância crucial nesse processo. As contradições foram sendo percebidas pelo Movimento e, como já disse, este operou uma redefinição da cooperação agrícola. A elasticidade dada ao conceito de cooperação veio acompanhada de uma vertente de preocupação com o meio ambiente que, pouco a pouco, se traduziu na adoção da perspectiva agroecológica pelos assentados. Construiu-se, para além de métodos e tecnologias alternativas voltadas para a transformação das bases produtivas em direção a um desenvolvimento sustentável, também um universo simbólico muito ligado à discussão da saúde.

Apesar disso, não é de uma hora para outra que se passa de uma produção dependente de insumos químicos e tecnologias ‘modernas’ para a agroecologia. De acordo

com Costabeber, Caporal e Paulus (2006), essa transição se dá lentamente, pois envolve a mudança de valores e depende amplamente de ações coletivas na construção participativa de alternativas a localidade. Está além da orientação econômica da produção.

O “Coletivo 14 de Agosto” vive esse processo com algumas conquistas importantes, mas também com dificuldades. Já conseguiram garantir o reflorestamento de boa parte da mata que havia antes do desmatamento da fazenda. Como vimos, a posse coletiva da terra possibilitou a concretização desse cuidado com o meio ambiente, pois a extensão das terras permitiu um melhor aproveitamento das áreas para agricultura sem precisarem desmatar. E, acredito, a principal conquista mencionada por eles é a de que há bastante tempo abandonaram o uso de insumos químicos e venenos na produção agrícola. A compreensão dos membros do grupo com relação a isso está bem afinada.

Então nós temos esse respaldo político, econômico e de alternativa de produção também, ne? “Ah, eles produzem agroecológico, né, produzem sem veneno”. **É um avanço enorme também do ponto de vista assim de que a gente nunca mais vai prejudicar a natureza.** Já usou veneno, os pais deles já usaram. Eles nunca usaram nunca vão usar. **Certeza que não vão usar. Se acontecer vai ser uma coisa assim muito... porque usar veneno é assim uma coisa muito significativa do ponto de vista de não usar, pra nós.** (Maria Estéla, 2013).

Não usar veneno é uma garantia de saúde para eles.<sup>95</sup> O contato com a monocultura, o uso intensivo de venenos nas plantações aliado ao processo de formação política dos dois movimentos sociais que fazem parte, proporcionaram uma crítica a respeito desse modo de trabalhar e de se alimentar. As primeiras experiências sem uso do veneno foram decisivas para essa definição no grupo. É o convencimento contínuo e cotidiano que faz com que a adesão a proposta aconteça. Ainda assim, restam sempre algumas contradições:

É, foi vendo no dia-a-dia, vendo as mudanças, ne? **Acho que o grupo aprendeu muito assim com as experiências que foram dando certo, tipo a horta.** Foi uma experiência que deu certo. Até então quem estava de fora do grupo dizia “duvido quem toca uma horta sem veneno” e nós tocamos. E perdemos pouca lavoura. Foram poucas plantações que nós fizemos ali que nós perdemos, de inseto ou de doença. Muito

---

<sup>95</sup> Em 07 de abril de 2011, no Dia Mundial da Saúde, o MST lançou a *Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida*. Com mais de 50 entidades envolvidas, o objetivo da campanha é alertar o consumidor a respeito da enorme quantidade de veneno e produtos químicos ingeridos diariamente na sua alimentação e questionar, assim, o projeto de desenvolvimento da agricultura (o agronegócio)<sup>95</sup>. O Brasil é o primeiro país no ranking mundial dos consumidores de agrotóxicos. No ano anterior, mais de um milhão de toneladas de veneno tinham sido usadas nas lavouras brasileiras. A crítica traz no bojo a proposta de construção de um modelo de agricultura sustentável que tem na agroecologia a maior inspiração. Com a campanha a questão não se limita ao debate a respeito da dimensão econômica da produção de alimentos e passa a ser problematizada enquanto um problema de saúde pública.

pouco, quase que nenhuma. Então assim, já foi um desafio que nos vencemos. Então isso foi provando que dá certo. Agora, fogo, eu acho que teve um deslize há três anos atrás. Foi uma área que puseram fogo. Eu era contra. Tinha outros até que talvez eram contra. Mas como você fazia para... eu não podia chegar e dizer 'não, não vai por fogo e tá proibido, né?'. Então, no processo você vai convencendo aos poucos. Então aí também, vem os anseios né? Nossa, nós estamos atrasados, temos que plantar a roça, então vamos pôr o fogo que sai mais rápido, que aí já faz a limpeza logo da área (Luciomar, 2013).

Caso seguissem o modelo convencional de produção produziriam num tempo muito mais rápido, uma quantidade superior de produtos se fizessem uso dos agroquímicos ou queimando as áreas de plantio. Entretanto, para serem coerentes com a perspectiva agroecológica precisam lidar com as dificuldades que surgem no meio do caminho, como a já mencionada falta de apoio do Estado, a organização interna e a falta de conhecimentos<sup>96</sup> sobre como fazer essa transição:

Se fosse usar o químico, por exemplo, o serviço que eu gasto uma semana pra eu fazer, eu fazia no veneno com um dia. Se você for olhar por sistema capitalista, não é fácil? Porque eles produzem abundância de soja, de eucalipto, de arroz, de feijão, de cana? Porque eles utilizam do Estado, que facilita desde o comprar até o passar lá, o financiamento pra passar na roça. Se você for pegar hoje nós temos a maior dificuldade pra produzir a agroecologia na época de chuva porque nos tem que produzir debaixo da estufa, precisa de um monte de coisa que é pra combater os insetos e tudo. E nós temos vizinhos com peção de alface, vai pro mercado, pé de alface bonito, mas o consumidor não sabe o que ele está consumindo ali. Que que eu trago também essa divulgação da nossa produção, que eu acho que nós tem esse limite. De encaixar no mercado a nossa produção, divulgar nossa produção, é ir pras rádio fazer um debate, nos que nem agora que estamos no desafio da nossa feira, mas pra manter o produto agroecológico só existe nós, pode dizer... só nós não consegue manter a feira. Nós tem que arrebanhar mais pessoas que trabalham agroecologicamente. Nós somos dez famílias, somos, mas nós tem outros trabalhos que são agroecológicos também. Temos essa dificuldade. Divulgar, conseguir aglomerar mais pessoas que produzem agroecológico, produzir a nossa própria semente ... Até ontem eu tava comentando que tem uma mulher em Rolim de Moura que trabalha sozinha e produz a semente. E nós estamos em dez famílias e não consegue produzir a nossa semente. O que que é? **Não é a falta de pessoas, é a falta da técnica, de alguém que ensine a gente a fazer isso. Essa técnica que nós não temos ainda.** Não é fácil, desde o organizar o coletivo a fazer o ciclo que o Leôncio ta falando, nós tem essas dificuldades. Fazer pesquisa pro mercado, se eu for entregar no mercado, pra

---

<sup>96</sup> Num encontro de um grupo de famílias camponesas vinculadas ao Projeto Terra Sem Males, conversei com um senhor que me contou que o que ele hoje está aprendendo sobre agroecologia (as formas de lidar com a produção, principalmente) faziam-no lembrar-se de sua avó e da maneira como ela própria cuidava da sua horta e da sua roça. Perguntei a ele se ele não havia aprendido esses conhecimentos e ele disse que não, pois a geração dos seus pais, também camponeses, se deu no período de efervescência da *revolução verde*, em que o projeto de modernização e de tecnificação da agricultura se intensificou. Os camponeses passaram a experimentar as novas técnicas e a depender delas, e com isso, conhecimentos anteriormente relevantes foram ficando esquecidos.

alguém ir lá comprar bonitinho, que é um trabalho que o capital faz muito bem. Na feira nós tem dificuldade também, nessa questão ‘ah, quem vai nesse dia, quem vai naquele?’ **Não importa, se é coletivo todo mundo tem que participar.** Muitas vezes fica centrado em algumas pessoas. Dificuldade de fazer aquela rotatividade, hoje sou eu, depois é o Pititinho, Leôncio, Genivaldo... Nós tem o desafio de organizar isso (Teo, 2013).

Mas essa relação com o Estado possui outro lado: o fato de não estarem no circuito tradicional do mercado capitalista é encarado como uma busca por **autonomia**. Essa vem da relação direta com os consumidores, que aumenta a cada feira instalada nas cidades da região. Aos poucos vão construindo canais de comercialização alternativos, constituídos por pessoas que tem interesse em produtos agroecológicos. O problema é ainda organizar a rede de produtores que poderiam fazer parte desse canal, junto com eles, agregando força ao coro da soberania alimentar e do comércio justo. Nesse sentido, Maria Estélia aponta para a organização interna do grupo, que diante do desinteresse do Estado nessas práticas, parece ser o lugar de onde se pode operar alguma transformação. Ser contrário ao gigante não significa ter que enfrentá-lo, pelo contrário, significa cavar outros espaços de existência possível.

Eu acho também, Juliana, que uma das coisas que tem que destacar da gente é esse avanço relação a nossa produção. **Exatamente porque nós não temos que enfrentar esse gigante que o Leôncio está falando porque nós somos contrários a ele.** A proposta nossa, da Via Campesina e tal, é deixar esse mercado de lado, e ir direto às famílias e as pessoas que mais necessitam. Isso nós podemos dizer que nós conseguimos. Nós temos um respaldo muito grande nas duas cidades próximas, muita gente nos conhece e muita gente gostaria de ter os nossos produtos. E eles são aceitos e o pessoal fica feliz de saber que a gente produz isso e a gente tem essa proposta. Nosso problema está em que a gente não garante a produção. Aí como é que nós vamos garantir a produção? É outro problema. Nós precisamos avançar nesse público – feiras e consumidores diretos. Nós não vamos ficar brigando com o mercado, não é nossa intenção. E nós temos que daí, sim, avançar. Temos condições, totais condições, mais do que qualquer outro, mas precisamos avançar é na organização e produzir (Maria Estélia, 2013).

Para Maria Estélia é uma questão de organização interna do Coletivo. Num olhar voltado mais para o cotidiano da atividade agrícola do grupo, Ana Isabel ressalta a importância da habilidade administrativa que eles precisam ter para manejar a produção diversificada. Trata-se de uma façanha conseguir produzir nessas condições, ou como diz Ana Isabel, de um malabarismo:

Tem que tudo tem uma época né! Tem um período de fazer. Os trabalhos da roça tem um período. De agora, de agosto pra frente, começa o período de ser preparado

a roça pra plantar arroz, você vai plantar arroz. Você vai plantar cana, plantar mandioca, porque começa a chover. A partir de setembro ainda tem chuva. Então a partir de setembro é período de plantar. Aí aumenta o serviço, mas aí esse período agora que os meninos colheu o café. Agora pro café eles colheram tirou dois pra colher o café, os outros ficou na horta, né! Terminou o café vem todo mundo pra cá! Mas agora que começa o período de plantar as outras coisas, diminui também quem fica aqui pra ir mantendo, quando apura o serviço aqui tira um dia, faz um mutirão com todo mundo. Tipo dia de capinar tem que capinar as coisas. Então junta todo mundo capina pra manter os dois lados. **Então assim exige um malabarismo. Aquilo que eu falei pra você tem que ter muita habilidade administrativa né!** (Ana Isabel, 2013).

Há limites importantes a serem considerados nesse processo: a heterogeneidade dos pontos de vista individuais, as trajetórias de cada um, os diferentes momentos de vida e as formas de apreensão. A compreensão que cada pessoa do grupo tem em relação a agroecologia varia bastante. Como ressaltou Luciomar:

Quando nós iniciamos só tínhamos uma coisa: não usar veneno. Essa discussão, vamos dizer, estava muito no início. Mas aí nós começamos a peitar essa questão da agroecologia. Só que na cabeça das pessoas ainda não está o que é agroecologia. A agroecologia é todo o respeito à natureza e a biodiversidade e tudo e nós não podemos dizer que temos um respeito ainda a isso. **Porque o grupo, como diz o outro, tem várias linhas de pensamento. Então, nós não conseguimos chegar ainda – nós já melhoramos – mas não conseguimos chegar ainda a dizer que somos agroecológicos.** Um exemplo bem concreto: paramos de usar veneno, mas continuamos usando fogo. Tá, paramos veneno, continuamos fogo e às vezes, alguns ainda caçavam. Até pouco tempo – até hoje ainda você pode ver um deslize do cara de matar um tatu ou um bicho que está ali... Então isso pra agroecologia não é aceitável (Luciomar, 2013).

Nesta mesma ocasião, Luciomar mencionou a conversa que teve com um dos coordenadores do Projeto RECA<sup>97</sup>. Nesta conversa, ele perguntou quanto tempo eles levaram para se consolidar e a resposta foi que eles ainda não estavam consolidados, 30 anos depois do início do grupo.

Então é, a única preocupação minha é que nós temos dez anos já discutindo, discutindo e nós não conseguimos passar esse momento de transição para a agroecologia, mas nos estamos construindo. Pois é, essa é uma das coisas. Num grupo, o processo de transição é mais demorado do que fazer ele numa família. Porque na família, convenceu, convenceu, tá feito o processo de transição. Agora num grupo são várias cabeças. Então,

---

<sup>97</sup> O Projeto RECA, localizado em Nova Califórnia/RO, é uma associação de produtores agrícolas que trabalham coletivamente em torno de uma produção agroecológica. É uma experiência referência – tanto por seu aspecto econômico, quanto organizativo.



é isso que eu to dizendo: **quanto tempo nós vamos levar para realmente fazer esse processo?** (Luciomar, 2013).

Enquanto alguém que conhece bastante sobre agroecologia, Luciomar se preocupa com a dimensão temporal do processo de transição, apesar de reconhecer que isso faz parte do processo. Parece-me que uma das questões de fundo dessa preocupação tem a ver, justamente, com a necessidade de um maior compartilhamento desse conhecimento com as outras pessoas do grupo. Compartilhar esses saberes – que ele adquiriu lendo, conversando, participando de cursos, mas também na prática cotidiana – não é um processo fácil porque requer que o grupo como um todo tenha o mesmo interesse. O conhecimento se constrói na relação cotidiana do trabalho agrícola, nas transmissões feitas de uma geração a outra e em outros espaços e circunstâncias, não apenas na sala de aula. Apesar da angústia sentida por ele, na conversa com os jovens essa dimensão do conhecimento no cotidiano apareceu de forma significativa.

#### **4. Repercussão do Coletivo como “outra” escola para os jovens**

Em todos os elementos já apresentados aqui está presente a questão do processo de formação que a vivência no “Coletivo 14 de Agosto” promove entre seus membros. Dos adultos às crianças mais novas, isso é sempre apontado. A tarefa primeira que o Coletivo cumpre é a da formação de um ser humano imbuído de outra racionalidade.

Gustavo, 5 anos, filho de Josiane, nasceu ali. Esteve sempre ao lado da mãe e de todas as outras pessoas. Enquanto ela trabalhava, Gustavo ficava nos arredores da cozinha ou ia acompanhar alguma atividade nas hortas, as vezes ia colher frutas com as outras crianças, ou ia junto para a roça quando iam de trator ou de moto. Nas reuniões, Gustavo também estava o tempo todo presente, brincando ou sentado junto a alguém, ouvindo. Por um tempo era o mais novo do grupo. Hoje já tem sua irmã, a Anita, de 1 ano e meio, e o primo, Pedro Guilherme, de poucos meses. Quando durante a entrevista coletiva eu lhe perguntei o que ele achava do Coletivo ele me disse:

**Porque eu acho muito legal, porque num fica trabalhando sozinho!** J: mas você faz algum trabalho? O que você faz? Eu também faço os trabalhos lá, mas lá, é bom que lá eu carpe e trato... É só cato quiabo também... Cato produto de quiabo... O negócio lá que eu trabalho, mas lá não faz nada... Eu faço, mas lá tem vez que eu brinco lá, mas os grandes dá negócio pra mim, pra mim ficar guardando negócio, ai depois... E guardar. Eu gosto de trabalhar, mas tem vez que eu brinco, na horta só pra brincar... J: Tem que brincar também né? Daí tem vez que traz merenda, aí eu fico aqui um pouco. J: tem que

trabalhar e brincar! G: hum hum. E eu cuido da Anita também (Gustavo, diário de campo, 2013).

Foram inúmeros os momentos em que eu vi esse processo acontecer ao longo da pesquisa. A compreensão do que é o trabalho coletivo e do que é o grupo se dá na vivência cotidiana. Evidentemente que as atividades e os graus de responsabilidade de cada um na tarefa ou atividade é diferenciado. As crianças realizam atividades menores, como ir buscar alguma coisa em alguma casa, colher as frutas que caem das árvores, desligar a bomba de água, avisar alguma coisa para alguém, molhar a horta, dar comida aos animais, etc. Nas reuniões, independentemente do assunto ser de interesse deles ou não, estão sempre presentes e aprendem, desde lá, as regras de funcionamento. Anne Gabriela deu um exemplo de como foi esse processo de aprender o que é o grupo e a sua proposta:

Se a gente fosse pra roça do Zé Prates ia todo mundo. Fazia o almoço lá. **Todos iam pra roça e a meninada ficava ali em volta brincando.** Ali até terminar o trabalho. E assim ia né! Terminava o trabalho nessa roça pulava pra outra. E assim até que teve a idéia de coletivizar. Então, aí esse processo de mutirão eram com todos né! Do assentamento. Quem queria! Mas depois que passou pro coletivo, aí muitos já não queriam entrar né! Nesse processo, que é difícil pra acostumar e pra viver, assim nesse processo. E daí, acho que nós tava em umas 10 famílias mais ou menos, muitas não quiseram entrar. Mas eu lembro que... eu não tinha muita noção né! **Naquele tempo sobre o grupo, mas era muita criança, era muita farra, eu lembro que eu gostava muito daquilo.** Mas só depois dos 13, 14 anos eu fui passar a entender porque do grupo né! J: E aí o que você achou? O que você entendeu? Então porque antes eu achava tudo tão gostoso, aquilo tudo misturado. E comendo junto e tal. Mas aí depois eu fui entender. Eu me perguntava, né! Por que o grupo? Pra que que serve? O que, que muda né! Mas aí vem todo esse processo do capital, do governo... J: Aí que começou a cair a ficha assim!? A entender, a cair a ficha assim, cê tá doido! Isso aqui é uma luta contra todo esse Estado capitalista que no impõe a horrores e... mas enfim, fui inserindo nas atividades... J: Mas cê achava antes de ver isso. Você ficava vendo as diferenças de você com as outras famílias? Tipo via a diferença. Mas eu não entendia. O motivo assim. Eu achava que era um jeito mais gostoso de se viver que né! Mas tipo assim, eu não entendia porque financeiramente fora tem um retorno melhor. Mas dentro d grupo tem a convivência, tem o amigos, tem a família né! É um... todo um processo. Aí é complicado de explicar isso... J: E a partir do momento que você entendeu você achou bacana? Aí sim né! Aos poucos não foi de uma hora pra outra... foi aos poucos eu fui entendendo... (Anne Gabriela, 2013).

Da narrativa de Anne podem-se observar alguns aspectos importantes: a criança vai participando do trabalho dos pais e assim é apresentada para ele, num processo importante de socialização, que num contexto urbano, em que os pais trabalham fora de casa demora um pouco mais para acontecer, mas também ocorre. Como eram muitas crianças juntas, quase

todas da mesma idade, esse momento de trabalhar era lúdico e assim, nesse espaço de brincadeiras, iam aos poucos se apropriando dos conhecimentos necessários para a prática agrícola e dos conhecimentos para o trabalho em cooperação. Mas a compreensão do sentido do trabalho empreendido por eles e do modo de organização só é captado por ela posteriormente, quando chega à idade adolescente. É aí que se insere na discussão política propriamente dita. Já conhece o discurso, provavelmente, mas é nesse momento que entende o que significa a diferença entre o modo de vida deles e o dos vizinhos. A participação nos movimentos sociais também ocorre desde que são pequenos, e lá existem práticas destinadas exclusivamente a cada idade.

O assentamento conseguiu, com muita luta dos pais, manter a escola que existia desde os tempos do acampamento, mas ela só funciona até o 6º ano. A escola tem como princípio fazer uma educação voltada para a realidade do campo. Quando esse período chega ao fim, as crianças precisam ir para a Escola-Pólo do município e lá se deparam com outra proposta pedagógica. Estudar é um instrumento para acessar uma vida diferente, almejada, de preferência na cidade. Este discurso é dirigido a todos os camponeses. E é então que os jovens do Coletivo entram em conflito com a escola:

É, na maioria das vezes os professores perguntam, falam assim pra gente: “não vocês tem que estudar porque tem que arrumar um bom emprego e tem que ser alguém na vida, né?” Aí a gente fala: **“ué, professor, mas tem muitas coisas que a gente já é alguém na vida”**, mas aí ele fala: “ não, mas tem que arrumar um bom emprego, ter diploma pra ganhar bem, não sei o que e vai inventando essas lorotas...” (Daniel, 2013).

O emprego e o diploma são os símbolos que permitem dizer que a pessoa é alguém na vida. O discurso da escola – que é rural - deixa de fora todas as outras formas de ser existentes para além do universo urbano e do conhecimento científico. Ele dá um status marginal à condição de vida dos próprios alunos. É menos importante ser agricultor do que ser um engenheiro, um advogado ou um comerciante. Como diz Fred , confunde-se a necessidade de estudar, de conhecer com a de ter um emprego.

Pois é, as pessoas confundem muito isso, né? Relacionado a gente sair e trabalhar para estudar. Há um interesse de estudar, há uma vontade de estudar, mas não simplesmente estudar para ter um diploma, pra eu ser um profissional de uma determinada área. Eu, particularmente, eu... a professora até perguntou o que eu queria fazer e eu queria fazer alguma coisa na área social, aí ela falou, ‘ué, mas você quer ser professor?’. **Não, eu quero estudar pra eu ter conhecimento e saber sobre a determinada área, não é porque eu tenho que ser professor. Até porque uma profissão eu já tenho, né? Eu sou agricultor. Eu moro no sítio.** É que se eu passar quatro anos numa faculdade fazendo um curso de Sociologia, por exemplo, e ser um

agricultor isso eu perdi quatro anos. Isso na visão capitalista, na visão do sistema (Fred , 2013).

... Então assim, o, lá no trabalho, lá na reunião é um debate bonito por causa disso: tem vezes que os meninos chegam da escola e ficam ‘pê’ da vida, ficam nervosos porque entram em debate com o professor. , uai. Eles entram em debate com os professores. Desde a produção até a política... (Téo, 2013).

Com isso eles tecem uma forte crítica à visão instrumental do conhecimento no capitalismo. Como afirma Marinês, é como se o grupo vivesse duas realidades distintas. Uma que é a da vida no interior do Coletivo e outra que é essa lá de fora, de quando se deparam com esse tipo de discurso.

Porque aqui dentro do grupo a gente vive uma coisa, discute uma coisa e implanta uma coisa. Quando eles saem da porta do grupo pra fora, que é pra escola, ali é a implantação do capitalismo. **Então você vive uma coisa dentro do grupo um período do dia, todos os dias letivos. As crianças estão vivendo outra experiência onde eles são estudados para o emprego e para vida social, que ele tem que ser alguém na vida e se tiver um bom diploma e um bom emprego. E esquece o campesinato que na escola, a educação não educa para a agricultura ... então essa é uma das nossas grandes dificuldades.** Dentro da ganância do capital, que cada um de nós tem um pouquinho disso, porque se a gente não tivesse um pouquinho de capitalismo dentro da gente, a gente não importava como tava vestindo, como tava comendo, não precisava de se preocupar com muitas coisas... Mas isso fala muito alto, principalmente na molecada que lá na escola eles veem o aluno com tênis diferente... aí o professor diz: “você tem que ser alguém na vida, você tem que estudar...” Então a educação fala muito forte nisso aí. O Ezequiel não tá aqui agora pra confirmar, mas ele chegou em casa bravo esses dias e falou assim pra mim: **“mãe, hoje eu fiquei bravo na escola porque aqueles moleques que moram ali na beira da BR (e citou o nome dos meninos) disse que não são camponês! Agora como é que eles não são camponês se eles moram no sítio igual nós aqui? Só porque tá na beira da BR eles não são camponês?”** Então eles tem uns debates entre os próprios alunos. (Marinês, 2013).

O encontro dessas duas significativas vivências – a da vida e trabalho coletivo e a da escola, onde passam metade do dia – faz com que percebam que estão em jogo, em um e em outro, projetos de sociedade diferentes. Os pais, não desistem de travar esse embate com a educação procurando criar sempre situações que escancarem essa realidade para os menores. Mas o problema do acesso a bens de consumo sempre escapa, até mesmo aos mais velhos.

Então esse negócio, Juliana, ele traz frente a frente apenas um grupo de 42 pessoas que estão de frente com esse modelo. E futuramente as pessoas que vão conduzir a ideia coletiva são essas pessoas educadas por esse sistema. Aí que traz o problema pra nós, interno. Porque nós estamos nas ondas dos celulares, dos notebook, de uma série de

coisa, cê entendeu? A criança vê, sai daqui, vivendo no auge, numa situação que muitos gostariam de estar, mas ele não consegue ver, ele só consegue ver isso lá. É a calça jeans tal, o tênis tal... **Então, pra isso a escola contribui pouco. Pra essa ideia a escola tradicional contribui pouco, a educação, vamos dizer, contribui pouco. A escola não tem nada a ver, na verdade, com a situação.** Essa realidade de você ter um dinheiro, porque nós precisamos de tanto por mês, porque fulano vai na festa e tal ... nós já tivemos aqui - coisa positiva demais que eu acho, e nas duas vezes infelizmente eu não pude estar mas gostaria – é que nós vamos pra festa ali então nosso dinheiro é pequeno. Então a gente vai lá faz o almoço coletivo nosso lá na festa. Festa tradicional que tem na comunidade, faz o almoço, o pessoal do coletivo almoça, fica próximo, a gente almoça junto lá. Mas isso não é muito bem viável, não é bom, né? O bom seria se eu tivesse o meu dinheiro, se eu chegasse e comprasse o meu churrasco, a minha cervejinha... Então esse negocio aí ele vem muito de frente com nós, né? É a realidade mais próxima e desastrosa que nós temos (Pitinho , diário de campo, 2013).

Juliana, eu quero ressaltar uma coisa: mesmo com essa escola desse jeito, capitalista, aqui há uma diferença. O Daniel, ele não é menos gente porque não tem o tênis, o celular. Ele é ele, com as convicções dele e tal... e assim são praticamente cem por cento dos nossos adolescentes e jovens. Eles tem aquela tradição, que é antiga na roça – comprar roupa nova – não, nossos meninos passam três anos, quatro anos sem comprar... não sei, pelo menos as minhas, a maioria que eu observo... não digo cem por cento, mas a grande maioria tá tranquilo. Opa! Não tenho aquele tênis ou aquele celular, mas eu me garanto. Sou uma camponesa, sou um camponês, estou bem, não estou pior, não to deprimido porque eu não tenho o celular ... É diferente quando você olha do ladinho ali que não é do coletivo, a menina bate o pé e quer o celular. Ela tem que ter senão não vai ser aquela pessoa. E quando ela tem o celular ou aquela calça jeans ela é um ser humano muito superior aos demais porque o capitalismo conseguiu implantar isso nela. As nossas é diferente. **Nós conseguimos fazer diferente. É necessário mas não é tão importante, né? Você pode sobreviver sem e você pode lutar pra ter o que você precisa.** (Maria Estéla, 2013)

A manutenção cotidiana desse modo de ser que questiona a política precisa ser gerida pelo grupo e a educação é parte desse processo. Isso não significa que não existam conflitos entre eles com relação a essa temática. Não há como garantir que todos, em todos os momentos, sintam-se satisfeitos com suas condições de vida, que já vimos, carece ainda de bastante elementos. Mas há um esforço para gerir isso no dia-a-dia.

É como se o campo não precisasse também desses conhecimentos. Ah, mas pra que campo quer psicólogo ou sociólogo? Nós precisamos de conhecimento. Conhecer, aprofundar e como nós não vivemos só pra nós, mas pra sociedade, repassar nosso conhecimento para os outros. Entao eu acho que esse é o principal objetivo. Ele pode até fazer uma faculdade de Matemática, de Química, de Física, mas ele não vai ter utilidade só dando aula. Vai ter utilidade pro movimento social, pro próprio assentamento, pra

conseguir definir um punhado de coisas que precisa ser definidos. Se faz biologia, não é só pra ir pra sala de aula, é pra conhecer melhor a terra, o sistema biológico... nós pensamos nisso. A Anne uma época falou: ‘Ah, eu vou estudar pra que? Eu não quero sair daqui!’ Ai eu falei, isso tem tempo já: “Mas minha filha voce não precisa de sair daqui. Quem falou que precisa sair daqui? Estudar precisa sair do campo?” Estudar é justamente para reforçar o campo. Nós estamos numa briga, numa demanda do êxodo rural. Se a gente reforça o campo, a gente reforça a permanência do homem no campo. (Luciomar, 2013).

Quando se pensa em educação do campo e para o campo, corre-se o risco de cair também naquilo que gera a ruptura do camponês tradicional com esse novo modo de ser camponês que eles perseguem. Para alguns camponeses, o modelo da agricultura brasileira convencional é o interessante. As escolas rurais existentes que trabalham na perspectiva de uma educação para as atividades agrícolas, como a “Escola Família Agrícola” (EFAs), existentes em diversas regiões do país também são objeto de crítica por parte deles:

Esse é um trabalho diferenciado que a EFA fazia que hoje, eu pelo menos passei a observar, parece que abriu mão é de trabalhar os filhos dos camponeses pra eles continuar tocando o trabalho do camponês no campo né! Agora nós chegamos á conclusão de não mandar o Fred pra EFA de Ji-Paraná porque a influência da “Casa da Lavoura”, a influência duma burguesia média do campo é muito grande ali dentro. Então eu falo que abriu mão por isso porque hoje... J: Tá ensinando o quê a EFA? As EFAs virou a maioria das pessoas que se forma na EFAs são grandes balconistas das lojas agropecuárias, bons balconistas das lojas agropecuárias né! (Leôncio, 2013).

Com relação às possibilidades de escolha de lugares onde estudar, todos os jovens são unânimes em responder que só fariam uma faculdade se fosse vinculada ao MST e MPA, em que fosse possível conciliar a vida no assentamento com o estudo. Essa é outra demanda importante: para esses jovens o trabalho é a própria vida, é no próprio lugar em que vivem. O estudo é interessante na medida em que possibilitará que aprimorem esse espaço de vida. As possibilidades de fazer uma faculdade nos países vizinhos que possuem convênio com os dois movimentos são grandes. É possível hoje cursar Medicina em Cuba ou na Bolívia. É possível também frequentar as graduações brasileiras também vinculadas ao MST e que incluem cursos como Geografia, Pedagogia, Agronomia, etc.

A professora esses dias até perguntou o que eu queria fazer, que eu podia fazer a faculdade de uma matéria exata porque eu era bom nas matérias exatas... que eu ia ser um professor e tal e ia ganhar bastante dinheiro... mas aí eu falei pra ela que não significa nada pra mim eu ser um camarada, eu posso ta ganhando o dinheiro que for e saber que tem um milhão de pessoas passando fome e num... Essa convivência coletiva não dá pra gente essa liberdade de ser “eu”, ou eu me realizar individualmente. Pra gente se realizar como

um todo tem que ser nos espaços coletivos, é através do coletivo, através das ações coletivas. Então isso pesa bastante, essa coisa do coletivo, porque nós crescemos sendo coletivo. E aí pra você ir pro mercado de trabalho, que é o mais dito aí pelos professores do Ensino Médio – que é onde tá formando pra ir pras faculdades – ensina essa questão da competição, que você tem que ser o melhor e nós não vivemos isso, nós vivemos o todo, vivemos o coletivo, nós crescemos junto (Fred , 2013).

Fred resume a questão do peso que a experiência coletiva tem para eles. Ainda assim, sabe-se que esse é um assunto que não se encerra agora, só porque disseram que sentem as coisas dessa maneira. Mas parece que há grandes chances desses jovens seguirem adiante com o Coletivo, caso outras condições sejam resolvidas a contento. Ao que parece, o processo de educação que esses anos de vida coletiva proporcionaram tem muito mais peso do que as necessidades gritantes do mundo capitalista. Voltando a falar sobre o pequeno Gustavo, Ana Isabel diz:

Quando você conversa comigo e você conversar com o Gustavo você pode perceber que tem anos de diferença. O Gustavo é muito mais socialista do que eu. O Gustavo é muito mais coletivo do que eu. Mas é porque ele nasceu aqui dentro e ele tem isso regado, ele tem isso cultivado. É claro que se não cuidar disso ele vai perder ao longo do tempo. Mas se isso for zelado pelo conjunto ele vai ter no sangue dele, na alma dele, todo o sentimento da importância de fundo que tem o grupo Coletivo. E aí isso é o que garante que vai ficar. (Ana Isabel, 2013).

## **5. A importância da renda no Coletivo 14 de Agosto**

Ao tentarem combinar o político com o econômico, as dificuldades surgem. Como gerar renda sem abandonar os princípios? Como conquistar uma situação de menos dependência do mercado externo? As falas que vimos ao longo do texto sustentam um modo de viver bem, e os indicadores ultrapassam dimensão da renda monetária. Teoricamente, os jovens seriam os mais afetados por essa política do Coletivo porque, ao contrário dos outros jovens da mesma idade, da escola ou do assentamento, estes não podem ter tanto acesso a celulares, roupas de marca, cosméticos, motocicletas, etc. Entretanto, foi interessante perceber durante as conversas com eles que é essa nova geração de militantes que amplifica o valor da vida em detrimento do dinheiro.

A discussão a ser feita é muito mais ampla do que o simples acesso dos jovens a bens de consumo, pois passa, principalmente, pela questão da permanência ou não destes no campo. De acordo com Malagodi & Marques (2007) ficar e sair do assentamento precisam ser consideradas estratégias complementares que ocorrem baseadas nas condições objetivas das

famílias e pelos sentidos (condições subjetivas) que as alternativas existentes possuem para os jovens no que diz respeito ao seu projeto de vida. Sendo assim, os efeitos dessas condições não são iguais para todos. Dois jovens podem ter pontos de vista muito diferentes da mesma realidade e construirão estratégias diferentes também. O que significa dizer aqui também que não há um jovem essencial, mas possibilidades de ser jovens datadas e localizadas.

Os jovens do grupo se posicionaram em relação à vinculação da renda com seus projetos de vida. A começar por Fred que diz qual é a filosofia por detrás do trabalho coletivo, reafirmando com isso o caráter político da autonomia que acreditam estarem conquistando:

É que a filosofia de trabalho no coletivo é diferente. É mais na questão social, não tanto econômica. A gente trabalha pra subsistência e isso que as meninas estavam dizendo que a comida a gente tem... a gente vive assim ... não tem aquele excedente, aquelas coisas supérfluas, mas o básico porque a gente trabalha para isso. Tanto é que nós compramos poucas coisas de alimento e o que tem problema de alimentação assim, essas coisas são resolvidas dentro do grupo. De alimentação, de saúde e o que não cabe às famílias, aquilo que não dá pras famílias resolverem, é resolvido dentro do grupo. A filosofia de trabalho nossa é o trabalho para a sobrevivência de um jeito mais social. Não é, por exemplo, como existe os tipos de... ah, a maioria do campesinato em Rondônia que trabalha com um tipo de coisa pra comprar as outras coisas. E aí precisa do dinheiro porque não tem a produção, não tem como conseguir aquilo e há a necessidade do dinheiro. Diferente do nosso caso que, pra maioria das coisas aqui, não precisamos do dinheiro. E essa não é a nossa visão. **É viver bem. É claro que se tiver uma condição econômica mais favorável também melhor ainda pra gente viver e tal , mas não é que impede ...** E nem que no individual a gente teria essa condição econômica que também pode ser que não tenha. Eu acho até que é menos provável ter essa condição econômica no individual... (Fred , 2013).

A necessidade da renda é indiscutível, se ela puder melhorar a vida deles, mas não é esse o foco deles. No trecho abaixo, Jussara começava a falar quando foi interpelada por Sara para que explicasse melhor seu ponto de vista:

Jussara: A gente com certeza quer um pouquinho pra gente comprar umas coisas, mas não é tão assim, pensando em dinheiro, em ganhar aquela coisa...

Sara: Explica certo, Jussara . Tem diferença sim. Algumas coisas tem. Algumas coisas não... Por exemplo, elas não falam ali, mas questionam que tinha que ter pelo menos um pouco de dinheiro pra comprar creme pro cabelo, pra comprar uma roupa de vez em quando, esses tipos de coisa assim, ne, que precisa de ter o dinheiro... **Não é porque o dinheiro não faz falta.** Tem diferença sim. Em algumas partes tem, em outras não. Sobre a comida, essas coisas de remédio, assim, não faz falta. Quando adocece ou... a comida não falta, né? Mas sempre tem o questionamento em outras partes...

Jussara: Eu disse assim que não faz falta porque aqui, que nem, as pessoas recebem Bolsa Família, não faz tanto falta por causa disso. Individual ali também tem o



dinheiro. **Mas por parte de você ganhar todo dia pra mim não faz tanta diferença porque a mãe – bom, talvez quando a mãe parar de receber o Bolsa Família, eu possa perceber a diferença, mas por enquanto não.** E tipo assim, no individual a gente tem que trabalhar pra comprar tudo – alimentação, os gastos de casa, roupa e tudo mais – mas no grupo é diferente. **Lá em casa mesmo a gente só compra assim os gastos de casa, às vezes alguma roupa, mas tipo assim, alimentação a gente não precisa comprar igual individual.** (Sara e Jussara, 2013).

Os jovens sentem necessidades de consumir algumas coisas individualmente. Não há dúvida de que o Bolsa Família tem um impacto importante na organização das famílias, mas não chega a ser capaz de suprir essas necessidades, como Sara apontou. A renda pode ser sim um obstáculo na permanência de alguns desses jovens, mas não é a única determinante, como o que aconteceu na saída de um dos jovens do grupo. Ele saiu do Coletivo e do assentamento e foi trabalhar como caixa de supermercado na cidade vizinha. Ficou ali por algum tempo e depois retornou a casa do pai – que também já participara do grupo - mas não mais ao Coletivo. A primeira vez que o encontrei depois da saída do Coletivo foi na Festa Camponesa, em agosto de 2011, realizada em Ouro Preto d'Oeste.

Numa das manhãs, logo após a apresentação da mística dos jovens do “Coletivo 14 de Agosto”, uma pessoa me cutucou. Quando virei, não acreditei. Era João. Abriu um sorriso e me deu um forte abraço. Fiquei surpresa ao vê-lo ali e quis saber como estava a vida depois da saída do grupo. Contou-me que estava morando com a mãe naquela cidade e trabalhando de caixa no supermercado local. A vida estava difícil, disse que sentia muita falta do Coletivo, mas que ainda não queria voltar. No supermercado ganhava seu salário, apesar de trabalhar muito e quase não ter folga. Estava cansado. Por enquanto, a experiência de sair do assentamento ainda estava valendo à pena. Achei interessante o ponto de vista dele. Queria saber o que era o trabalho e a vida fora de lá. E estava entendendo uma porção de coisas que só vivendo era possível. Ele nunca tinha saído do assentamento. Sua vivência toda tinha sido aquela. De repente, saiu para prestar vestibular<sup>98</sup> e acabou conhecendo outra parte do mundo. De repente, sua família sofreu um abalo e ele quis uma experiência nova de trabalho. Mas o afeto, o carinho e a saudade do grupo tinham deixado marcas nele (diário de campo, 2011).

As condições familiares não contribuíram para que ficasse no assentamento, muito menos no Coletivo. Mas havia a vontade dele de conhecer outra realidade de trabalho, como experiência de vida. Sair do assentamento não significa necessariamente romper com os laços, mas uma fase de uma trajetória marcada por múltiplos movimentos e que mantém o assentamento como porto seguro para onde se pode sempre retornar.

---

<sup>98</sup> Logo que terminou o Ensino Médio, resolveu prestar vestibular em alguns estados do país, mas não conseguiu se classificar nas provas.

Mas para os jovens do Coletivo, há outros elementos a serem considerados, como a experiência política que vivenciam no cotidiano, mencionada acima:

Eu acho que tem por causa da nossa formação. Como nós crescemos nesse modo de vida diferente dos outros, com contato com os movimentos sociais que não ensina a gente só ir trabalhar na cidade moldado pelo sistema pra só escorar uma fábrica que molda os jovens. Aí nós não tivemos essa mesma educação dos outros que já faz, já termina o terceiro ano moldado pra ir trabalhar no Gonçalves (supermercado). É outro modo de vida, de ver o mundo diferente (Camilo, 2013).

Nessa mesma linha de raciocínio, Ana Isabel e Maria Estélio fazem também suas considerações. Ana Isabel traz a realidade da situação do jovem no campo como algo com o qual terão que lidar, que é imprescindível que seja pensada. Felizmente o Coletivo ainda pode agarrar-se a formação política proporcionada pela vivência de anos e anos ali, mas para ela é uma questão urgente a ser resolvida.

Agora a renda é pra nós um desafio. Por mais que os meninos colocaram – muita generosidade da parte deles dizer que não faz falta – mas a gente sabe que se for mexer, a grosso modo, não faz, mas hoje isso é real no campo brasileiro, a juventude... a principal demanda da juventude no campo é renda. E pra ela ficar no campo, a renda é uma condição. Pra você resolver um bocado de problema que você acha que vivendo na cidade você resolveria. Não é o caso dos nossos, mas não é que a renda deixa de fazer falta. Eles não deixam o campo e vão pra cidade porque eles tem esse outro lado que o grupo Coletivo também proporcionou que é da formação política, da formação ideológica, da formação social. Eles sabem que ir pra cidade é se tornar escravos ou jogados a própria sorte, como tantos que já tem lá. Mas que a renda faz um efeito faz. A gente sabe que isso é normal, então é um desafio que a gente tem. O trabalho que a gente faz, por várias razões, nós ainda estamos nesse estágio que a distribuição de renda ainda é deficiente. E a gente precisa olhar pra isso, trabalhar isso, numa perspectiva de que num médio prazo a gente consiga dar passos importantes nessa direção. E eu to falando do poder pegar no dinheiro, ne? Claro que muita coisa que o grupo tem adquirido com recurso próprio do grupo, muita coisa, que muitos outros em roda de nós não tem, mas a gente sabe que tem essa necessidade. Não é aquela coisa exorbitante, por isso que eu falo que são coisas que o grupo vai poder resolver num médio prazo (Ana Isabel, 2013).

Maria Estélio também aponta essa qualidade dos jovens que fazem parte do grupo como algo a ser levado em consideração e amplia a discussão da renda para outro nível.

Agora, nesse momento faltam coisas. E talvez falte mais por causa da nossa organização mesmo, do nosso esforço, das nossas condições de mão de obra e tal, mas dependendo do nosso tipo de organização nós poderíamos também dar uma.... Nós poderíamos estar melhores agora. **Mas assim, se agora falta uma renda pra eles, eles tem uma coisa do futuro, que é o que a gente poderia dizer, garantia de que eles vão estar inseridos, não vão ficar isolados. Nós não somos isolados. Nós temos**

**onde nos apoiar.** Eu acho que é uma série de avanços que se a gente for olhar a questão da renda, pega muito. Só que aí, eles mesmos estão dizendo: “ah, dinheiro é importante, tem que ter”. Mas só que eles estão considerando essa questão do espaço de vivência. Se você observa, eles consideram isso muito mais do que a falta de bens materiais (Maria Estélio, 2013).

Maria Estélio traz para a discussão um ponto importante: o que é que define riqueza e pobreza, afinal? Como se viu, a renda não pode ser considerada um indicador de autonomia isoladamente. Scopinho (2011) também se deparou com a mesma questão no assentamento estudado. Ali riqueza era poder conviver com a família e com os vizinhos no assentamento, visto como lugar de realização da vida. Diante disso, concluiu que está na hora de avaliar essas experiências a partir de outros critérios e indicadores, já que os existentes “por serem incompatíveis com a lógica das organizações autogestionárias, tornam parcialmente invisíveis os seus resultados econômicos e sociais” (2011, p. 31). Quanto à importância entre conciliar o político com o econômico, não resta dúvida de que todos pensam de forma parecida. Querem subverter a lógica puramente econômica do modo de produção capitalista, escapando das armadilhas do consumo desenfreado e qualificando cada vez mais as consciências.

Entretanto, em relação à operacionalização dessa visão no cotidiano não parece haver tanto consenso. Como provedores dos mais jovens, os adultos tem a responsabilidade de, minimamente, garantir o consumo interno do grupo com a produção. Por mais que tenham reduzido as atividades de comercialização a um nível muito pequeno, ainda precisam garantir algum dinheiro “em caixa”, portanto, precisam produzir e comercializar. Dentro do próprio grupo há distintas fontes de renda: aposentadorias por questões de saúde – daqueles que adoeceram ou se acidentaram-, a contribuição dos movimentos sociais aos seus militantes e um caso de assalariamento<sup>99</sup>. O Coletivo entende que a realização de diárias não deve ser uma prática recorrente entre os membros do grupo, já que esta é considerada um tipo de exploração de que – teoricamente - não necessitam mais, como já disseram. Disso decorre que, na falta de gerar renda suficiente para todos, cria-se uma diferença de condições de vida dentro do Coletivo. Aqueles que possuem uma ajuda externa, uma relação de trabalho assalariado, ou mesmo a aposentadoria, acabam garantindo para o consumo da própria família elementos que os outros não conseguem.

---

<sup>99</sup> O caso de assalariamento é da professora da escola cuja família participa do grupo desde o seu surgimento. É uma exceção, pois a relação de assalariamento também não é vista como positiva no contexto da luta de classes da qual se percebem parte.

Isso parece demonstrar que, por mais que considerem tudo como trabalho<sup>100</sup>, existe uma distinção entre o que é trabalho para o Coletivo e o que é o trabalho para dentro das famílias. Anne Gabriela, cuja mãe é professora, contou como essa situação de assalariamento incidia diretamente sobre a sua vida no grupo. Para ela, apesar de essas pessoas contribuírem com o Coletivo, repassando uma parte da remuneração externa para o caixa comum do grupo, ainda assim houve um tempo de muitas discordâncias internas com relação a isso. Ela era mais jovem na época e sentia na pele esse desacordo uma vez que a polêmica estava presente também entre os mais novos do grupo, que viviam brigando durante o trabalho. A repercussão disso para ela e para outros que eram parte dessas famílias era a de muitas vezes terem que trabalhar sem receber nada na divisão das sobras, o que a deixava indignada.

Era muito confuso, muito ruim. Confuso demais. Isso era o que eu mais achava ruim, que eu sofria assim. Tinha vez que eu chegava em casa chorando. E daí tinha as divisõeszinha né! **Que a gente trabalhava e sempre tinha as divisõeszinha né?** Eu lembro que eu e o Fred éramos os que menos pegavam no dinheiro. Porque como nossos pais tinham o dinheiro, então nós pegávamos menos que os outros. Podia ter trabalhado mais, mas a gente pegava menos. E quando vinham questionar, a gente falava, não, mas a gente pega menos do que você. J: Mas que tinham sentido dentro da lógica do coletivo, não? Justo e eu lembro que eu ficava brava porque eu não achava certo. Oh! O dinheiro é da minha mãe. E eu quero o meu dinheiro porque eu trabalhei!(Risos) (Anne Gabriela, 2013).

Apesar de Anne referir-se a essa como uma situação do passado, esse problema parece persistir ainda. A ausência de uma renda mais estável incide diretamente sobre a vida das pessoas que chegaram depois do assentamento ao Coletivo. A área coletiva acabou sendo dividida em dois núcleos – daqueles que moram no centro, próximo à cozinha e dos outros que estão mais distantes, morando na área do pasto, próximo à rodovia. As condições de vida nesses dois espaços são claramente diferentes. Quando a pesquisa teve início, apenas uma família residia na área mais afastada. Dois anos depois, outras duas famílias mudaram-se para lá, tão logo saíram os créditos para construção das casas. Na época, não havia energia elétrica e a água utilizada vinha de um riachinho próximo, não havia uma caixa d' água como nas outras casas. Essas famílias também não possuem fontes de renda externas, a não ser o Programa Bolsa-Família, já que não pertencem oficialmente ao quadro de militantes dos movimentos nem estão aposentados.

Segundo relatos desses, recentemente ocorreram situações relacionadas a problemas de saúde que o Coletivo não pôde arcar com os custos: uma gravidez que exigiu maiores

---

<sup>100</sup> Como disseram antes, Téo e Maria Estélia.

cuidados médicos e um problema odontológico. Ambos os problemas acarretaram às famílias endividamento e ocasionaram a realização de diárias por uma delas. Mesmo descontentes em fazer esse tipo de trabalho extra, essas pessoas entendem que é por meio dela que conseguirão chamar atenção para o seu caso dentro do Coletivo. A produção do desvio, chamando a atenção a partir daquilo que não deve ser feito, é uma forma tática (CERTEAU, 1990) de problematizar as diferenças que levam a uma desigualdade dentro do grupo. Nem sempre as diferenças levam a desigualdades, elas podem ser usadas como fonte de empoderamento ainda maior das pessoas (PISCITELLI, 2008). Especialmente neste caso, a diferença de rendimentos dentro do grupo produz diferentes necessidades de geração de renda que culminam numa desigualdade.

Como já disse anteriormente, o grupo tem muitas dificuldades em cumprir a função de proteção social dos membros como um todo. Nesses casos, contudo, é preciso notar que a não geração de renda atrelada à visão de que vender a força de trabalho para outros significa exploração acabam compondo um cenário de vulnerabilidade social dentro do próprio grupo.

Ainda que para todos do Coletivo a questão da renda adquira um sentido vinculado à necessidade de viver melhor, entendido a partir de outra lógica, para estes outros, a ausência de renda tem um impacto profundo na realização cotidiana da vida – tanto em termos materiais quanto simbólicos, uma vez que implica numa desigualdade interna que não é resolvida pelo Coletivo, nem nos espaços deliberativos nem no cotidiano. Para além das necessidades materiais, a dificuldade de se falar sobre esse assunto com o grupo todo cria um sentimento de frustração em relação à proposta coletiva que essas famílias se propuseram vivenciar.

Sen (2000) sugere que para analisar a pobreza é preciso pensá-la em termos dos múltiplos fatores que podem condicionar a situação nesses moldes. A renda é apenas um dos aspectos a serem considerados. Ele chama de ‘capacidade’ a liberdade das pessoas para fazerem as mais diversas escolhas. **Estar privado dessa capacidade de combinar suas escolhas é o que para ele seria considerado pobreza.** Apesar de parecer uma perspectiva focada no indivíduo, o autor segue definindo o que seria essa liberdade e, nesse sentido, amplia essa visão. Construções sociais de gênero, raça e idade, bem como localização, condições epidemiológicas, todas elas afetam diferentemente cada grupo, de acordo com as diferentes combinações possíveis, colocando-os em situação de privação de liberdade.

Alinsky (1965) entende a pobreza como falta de poder. Mais do que uma questão de dinheiro, trata-se também de uma questão de poder político ou como ele diz, de “pobreza política” (1965, p. 6).

Poder político e liberdade são elementos imprescindíveis naquilo que se pode definir como um estado oposto ao da pobreza, que não seria necessariamente a visão tradicional de riqueza. Nessa perspectiva, o Coletivo – e dentro dele, as pessoas individualmente - está condicionado por construções sociais que o impedem de fazer escolhas livremente: não possuem dinheiro, são camponeses, na sua maioria, negros, mulheres e crianças. Sem falar que, do ponto de vista da sociedade, são sem-terra, independentemente de terem ou não a própria terra. Por outro lado, nenhuma dessas condições pode ser tomada como se só houvesse um sentido atribuído a elas. Por exemplo, não possuir dinheiro, como já vimos, pode não ter tanta importância como teria para outro grupo de jovens, em outro lugar, em outras condições. Da mesma maneira, as condições de identidade (idade, gênero e raça) podem<sup>101</sup> estar sendo redefinidas ali dentro, bem como o sentido da terra. Em relação ao poder político pode-se pensar que possuem clareza daquilo que querem para as próprias vidas e para a sociedade, porém têm dificuldades em operacionalizar isso no cotidiano, o que cria uma situação de desigualdade por vezes, perversa.

Tanto na relação entre eles, como com a sociedade estão esbarrando em obstáculos que impedem que construam a autonomia que perseguem. Por mais que tentem construir no cotidiano uma experiência de autogestão, as dificuldades são como telhados de vidro (de onde se vê acima, mas não é permitida a passagem) que não lhes permite galgar passos mais largos. Esses tetos de vidro acabam sendo reproduzidos no interior do próprio grupo na medida em que existem diferentes condições de vida. Essa última é uma tarefa que precisarão encarar mais firmemente caso desejem continuar sendo um Coletivo e ela passa por definirem coletivamente a importância da renda para o grupo.

A importância da renda é manter nossa juventude sendo parte do grupo. Porque se nós não conseguirmos uma renda dentro do grupo, a nossa molecada vai toda procurar renda fora. E ao procurar renda fora, como ela não é discutida dentro do grupo, cada um investe do jeito que quer. O seu tempo e a sua renda. E aí o futuro do grupo acaba aí (Marinês, 2013).

Mas a questão vai além e chega ao grande gargalo, como diz Luciomar, que parece estar na relação com o Estado que pouco se interessa pela realidade da agricultura camponesa,

---

<sup>101</sup> Sugestão para novas pesquisas.

no geral, e das experiências coletivas. Políticas públicas mal construídas e destinadas a favorecer um modelo de agricultura que não aquele ao qual se afinam. Não é a toa que o descrédito dos camponeses em relação a cooperação agrícola persiste: quando o Estado percebeu que a massa de camponeses assentados precariamente começava a desenvolver um modelo de desenvolvimento econômico de base cooperativa no início da década de 1990, a ofensiva contra o MST cresceu e culminou, no fim dessa mesma década, na extinção e modificação dos programas de créditos dessa espécie. A ação adotada, segundo Cristofolli (2012a) foi a de “montar estratégias deliberadas para a destruição da base econômica e política de sustentação do movimento naquele período: as cooperativas de produção e comercialização” (2012, p. 177). Disso resultou a inviabilidade e o dito fracasso de muitas das cooperativas agrícolas do MST.

Um dia, conversando com Ana Isabel, soube que as técnicas da EMATER tinham ido ao assentamento conversar sobre um edital que abrisse para as mulheres. Era uma chamada pública voltada para a produção das mulheres e havia um dinheiro a ser recebido. O problema é que, segundo Ana Isabel, para acessarem esse recurso as mulheres teriam que trabalhar com artesanato, o que soou completamente fora de sentido no contexto das mulheres do grupo. Disse ela sobre isso: “nós vamos ter que parar o trabalho na produção para fazermos artesanato agora?”. A política existe, mas para quem? Com que objetivo? Por que quase não há editais que financiem o trabalho das hortas ou da roça, ou a melhoria da cozinha coletiva?

O Estado precisa assumir seu papel na redistribuição da riqueza e da renda. O teto de vidro não é uma abstração, é parte do processo de construção social da marginalização de alguns grupos. Na medida em que pobreza é resultado de políticas públicas mal dirigidas ou de prioridades e escolhas dos governos, sua superação depende também de uma ação nesse campo. De acordo com Christoffoli (2012) o desenvolvimento das forças produtivas nos assentamentos de reforma agrária demandam ações de um peso político que o cenário atual do governo não comporta: transferência patrimonial para os assentamentos e um programa de desenvolvimento rural pautado por outro modelo de agricultura. Isso implicaria numa reestruturação do órgão do Estado responsável pela reforma agrária e uma política de massificação do crédito e da assistência técnica aos assentados.

Essa redefinição do Estado pressupõe, principalmente, compreender a pobreza e a riqueza a partir de outras bases. Não por acaso são as economistas feministas, mulheres que se percebem tolhidas em suas liberdades, que propõem a construção de novos parâmetros para pensar o econômico. Estas propõem uma reconceitualização na ideia de economia e começam

a desmistificar a noção de um indivíduo padrão, o *homo economicus*.<sup>102</sup> Toda a ciência econômica contemporânea, com exceção da marxista (por ser um estudo das diferenças/desigualdades e não das igualdades), se pautou por essa ideia. Marx e Engels, apesar de considerarem a importância de como as atividades domésticas incidem sobre a vida do trabalhador, não se aprofundaram na questão.

**Essa nova definição requer entender que a economia é uma ciência que deve ter indivíduos considerados em suas diferentes construções.** A heterogeneidade existente nos modos de ser indivíduo é baseada numa perspectiva que considera o ser humano como relacional. Para as economistas feministas, os indicadores de qualidade de vida devem ser construídos a partir desse pano de fundo. Dessa forma, outros fatores são considerados para se pensar o que é o bem-estar das pessoas (STRASSMAN, 2005). Não necessariamente o aumento no bem estar vem acompanhado de aumento nos rendimentos. E é possível pensar ainda, que mesmo entre um determinado grupo de pessoas, existam diferentes formas de perceber o bem-estar, o que implica em políticas diferenciadas ali também. Ao invés da mão invisível do capitalismo, Nancy Folbre sugere que se pense em termos de coração invisível, numa clara referência a ideia das relações de cuidado existentes nas interações humanas (NOBRE, 2005).

---

<sup>102</sup> Para os clássicos da economia, haveria uma *mão invisível* que conduziria os homens ao bem estar, não sendo necessário considerar suas diferenças. A sociedade seria a somatória de indivíduos indiferenciados. Este conceito deveria servir a todas as sociedades, indistintamente, sendo, portanto, *a-histórico*. A esses indivíduos corresponderia um comportamento comum, definido pela sua qualidade de *homo economicus*. Buscava-se o igual dentro das diferenças e não o contrário (CODAS, 2002). É ainda importante ressaltar que esse indivíduo é representado pela Foto do homem adulto, branco, heterossexual e autônomo para fazer suas escolhas. Ficavam de fora as crianças, os jovens, os idosos, as diversas etnias, os homossexuais e as mulheres.



# LUGARES DA COOPERAÇÃO

## A Cozinha Coletiva

A cozinha coletiva é um galpão de madeira construído num lugar central da área da maioria das famílias. O espaço do galpão foi dividido em três partes: uma pia com quatro torneiras e um tanque grande, destinado a lavar as louças e os alimentos. Esse espaço se abre para uma parte maior que inclui o fogão de lenha, um banquinho onde são colocados os temperos e a banha. No parapeito da janela sempre fica um garrafão de café. E há também um armário onde guardam a louça utilizada e algumas homeopantias. Por fim, há uma grande bancada que separa esse espaço do outro e onde são colocadas as panelas com a comida para que todos se sirvam.

Há uma abertura que permite a passagem de um espaço para o lugar onde as pessoas sentam-se para se alimentar e para fazerem reuniões, como as assembleias ou outras atividades sociais. É uma grande sala rodeada por bancos de madeira em duas paredes, em formato de semicírculo. Na outra parede há um freezer grande onde ficam armazenadas a água e outros alimentos, como as carnes e as polpas que fazem para vender. Essa sala tem uma porta que dá para fora da cozinha, um espaço composto por algumas mesas de madeira e bancos e recentemente coberto por broto de bambu, num telhado que os homens construíram para festa e que ficou ali até hoje. Essa é a frente da cozinha, para quem chega à área do grupo. Na lateral há outro forno a lenha, diferente, e agora um forno de pão recentemente construído. Há um tanque menor com torneiras, um moedor de café pendurado no telhado, uma mesa de metal grande que serve para fazer polvilho de mandioca. Atrás da cozinha há mata, algumas plantações e ao fundo na lateral, há o galinheiro. O chão, do lado de fora, é de terra batida. A comida que sobra ou os restos dos alimentos não aproveitados são despejados no mato mesmo, ali atrás. Há um recipiente para o lixo que não pode ser jogado na terra. Quando há u

Em uma atividade maior ou diferente, como a produção de pães para comercialização ou a preparação de festa, adicionam-se novas pessoas, em geral, mulheres, ao trabalho na cozinha.

Inicialmente, a cozinha funcionava com duas cozinheiras fixas que trabalhavam juntas na preparação de todas as cinco refeições do dia: café, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e janta. Além delas havia diariamente uma equipe formada tanto por mulheres do grupo como pelas crianças e adolescentes que cuidavam da limpeza geral da cozinha após as refeições. Lavam as louças maiores, limpam o chão e arrumam a cozinha. Ao contrário das outras frentes de trabalho, que possuíam uma coordenação e, portanto, planejavam seu trabalho, a cozinha coletiva não funcionava dessa forma. As cozinheiras não demonstravam interesse em constituir uma coordenação própria e participavam pouco das discussões mais gerais do Coletivo (apenas nas assembleias). Mostravam-se muito cansadas e insatisfeitas com o trabalho realizado, por vezes adoecendo ou trabalhando com dores no corpo.

Ao retornar, depois de passar bastante tempo sem ter condições de visitar o grupo, deparei-me com uma nova organização do espaço da cozinha coletiva. O galpão de madeira ainda era o mesmo de antes, porém havia nele uma quarta divisão. O forno a lenha que ficava no interior da cozinha e esquentava o ambiente de tal maneira que muitas vezes era insuportável o calor lá dentro, foi transferido para a parte exterior, no canto direito, onde já ficava antes o forno de pão e o tanque. Ali colocaram também o armário com os alimentos e as panelas. A diferença é que fizeram um telhado e as paredes de madeira e uma espécie de rede que permitia a visão de fora, como uma janela, na altura do fogão. Bem improvisado, mas bem melhor que o formato anterior. O simples fato de o fogão ter saído de dentro do galpão alterou a disposição para trabalhar ali. Era muito quente antes. A parte interna anterior à sala ficou destinada aos freezers e a esta outra ficou livre. Um espaço destinado apenas para a alimentação e reuniões. O lado de fora da cozinha permaneceu igual.

Encontrei também, para minha surpresa, uma nova organização do trabalho na cozinha e outro ânimo entre as cozinheiras. Elas tinham constituído uma coordenação, composta por duas pessoas – uma das cozinheiras adultas e uma jovem do grupo – e também estabeleceram que o trabalho na cozinha seria realizado em rodízio: uma semana uma dupla assumiria, na seguinte, outra dupla. Essas duas duplas foram compostas por uma das cozinheiras antigas e uma mais nova. Quando não estivessem na semana de trabalho na cozinha, estariam na horta ou em outra frente de trabalho. Era perceptível a diferença entre essa realidade e a anterior, principalmente em termos de satisfação em relação ao trabalho realizado (Diário de campo, 2011).

## LUGAR DE MULHER

Zé Pinto

Lugar de mulher não é na cozinha  
Lugar de mulher é em qualquer lugar  
Porque participar é coisa dela, é coisa sua, é coisa minha  
Só nessa linha o Brasil vai melhorar

Quem inventou que mulher é pra ser boazinha  
E pra ser macho o homem tem que dominar  
Essa história é de um atraso tão mesquinho  
Mulher não deixa esse fogão te escravizar

Pois se o rosa não é mais a cor da Rosa  
Se o azul também não é mais cor de João  
Se a mulher tá na indústria, na cozinha e no roçado,  
Nada de errado com o homem também no fogão

E a mulher se fez poema e  
foi cantada nos braços da viola  
Pintou os lábios com as cores da vida  
Viajou no sonho e acordou ferida  
Por esse sistema discriminador  
Fruto das ideias de animais que pensam  
E que alguns idiotas chamam racional  
Também faço parte desse dizer não  
Mas desse pecado não sou criador  
Por isso te clamo, mulher companheira  
Tu és poesia e eu sou cantador  
Mas que valeria nossa rebeldia  
Sem a coerência de plantar amor?

# CAPÍTULO 5

## PANELAS COLETIVAS

Parte do processo de coletivização do trabalho só foi possível depois que o “Coletivo 14 de Agosto” tomou a decisão de juntar as panelas de todas as casas num único espaço. A cozinha coletiva foi criada com o intuito de economizar nos gastos com a alimentação das pessoas do grupo e liberar parte da mão de obra feminina para o trabalho na produção. Ao longo dos anos a cozinha foi se revelando como um espaço de convivência e integração social das pessoas que compõem o Coletivo. De estratégia para facilitar o trabalho associado, a cozinha coletiva passou a ser também o motor do grupo, pois é o espaço de sociabilidade que dá unidade ao Coletivo. Considerarei a cozinha a partir dessas duas dimensões: o trabalho realizado dentro dela e a sociabilidade instaurada. Na dimensão cotidiana da organização do trabalho coletivo realizado dentro da cozinha algumas contradições surgem e mostram como a utopia do “Coletivo 14 de Agosto” enfrenta dificuldades concretas com relação ao sentido atribuído aos aspectos econômicos do grupo e aos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, que estão intimamente relacionados ao trabalho masculino e feminino.

### **1. Da terra ao prato: do alimento à comida**

No “Coletivo 14 de Agosto” a comida possui um sentido político. Do momento em que preparam o solo até quando a comida chega aos pratos ocorre um longo e cuidadoso processo de transformação do alimento em comida (WOORTMANN, 2006), imbuído de sentidos que giram em torno da militância por segurança e soberania alimentar. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas na transição para a agroecologia como já mencionei anteriormente, o grupo procura o máximo possível colocar em prática seus princípios. Ao se afirmarem também enquanto consumidores agroecológicos, exercem um papel político.

Essa transformação simbólica da comida é parte da necessidade de manter uma forma de sociabilidade em que seres humanos e natureza são partes constitutivas do mesmo meio. Surgem mediante processos sociais que atenuaram a familiaridade entre essas partes à medida que os recursos técnicos se interpuseram entre ambos (CANDIDO, 2001). Sementes e alimentos tornaram-se mercadoria na passagem dos processos ecológicos de reprodução para

os processos tecnológicos de produção, gerados pelo capitalismo no meio agrícola (SHIVA, 2003).

Feita em sintonia com os ciclos da natureza, essa prática promove um equilíbrio que caracteriza um processo artesanal de produção do alimento. O grupo procura obter apenas sementes sejam agroecológicas e/ou crioulas<sup>103</sup>, por meio de compra e principalmente, troca, tradição camponesa que vigora até os dias atuais e é fomentada nas feiras de sementes realizadas durante eventos, como a Festa Camponesa.

A preservação das sementes é hábito antigo entre os camponeses. Nos processos migratórios elas faziam parte dos bens transportados pelas famílias. A prática da troca é uma mística que expressa a reciprocidade entre agricultores e evidencia a percepção histórica da importância de selecionar as melhores sementes e trocá-las entre si como necessidade de sobrevivência de uma cultura camponesa. Trocar sementes evita, além disso, a dependência do mercado agrícola que capitaliza e sonha espécies de sementes importantes. Trata-se, portanto, de uma estratégia interessante de garantia de sustentabilidade econômica. Assim, se cria um estoque de diversos tipos de sementes, armazenadas em garrafinhas de plástico ou em vidros. No Coletivo, encontrei nas casas lugares destinados a esse pequeno estoque familiar e também conheci o espaço maior de estoque das sementes mais utilizadas:

O que me chamava atenção era um varal que atravessava a sala toda. Neste varal estavam pendurados muitos galhos, plantas e sementes secas, que eles disseram usar para o trabalho de saúde que faziam ali (as garrafadas e tudo mais). Numa prateleira, muitos livros escolares, livros de saúde, algumas fotografias dos filhos pequenos e várias garrafas de plástico, dessas de água mineral e refrigerante cheias de sementes. Perguntei para quê guardavam sementes e me explicaram que eram sementes crioulas, isto é, sementes nativas, sem modificações genéticas. Estas sementes serviam tanto para o uso do grupo como para troca com outros agricultores. As famílias devem ter seu estoque de sementes e levá-las para onde forem (Diário de campo, 20 de setembro de 2010).

Escolhidas as sementes, o solo é preparado para recebê-la. Depois da melhora do solo, é preciso roçar a terra, irrigá-la. Feito isso, ela está pronta para receber as sementes. É necessário cuidar do plantio diariamente. Seguindo o calendário lunar (ou governo da lua), sabe-se o tempo de plantar e de colher. A lua não é acompanhada como nós fazemos (nova, crescente, cheia e minguante), mas como forte ou fraca. Plantas fortes, nas luas fracas e vice e versa. Há tempos distintos para os plantios cujo interesse está nas raízes e outros para as

---

<sup>103</sup> Sementes nativas herdadas das gerações anteriores, conservadas e que passaram por um longo processo de seleção, melhoradas pelos camponeses, e por isso, mais resistentes às intempéries. Há diferentes espécies de sementes e dentro de uma mesma espécie, grande diversidade. Isso é garantia de sustentabilidade e relaciona-se à variação de cardápio na mesa das famílias.

folhas. Plantas fortes protegem o roçado, mas não devem ser usadas em terras fracas porque retiram a força do solo.

Era uma área média de terra com pequenos pés de mandioca. Com a enxada, Ana Isabel ia fazendo uma fileira de pequenos furos na terra, no canteiro entre os pés de mandioca. Ela me explicava que o feijão gordo não serve para comer, mas para adubar a terra. É uma espécie de remédio que vai ajudar a equilibrar a terra ali, que é muito ácida, fraca. Então, elas plantam, deixam crescer até florir e cortam as folhas. Deixam as folhas no chão e elas fazem o serviço de adubação sozinhas. Assim também acontece com outras plantas. Mostrou-me a mucuna que é própria para eliminar capim. É uma planta muito forte, não deve ser plantada em qualquer lugar. Mas quando tem que tirar o capim, é só colocar umas mucunas lá que dá certo (Diário de Campo, 2011).

Finalmente o alimento chega até a cozinha. Ali os legumes e verduras são lavados e preparados pelas cozinheiras que já sabem o que é de gosto do grupo e o que não é. O preparo desse alimento também é feito mediante um conhecimento histórico dos hábitos alimentares camponeses<sup>104</sup>. Assim, no “Coletivo 14 de Agosto” também não se come qualquer coisa em qualquer situação. Para os saudáveis, um tipo de comida. Os doentes não podem comer nenhum alimento ‘remoso’ e/ou ácido demais. Quem tem gripe, precisa tomar suco de frutas que esquentam o corpo, como a laranja, por exemplo, e evitar os alimentos “frios”.

Essas relações revelam inúmeras teias organizativas em que se constrói a comida de acordo com os sentidos da militância por uma alimentação saudável, entendida como fortemente ligada ao trabalho na natureza e a uma contestação do modo capitalista de pensar a alimentação, mas também ancoradas em práticas históricas mais ou menos familiares para os membros do coletivo, vindas de outras gerações.

Nesse mesmo sentido, a cozinha coletiva ao promover uma mesma refeição para todos, questiona a desigualdade existente entre os que podem comer bem e os que não podem porque estão em situação social, política e econômica desfavorável. A luta por segurança e soberania alimentar passa dessa forma pela concretude da cozinha coletiva no “Coletivo 14 de Agosto”. Lurdes, que pouco quis se manifestar durante a pesquisa, ressaltou a dimensão da equidade que a cozinha coletiva proporciona a eles:

Ali o que tiver todo mundo come. É diferente do individual, em que cada um come melhor que o outro. Ali não, se tiver arroz e feijão todo mundo come, se tiver carne, come... Diferente do individual, em que às vezes uns comem bem e outros não (Lurdes, 2013).

---

<sup>104</sup> Woortmann (2003) diz que há uma analogia entre terra e corpo e guiados pelo binômio quente-frio, uma pessoa não pode comer um alimento quente sem combinar um frio. O feijão com arroz do brasileiro é um exemplo disso.

A cozinha é um espaço que neutraliza, pelo menos dentro do grupo, a distinção entre as pessoas no que diz respeito à alimentação. Ou seja, com a comida sendo preparada para todos implica que nenhum vai comer melhor que o outro. Numa sociedade onde comer é privilégio de alguns, trata-se de uma conquista.

## **2. Compartilhar mais do que alimento**

A cozinha coletiva é o lugar por excelência de criação de proximidade entre os membros do grupo. É por isso que, para Idania, “a cozinha é uma forma do grupo” (diário de campo, 2013). O efeito não foi calculado, resultou do processo. A família que o grupo se tornou existe mediante o compartilhamento dessa atividade da vida cotidiana, o alimentar-se. O que era feito dentro das casas passou a ser feito coletivamente, num espaço comum.

A comensalidade, palavra que no latim refere-se a compartilhar a mesa, é considerada um ritual importante nos hábitos alimentares camponeses e pode ser entendido como uma linguagem que fala de outras dimensões da vida, como gênero, religião, família, identidade (WOORTMANN, 1997). Antônio Candido (2001), em *Os parceiros do Rio Bonito*, aponta a alimentação como esfera por excelência de onde se pode observar a relação do homem com seu meio, numa profunda solidariedade, em que socialidades e materialidades fazem parte da mesma questão. Comer juntos, portanto, é muito mais do que simplesmente se nutrir de alimentos, é um ato que produz e atualiza relações. Criam-se vínculos de partilha, de amizade.

Depois que teve a cozinha, é a comida, é tomar café junto, são as conversas, são os passeios... Tem muita diferença na sua casa você e sua vida individual por mais que você tenha o vizinho ali pertinho, né? (Josiane, 2013).

No “Coletivo 14 de Agosto”, depois de um dia de trabalho na roça, na horta ou na farinheira, alguns vão para casa tomar um banho, outros jogam futebol no campinho ou fazem outra coisa. Pouco a pouco, conforme se aproxima a hora de jantar, juntam-se embaixo das árvores nos arredores da cozinha e conversando aguardam a chamada das cozinheiras, avisando que a comida está servida. Em fila, servem-se, procuram um lugar para se acomodar e comer, sempre conversando. Depois, os responsáveis pela limpeza da cozinha se organizam e iniciam seus trabalhos e os outros permanecem juntos até começar a escurecer. As crianças e os jovens são os que mais desfrutam dessa qualidade do grupo. A maioria dos jovens tinha

pouca idade quando a cozinha começou a funcionar, outros sequer conhecem uma vida sem a cozinha coletiva.

Quem mais observa isso são eles mesmos, as crianças e os adolescentes, porque eles é quem mais gostam de estar naquela cozinha. Então, termina o almoço é ali que eles ficam botando as fofocas em dia. Termina a janta você tem que ficar “vamos embora, molecada! vamos embora molecada!” porque senão eles ficam lá até... Então, independente se a cozinha é feia, isso não entra em discussão. Entra em discussão que **ali é um espaço de convivência, de integração, de interação, de tudo**. Às vezes de discutir também, de brigar, de botar as fofocas em dia... Ela também tem um papel cultural, da convivência entre as famílias, entre as pessoas... (Ana Isabel, 2013).

A cozinha, por sua função social, possui a capacidade de aglutinar as pessoas, provoca a sociabilidade. Compartilho com Oliveira (2001) a visão de que a cultura solidária se cria a partir da vivência em comum da amizade, marcada pela afetividade e por partilha, empréstimo, disposição coletiva dos bens, para ele, “gestos dignos da condição humana”. É algo que se aprende e se realiza fazendo, mas um fazer conjugado a expressão clara de recusa a todas as formas de exclusão social.

Por ali passam diariamente todos do grupo, o que dá à cozinha a capacidade de agregar e difundir as informações que circulam entre as pessoas do Coletivo. Uma decisão que está sendo pensada na roça ou em alguma outra frente de trabalho sempre chega à cozinha rapidamente. Negociações em curso, descontentamentos, notícias boas ou ruins, fofocas, tudo passa por ali. Basta um cigarro, um café e a conversa começa. Os que não podem trabalhar por conta de alguma enfermidade, também param ali. Ao invés de ficar sozinho em casa, ficam na cozinha conversando ou simplesmente prestando atenção ao movimento. Nesse sentido, é um importante canal de comunicação do grupo. Lugar de passagem e de encontro das pessoas, a cozinha desempenha o papel das trocas simbólicas no grupo, daquilo que não é material, dos bens afetivos e outros (MAUSS, 2003). Essas trocas estão intimamente ligadas ao tipo de processo organizativo do grupo, de base coletiva.

A cozinha a gente conseguiu dar esse passo que é de estar ali de fazer tudo junto né! Tem reclamações até hoje, mas você sente bem, que todo mundo gosta... Mas tem várias das famílias que faz questão de todos os dias ta ali de se juntar pra comer junto e tal. E isso já tem um valor que já é diferente não é só mais só liberar mais mão de obra, pra economizar, as despesas da própria alimentação, tem o valor de estar junto né! O valor de se encontrar, de papear. Por exemplo, nós aqui e a família do Josué, nós somos os últimos que sai da cozinha geralmente né! A gente come, faz a limpeza e fica ali papeando né! (Ana Isabel, 2013).



Chama atenção, entretanto, o fato de que há duas famílias que não participam de todas as refeições da cozinha: uma por motivos de saúde que requerem uma dieta diferente e outra pela distância da residência, que fica localizada em outro espaço. Com relação à primeira, foram feitas várias tentativas de adequação do cardápio da cozinha com a dieta, mas em vão.

Já no segundo caso, não há, por enquanto, muitas alternativas. A família foi morar na área de pasto e de roça que fica longe do centro da agrovila. O projeto para aquele lugar é de se criar mais um núcleo de habitação do Coletivo e então, provavelmente, outra cozinha coletiva. No momento isso não é possível porque ainda são poucas as famílias que moram ali (apenas duas e uma delas trabalha na horta e, portanto, faz as refeições na cozinha coletiva). Quando surgiu a ideia de almoçarem juntos naquela área do Coletivo, ela não foi aceita nem mesmo pelas famílias que estavam lá. A questão passa, por um lado, pela visão de que se realizarem as refeições juntos irão economizar com as despesas e se aproximar mais, criando vínculos de amizade maiores. Do outro lado, há um entendimento de que essa outra cozinha poderá separar o grupo, que deixará de ter a cozinha coletiva oficial como lugar de encontro do grupo. Isso não impediu que o projeto de uma cozinha ali continuasse existindo.

A ausência dessas duas famílias do cotidiano da cozinha coletiva não significa que deixaram de participar do espaço coletivo. A cozinha continua sendo lugar de “saber o que está acontecendo” ou de reuniões, porém com essa dinâmica, já não consegue abranger todo o grupo o tempo todo.

\*

Enquanto lugar fervilhante de sociabilidades coletivas – de amizade, familiares, de vizinhança, de comunidade – e como expressão de uma linguagem militante em favor da soberania alimentar, a cozinha poderia ser considerada como um símbolo do grupo. Quando conversava com Josiane sobre a cozinha ela disse:

**Pra mim o que move o coletivo é a cozinha.** Porque aquele negócio: deu a hora do almoço, tá todo mundo ali, deu a hora da janta, tá todo mundo ali. Não é o trabalho em si. O trabalho se a gente for levar pelo lado do trabalho, dependendo tá um prum canto, outro pro outro. Ele não tá ali junto assim (Josiane, 2013).

Ela refere-se ao fato de que no trabalho, de acordo com a divisão feita, por vezes, precisam separar-se, mas a cozinha é o lugar de encontro. Não é o trabalho em si que dá sentido à experiência coletiva, mas as relações de solidariedade que são estabelecidas ali. Para ela, a cozinha é o motor do “Coletivo 14 de Agosto”. Reconhece com essa fala a importância

simbólica de tudo o que ocorre ali dentro. Guardemos essa ideia por um momento e passemos a olhar para as transformações que a cozinha trouxe para o cotidiano do grupo e para o processo organizativo do trabalho coletivo nesse espaço.

### **3. As transformações operadas pela cozinha coletiva no cotidiano das famílias**

Num estudo sobre os comedores populares (refeitórios) ligados a movimentos sociais latino-americanos, Freitas (2008) aponta que ainda que essas iniciativas não consigam alterar a forte associação das atividades domésticas como responsabilidades femininas, elas indicam também que há um movimento crescente de luta por igualdade e por direitos das mulheres. Essas, quando se envolvem com as atividades reprodutivas que se dão fora do âmbito doméstico – como os refeitórios – começam a tornar-se protagonistas também em outros espaços de reivindicação e contestação, uma vez que rompe-se a sua vinculação ao espaço privado. A centralidade das casas na vida das mulheres é relativizada, uma vez que a comunidade passa a ser o espaço onde outras sociabilidades acontecem.

Enquanto lugar de trabalho, a cozinha coletiva deste grupo apresenta também alguns deslocamentos nas experiências das mulheres e dos homens. Vejamos a seguir:

Economicamente, a cozinha coletiva permite ao grupo a redução dos gastos com a alimentação e o desperdício de alimentos. Se tivessem que cozinhar cada um em sua casa para trabalharem juntos, o gasto com a compra dos alimentos que não produzem seria maior.

Economiza-se também a mão de obra: onde precisariam de muitas pessoas cozinhando individualmente, agora bastam apenas algumas. Do ponto de vista do trabalho na produção, a liberação da força de trabalho das mulheres foi positiva, pois aumentou as possibilidades de trabalho do coletivo. O cálculo é matemático mesmo: onde antes dez mulheres cozinhavam hoje apenas duas cozinham e oito vão para as outras frentes de trabalho.

A existência da cozinha indica o reconhecimento do trabalho doméstico enquanto um trabalho que precisa ser realizado e que requer, portanto, algum tipo de organização. Seria inviável ao grupo conciliar as duas atividades – a produção coletiva que não é pequena – e os serviços domésticos, de forma individual.

Se for pra gente trabalhar, que nem a gente trabalha no grupo, e se for pra gente fazer comida em casa – café, essas coisarada assim – pra gente fica mais difícil. Então se tiver duas ou três ali na cozinha coletiva fazendo a comida a gente facilita mais fazer o trabalho da gente, do coletivo. Os outros trabalhos que faz parte do coletivo. Facilita mais pras famílias do grupo, como no trabalho e como no espaço das pessoas de fazer suas tarefas individual mesmo. Sobra mais tempo, espaço pra fazer o trabalho individual. Porque se for pra mim trabalhar assim, na roça e for pra mim fazer comida em casa, é

mais difícil porque a gente sai onze horas, onze e pouco pra fazer comida... que horas que eu vou almoçar? É lá pra uma hora duas horas da tarde. Então o tempo que faz a comida coletiva os outros tá trabalhando quando chega a comida tá pronta. (Sara, 2013).

Apesar de ter um impacto sobre a divisão sexual do trabalho, trata-se de um processo desencadeado em função das necessidades concretas da vida cotidiana do coletivo e não por uma reflexão em torno desse outro aspecto. **O efeito da criação da cozinha é político: ao atentarem para o fato de que existe um trabalho doméstico a ser realizado, a criação da cozinha chama atenção para esse mesmo trabalho**<sup>105</sup>.

O fato de Genivaldo entender as atividades de cuidados do espaço doméstico enquanto trabalho, independente dele ser ou não rentável, significa que se operou algum tipo de transformação na sua visão. A concepção recorrente e tradicional de que o lugar da mulher é na cozinha, pelo menos no nível discursivo, parece ter sido superada.

No grupo os trabalhos domésticos ele assim, pela visão capitalista que se tem, é lavar vasilha, é cozinhar e torrar café é varrer a casa, então esses são os trabalhos domésticos visto pelo sistema, e nós dividimos isso como trabalho. Ele é um trabalho, independente se é doméstico ou se não, mas ele é um trabalho que dá sustentação também à questão da divisão do trabalho. A divisão do trabalho ela se dá não só porque é mulher, que tem que tá na cozinha, mas a mulher pode estar também na cozinha, ela vai pra roça, vai pra horta, cuida do gado, então toda essa divisão do trabalho ela vem em torno do coletivo. E a gente consegue discernir isso como um conceito diferenciado da sociedade de trabalho (Genivaldo, 2013).

Mas a repercussão concreta da existência da cozinha pode ser mais bem observada no cotidiano das famílias: o trabalho doméstico de cada família é reorganizado. Cria-se uma

---

<sup>105</sup> De acordo com Hirata e Zarifan (2003), a noção de trabalho moderna é insuficiente, pois parte de um modelo de trabalhador masculino e universal que tem consequências perversas para a realidade das mulheres, uma vez que confere valor inferior ao trabalho realizado por estas nas mesmas funções de produção e invisibiliza o trabalho de reprodução da vida, realizado na esfera doméstica. Aliás, a própria distinção entre espaços produtivo e reprodutivo como independentes entre si está carregada dessa noção. A esfera do trabalho doméstico envolve atividades que dizem respeito à manutenção da vida das pessoas. Essas atividades, por sua vez, são caracterizadas por exigirem de quem as desempenha atenção ao outro, cuidado, solicitude, altruísmo, entre outras qualidades (MOLINIER, 2012). Já faz um tempo que o trabalho doméstico vem sendo estudado e esse fazer que se dá dentro das casas passou a ser denominado de *care*. Quem cunhou o termo *care* foi Carol Gilligan, psicóloga, que em 1982 publicou o livro *Uma voz diferente* onde faz um questionamento a respeito dos estudos de moralidade feitos em crianças por Kolberg. Neste livro ela sugere a existência de uma moral diferente entre meninos e meninas, relacionando-a a um universo feminino inerente. Gilligan, entretanto, não avançou na discussão da construção social da moralidade, ao contrário de outras autoras (TRONTO, 2009; MOLINIER e et al, 2009), que posteriormente apontaram que esta moral considerada feminina não era tanto relacionada à mulher, *mas aquelas pessoas que fazem um trabalho que é atributo social das mulheres*. Para esta e outras autoras que seguiram este caminho, a experiência moral estava baseada nas atividades de cuidado, sejam elas feitas por mulheres ou por homens. Ocorre que em nossa sociedade, apenas as mulheres costumam fazer esse trabalho.

nova dinâmica de funcionamento das atividades agrícolas e domésticas. Seguindo a lógica de que o trabalho quando é feito por mais pessoas implica em mais tempo de sobra para outras atividades, o mesmo acontece com a cozinha.

Com uma rotina semanal, o funcionamento da cozinha implica em menos trabalho doméstico para ser realizado dentro das casas. Alguns trabalhos que precisam ser realizados diariamente deixam de existir porque o tempo que as pessoas passam dentro das casas fazendo suas atividades diminui consideravelmente com a existência da cozinha coletiva. São os trabalhos considerados invisíveis<sup>106</sup> e que precisam ser feitos a todo tempo, conforme a vida segue. Tudo diminuiu: resíduos produzidos, sujeiras, arrumações, etc. Assim, depois de um dia intenso de trabalho no grupo, teoricamente, não há necessidade de arrumar tanto a casa, lavar louças, etc.

Sem falar que quando você tem uma cozinha coletiva você não precisa desprender uma pessoa para ficar cuidando de cada casa e além disso, nos finais de semana a casa não está tão bagunçada quanto estaria se... você imagina a pessoa chegar onze horas pra fazer almoço ... só vai fazer almoço não dá tempo de fazer nada... e sendo que a casa fica quase que parada durante a semana, só no final de semana que se usa, acaba dando menos trabalho depois pra limpar a casa, cuidar... então é uma forma de aproveitar melhor as mão de obra no trabalho e também de tá cuidando da casa. É uma forma mais tranquila. (Luciomar, 2013).

No tempo que sobra entre almoçar e voltar ao trabalho, ainda é possível descansar. Notem que estou me referindo àqueles e àquelas que não trabalham na cozinha coletiva. Para as que trabalham na cozinha a realidade é diferente e isso foi reconsiderado pelo Coletivo

---

<sup>106</sup>Por um lado, a invisibilidade do trabalho doméstico pode ser entendida por sua *provisoriedade*: ele precisa ser constantemente refeito, é efêmero, mas a sucessão dele tem valor durável (GIARD, 1996). Por outro, é preciso pensar a invisibilidade também em termos do não reconhecimento das atividades domésticas enquanto trabalho – ainda que não produtor de mais-valia – mas que incide diretamente sobre a produção. A separação *ilusória* entre trabalho produtivo e a esfera da reprodução da vida é o argumento que faz o trabalho feminino na esfera da produção ser visto como *ajuda* (RUA & ABRAMOVAY, 2000). A economia feminista tem questionado veementemente o caráter invisível da participação das mulheres na esfera econômica. “*Diante desses debates, a economia feminista buscou, em primeiro lugar, visibilizar as mulheres como ‘atoras’ econômicas e, assim, enfocar o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres.* Com isso, pretende-se ampliar a visão do econômico para além do mercado. Ao trabalhar com a ideia do visível e do invisível no trabalho Schwartz (2011) ressalta a importância de pensar que a divisão sexual do trabalho possui fronteiras muito instáveis entre o que é considerado trabalho feminino e masculino. O trabalho doméstico é como uma penumbra que nos obriga a sair da visão *stricto sensu* de trabalho mercantil e nos força a dar atenção ao trabalho em sua característica mais genérica. A invisibilidade está também nas negociações, circulações, transferências que ocorrem entre o doméstico e as formas mercantis de contrato. “Assim, restituir à atividade doméstica a condição de ‘trabalho’ é reequilibrar a nossa visão da vida social e familiar, e também aprofundar a abordagem do trabalho ‘em geral’, fazendo-nos refletir sobre o que é, então ‘invisível’ nesse trabalho e, a partir daí, em todo o trabalho” (2001, p. 32).

recentemente, como se verá mais a frente. Por ora, concentremo-nos nessas pequenas modificações da vida doméstica operadas pela cozinha.

O grupo também criou formas de permitir que os trabalhos que ainda precisam ser realizados diariamente sejam feitos. Uma vez na semana sempre sai um de cada família para cuidar das casas, com o intuito de não sobrecarregarem os finais de semana, que já terão uma carga de trabalho doméstico pesada.

Dia de semana, lá em casa a gente lava a roupa na quarta-feira. Lava roupa e passa um paninho na casa. Aí chega final de semana é uma limpeza mais geral – varrer teto, lavar roupa, lavar forro de cama, capa de sofá, ixi, trabalho demais – mas eu acostumei, eu não acho tão trabalho assim, acho normal (Jussara, 2013).

Na casa de Jussara, ela, as irmãs e a mãe fazem os serviços domésticos. Dividem entre si as tarefas. Já em outra casa, a situação é diferente. Ela é a única mulher e lá, segundo ela mesma, os homens não parecem assumir essas tarefas. Uma das cozinheiras da cozinha coletiva, o fato de na sua casa não ter havido uma redistribuição das atividades domésticas, tem um peso sobre seu final de semana. Ela sente mais o peso do trabalho no Coletivo porque não consegue descansar no tempo que existe para isso. Todo o trabalho da semana se acumula para ser feito no sábado e no domingo.

Ali acumula roupa, acumula tudo pra mim! E agora a tal da casa cresceu e aí quando eu limpo um, tem dois ou três pra eu limpar. E aí não sobra espaço pra mim pra nada, nem pra ir nos vizinhos eu não vou, ninguém fala aqui que eu vou em vizinho nem nada...Eu ia demais à Lurdes, mas faz três anos que eu não vou lá... Sábado e domingo é ali dentro. E assim doidinha que Deus abençoa pra não acabar o dia... eu já falei pros meninos, não gosto que escurece – quero que fique só de dia – pra eu trabalhar, trabalhar, trabalhar... Eu vou dormir com aquilo na cabeça, pra chegar de quatro e meia da manhã, chamar ‘Sara’. Se eu não tiver de pé ou tiver levantando... eu não mudo meu nome... (Sara, 2013).

Em algumas casas, a solidariedade feminina facilita o trabalho e podemos entender o processo também como uma tática para tornar o trabalho doméstico menos cansativo. Já em outras casas isso não ocorre. O problema da divisão sexual do trabalho é esse: acarreta uma sobrecarga no trabalho feminino. Apesar de terem se organizado de forma a garantir menos trabalho nos finais de semana, o fato de o trabalho doméstico estar relacionado à figura da mulher – por vezes, única e exclusivamente – piora a situação, ao invés de melhorar.

Nas famílias onde os papéis de mulheres e homens foram ressignificados, a realidade é outra. O casal e os filhos atuam em conjunto na organização das casas. O trabalho

doméstico é entendido enquanto tarefa familiar e por vezes pode ocorrer a cooperação entre as famílias vizinhas.

Então assim hoje todos eles fazem de tudo. Tem gente que chega aqui em casa e fica impressionado que eles lavam, cuidam da casa, lavam roupa, lavam vasilha, comida já vão aprendendo a fazer. Agora que são maiores, eu tenho botado e eles têm assumido tudo, e com tranquilidade (Ana Isabel, 2013).

Cheguei na casa da Marinês e do Isnardo um dia a tarde e nenhum dos dois estavam. Olhei pela janela da casa e vi o Ezequiel, de oito anos, com uma vassoura na mão varrendo o chão da casa. Logo que me viu abriu um sorriso e chamou o irmão, de dez anos, que estava lavando a louça lá atrás. Contaram que os pais tinham ido colher gergelim na roça. Marinês também já me contou que o marido cozinha sempre que ela precisa se ausentar, já que eles não participam do cotidiano da cozinha coletiva. Mas, se ela estiver em casa, essa responsabilidade é sua. Por sua vez, Ana Isabel contou que quando chega o final de semana, seus filhos e filha vão até a casa da Lurdes convidar as meninas para ajuda-los a limpar o quintal em troca deles ajudarem elas a limpar o delas. Já na casa da Maria Estélia eles parecem se organizar no mutirão familiar, como ela disse. Todos da casa vão para o grande quintal trabalhar na sua limpeza. Durante a semana as meninas se organizam nas tarefas domésticas junto com o pai, enquanto a mãe trabalha na escola. Luciomar acorda bem cedo todo dia e prepara o café da manhã. Já o vi preparando o almoço e a janta também. Eles fazem parte das famílias que não comem na cozinha, como Marinês e Isnardo (Diário de campo, 2011).

São exemplos de vivências diferentes, que nos indicam que o cotidiano das relações de gênero é heterogêneo e que, portanto, a definição do trabalho na cozinha coletiva passa por essas diferentes formas de pensar o doméstico. **Dada essa diversidade de formas, parece-me que para que uma ação positiva como a criação da cozinha tenha um efeito igualmente positivo no cotidiano das mulheres e dos homens, é preciso articular a esfera coletiva do grupo com a esfera particular de cada família.** É este um desafio constante deles: encontrar o balanço entre o individual e o coletivo a todo o momento.

A cozinha coletiva possui ainda outra vantagem, essa especialmente relacionada às mulheres: além de propiciar que as mulheres realizem trabalhos no espaço da produção, retirando-as do âmbito doméstico<sup>107</sup>, criou-se também um mecanismo que possibilita que as mães possam trabalhar fora de casa, como já foi mencionado no capítulo anterior. As crianças ficam sob os cuidados daqueles que estão na cozinha enquanto as mães vão realizar outras

---

<sup>107</sup> Já que por muito tempo o lugar de trabalho da mulher era única e exclusivamente a esfera doméstica. Apesar de no meio rural as tarefas domésticas confundirem-se com o trabalho produtivo, as mulheres rurais realizam em média 28,2 horas de trabalho doméstico por semana, enquanto os homens fazem apenas 10 horas, segundo dados do PNAD 2002 (FARIAS, s/ data).

atividades. Essa dinâmica também foi observada em um estudo sobre os arranjos coletivos de cuidados de crianças no MST: “O cuidado das crianças, preocupação normalmente feminina, passa a ser do conjunto dos sócios que, nas normas estabelecidas em comum acordo, definem também o horário de trabalho das mulheres com filhos pequenos” (PAVAN, 1998, p.107 apud SALVARO, 2004). Em geral, os cuidados ficam sob a responsabilidade das mulheres que estão na cozinha. No Coletivo, entretanto, observei por diversas vezes, parte do cuidado das crianças sendo feito por Pititinho e Leôncio, que estavam impedidos de trabalhar na roça por motivos de saúde. Enquanto as cozinheiras preparavam o almoço, eles brincavam com as crianças, ofereciam-lhes comida, as acompanhavam nas andanças pelo assentamento, etc.

Conforme as mulheres conseguiram deixar o espaço privado para passarem a esfera pública, o sentido do trabalho doméstico foi alterado, na medida em que esse alçou à esfera pública com a cozinha coletiva. Nesse sentido, percebe-se que o Coletivo, em alguns aspectos, avançou muito na discussão sobre a separação entre trabalho produtivo e a reprodução da vida e com a cozinha coletiva fazem um movimento de tentar unir essas dimensões novamente.

É importante lembrar que, assim como nas cidades, as relações de gênero no campo também são marcadas pelas distinções entre papel masculino e feminino (princípio da separação) e pela valorização do trabalho masculino (hierarquização) (NOBRE,2005). Woortmann & Woortmann (1997) descrevem o entendimento da noção de trabalho presente na vida das famílias camponesas (sempre as localizando dentro da ideia de campesinidade,ou seja em sua heterogeneidade):

A noção de trabalho, como categoria subjetiva, e o processo de trabalho, como encadeamento de ações, marcam distinções de gênero. Neste contexto cultural, como em outras formas camponesas do Brasil, a categoria trabalho só se aplica ao homem, mas especificamente ao pai de família. No espaço da roça no sítio, a mulher, os velhos e os não adultos em geral não “trabalham”; sua atividade se define como ajuda. É só no âmbito da casa que a atividade feminina é considerada trabalho (ainda que menos valorizado), marcando assim espaços de gênero (p. 134).

A criação da cozinha coletiva como forma de socializar o trabalho doméstico não é uma iniciativa isolada. As iniciativas de reordenar o trabalho doméstico nas casas são feitas conforme há necessidade para isso, como por exemplo, os mutirões de faxina nos finais de semana. Nos dias de faxina algumas casas eram escolhidas e todos iam fazer a limpeza delas. Essa prática durou um tempo mas por dificuldades relacionadas a sua operacionalização, foi sendo deixada para trás. Sara é uma das maiores entusiastas do mutirão e torce para que ele volte a acontecer. Outra ideia muito comentada por Ana Isabel é a da lavanderia coletiva. Ela acredita ser possível organizar uma forma de lavar as roupas de todos e com isso, aliviar mais

ainda o trabalho familiar nos finais de semana. Mas a cozinha foi a única iniciativa que conseguiu vigorar ao longo do tempo.

#### **4. O processo organizativo do trabalho na cozinha coletiva:**

Atualmente trabalham na cozinha coletiva duas equipes de cozinheira, que se revezam semanalmente nas atividades, uma equipe diária de limpeza, uma família por dia responsável pelo café da manhã, uma equipe responsável pela lenha e pela torrada do café. Todas essas são atividades da alçada da cozinha. As mulheres, adolescentes e crianças participam de todas as atividades, com exceção da lenha, que é de responsabilidade de alguns homens – que podem ser adolescentes também. Além disso, também o cuidado das crianças pequenas é feito por quem está ali na cozinha, em geral, as cozinheiras.

Todas essas pessoas estão organizadas em torno de uma coordenação que realiza as reuniões da cozinha coletiva para juntos decidirem sobre as necessidades e os planejamentos do trabalho. Sara comenta um pouco sobre as tarefas da coordenação:

A coordenação da cozinha tem o papel não só de fazer a comida, a gente tem a obrigação não de dizer ‘eu sou coordenação eu que mando’, mas a gente tem o direito de olhar o que é que falta na cozinha. Se tá faltando alimentação, pra chegar naquelas pessoas que vai fazer a compra e as pessoas não deixar faltar. Pra não chegar no dia anterior e dizer assim ‘não tem’ e aí fica uma coisa assim...que se faltar... Também vê o tanto de alimentação que a gente vai gastar, o que tá sobrando e faltando... não só pra coordenar, mas pra planejar (Sara, 2013).

Enquanto cozinheira antiga Sara tem domínio das necessidades da cozinha coletiva tanto dos suprimentos para fazer seu trabalho, como da infra-estrutura para melhorar o espaço. Antes porém, ela não participava da coordenação da cozinha. A mudança ocorrida na forma de organizar o trabalho na cozinha coletiva foi acompanhada de uma mudança no espaço da cozinha, não por acaso. Uma série de questões relacionadas principalmente, ao adoecimento frequente das cozinheiras, fez o grupo rever toda a forma de trabalhar. Essa mudança teve efeitos positivos sobre a realidade, principalmente do ponto de vista das antigas cozinheiras, que passaram a ter mais tempo livre na semana em que não trabalham na cozinha, além de poderem fazer outros trabalhos. Quando as perguntei se tinha melhorado, a maioria respondeu que sim por sobrar tempo e por variar a atividade:

Melhorou. Porque na cozinha é aquela coisa: você fez o almoço, tem que fazer merenda, terminou de fazer merenda, já tá tarde e aí você tem que fazer a janta, ne? Aí não sobra espaço na cozinha, quem tá na cozinha não tem espaço pra fazer nada. Na outra não, quando chega onze e meia as duas horas nós esta ali na cozinha de novo e



nessas duas horas a gente faz alguma coisa das onze e meia até as duas. Dá tempo, sobra tempo. Eu não vou descansar, eu vou é fazer serviço. Mas pra mim facilitou (Sara, 2013).

Anne, uma das novas cozinheiras e coordenadora, porém, não gostou muito do novo trabalho. Antes passava a maior parte do tempo na horta com os outros e agora na cozinha, sente que além de não levar jeito também perdeu a compreensão do processo de trabalho que está ocorrendo na horta, para onde vai quando está fora da cozinha. O fato de poder dizer que não gosta muito deste trabalho demonstra o quanto a construção da ideia de uma mulher essencial ligada as atividades domésticas (refiro-me aqui a ideia de dom) é uma construção social que vem sendo transformada e de como o espaço do Coletivo Ihe permite – se quiser e conseguir negociar com os demais – subverter essa ordem. Mas para Anne, o que está em questão não é tanto a sua habilidade para o trabalho na cozinha, mas a necessidade de que alguma jovem assumisse a coordenação. Entrou aqui outro aspecto – o protagonismo da juventude – que foi decisivo para que ela aceitasse a função, mesmo não se sentindo tão realizada. De lá de dentro da cozinha, ela consegue tecer sua crítica sobre o rodízio entre cozinha e horta como forma de organizar o trabalho:

Não me dou bem. Acho que é porque eu não tenho prática, não conheço, não sei como é as melhores maneiras J:Na horta você gosta? Na horta eu gosto. Mas daí como eu fico uma semana na horta e uma semana na cozinha, quando chega a semana da horta eu fico perdida. J:Não acompanhou o processo... Aquilo já nasceu, aquele já morreu, aquele não produziu e tal, tal, tal. Daí eu acho muito ruim essa... Eu gostaria de ficar só em uma atividade. Porque esse revezamento além de ser cansativo, eu não acho que é produtivo (Anne Gabriela, 2013).

Em seguida diz que entende que isso ocorre e é necessário por conta do peso que é trabalhar incessantemente na cozinha:

Pra não ficar cansativo, porque a cozinha ela é... eu acho muito pesado né! A gente, as cozinheiras andam conversando que... eu não sei se é a estrutura da cozinha, mas a gente trabalha muito e não rende o serviço. Parece que na verdade é um trabalho que não tem retorno a cozinha. Faz mas acaba ali (Anne Gabriela, 2013).

A vivência do trabalho na cozinha propiciou que ela conhecesse suas características e as condições em que é realizado. A invisibilidade e a precariedade em que ocorre são sua marca maior. O mesmo ocorreu com outras mulheres do grupo que já passaram pelo trabalho na cozinha. É recorrente entre elas a demanda por melhorias na estrutura da cozinha. Algumas, como já dissemos, já foram conquistadas, mas ainda é uma cozinha que precisa de

investimentos. Ana Isabel comenta a importância de criar condições para que ela funcione adequadamente como um dos desafios do grupo:

No geral é criar as condições ali pra de fato você poder manter ela organizada. Então isso a gente não tem conseguido dar conta, né? No geral que é da estrutura, que precisa pra ela funcionar. Tem vários fatores: historicamente nós vivemos com muita dificuldade financeira no grupo. Porque tu sabe, nós vivemos todos esses anos na condição de acampados! Nós nunca tivemos recurso financeiro, então tudo que a gente tem foi feito no osso do peito né! Tira dum canto pra colocar no outro né! O apoio financeiro a gente nunca recebeu! Então isso impede a gente de realizar muitos sonhos. Tem muita coisa projetada pra aquela cozinha na cabeça, de várias de nós mulheres, mas a hora de botar... (Ana Isabel, 2013).

As dificuldades financeiras do grupo incidem sobre a cozinha. É o primeiro lugar a ser atingido pelos cortes do Coletivo. Pititinho apontou para a vinculação entre o desgaste no trabalho das cozinheiras e as dificuldades financeiras. Para ele, existem momentos econômicos favoráveis e outros nem tanto. Nesses últimos, a cozinha parece sofrer mais que as outras frentes de trabalho:

Quando chega o momento das ‘vacas magra’, o sofrimento parece que pende muito no ato da equipe cozinha. Parece que a cozinha precisa de decidir o que fazer, como fazer, como melhorar, como fazer o rango. Dá responsabilidade e na época a gente não tinha conseguido ainda estruturar essa cozinha. Eu até sou bastante otimista agora com essa questão da cozinha do ponto de vista físico, de pessoas, formou as equipes, as equipes estão rotativas, né? Acho que agora toma um rumo. Um novo rumo. Quando cai pra esse campo das dificuldades maiores, de diversificação de alimentos, então aí tem com mais quem trocar ideias. São três, são quatro pessoas que trocam ideia. São pessoas que traz a ideia mais apurada, que vem pra coordenação, que tem ideia e vamos tentar implementar.... Agora nós apegamos ainda a questão estrutura. A cozinha ainda precisa de estrutura lá dentro, pra ajudar mais no trabalho de quem ainda está lá (Pititinho, 2013).

Para ele a nova configuração do trabalho permitirá equilibrar melhor esse desgaste – se é que isso é possível, pois a sociabilidade aumenta e a capacidade organizativa e criativa também, mas isso não explica porque a cozinha é sempre o lugar mais afetado pelas dificuldades financeiras do grupo. De modo que o que é vantagem para algumas mulheres – serem liberadas para outras frentes de trabalho – traduz-se em desvantagem para as cozinheiras, quando as condições de trabalho não são adequadas. A reorganização do trabalho na cozinha e a sua estruturação são elementos considerados quando o assunto são as condições de trabalho.

Um aspecto levantado pelas mulheres é o fato de que para entender a demanda de estruturar a cozinha é preciso estar lá dentro e como os homens participam pouco do processo de trabalho da cozinha, no momento de decidir sobre os investimentos ali dentro nem sempre conseguem convencer todos de que são importantes. Mas os homens só participam quando as mulheres não estão. Durante as entrevistas coletivas o tema foi apresentado e o debate foi longo. Enquanto as mulheres percebem que acessaram um espaço público – historicamente construído como masculino - percebem que os homens não fizeram o retorno para o trabalho doméstico. Vejamos alguns aspectos levantados e que podem contribuir para explicar porque os homens não participam e porque as mulheres aceitam que isso ocorra. É importante ressaltar que nesse aspecto há pouquíssimos consensos entre o grupo, pois ele nunca foi alvo de uma discussão mais aprofundada por todo o Coletivo.

Para Luciomar é preciso considerar a questão cultural dos processos de construção do feminino e masculino na sociedade e de como essa realidade é vivida – diferentemente - no cotidiano pelas pessoas:

Só assim, eu acho que realmente ali na cozinha, no espaço cozinha coletiva, ainda nem um homem desafiou a cozinhar ali ainda... Outra coisa, você vai pesquisando por um por outro, a maioria não sabe cozinhar mesmo. Tem que passar por uma aula de culinária pra poder cozinhar... a maioria não sabe... eu acho que essa meninada sabe cozinhar mais do que os veteranão... o Fred já cozinhou. Então assim, eu acho que essa é uma resquício que vem do sistema, a mulher pra cozinha e o homem pro serviço, ne? **Mas no passado também todas as mulheres sempre contribuíram na roça, mas chegava em casa tinha o serviço duplo.** Eu lembro até hoje quando eu era menino, eu lembro que meu pai e minha mãe e os vizinhos comentava que tinha um vizinho nosso que ele ia pra roça e a mulher ficava em casa, quando ele chegava ele ajudava mesmo em casa: dava banho nas crianças, varria a casa... e naquele tempo era novidade. Assim, o pessoal não falava mal, achava que era muito interessante como ele conseguia fazer isso. A mulher pode fazer isso, mas o homem não podia (Luciomar, 2013).

Luciomar reconhece que a trajetória de vida dos homens e das mulheres é construída em torno dessas diferenças e vê na sua história de vida um exemplo de como para eles era novidade o homem realizar os trabalhos domésticos. Mas aponta também para o fato de que a nova geração de meninos já está mais próxima dessa vivência do que os mais velhos. Esse fato também é muito mencionado pelas mulheres. As crianças e os jovens estão aprendendo outra forma de se relacionar entre si.

A respeito dessas diferentes trajetórias de vida que constituem o que é ser homem e mulher e seus devidos trabalhos, muitos apontaram para o fato de que o trabalho que o

homem realiza exige força e resistência física que as mulheres não possuem. Essa é uma percepção geral entre o grupo: existem trabalhos mais leves e outros mais pesados.

Então eu acho que eu sou uma das que mais caça confusão assim. Intriga, por isso que eu reclamo muito. Que os homens poderiam assumir. E eu até falo que o Leôncio e o Pititinho poderiam ta assumindo e tal. Tá mais a par ali. **Mas acontece que se eles, se os homens que aguentam vem pra cozinha, aí esse trabalho bruto da horta, ou da roça, aí fica sem ter alguém pra fazer.** Que é esse de fazer canteiro de trator. Que é cavar... Esse do trator não. Ele é muito pesado. Num dá conta né! Fazendo canteiro é muito pesado. Pra manejar o trator e muito pesado! (Anne Gabriela, 2013).

Eu já acho que o Fred , tem serviço que ele faz que eu não faço. Ele abriu uma picada pro topógrafo passar, esse tipo de serviço eu já não faço. O Fred erique faz, por exemplo, essa semana ele tava fazendo serviço de picada e teve que deixar de fazer o serviço de picada pra torrar café. **Aí isso eu acho que é prejuízo por que nenhuma das meninas iria fazer o serviço que ele ia fazer na picada, então é prejuízo você perder o dia de serviço dele num lugar onde ele estaria produzindo mais.** E aí não tinha como mandar a Jussara pra picada, por exemplo, porque num é um serviço que ela faria como ele né? Que eu não faço e nenhuma delas faria(Ana Isabel, 2013).

Além das mulheres terem mais prática na cozinha, tem determinados serviços que por exemplo, você vai fazer uma cerca é melhor você deixar a mulher na cozinha e o homem fazer. É questão física. **Não é todo serviço que a mulher dá conta de fazer e aí o homem tem que fazer.** Isso nunca foi discutido: não o homem não faz porque é machista e tal... Não é exatamente por isso que o homem não deve cozinhar. Questão prática do serviço mesmo. Não que o serviço da cozinha seja fácil, mas que as mulheres além de terem mais prática tem determinados serviços que não dão conta de fazer. A parte física não ajuda a fazer. (Fred, 2013).

É preciso notar que os serviços na roça são realizados por mulheres, mas em todas as frentes há divisões baseadas nas categorias leve e pesado e, a partir daí, opera-se uma divisão por sexo na mesma atividade. O trabalho na cozinha é considerado cansativo, mas não pesado, numa perspectiva relacionada ao calor, às atividades inesgotáveis e rotineiras e não à força física:

Agora eu acho que tem um problema nesse aspecto, que eu acho que nós nunca exercitamos, mas que é uma necessidade pra gente ir rompendo com isso. Eu também sou dessa opinião, de que tem coisas... **O serviço da cozinha ele também é cansativo porque ele é rotineiro, todo o dia a mesma coisa, você já sabe tudo que você vai fazer, onde bota cada negócio ali dentro da cozinha. Isso cansa, estressa.** Mas tem serviço na roça que eu não quero fazer. Porque eu sei que se eu fizer eu vou estar toda arrebetada depois, então vai um homem que fisicamente tem mais resistência que eu (Ana Isabel, 2013).

Os homens poderiam cozinhar, mas entre retirar um homem do serviço pesado e colocar uma mulher para realizá-lo, preferem mantê-lo lá a terem um prejuízo financeiro. O argumento é sustentado pelo grupo como um todo, inclusive pelas mulheres. É importante notar que essas categorias devem ser entendidas também enquanto construções sociais, como Paulilo (1987) constatou ao pesquisar em diferentes contextos agrícolas o que era considerado leve e o que era pesado. Segundo a autora: “Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato (1987, p. 4)” . Torres & Oliveira (2011), por exemplo, ao se referirem ao trabalho das mulheres rurais na Amazônia dizem que historicamente elas sempre realizaram trabalhos pesados<sup>108</sup>, apesar de não serem considerados assim.

No Coletivo, todos parecem considerar a diferença biológica entre homens e mulheres, no tocante à força física, o limite para a realização dos trabalhos pesados pelas mulheres. Entendem que, por necessidades econômicas ainda não podem remanejar as atividades de homens e mulheres, embora fique evidente – principalmente entre as mulheres – o sentimento de que o trabalho doméstico da cozinha coletiva seja reconhecido enquanto atividade coletiva do grupo e não como exclusiva delas:

Só que, por exemplo, quando a gente vai fazer o dia da assembleia do grupo, os meninos, os homens chegam e sentam ali debaixo do barraco, tudo a postos, pentiadinhos, limpinhos e às vezes a gente tá na cozinha dando um duro pra acelerar o almoço pra no intervalo o almoço tá bastante adiantado. Não é maldade, mas dá um nervoso assim porque não vem nem pra falar assim “enquanto vocês ajeitam a cozinha eu vou varrer aqui o lugar da reunião ou eu vou ‘caçar’ um negocio pra fazer”. E aí a gente também já não chama porque você queria que eles entendessem isso e viessem... As vasilhas pra lavar você também tem que sugerir, nesses dias de assembleia. **Eu acho que esse é um exercício que a gente precisava começar a fazer, proporcionar para que as mulheres que historicamente fazem o trabalho na cozinha, também pudessem ter um tempo mais livre, por exemplo, num dia de assembleia, de atividade pra jogar conversa fora... se a gente conseguisse ...**(Ana Isabel, 2013).

Ela denuncia com isso a desigualdade existente, que provém dessa forma habitual de pensar o doméstico como responsabilidade feminina. Os argumentos frequentes de que as

---

<sup>108</sup> As autoras dizem: “ Há um aspecto de reciprocidade entre homens e mulheres no contexto do trabalho na área rural. Mas, não se pode deixar de reconhecer que as mulheres fazem o trabalho mais pesado: broque do roçado e todo o processo de preparação da terra para receber o plantio. Some a isto o fato de que elas carregam pesados paneiros de mandioca nas costas percorrendo longos caminhos. Retiram a mandioca da água, descascam-nas e fazem todo o processo de farinha com a ajuda dos filhos e do marido (2011, p. 5).

mulheres se incomodariam com a qualidade do trabalho dos homens na cozinha são rebatidos por Sara. Acredita que eles poderiam assumir vez ou outra o trabalho da cozinha e elas assumiriam o trabalho da roça, levando sempre em consideração a separação de leve e pesado até mesmo nessa argumentação dela.

Porque talvez os homens se refugam a cozinha, o fogão. Mas se eles chegassem e falassem com nós – não é porque nós não queremos esses que nós somos feministas, se eles falassem assim: “não, vocês vão pra roça que nós dois hoje vai assumir a cozinha”, nós deixaria sim! Uma porque o movimento que a gente pertence, pertence igualdade – homens e mulheres. Então nós aprendemos isso e tem isso que tem ser dividido. As tarefas da casa tem que ser divididas, não tem nada que impede eles de fazer, eles não fazem porque eles acham que trabalho de lavar vasilha e esses trem é de mulher, uai... Não é porque a gente não deixa eles fazer, entendeu? A gente dá espaço, mas eles que não compreenderam ainda que eles tem que fazer, ne? Mas vamos levando aí, uma hora isso muda! (Sara, 2013).

E ela cobra das mulheres para que exponham essas necessidades nas assembleias do grupo e assim, consigam tornar a cozinha um lugar de importância para o Coletivo. Mostra o quanto o tema vive e circula no cotidiano, mas não ganha o espaço das assembleias como deveria:

Outra coisa aqui é que nós temos essa assembleia aqui e a gente queixa dos homens, realmente. Mas a gente faz assembleia do grupo e é pra gente falar o que a gente sente e talvez a gente sente esse problema de que os homens não cozinham, só as mulheres e tal tal, mas na assembleia a gente não se abre com os próprios companheiros, entendeu? “Nós mulheres estamos discutindo que semana que vem vocês vão cozinhar”. Se é essa gororoba que sai, feijão sem sal, mas nós vamos comer e vamos ficar calada. **Pra querer as mudanças dos nossos companheiros dentro do grupo coletivo. Porque senão nos vamos ficar só falando nos corredores, falando falando, e eles não vão entender mesmo e nunca que a gente vai descansar do fogão pelo menos uma semana.** O Luciomar já cozinhou na cozinha. Nós fomos pra um encontro de mulheres e ele ficou cozinhando ali. E ele cozinhou bem e não morreu ninguém porque ele cozinhou. Todo mundo comeu e viveu. Agora só porque nós tem ser só com a mulher que vai sobreviver? Não tem que chegar na assembleia e discutir e tirar... é Luciomar e Fred eric que vai ficar na semana? Eles vão cozinhar... E a gente poca pra outro serviço, nós vamos se lascar pra lá! Mas enquanto nós estiver na assembleia caladinha e só questiona eles que ele não cozinha nada, nós vamos ficar sempre assim. Porque nos corredor nos falamos ‘ ah, fulano não quer cozinhar’. Não, nós não falamos pra ele! Tem que chegar na assembleia e discutir... Não adianta nada nós comentarmos (Sara, 2013).

\*

Há, portanto, uma série de vantagens da cozinha coletiva tanto para o cotidiano da organização do espaço doméstico de cada família, quanto para a vida concreta das mulheres e dos homens do grupo. Vimos que a cozinha permitiu que as mulheres pudessem exercer um papel na produção do grupo, na geração de renda e se envolvessem em questões como a militância política. Ela possibilita que mulheres que são mães e possuem crianças muito pequenas possam continuar trabalhando.

Sua existência criou as condições para reorganizar o trabalho doméstico e facilitou a vida das pessoas, especialmente das mulheres do grupo. Entretanto, nesse aspecto, para que a cozinha tenha impacto positivo sobre a vida das mulheres é preciso que as famílias se reorganizem internamente em relação às atividades domésticas, caso contrário, esta fica sobrecarregada com o trabalho em casa e no coletivo.

O mesmo pode ser dito em relação ao trabalho realizado dentro da cozinha coletiva: continua sendo atribuição das mulheres e dos jovens, justificada pelas diferenças biológicas em relação à força física necessária para o trabalho pesado. Contudo, esse argumento não se aplica à cozinha: a mulher está mais acostumada a esse trabalho do que o homem e possui mais conhecimentos. Apesar de ser cansativo e pesado, o trabalho na cozinha coletiva é suportado pelas mulheres e pelos jovens. O grupo dá uma atenção a essa demanda ao reorganizar o processo de trabalho lá dentro, fazendo rodízios semanais entre as mulheres.

A justificativa usada para explicar a ausência dos homens na cozinha é também e principalmente, econômica: a força física tem um efeito sobre o tempo de trabalho e, na realidade do Coletivo, tempo parece ser dinheiro. Tem-se a impressão de que estão, com isso, negando toda a visão econômica que vimos apontando até o presente momento – a de uma economia pautada por outras bases, não tão mercantilizada, voltada para o bem estar das pessoas e regido pelas consciências. De fato, trata-se de uma explicação fundada numa lógica onde a moeda é importante. Isso não se questiona aqui.

Parece um luxo (nosso) imputar a eles essa perda de tempo por conta dessa reflexão sobre divisão sexual do trabalho. Por outro lado, é preciso reconhecer que contradições sempre estão presentes na construção das utopias, porque afinal, elas são sociais e, portanto, estão marcadas pelos processos históricos da nossa sociedade e a separação entre a produção e a reprodução da vida é parte disso. Também não são contradições meramente teóricas essas: as mulheres do Coletivo estão apontando para a necessidade de revisarem esses conceitos, ainda que não tenham se proposto modificar a lógica pesado e leve.

A contribuição das mulheres na produção e nas discussões ações políticas do grupo, entretanto, não são desconsideradas nem tampouco vistas como ajuda. Pelo contrário, o Coletivo, como já disse ao longo do texto, é composto por importantes lideranças femininas que tentam conciliar a vida cotidiana no assentamento com a participação nos movimentos sociais. Mas, o fato dos homens não estarem atuando no cotidiano da cozinha implica em desgaste para as mulheres e no sentimento de que a cozinha coletiva não é prioridade para o grupo como um todo.

O interessante dessa discussão é que se a razão para tal cisão está vinculada a uma **necessidade de gerar renda**, trata-se então de inserir no econômico a preocupação com a vida de todos – homens e mulheres. Quando digo isso, refiro-me a criação de mecanismos internos, mas também de políticas públicas voltadas para o fortalecimento econômico desse tipo de experiência.

Josiane nos disse que a cozinha é o motor do grupo e é ela também quem aponta que esse motor está sendo negligenciado por eles próprios.

Porque às vezes não é assim por intenção. Mas passa despercebida a cozinha, porque nas reunião que a gente vai discutir planejamento, planeja tudo né, planeja a farinha, planeja a roça, planeja a horta, o planejamento da cozinha até da própria infraestrutura da cozinha não é pensado. Eu acho que no grupo não é tanto valorizado a cozinha assim. Nesse ponto. É o cardápio da cozinha, por que como é um negócio que parece que não gera lucro então fica... não tem aquela atenção pra ela. Que merece, tem muitas coisas na cozinha que eu acho que tinham que melhorar. (Josiane, 2013).



# LUGARES DA COOPERAÇÃO III

## Depoimento da Natureza

Em agosto de 2011, realizou-se em Ji-Paraná/RO o III Congresso Brasileiro de Homeopatia Popular. Na abertura do evento, que até o presente momento já contava com mais de 600 participantes de todos os recantos do país, uma mística foi feita por um grupo de jovens do MST e MPA de Rondônia em conjunto com um grupo de indígenas. Os jovens que apresentariam a mística faziam parte do **Grupo Arte e Terra**, do Assentamento 14 de Agosto. O tema seria a Amazônia e a dor sentida por quem dela vive diante do avanço desenfreado do capitalismo. Eu estava trabalhando no congresso como fotógrafa.

Depois da apresentação dos indígenas, que pediram mais respeito aos políticos que estavam compondo a mesa de abertura e de falas emocionantes sobre a necessidade de resistirem a tudo isso, teve início a mística. Estávamos num grande ginásio e as cadeiras tinham sido dispostas em um grande semicírculo, com um corredor ao meio que dava acesso a frente do palco. Uma música era tocada por Joaquim, violeiro do MST, que dizia assim: “Madre Terra, nossa esperança/ Onde a vida dá seus frutos / O teu filho vem cantar/ Ser e ter o sonho por inteiro /Sou Sem Terra, sou guerreiro / Com a missão de semear/ A Terra, Terra/ Mas, apesar de tudo isso/ O latifúndio é feito um inço / Que precisa acabar /Romper as cercas da ignorância/ Que produz a intolerância/ Terra é de quem plantar”<sup>109</sup>.

Do fim da quadra, pelo corredor, vinham Anne e Patrícia dançando com o corpo coberto de lama dos pés à cabeça. Dirigiram-se a frente do palco e continuaram a dança até que Josiane pegou o microfone e foi convidando para a cena - através de um texto que falava da importância da vida - **a água**, representada por Jussara, usando um vestido molhado; **a floresta**, representada por Olga e Laura, com roupas de plantas; **os povos**, representados por um casal indígena e **os frutos e os alimentos**, por Beatriz e mais um garoto que levavam o açaí.

A música tornava-se tensa e Josiane passava a falar da destruição de tudo isso pela ganância humana. Vestidos de preto e carregando tochas de fogo Clemilson, Everton e Valdicéia, entravam no palco entre os outros como se estivessem queimando tudo. As plantas,

---

<sup>109</sup> Música “Canção da Terra”, de Pedro Munhoz.

os frutos, a água e a terra caíam no chão como se estivessem mortos. Os três jovens dirigiam-se ao centro do palco, juntavam as tochas de fogo e faziam uma grande chama.

Texto, música e cena. Tudo mudou enquanto se dava a celebração da destruição. Mas a voz de Josiane era forte e falava da luta do povo, da esperança. Do fundo do corredor vinham Idania, Rosicléia e Daniel, vestidos de branco e trazendo telhas de barro e um jarro. Andavam ao redor dos que estavam no chão e se dirigiram para o centro, onde havia se erguido uma grande fogueira. Ali fizeram uma espécie de canal com as telhas e sobre elas a menina jogava a água que estava no jarro. A água caía sobre a fogueira e a apagava. Aos poucos, todos iam se levantando e faziam uma grande roda, junto com os outros índios presentes. O volume da música aumentava e dançavam uma ciranda.

A plateia emocionada aplaudia efusivamente. Eu chorava. Por tudo que significa essa mística para nós e para aqueles jovens. Fiquei orgulhosa deles. As fotografias saíram quase todas, tremidas. Era como se os visse pela primeira vez e ao mesmo tempo, os conhecesse há um bom tempo (Diário de campo, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que essa é a história da astuciosa criação de um lugar. O Coletivo 14 de Agosto constituiu um lugar próprio (Certeau, 2008) e este o constituiu também. Materialidades e socialidades de um projeto político que se concretizou no cotidiano. Terra, hortas, roças, jovens, sementes, panelas, animais, alimentos, dinheiro, casas, crianças, trator, caminhão, feira, adultos, mulheres e homens, místicas, bandeiras, medo, cestas, ônibus, farinha, amizades, brigas, pães, etc. A produção da vida como política passa por todo esse conjunto de palavras encarnadas no correr dos dias.

O lugar é uma noção profundamente psicossocial, pois envolve a construção do mundo das pessoas em espaços concretos. Compreender como e em que circunstâncias essas experiências surgem é tarefa urgente de uma psicologia que se pretende social. Contudo, é preciso abandonarmos o enclausuramento das noções de contexto social para assumirmos que a processualidade do lugar é textual na vida humana (SPINK, 2003). O lugar pode ser o palco principal de uma mudança qualitativa na vida de muitas pessoas. Ligarmo-nos às diversas lutas e construções de territórios, ou às territorializações da luta (Loera, 2006), é uma das tarefas que temos enquanto psicólogas (os). Uma psicologia social libertária, como diz a León-Cedeño (2006), precisa de um conceito de ação social enraizado no dia-a-dia e nos lugares das pessoas, que seja capaz de compreender a ocupação dos buracos, brechas deixadas pelo capitalismo e a forma ativa e potente com que produzem as iniciativas igualitárias.

Do dia em que aquelas famílias ocuparam as terras da Fazenda Shangrilá e começaram a trabalhar juntas, até os dias de hoje, se passaram mais de vinte anos (1992-2013). Dezesesseis deles foram anos de incertezas no acampamento. Tempos em que era preciso se manter firme no propósito de criar aquele lugar e nele permanecer. A estratégia adotada foi a de seguir vivendo naquela terra como se já fosse sua, e de fato, foi assim que a conquistaram. Os vinte e um anos do assentamento 14 de Agosto falam tanto da ação política cotidiana que estas pessoas travaram para estarem ali até hoje como da morosidade de um Estado que não reconheceu seu direito de estarem ali da forma como gostariam.

Essas pessoas “fincaram os pés” nas terras do latifúndio e com seus corpos e saberes, deram concretude a um trabalho capaz de sustentá-los. Travaram uma disputa com os interesses do agronegócio. A terra como mercadoria foi, pelo menos naquele espaço, desmistificada: as monoculturas são improdutivas porque degradam ao invés de promoverem

a vida. Ao lado de uma das mais importantes fazendas do estado, cento e dez vezes maior que a terra do assentamento, o Coletivo 14 de Agosto, em conjunto com os outros assentados, disseram que não era aquilo que queriam. Mas não se limitaram a negar a racionalidade do agronegócio apenas a partir do assentamento: construíram uma nova possibilidade de viver bem no campo. Se num embate de forças econômicas e (por que não bélicas, tendo em vista todo o contexto de violência contra os trabalhadores rurais? ) certamente eles seriam invisibilizados, na produção dessa outra gramática estão mais afinados e fortes.

O longo tempo que ficaram na berlinda - entre realizarem diariamente a vida naquelas terras e ao mesmo tempo saberem que do ponto de vista legal elas ainda não lhes pertenciam - possibilitou que as pequenas práticas de cooperação se transformassem num projeto coletivo de trabalho e de uso das terras. Anos de ensaios para um processo de transição de alguns aspectos: 1) da terra camponesa como lugar de trabalho familiar, ainda fundada na ótica da propriedade privada, para uma terra camponesa comum; 2) do trabalho camponês individual/familiar e/ou assalariado para a do trabalho camponês autogestionário e coletivo; e por fim, 3) do modelo de agricultura tradicional, dependente de insumos químicos, para uma agricultura diversificada e sustentável. Ao oficializarem a decisão de efetuarem essas transições, há dez anos, criaram também a cozinha coletiva e, não sei até que ponto imaginaram que estavam efetuando uma quarta transformação: trazer as atividades domésticas para o campo do trabalho. Entendo que todos esses processos foram ocorrendo concomitantemente, se produzindo mutuamente no cotidiano e ao longo do tempo. É difícil saber onde começou um e terminou o outro porque a decisão de coletivização foi se construindo conforme ia sendo testada, experimentada por eles. Terra, trabalho e panelas coletivas são o tripé que sustenta a coletivização empreendida pelo grupo.

Se o assentamento se caracterizou pelo estabelecimento de uma territorialidade camponesa, as terras coletivas provocaram a ampliação do conceito de campesinato circulante. Os militantes do Coletivo 14 de Agosto já tinham caminhado bastante no debate acerca da necessidade de abandonarem um dos maiores pilares do modo de produção capitalista: a propriedade privada. Mas esses militantes são também camponeses, e por isso, como Ana Isabel nos disse, abrir mão da posse individual da terra foi a abertura mais importante e a partir dela, outras aberturas foram possíveis.

Acordaram as regras de funcionamento interno e redimensionaram todas suas atividades agrícolas. Aquelas práticas de cooperação – desde a agricultura até as práticas de alimentação coletiva - que vinham sendo desenvolvidas passaram a compor o conjunto do

“trabalho” do grupo. Com isso precisaram ampliar sua capacidade de planejar o uso da terra. Não é a posse da terra que importa a eles, mas a capacidade de estar nela, de conseguirem existir enquanto sujeitos históricos, enquanto camponeses. A organização do trabalho incide diretamente sobre o uso da terra e vice-versa.

As fronteiras que separam vida e trabalho são sutis. As pequenas famílias tornaram-se uma só, numerosa e o processo organizativo como um todo parece ter se enraizado aí também. A família não é necessariamente um espaço colonizado pelo Estado burguês. Ao contrário, é o importante laço que os une e que faz com que, por mais problemas que tenham, continuem querendo ficar juntos. Para demonstrarem a importância do trabalho coletivo referiram-se à coletividade em termos da sua capacidade de fortalecimento. O trabalho coletivo anima, garante proteção em caso de problemas pelo reconhecimento de que todos são importantes, permite a troca de conhecimentos sobre a produção, mas também sobre a própria forma de organização, permite que erros e acertos sejam responsabilidades coletivas, permite maior flexibilidade no cotidiano do processo organizativo e aumenta a capacidade de acesso a maquinários e outros instrumentos de trabalho que sozinhos não conseguiriam comprar. A confiança e a solidariedade são, portanto, sentimentos políticos e permeiam todo o dia-a-dia dessa iniciativa.

Criaram espaços deliberativos democráticos para tomar as decisões, planejar e executar o trabalho nessas frentes. Ficou claro que são as relações cotidianas de trabalho que sustentam as decisões tomadas em reunião, bem como os processos iniciados em reunião precisam ser testados e conversados durante a realização do trabalho. Esse vaivém de conversas e práticas indica que não há apenas um espaço democrático e deliberativo na autogestão, mas múltiplos, tais como observaram Sato & Esteves (2002) e que estes são co-produzidos. Através deles constroem suas regras e formas de lidar com os problemas coletivamente. As regras existem porque o campo permeado por solidariedade e confiança, envolve disputas e conflitos de interesses e muita negociação. A possibilidade da existência de diferentes perspectivas em negociação é uma das marcas da política existente nos processos de autogestão e exige dos sujeitos que lidem com suas necessidades e interesses individuais e coletivos, num delicado balanço.

Questionam o modelo de agricultura voltada para os monocultivos concretizando uma agricultura diversificada que consegue minimamente abastecê-los. Há muitos anos deixaram de usar veneno e, pouco a pouco, tentam criar um território agroecológico relevante tanto localmente quanto em âmbito estadual. Fazem parte do conjunto das experiências

agroecológicas em curso nos assentamentos do estado. Possuem dificuldades relacionadas ao tempo de entendimento de cada um dos membros e também ao compartilhamento dos conhecimentos sobre agroecologia que muitas vezes ficam centrados em poucas pessoas.

Para construir esse lugar que é o Coletivo 14 de Agosto, torná-lo real, enfrentam, de múltiplas formas e em vários aspectos, a resistência e a morosidade do Estado em reconhecer o direito de estarem ali e de decidirem a forma como querem viver e trabalhar. Sem leis que regulem a existência de terras coletivas na reforma agrária, algumas famílias são consideradas anônimas por não possuírem o “papel”, como disse Clemilson. A lógica da política foi construída sob as bases familiares tradicionais e nesse sentido, o trabalho também fica invisibilizado. A não ser que se tornem uma cooperativa oficial – o que não querem no momento – sua existência enquanto trabalhadores é questionada pelo Estado. Precisam se adequar as formas individuais de acessarem os créditos e outras formas de subsídio e em poucos casos conseguem negociar sobre eles.

Mesmo diante disso, ao longo dos capítulos sobre a terra e o trabalho coletivo, os membros do Coletivo 14 de Agosto nos deram elementos que permitem vê-los como sujeitos históricos empenhados em concretizar um projeto de transformação social que passa pelo questionamento constante do modelo econômico vigente. Contribuem para complexificar o debate teórico acerca da cooperação agrícola e da autogestão que insiste em afirmar a herança cultural familiar do camponês como impeditivo para os processos de cooperação, sem com isso notar outros elementos que constroem essa desconfiança. Tanto no âmbito do conjunto das experiências econômicas alternativas, como mais especificamente, no caso deste grupo e de outros, fica evidente a total ausência de uma política pública de fortalecimento dessas experiências. Como Luciomar comentou, é esse um dos “grandes gargalos” da história do cooperativismo.

Porém, é preciso mencionar alguns desafios relacionados ao entendimento do “econômico” pelo grupo que merecem a atenção do grupo. Enquanto alguns afirmam a importância das relações sociais e da militância sobre a dimensão econômica, outros apontam para a necessidade urgente de geração de renda. As dificuldades atuais em estabelecerem uma produção que seja capaz de gerar renda pareceram-me intimamente ligadas aos diferentes sentidos dela entre os membros do grupo. Gerar renda ou não é importante dependendo de que posição se fala e há pessoas em condições de vida diferenciadas para as quais é fundamental a geração de renda.

O segundo desafio refere-se ao trabalho doméstico e a realidade das mulheres e, conseqüentemente, à cozinha coletiva. É ela que permite a realização do Coletivo concretamente. Lugar em que as sociabilidades “família” e “amizade” melhor se expressam. A partir do momento em que passaram a se alimentar juntos, a relação entre eles se alterou significativamente. Além disso, a cozinha coletiva possibilitou que o trabalho na produção acontecesse. Com ela o grupo conseguiu aumentar o número de pessoas que trabalha nas atividades agrícolas. As mulheres com crianças pequenas puderam trabalhar fora de casa e até continuar os estudos e todos passaram a gastar menos com a alimentação. Mas duas alterações merecem ser enfatizadas aqui, pois demonstram, acredito, as aberturas de que falava Ana Isabel.

O grupo só instituiu a cozinha coletiva mediante o reconhecimento de que – dentre todas as atividades necessárias para a vida existir – aquelas realizadas dentro das casas era importante a ponto de necessitar ser coletivizada. Ao tornarem a cozinha uma frente como a horta, a roca, etc., as atividades domésticas passaram a ser consideradas como trabalho. O trabalho da cozinha tornou-se, portanto, objeto de responsabilidade coletiva e não mais de cada família. Como resultado, a materialidade da cozinha coletiva alterou, em quase todas as famílias, a forma de organização das atividades domésticas dentro das casas. O volume de trabalho que seria realizado dentro das casas diminuiu significativamente.

Apesar de ser um importante passo na valorização das atividades domésticas, parte do grupo ainda delega essas atividades às mulheres e aos jovens, tanto nas casas como na cozinha coletiva. Em algumas residências, as mulheres são as únicas responsáveis, em outras todos se organizam juntos. Na cozinha, por outro lado, apesar de todos estarem envolvidos em algumas tarefas, apenas mulheres assumem a preparação da comida. Circula no grupo uma visão que separa trabalho pesado do leve e que faz com que as atividades consideradas de maior esforço físico sejam destinadas aos homens, preferencialmente. Entre tirar um homem do trabalho pesado e produtivo e colocá-lo para executar uma atividade leve e não mercantil, o grupo como um todo prioriza deixar as coisas como estão. Nesse momento, as próprias mulheres optam por priorizar o argumento econômico.

Porém, é interessante notar que esta explicação não opera nos momentos em que não há a exigência econômica em questão, como por exemplo, os momentos que antecedem as assembleias e que as mulheres ficam na cozinha organizando tudo enquanto eles aguardam. Nesse momento, as mulheres questionam o fato de nenhum homem trabalhar na cozinha. Sara diz: “eles se refugam da cozinha”. É consenso, principalmente entre as mulheres, mas também

entre alguns homens, que a cozinha e o lugar que mais sofre com as crises econômicas do grupo. Para algumas, mesmo em tempos melhores, a cozinha é sempre o último lugar a ser olhado pelo Coletivo. Elas sentem que poderia ser diferente. Almejam isso e apostam na existência do espaço deliberativo coletivo para levar a discussão adiante. O espaço coletivo é reconhecido como o lugar de onde podem vir as transformações que gostariam.

O sentido do econômico passa, portanto, pelas condições de vida das pessoas, pelo gênero e ainda por outra dimensão, a geracional. Passados os vinte e um anos do dia em que aquele grupo de jovens militantes acamparam naquelas terras, uma nova geração de militantes se formou. Coincidência ou não, os mais velhos estão se afastando e os jovens assumindo as funções de coordenação do grupo. Diferentemente dos pais que viveram a luta pela terra como o confronto direto com a lógica capitalista – seja pela violência e pelos conflitos, seja pelo assalariamento e outras vivências – estes experimentam a luta por outros vieses, especialmente pela escola. Passaram a vida toda juntos no Coletivo e também na escola formal. Nos relatos foi possível ver que o encontro dessas duas significativas vivências os fez se posicionarem criticamente diante do discurso do conhecimento e do trabalho “redentor” (Mello, 1982) completamente distante da realidade camponesa. Viver num coletivo alterou as possibilidades de ser um jovem rural.

A geração de jovens militantes que agora assume o Coletivo foi socializada dentro da cozinha coletiva – meninas e meninos sempre trabalharam na cozinha - e numa lógica de produção agroecológica. Suas perspectivas de futuro indicam a vontade de permanecerem no grupo, dando continuidade a ele de forma diferente. Querem estudar para ficar na terra porque sim, um agricultor pode conhecer sem com isso abandonar seu lugar. Querem a autonomia que o trabalho coletivo lhes permite e querem manter-se como uma família, ligados por todos esses afetos políticos.

Como lidarão com o desafio de transcender o sentido de economia do capitalismo para uma economia voltada para o bem viver, para a reprodução ampliada da vida, levando em consideração as diferentes posições e pertencças existentes? Esse é um dos aspectos que merece ser melhor estudado por outros pesquisadores. Esta pesquisa foi capaz apenas de ver que os sentidos dos processos organizativos autogestionários são datados e localizados, perpassados por diferentes posições em intensa relação dialógica.

O lugar das lutas emancipatórias se constitui dessa forma, com continuidades e descontinuidades, avanços e desafios. Mas nem por isso deixam de ser lutas que rompem com cercas importantes da nossa sociedade. No lugar, tudo se funde, coexiste e se superpõe



dialeticamente, conforme Milton Santos (2010) dizia. Nele imprimimos transformações que alteram nossas relações sociais e vice-versa. É um movimento incessante. Do lugar conseguimos escapar à racionalidade dominante que tenta controlar seu desenvolvimento. Suas contradições se explicitam no cotidiano das pessoas e fazem surgir as resistências, estabelecendo-se a partir de outras racionalidades que reconfiguram, mesmo que em pequena escala, a correlação de forças.

León-Cedeño (2006) aponta para a necessidade de ocupar os espaços e buracos vazios do capitalismo, resistir a ele e de forma ativa e potente, produzir algo diferente. Se entendemos que as palavras são ações no mundo, os lemas do MST “Ocupar, resistir e produzir” e do MPA “Organizar, produzir e alimentar” não são apenas ideias jogadas num vazio. Elas ressoam no cotidiano das pessoas. O Coletivo 14 de Agosto iniciou essa ocupação e assim nos mostram que viver é fazer política, sempre.

## **5. PAISAGENS**



Foto 08: trabalho coletivo na horta.



Foto 09: Gustavo na horta





Foto 10: Marinês e Nenzão cuidando da criação de animais



Foto 11: Marinês cuidando da criação de animais.





Foto 12: Lurdes semeando leguminosas no solo.



Foto 13: Marinês carregando as folhas de mandioca para alimentar os porcos.





Foto 14: Ana Isabel cavando para as meninas plantarem sementes de leguminosas.





Foto 15: Momento de descanso do trabalho na roça.



Foto 16: Rápida reunião para decidir as atividades a serem realizadas na roça.





Foto 17: Sementes agroecológicas secando ao sol.





Foto 18: João preparando a farinha



Foto 19: Diversidade de sementes expostas na Festa Camponesa, 2011.





Foto 20: Jovens descascando a mandioca para dar início à produção da farinha.



Foto 21: Mãos de Clemilson e Patrícia preparando a mandioca para ser prensada.





Foto 22: Última casa do assentamento com telhado de madeira.

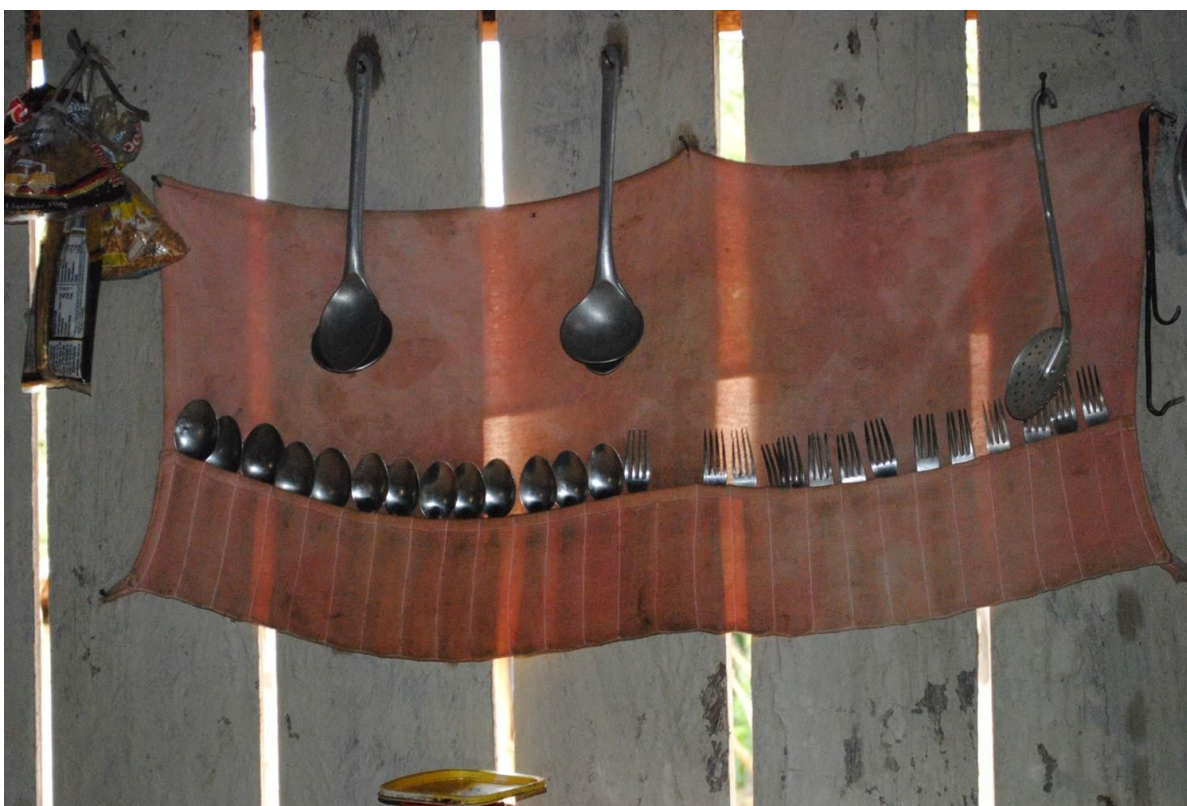


Foto 23: forma camponesa tradicional de armazenar os talheres.





Foto 24: Consulta de bionergia.



Foto 25: reunião da frente de roça na casa da Marinês.





Foto 26: Reunião com os consumidores das cestas agroecológicas.



Foto 27: Reunião do Grupo Arte e Terra antes da apresentação da mística na Festa Camponesa de 2011.





Foto 28: Estante da casa de Marinês e Isnardo. Garrafas com sementes criolas.



Foto 29: Mística Depoimento da Natureza , realizada na abertura do Congresso Brasileiro de Homeopatia Popular, em 2011.



Foto 30: Mística Depoimento da Natureza , realizada na abertura do Congresso Brasileiro de Homeopatia Popular, em 2011.





Foto 31: Lurdes e o forno a lenha da cozinha coletiva.



Foto 32: Brincadeiras na mesa.





Foto 33: Olga Maria despolpando o cupuaçu.



Foto 34: Patrícia preparando comida.





Foto 35: Hora do almoço.



Foto 36: Banana-da-terra cozida para o lanche.





Foto 37:..Mostra de fotografias na cozinha coletiva



Foto 38: Gustavo



Foto 39: Gustavo e as fotografias

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária:** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vol. 29, nº1. jan/ago 1999.

ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia:** um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial e Palmarica, 1997.

ALINSKY, S. A guerra contra a pobreza – pornografia política. **The journal of social issues.** Vol. 21, nº 1, p. 41-47 1965.

ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

ALMEIDA, A.W.B. **Terra de quilombo, terras indígenas, ‘babaçuais livres’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: Ed. UFAM, 2008.

ANDRADA, C. F. **O encontro da política com o trabalho:** histórias e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS. 2005, 279 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, vol. 9, n. 1, p. 1-14, 2006.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e política no cotidiano da autogestão:** o caso da rede Justa Trama. 2013. 217f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARCELLOS, S.B. Desagregação da organização social e produtiva do assentamento Carlos Mariguella- RS: um estudo de caso. **Revista IDEAS.** vol. 3, nº1, p.74-93, jan/jun 2009.

BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. (Coord.). **Redistribuição da população e meio ambiente:** São Paulo e Centro Oeste, 4ª. ed. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1999. Disponível em: <[http://www.nemo.unicamp.br/textos/publicacoes/data\\_demo/dadem09.pdf](http://www.nemo.unicamp.br/textos/publicacoes/data_demo/dadem09.pdf)> Acesso em 14 de agosto de 2011.

BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da revolução verde: introduzindo o debate. In: BALESTRO, M. V.; SAUER, S. (Org.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BERNARDO, J. Autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas. **Piá Piou!** São Paulo. Nº 3, nov. 2005.

BORGES, J. MST: do produtivismo à agroecologia. Em: Seminário Nacional de Sociologia e Política. Curitiba, 2009. **Anais Eletrônicos:** UFPR, 2009. Grupo de Trabalho Ruralidades e Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/>>



GTs-ONLINE/GT7%20online/mst-productivismo-JulianoBorges.pdf> Acesso em março de 2013.

\_\_\_\_\_. Bases históricas do cooperativismo no MST. **Revista fato & versões**. Vol 2., n. 3. p.157-173, 2010. Disponível em [www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes](http://www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes). Acesso em março de 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. 7ª edição. Petrópolis: Ed.Vozes, 2008.

BRSUSCHINNI, C. Teoria crítica da família. Em: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A (org) **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

CADONA, C.V. **Movimento dos Pequenos Agricultores: o novo nasce das estradas**. 2004. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. 2004.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.

CALEGARE, M.A. **Contribuições da Psicologia Social ao estudo uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas**. 2010. 322 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

CARELLI, V. **Corumbiara**. 2009. O vídeo está disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2sKHJ6GdUf4>. Acesso em setembro de 2010.

CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Vol. 11, p. 53-75, out.1998.

CARRASCO, C. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, M.L; TITO, N (Org.). **Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

CARVALHO, J. J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001.

CARVALHO, H.M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

- CATTANI, A.D. (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003
- CEPAMI. **Simpósio: Migração em Rondônia**. Ji-Paraná: 1998.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 14ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. GIARD, L; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHISTOFOLLI, P.I. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. Em: BENINI, E.; SARDÁ de FARIAS, M.; NOVAES, H; DAGNINO, R. (orgs) **Gestão Pública e Trabalho Associado**: fundamentos e perspectivas. Vol. 2. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2012.
- CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- CODAS, G. Economia neoclássica e economia marxista: dois campos teóricos e as possibilidades de análises econômicas de gênero. Em: FARIA, N & NOBRE, M. (org). **Economia Feminista. Cadernos Sempreviva**. São Paulo: SOF, 2002.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** - Brasil 2011. Goiânia: CPT Nacional. 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownload/Ads/viewdownload/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012?Itemid=23>> Acesso em janeiro de 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas (os) em Questões Relativas a Terra**. Brasília: CFP, 2013.
- CORAGGIO, J.L. **La construcción de una economía popular: vía para el desarrollo humano**. Instituto Fronesis, 1993. Disponível em: <[http://www.coraggioeconomia.org/jlc\\_publicaciones\\_r.htm](http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_r.htm)> Acesso em agosto de 2013.
- CORDEIRO, R. L. M. **Além das secas e das chuvas**: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2004.
- COSTABEBER, J.; CAPORAL, F.R.; PAULUS, G. **Agroecologia**: uma matriz disciplinar ou paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2006.
- CUNHA, S. R. P. **O Xadrez da Terra**: Um Estudo da Colonização em Rondônia. 1985. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sócio Ambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém. 1985.
- DAL RI, N. & VIEITEZ, C. **Educação Democrática e Trabalho Associado no MST e nas Fábricas Recuperadas**. São Paulo: Ed. Icone/ FAPESP, 2008.



FABRINI, J.E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. Em: **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, nº 9, p. 1-296, jul/dez 2002.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. Em: PAULINO, E.T. & FABRINI, J.E. (org) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FARIA, N & NOBRE, M. (org). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e Territorialização da luta pela terra**: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Dissertação (mestrado) Geografia – Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **A territorialização do MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

\_\_\_\_\_. O MST e as Reformas Agrárias do Brasil. **Observatório Social da América Latina**. vol. 24, p. 73-85, 2008.

FERRANTE, V.L.S.B; BARONE, L.A. Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 55, nº3, 2012, p. 755-785.

FERRANTE, V.L.S.B; BARONE, L.A.; DUVAL, H. Experiências em reforma agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural. **Lutas e Resistências**. Londrina, Vol.1., p. 76-90, Set, 2006.

FOUCAULT, M. **De Outros Espaços**. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967. Disponível em: <[http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-Outros\\_Espacos.pdf](http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-Outros_Espacos.pdf)>. Acesso em junho de 2013.

FRAGA, L. Autogestão e Tecnologia Social: uma utopia e engajamento. Em: BENINI, E; SARDÁ de FARIAS, M.; NOVAES, H; DAGNINO, R. (orgs) **Gestão Pública e Trabalho Associado**: fundamentos e perspectivas. Volume 1. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2011

FREITAS, T. V. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. Em: SILVEIRA, M.L.& TITO, N (org). **Trabalho doméstico e de cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008.

GAIGER, L. I.(org). **Sentidos e experiências da Economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, RS: ed. UFRGS, 2004.

GARCIA JR. A. **O sul: caminhos do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e a transformação social. Brasília: Ed. Marco Zero, UNB, 1990.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIARD, L. Cozinhar. Em: CERTEAU, M. GIARD, L; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

GILLIGAN C. **Uma voz diferente**: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1982.

GODÓI, E. P; MENEZES, M, M. & MARIN, R. A. (orgs) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol.1. Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

GUSMÁN, S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, vol.2, n.1, p.35-45, jan/mar. 2001.

HEBETTE, J. O campesinato paraense do estudo de agriculturas camponesas paraenses. Em: CARVALHO, H.M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**: situando diferenças. Campinas, vol. 5, n. 5, p. 07-41, 1995.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. O conceito de trabalho. In: TEIXEIRA, M. et al. (Org.). **Desafio para as políticas públicas**: trabalho e cidadania ativa para mulheres. São Paulo: Coordenadoria Especial das Mulheres, 2003.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 2, n. 1, p. 93-100, 1994.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Ed.Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e agricultura**: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. **Censo Agropecuário: primeiros resultados**. Censo Agropec. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

LECHAT, N. M.P. **As raízes históricas da Economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Março, 2002. Disponível em: <[www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm](http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm)>, Acesso em: 10 de maio de 2005.

LEITE, S.; HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M & CINTRAO, R. Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. **Revista Economia Ensaios**. Vol. 22, nº1, 2007.

LEÓN-CEDEÑO, A. A. **Guia Múltiplo da Autogestão**: um passeio por diferentes fios de análise. 1999, 193 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1999.

\_\_\_\_\_. **Emancipação no cotidiano**: iniciativas igualitárias em sociedades de controle. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOERA, N. R. **A espiral das ocupações de terra**. Campinas: Ed. Polis, 2006.

LOPES, M.S.; BRITO, J. DRP – **Diagnóstico Rural Participativo**: Grupo Coletivo Gerando Vida. Trabalho de Conclusão do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. PIESES – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO E SÓCIO- ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ariquemes, 2009

LOUREIRO, M.R.G. Cooperativismo e reprodução camponesa. Em: LOUREIRO, M.R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: ed. Cortez, 1981.

MALAGODI, E & MARQUES, R. Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais. Em: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E.G. (org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007.

MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, Fase, 2003.

MARCOS, V & FABRINI, J.E. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.

MARQUES, M.I.M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. Em: OLIVEIRA, A.; MARQUES, M.I.M (orgs) **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. Ed. Casa Amarela/ Paz e Terra. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. A atualidade do uso do conceito de camponês. **REVISTA NERA**. Ano 11, nº 12, pp 57-67, Presidente Prudente, 2008.

MARSCHNER, W. R. . Campesinato como sócio- biodiversidade. In: MENEGAT, A.; FASTING, A.; FARIAS, M. F. L. (Org.). **Direitos Humanos, diversidade e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados: UFGD, p. 67-87, 2011.

MARTINELLO, A.S. **Cotidiano em mudança**: o rural brasileiro a partir da obra de Carlos Rodrigues Brandão. 2010, 251f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. Conferência proferida na I Jornada de debates sobre trabalho escravo. Em: I JORNADA DE DEBATES SOBRE TRABALHO ESCRAVO, 1, 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: OIT, 2003. p.71-94.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

MARX, K. Cooperação. Em: MARX, K. **O capital**. Livro 1. Volume 1. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2003.

MESQUITA, H. A. Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia/Brasil. 1995. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Barcelona, Espanha, v. 6. n. 119 (41), ago. 2002. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-41.htm>> Acesso em: 7 de ago. de 2012.

MOLINA, M. G. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. EM: SAUER, S. & BALESTRO, M. (orgs) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

MOLINIER, P.; PAPERMAN, P.; LAUGIER, S. **Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité**. Paris: Petiti Bibliotheque Payot, 2009.

MOLINIER, P. Ética e trabalho do care. In: HIRATA, H & GUIMARAES, N (Org.): **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NASCIMENTO, C. **Autogestão e Economia Solidária**. 2004. Disponível em: <[http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/nascimento\\_autogest.pdf](http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/nascimento_autogest.pdf)> Acesso em agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. A autogestão e o “novo cooperativismo”. Em: BENINI, E.; SARDÁ de FARIAS, M.; NOVAES, H; DAGNINO, R. (orgs) **Gestão Pública e Trabalho Associado**: fundamentos e perspectivas. Volume 1. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2011.

NEVES, D.P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 13, p. 5-28, outubro 1999.

NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. **Feminismo e Luta das Mulheres**: análises e debates. São Paulo: SOF, 2005.

NOBREGA, J. S. **As possibilidades de uma ecologia de saberes**: a negociação de sentidos no processo de incubação. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

NOGUEIRA, C. Ter ou fazer o gênero: o dilema das opções metodológicas na psicologia social In GUARESCHI, N.M.F.(Org.) - **Estratégias de invenção do presente** : a psicologia social no contemporâneo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

NOGUEIRA, V. S. **Sair pelo mundo**: A conformação de uma territorialidade camponesa. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

O MIGRANTE. **O MIGRANTE**. Ano 8, nº 26. CEPAMI, Região Norte, Agosto de 1992.

\_\_\_\_\_ **O MIGRANTE** Ano 9. Nº 29. CEPAMI, Região Norte, maio de 1993.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Ed. Papirus, 1995.

OLIVEIRA, P. S. **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cultura Solidária em Cooperativas**: projetos coletivos de mudança de vida. São Paulo: EDUSP, 2006.

OTT, A. **Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos**: o PLANAFLORO em Rondônia. 2002. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

PANQUEVA, D. R. Capitalismo verde. **Una mirada a la estrategia del BID en Cambio Climático**. Bogotá: Amigos de La Tierra, 2011.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Nº 28, Florianópolis, 1987. Disponível em: < <http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf> > Acesso em janeiro de 2011.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. vol. 11, nº 2, jul/dez, p. 263-274, 2008.

PORTUGAL, V. **A participação da mulher na agricultura camponesa da Agrovila Nova Floresta no Assentamento 14 de Agosto, Rondônia**. Trabalho de conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso Técnico em Administração de Cooperativa, do Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC, Vereanópolis, RS, 2007.

RAMOS, A. R. Amazônia: A estratégia do desperdício. **Dados**. Rio de Janeiro, vol. 34, n.3, p. 443-461, 1991.

RAMOS, A. R. Por Falar em Paraíso Terrestre. **Travessia**. São Paulo, vol. 9, n.24, p. 17-20, 1996.

RIBAS, A. **Gestão Político-Territorial dos Assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP):** Uma “leitura” a partir da COCAMP. Dissertação. 258f. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

RODRIGUES, A. M. **Operário, operária:** Estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo. São Paulo: Símbolo, 1978.

RUA, M.G. & ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou coordenadoras de painéis?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Universitária, 2009.

SALVARO, G. I. J. **Ainda precisamos avançar:** os sentidos produzidos por trabalhadora/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento Coletivo do MST em SC. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004.

SANTOS, B.S.(org). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, B. S. & MENEZES, M.P (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, p. 584-602, 2010.

SARDÁ de FARIA, M; NOVAES, H. O sentido histórico da autogestão. BENINI, E.; SARDÁ de FARIAS, M.; NOVAES, H; DAGNINO, R. (orgs) **Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas. Volume 2.** São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2012

SATO, L.; SOUZA, M.P.R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. **Revista Psicologia USP.** São Paulo, vol. 12, nº 2, p. 29-47. 2001.

SATO, L.; ESTEVES, E. G. **Autogestão:** possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar. São Paulo: ADS/CUT, 2002.

SATO, L.; OLIVEIRA, F. Compreender a gestão a partir do cotidiano de trabalho. **Aletheia.** V. 27, nº 1, p. 188-197, jan/ jun 2008.

SATO, L. et al. As tramas psicossociais da cooperação e da competição em diferentes contextos de trabalho. **Arquivos Brasileiros de Psicologia.** Rio de Janeiro, v. 63, (nº.especial), p. 1-104, 2011.

SATO, L. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. **Cadernos de Saúde Pública,** Local, vol.18, n. 5, out. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: novembro de 2005.

\_\_\_\_\_ Olhar, olhar-se e ser olhado: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v. 12, n. 2, pp. 217-225, 2009.

\_\_\_\_\_ **Feira Livre**: organização, trabalho e sociabilidade. São Paulo: EDUSP, 2012.

SAUER, S. & BALESTRO, M. (orgs) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

SAUER, S. **Terra e Modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAWAIA, B.B. **A consciência em construção no trabalho de construção da existência**. Tese (Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_ Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. Em: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F (org). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Ed. IEE/PUC-SP, 2003.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, vol. 9, supl.1, p. 19-45, 2011.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, São Carlos vol. 19, n. edição especial 1, p. 84-94, 2007.

\_\_\_\_\_ Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, vol. 12, n. 2, pp. 257-270, 2009.

\_\_\_\_\_ Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciencia & Saude Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. supl.1 , p. 1575-1584, 2010.

\_\_\_\_\_ Controle do trabalho e condições de vida em assentamentos rurais: possibilidades e limites da cooperação autogestionária. ALASRU, 2011.

STRASSMANN, D. A economia feminista. Em: FARIA, N & NOBRE, M. (org). Economia Feminista. **Cadernos Sempreviva**. São Paulo: SOF, 2002.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos**: Cebrap, São Paulo, n. 58, pp. 73-92, 2000.

\_\_\_\_\_ ROSA, M & MACEDO, E.. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, pp. 107-142, 2008.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SINGER, P. **Introdução a Economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, P. A recente ressurreição da Economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SOUZA, M. M. O. **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)**. 2011. 358f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2011.

SPINK, M.J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

SPINK, P. **A forma do informal**. Trabalho apresentado na XVIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1989.

\_\_\_\_\_. A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da Psicologia Organizacional. **Revista Psicologia e Sociedade**. São Paulo. vol.8, n.1, p.174-192, jan/jun, 1996.

\_\_\_\_\_. Um lugar para o lugar na Psicologia. **Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP)**. Serra Negra, SP, 2000.

\_\_\_\_\_. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. **Revista Psicologia e Sociedade**, São Paulo, vol. 15, n. 2, p18-24. 2003.

\_\_\_\_\_. A perda, redescoberta e transformação de uma tradição de trabalho: a teoria sóciotécnica nos dias de hoje. **Organizações e Sociedade**, vol. 10, n. 28, p. 117-130, dez. 2003b.

\_\_\_\_\_. O pesquisador conversador no cotidiano. **Revista Psicologia & Sociedade**, vol. 20, Edição Especial, p. 70-77, 2008.

TIRIBA, L. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2001.

TORRES E OLIVEIRA **Variações sobre trabalho leve e pesado na vida das mulheres de Izidoro e Barro Alto**. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307583823ARQUIVO\\_ARTIGOCOMPLETODEIRAILDESLUSOAFROBRASILEIRO2011.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307583823ARQUIVO_ARTIGOCOMPLETODEIRAILDESLUSOAFROBRASILEIRO2011.pdf)>. Acesso em outubro de 2013.

TRONTO, J. **Un monde vulnérable**: pour une politique Du care. Paris: Editions la Découverte, 2009.



VASCONCELOS, B. M. **Gênero, Tecnologia e Economia Solidária**: reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais. 2011. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.

VIA CAMPESINA. **La agricultura campesina sostenible puede alimentar el mundo**. Jakarta, 2011. Disponível em < [www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)>. Acesso em: maio de 2012.

VIANA, N. Democracia e Autogestão. **Achegas - Revista de Ciência Política**, num. 37, 2007. Disponível em < <http://www.achegas.net/apresentacao.html>>. Acesso em agosto de 2008.

WANDERLEY, M. N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu, 1996. Disponível em: [http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012\\_110532.pdf](http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012_110532.pdf)

\_\_\_\_\_. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. N°2, p. 29-37, jul/dez. 2000.

\_\_\_\_\_. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Reuniao da Associação Latino Americana de Sociologia Rural**. Caxambu, 2011. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/Nazareth-Wanderlei.pdf>> Acesso em 15 de março de 2013.

WEBER, F. **Trabalho fora do trabalho**: uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

WIRTH, I. G. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem**: um caminho para a construção da autogestão. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, E. A lógica simbólica dos sabores tradicionais. Em: ARAUJO & TENSER (org) **Gastronomia: cortes e recortes**. Vol. 1. Ed. SENAC. Brasília, 2006

WOORTMANN, E. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A.U; MARQUES, M.I. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

WOORTMANN, K. & WOORTMANN, E. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UNB, 1997.

Documentos eletrônicos

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/63033-1-em-4-cidades-registra-area-rural-maior-que-territorio.shtml> 27 de agosto de 2012.

Censo Demográfico de 2010, do IBGE.  
[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ro&tema=sinopse\\_censodemog2010](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ro&tema=sinopse_censodemog2010)

Relatório Conflitos no Campo 2011, publicado pela CPT (2012)  
[http://www.cptnacional.org.br/downloads/Caderno%20Conflitos/Conflitos%20no%20Campo%20Brasil%20-%20publicao/conflitos\\_no\\_campos\\_2011\\_site.pdf](http://www.cptnacional.org.br/downloads/Caderno%20Conflitos/Conflitos%20no%20Campo%20Brasil%20-%20publicao/conflitos_no_campos_2011_site.pdf)